

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA
Organizador



ESTADO, CLASSE DOMINANTE E PARENTESCO NO PARANÁ

NOVA
LETRA
GRÁFICA & EDITORA
www.novalettra.com.br

COPYRIGHT © 2015 Ricardo Costa de Oliveira

Direitos Autorais reservados de acordo com a Lei 9.610/98. Proibida a reprodução total ou parcial, sejam quais forem os meios ou sistemas, sem prévia autorização do autor.

Ficha Catalográfica

Oliveira, Ricardo Costa de

Estado, classe dominante e parentesco no Paraná. Ricardo Costa de Oliveira. : Nova Letra, 2015.

386p.

ISBN 978-85

1..

Impresso no Brasil

Capa

Tiago Valenciano

APRESENTAÇÃO

Um Programa de Pesquisas sobre o Paraná

O Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) foi criado em 1994 como um espaço flexível de pesquisas, debates e discussões sobre a sociedade, a cultura e a política no Paraná. Ao longo dos últimos vinte anos nós estivemos dedicados em pesquisas sobre a sociedade e o poder no Paraná. Desenvolvemos a linha de investigações instituições, poder e famílias. O grande eixo epistemológico tem sido as conexões entre as estruturas de parentesco e o poder político. O conhecimento da realidade social passa pelo conhecimento dos mecanismos de poder e pela construção dos projetos de poder hegemônicos na região, sempre em consonância com os projetos dominantes nacionais. A primeira grande pesquisa foi a minha tese de doutorado em Ciências Sociais na UNICAMP e que resultou no livro “O Silêncio dos Vencedores. *Genealogia*, Classe Dominante e Estado no Paraná”, em 2001. Proseguimos, em 2002, com o livro “Análise dos Parlamentares Paranaenses na Entrada do Século XXI”, editado pela APUFPR e com grande interesse nos movimentos sociais e nos meios sindicais. Publicamos em 2004 o livro “A Construção do Paraná Moderno. Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980”, que centrou as análises nas gestões governamentais no período entre 1930 e 1980, nos percursos políticos e administrativos entre o Movimento de 1930, o governo de Manoel Ribas, no Estado Novo, o governo de Moisés Lupion, na redemocratização, na gestão de Bento Munhoz da Rocha e no governo de Ney Braga, cobrindo décadas de políticas desenvolvimentistas em suas transformações e

contradições. Em 2012 segue a reflexão aprofundada sobre o impacto do nepotismo na sociedade e políticas paranaense e nacional com o livro “Na Teia do Nepotismo”. Em 2013, comemorando o Centenário da Universidade do Paraná, foi lançado um livro com o título “Reflexões sobre os Cem Anos da UFPR”.

Os conceitos mais importantes utilizados e operacionalizados são: família, biografia, prosopografia, *habitus*, trajetória, campo, subcampo, espírito de família e genealogia. De que maneira todas as instituições são atravessadas pelas ações e interesses das famílias da classe dominante. Como se forma e atua o aparelho de Estado. Como as parentelas e os clãs familiares existem ao longo dos séculos, quais famílias saem do núcleo do poder e como novas famílias entram na arena política. Como entender as instituições, suas burocracias e as políticas públicas na dinâmica dos comandos das estruturas de parentesco organizadas e atuantes. A falta de modernização institucional, formas de corrupção e a falta de transparência em várias das principais instituições durante várias conjunturas. As instituições apresentam as suas próprias burocracias, o pessoal institucional e suas formas de recrutamento.

As perspectivas da sociologia política e da sociologia histórica são fundamentais para a operacionalização das pesquisas. As dimensões das relações sociais e políticas nos processos históricos são marcos fundamentais e que explicam a gênese da sociedade desde o período colonial, com dinâmicas, inércias e continuidades decisivas para a compreensão e o entendimento de vários fenômenos sociais e políticos. As próprias explicações da formação e reprodução das desigualdades sociais históricas são entendidas nas ações dos grupos superiores dominantes.

As famílias possuem a sua origem social, a sua história, a sua genealogia, os seus sobrenomes, as suas biografias e prosopografias.

Na história de cada família encontramos as suas formas de existência material, as suas relações sociais de produção, a relação com as forças produtivas, as suas trajetórias sociais, o tipo de *status* social, o *locus* e a posição de classe na estrutura social. Formas de trabalho, propriedades e patrimônios familiares, rendas, valores, culturas e identidades podem ser investigados.

O processo de modernização não foi uma ruptura ou descontinuidade, mas uma metamorfose em que o antigo e o arcaico se associam, se misturam e prosseguem dialeticamente no moderno.

O levantamento e a análise dos nepotismos a cada eleição, a cada nomeação, a cada indicação, a cada governo tem sido o interesse do grupo. A sociologia política e a sociologia histórica do Paraná Provincial, Paraná Republicano, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal de Curitiba, Intelectuais tradicionais e trajetórias.

Pesquisas orientadas pelo Professor Ricardo Costa de Oliveira desde 1995:

Monografias de Conclusão do Curso de Ciências Sociais

Ana Christina Vanali.	Diretrizes das políticas públicas elaboradas para a erva-mate no Paraná, de 1854 a 1889.	1995
José Pedro Kunhavalik	Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória social e política, e sua gestão no governo do Paraná.	1995
Nanci Adela Kirinus..	O comportamento eleitoral no município de marechal Candido Rondon	2000
Vanessa Moreira Cordeiro	Paulo Pimentel: trajetória política e administrativa no governo do Paraná – 1996-1971.	2002
Iolanda Aline Nunes da Cruz.	Ética e política: corrupção sistêmica e sociedade civil.	2002

Fábio Francisco.	As câmaras setoriais do agronegócio paranaense enquanto estratégia de <i>feedback</i> sistêmico e mecanismo de obtenção de suporte difuso para o exercício da governança econômica no período dos governos Lerner – um exercício de análise sistêmica	2002
Miriam do Carmo Brunetta	Política de cotas no legislativo: estudo de caso dos pleitos eleitorais de 1996 e 2000 no município de Campo Largo.	2002
Luzia Maristela Cabreira Bonette	O voto evangélico na política paranaense.	2002
Daiane Carnelos Resende	Roberto Requião de Mello e Silva : O Intelectual Orgânico das Classes Populares.	2004
Daniel Aníbal Fresia Schorr	A trajetória política dos judeus em Curitiba. Um recorte histórico de 1889 até 2003.	2004
Wilson Nogueira	Marco fundador do Partido da Frente Liberal.	2004
Luiz Demétrio Janz Laibida	Análise sociológica dos deputados estaduais e da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (1999-2002).	2004
Amáville Domingos Leal	João Claudio Derosso: Família, Bairro e Atuação Política.	2005
Glaci de Lourdes Laurindo Veto	José Richa: Trajetória Política e Administrativa no Governo do Paraná	2005
Edena Pinto Vieira.	Legislativo Municipal: O Projeto de Lei e as Razões do seu Autor – Piraquara.	2006.
Francis Augusto Góes Ricken	Perfil Socioeconômico e Trajetória Política dos Parlamentares Paranaenses (2007-2010).	2008.
Márcia Regina Ferreira da Silva.	A Emancipação Política de Pinhais.	2008.

Eduardo Soncini de Miranda	Perfil sociológico e produção legislativa na Assembleia Legislativa do Paraná. Uma análise comparada dos governos Roberto Requião	2009
Dargan Bento Patitucci Júnior.	Cidadania Conquistada, Cidadania Outorgada. Um estudo de caso sobre políticas de atendimento prioritário.	2011.
Jeanette Soares	Obstáculos e barreiras à representação política das mulheres: O caso da Câmara de Vereadores de Curitiba	2011.
Nelson Alves Bucker Junior.	A sociedade como sistema social: uma observação de Niklas Luhmann.	2013.
Natalia Cristina Granato	PTB, Ministério do Trabalho e Governo João Goulart. A trajetória política do trabalhista paranaense Amaury de Oliveira e Silva.	2013.
Carolina Aparecida Iarosoz Pacheco.	Os movimentos sociais no processo da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988 e os mecanismos de participação popular inseridos na nova carta.	2013.
Guilherme de Abreu e Silva.	Efeitos da Lei da Ficha Limpa nas Eleições Municipais de 2012 no Estado do Paraná.	2013.
William Weber	A Formação do Quadro de Deputados Estaduais do Paraná eleitos pela primeira vez	2013
Cleucir Clemente Golemba.	Trabalhadores Brasileiros descendentes de japoneses na cidade de Nishiô. Um Estudo de Caso	2014
Marco Aurelio Barbosa	Uma História de Duas Cidades: Trajetória e Vida de Abdon Baptista	2014
Carlos Donisete Olmo Solana	50 Anos do Centro Politécnico no Jardim das Américas	2014

Dissertações de Mestrado

Sílvia Calciolari	Ex-Presos Políticos e a Memória Social da Tortura no Paraná (1964-1978).	2004
Mônica Helena Harrich Silva Goulart	O Poder Local e o Coronelismo do Estado do Paraná (1880-1930).	2004
Vanderlei Hermes Machado	Política e Estruturas de Parentesco em Campo Largo (1871-2004)	2005
Marcelo Gonçalves Marcelino	Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista na Construção do Sistema de Planejamento do Paraná (1972-1982).	2006
Cátia Cilene Farago	A Batalha da COPEL: Governo, Parlamento e Movimento Social em Ação	2006
Luiz Demétrio Janz Laibida	Representação Teatral: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Institucionalismo e Vetos	2007
Daiane Carnelos Resende	Elementos Decisivos na Construção da Posição e Ação Política de Roberto Requião de Mello e Silva	2007
Mauro Pioli Rehbein	Curitiba – 50 anos de Eleições Municipais	2008
Roberta Carnelos Resende	Gênero, Performance Eleitoral e Perfis: Uma Análise da Assembléia Legislativa do Paraná (1998 a 2006)	2009
Maria Alejandra Nicolás	Internet e Política: Graus de Representação Política e Uso da Internet pelas Elites Parlamentares da América do Sul	2009
Arilda Fortunata Arbolea	Entre o regionalismo e a Construção da Nação: O Impasse da Atuação Gaúcha na Constituinte de 1934	2010
José Ricardo Martins	O Brasil e a Unasul: Um Processo de Construção de Liderança e Integração Regional	2011
José Lazaro Ferreira Barros Junior	Desempenho Eleitoral nas Eleições Proporcionais de 2008 em Curitiba	2011

Henry Levi Kaminsky	Elites e Parentesco no Sistema Judicial Paranaense	2013
Sivaldo Forteski	A Infraestrutura Rodoviária no Paraná: Instituições, Redes, Famílias e Atores na Gestão do Governo Jaime Lerner (1995-2002).	2014
Carla Andréia Alves da Silva	Relações de Poder Político e Parentesco no Município de Londrina – Paraná	2015
Gabriel Tabatcheik	Desvendando os Diários Secretos: Uma análise do uso dos cargos em comissão da Assembleia Legislativa do Paraná (2002-2006)	

Teses de Doutorado

Mônica Helena Harrich Silva Goulart	Classe Dominante e Jogo Político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930).	2008
Maria Julieta Weber Córdova	Tingüís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense	2009
Maria Tereza Uille Gomes	Políticas Públicas e Ministério Público	2011
Alessandro Cavassin Alves	A Província do Paraná (1853-1889). A Classe Política. A Parentela no Governo	2014
Lígia Wilhelms Eras	A Produção de conhecimento recente sobre o ensino de sociologia/ciências sociais na educação básica no formato de livros coletâneas (2008-2013): Sociologia e Trajetórias	2014
Antonio Carlos Torrens	A Câmara Municipal de Curitiba e o labor legislativo. As interfaces da representação política.	2015

No presente livro apresentamos os seguintes capítulos: O poder familiar na câmara municipal de Curitiba (1947 a 2014), de Jorge Luiz Bernardi. Os donos da bola no futebol paranaense: gênese da estruturação e “jogadas” com o poder político do Estado, de Luiz Demétrio Janz Laibida. O desmonte do regime autoritário e o contexto histórico do PMDB na esfera paranaense: a heterodoxia de Roberto Requião em relação às concepções peemedebistas locais, de Daiane Carnelos Resende. A nova geração do nepotismo na política paranaense, de Tiago Valenciano e Ricardo Costa de Oliveira. O papel da formação do patronato político brasileiro na construção do estado brasileiro e do Paraná, de Vanderlei Hermes Machado, Marcelo Gonçalves Marcelino e Milene Zerek Capraro. A influência do ouro na economia do Paraná ao longo do século XVIII, de Ricardo Costa de Oliveira. O Paraná político na década de 1880, de Alessandro Cavassin Alves. A dinâmica das relações familiares no secretariado paranaense durante a República Velha, de Mônica Helena Harrich Silva Goulart. Só falar não basta! Bento Munhoz – governante e pensador, de Ana Crhistina Vanali. Famílias no poder e no espaço: quem, onde e como o nepotismo se mantém na política paranaense de Tiago Valenciano e Rafael Egidio Leal e Silva. Política, direito, judiciário e tradição familiar e Nepotismo estrutural do Paraná em 2015, ambos de Ricardo Costa de Oliveira.

Todos estes autores passaram pelas aulas, seminários e projetos de pesquisa no Núcleo de Estudos Paranaenses e muitos desenvolveram, ou desenvolvem suas teses de doutorado dentro dos marcos conceituais e temáticos do grupo.

SUMÁRIO

O PODER FAMILIAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
(1947 A 2014)

Jorge Luiz Bernardi 13

O DESMONTE DO REGIME AUTORITÁRIO E O CONTEXTO HISTÓRICO DO PMDB NA ESFERA PARANAENSE: A HETERODOXIA DE ROBERTO REQUIÃO EM RELAÇÃO ÀS CONCEPÇÕES PEEMEDEBISTAS LOCAIS

Daiane Carnelos Resende..... 61

O PAPEL DA FORMAÇÃO DO PATRONATO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E DO PARANÁ

Vanderlei Hermes Machado; Marcelo Gonçalves Marcelino

Milene Zerek Capraro..... 79

A INFLUÊNCIA DO OURO NA ECONOMIA DO PARANÁ AO LONGO DO SÉCULO XVIII

Ricardo Costa de Oliveira 109

A NOVA GERAÇÃO DO NEPOTISMO NA POLÍTICA PARANAENSE

Tiago Valenciano 133

OS DONOS DA BOLA NO FUTEBOL PARANAENSE: GÊNESE DA ESTRUTURAÇÃO E “JOGADAS” COM O PODER POLÍTICO DO ESTADO

Luiz Demétrio Janz Laibida 149

O PARANÁ POLÍTICO NA DÉCADA DE 1880	
Alessandro Cavassin Alves.....	171
ENTRE FAMÍLIAS E SECRETARIAS: ANÁLISE DO ARRANJO POLÍ- TICO ADMINISTRATIVO DO PARANÁ (1889-1930)	
Mônica Helena Harrich Silva Goulart.....	247
SÓ FALAR NÃO BASTA! BENTO MUNHOZ – GOVERNANTE E PENSADOR	
Ana Crhistina Vanali.....	301
POLÍTICA, DIREITO, JUDICIÁRIO E TRADIÇÃO FAMILIAR	
Ricardo Costa de Oliveira	333
FAMÍLIAS NO PODER E NO ESPAÇO: QUEM, ONDE E COMO O NEPOTISMO SE MANTÉM NA POLÍTICA PARANAENSE	
Tiago Valenciano; Rafael Egidio Leal e Silva	357
NEPOTISMO ESTRUTURAL DO PARANÁ EM 2015	
Ricardo Costa de Oliveira	377

O PODER FAMILIAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA (1947 A 2014)

Jorge Bernardi¹

RESUMO: O objetivo deste estudo é identificar as famílias que tiveram representantes na Câmara Municipal de Curitiba nas 16 legislaturas após a redemocratização de 1946. A análise abrange um período de quase 70 anos em que 297 vereadores, entre titulares e os suplentes, assumiram o legislativo municipal. Foram reconhecidas 22 famílias desde a primeira legislatura, em 1947, até a atual legislatura, a 16^{a.}, iniciada em 2013. O trabalho, por questões didáticas, agrupou estas famílias em três categorias: famílias principais; outras famílias; e famílias especiais. Atualmente quatro famílias mantêm representantes no legislativo municipal: Braga Cortes, Stica, Santos e Moraes. Analisou-se também o destino político de alguns membros destas famílias, principalmente os que fizeram da Câmara Municipal um trampolim para galgar cargos mais elevados na hierarquia política local, regional e até nacional. Foram encontrados, em alguns destes grupos familiares, prefeitos de Curitiba, deputados estaduais e federais. A sucessão familiar, na Câmara de Curitiba, abrangendo pais, filhos, tios, avós, primos e etc., é analisada também sob a ótica do materialismo histórico e dialético, do clientelismo (mandonismo) político e a teoria das elites e da circulação das elites.

PALAVRAS CHAVE: Vereador. Genealogia. Poder.

1 Jorge Luiz Bernardi é doutorando e mestre em Gestão Urbana pela PUC/Pr. Especialista em Gestão Técnica do Meio Urbano pela PUC/Pr e Universidade de Tecnologia de Compiègne, França. Especialista em Formação de Docentes e Orientadores Acadêmicos em EAD, pela Uninter. Bacharel em Direito pela UFPR, e Bacharel em Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo), pela UFPR. Foi vice-reitor do Centro Universitário Uninter. É diretor da Escola de Segurança e coordena os cursos de Gestão Pública e de Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais, modalidade EAD, da Uninter. Vereador de Curitiba no 7^{o.} mandato, foi presidente da Câmara Municipal e suplente de Senador pelo Paraná. Autor dos livros: A Organização Municipal e a Política Urbana (3^{a.} Edição); O Processo Legislativo Brasileiro (2^{a.} Edição); Gestão de Serviços Públicos Municipais (coautor com Nelson Martins Brudeki); e A Guerra do Contestado em Quadrinhos.

1. INTRODUÇÃO

Desde a redemocratização brasileira em 1946, até o ano de 2014, houveram, na Câmara Municipal de Curitiba, 16² legislaturas normais e uma considerada especial, em consequência da prorrogação dos mandatos dos vereadores. Esta legislatura especial, de dois anos, ocorreu na oitava legislatura (1981/1982). Neste período de 68 anos, completando um ciclo de 70 anos, no final da atual legislatura em 2016, foram eleitos, para o legislativo curitibano, 298 vereadores, entre titulares e os suplentes, que assumiram durante as legislaturas. Destes apenas 20 foram mulheres, 17 eleitas e as outras três assumiram o cargo de vereadora na condição de suplentes.

Este estudo objetiva identificar os vereadores com vínculos familiares, que compuseram a Câmara Municipal de Curitiba desde a redemocratização brasileira, após o Estado Novo, aos dias atuais. E, faz uma análise de como, estes homens e mulheres, membros da elite governante, constituem-se em grupos familiares, com laços de sangue. Também aborda como as famílias mantêm seus descendentes, que se sucedem ao longo das legislaturas, utilizando-se da força eleitoral como um patrimônio de poder político local.

O trabalho aponta os clãs familiares em especial aqueles que ficam evidentes, identificados pelo sobrenome, abrangendo pais, filhos, irmãos, primos e etc. Há ainda casos encontrados em que estes vínculos são mais sutis, ou seja, a relação de parentesco que existe é a de afinidade, nem sempre percebidos à primeira vista. Foram investigados ainda outros aspectos que ultrapassam o período histórico deste artigo, como casos de famílias de vereadores, cuja origem

2 A 16^a. Legislatura compreende o período de 1^o. De janeiro de 2013, a 31 de dezembro de 2016. O artigo foi escrito no início de 2014, por isto analisa os vereadores que assumiram a Câmara Municipal de Curitiba só até 31 de dezembro de 2013.

e patrimônio político remonta a República Velha e até mesmo ao período colonial.

No período estudado identificou-se 22 grupos familiares que ocuparam ou ocupam atualmente mandato eletivo na Câmara Municipal de Curitiba. No total foram encontrados 52 vereadores e vereadoras que, por grau de parentesco, formaram, ao longo destas 16 legislaturas, os diversos grupos familiares. Significa que 17,80 % do total dos vereadores curitibanos abrangidos no período histórico estudado, tinham ou tem, entre si, laços sanguíneos, ou relações de família.

Este número de vereadores, com algum grau de parentesco entre si, é maior do que qualquer um dos muitos partidos que ocuparam e ocupam a Câmara curitibana no período analisado, o PMDB, que elegeu 51 vereadores³. Este aspecto demonstra a importância dos vínculos familiares para a conquista de uma cadeira na Câmara Municipal de Curitiba.

Procurou-se, no entanto, evitar as identificações partidárias pois, ao longo dos anos, membros dessas famílias mudaram algumas vezes de partido, conforme a corrente ideológica que estava no poder. Apenas aquelas famílias, identificadas, historicamente, como de esquerda, e que mantiveram a coerência político/ideológica, tiveram citadas suas siglas partidárias.

O estudo encontrou certo grau de dificuldades na sua elaboração em função das contradições, inconsistências, omissões e discrepâncias entre as fontes pesquisadas. Como destaca Walkiria Braum

3 O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, elegeu 51 vereadores em oito eleições que disputou (1982 a 2012). Eleição de 1982, elegeu 22 vereadores; 1988, elegeu 12 vereadores; 1992, elegeu 3 vereadores; 1996, elegeu 4 vereadores; 2000, elegeu 3 vereadores; 2004, elegeu 4 vereadores; 2008, elegeu 2 vereadores; 2012, elegeu 1 vereador. Fonte: TRE-Pr, encontrado em <http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>, acesso em 25 de fevereiro de 2014

Martins (2013, ii), na introdução de seu estudo, que serviu de base para este trabalho,

“a história das legislaturas da Câmara Municipal de Curitiba está fragmentada em diversas fontes, como o Cadastro Funcional dos Vereadores, Os Anais da Câmara, os Livros de Termos de Posse e alguns trabalhos não institucionais. Em muitas ocasiões ocorreram omissões e discrepâncias entre estas várias fontes colocando a pesquisa em muitos impasses, prejudicando o necessário rigor da informação”.

A duração de cada legislatura neste período foi, em média, de quatro anos. Houve, entretanto, uma legislatura de dois anos, com a prorrogação dos mandatos dos vereadores (1981/83), legislatura de cinco anos (5ª. legislatura, de 19 de dezembro de 1963 a 31 de janeiro de 1969), e outra de seis anos (9ª. legislatura, 1983/1988).

Até a quinta legislatura a Câmara de Curitiba era composta de 20 vereadores, da sexta a oitava legislatura a composição foi de 21 vereadores. A partir da nona legislatura, a Câmara Municipal de Curitiba (por ser município de mais de um milhão de habitantes) passou a contar com 33 vereadores, cabendo a ela, de acordo com a população, estabelecer o número de vereadores, de acordo com parâmetros fixados na Constituição Federal.

Na décima primeira legislatura (1993 a 1996) foram eleitos 33 vereadores, porém o legislativo curitibano aumentou, após o pleito, este número para 37 membros. A questão foi decidida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sendo que, quase ao final da legislatura, foi dado ganho de causa à Câmara curitibana, valendo o aprovado pelo legislativo, ou seja, a composição de 37 vereadores.

Assim, mais quatro vereadores assumiram naquela legislatura: Paulino Pastre, Paulo Henrique Azzolini, Luiz Ernesto Pereira e Dino José Bronze de Almeida Junior. Já na legislatura seguinte, a 12ª., a Câmara, alterou novamente a Lei Orgânica do Município, e reduziu

o número de vereadores para 35. Da 14^a. até a atual 16^a. Legislatura o número de membros da Câmara tem sido de 38 vereadores, embora a Constituição Federal permita, de acordo com a população do município, o número máximo de 39 vereadores.

Constatou-se, ao longo deste período histórico estudado, que um dos fatores que contribuem para se obter sucesso na eleição municipal é ter um sobrenome forte, conhecido da opinião pública, e que já tenha passado pela Câmara Municipal. Esta é uma das explicações que se tem para o elevado número de parentes, entre os vereadores eleitos, no legislativo curitibano. Pais, filhos, irmãos, primos, esposos, cunhados vão sucedendo-se legislatura após legislatura numa demonstração de que a política municipal é também um patrimônio de família.

Embora nestes quase 70 anos analisados, a população curitibana aumentou mais de 10 vezes, passando de 167.536 habitantes em 1947, para 1.764.540 em 2011, o fenômeno do sobrenome continua inalterado. Ainda nesta 16^a. legislatura, há quatro clãs familiares atuando na Câmara de Curitiba: Braga Cortes, Moraes, Stica e Santos.

É histórico, entre os políticos, utilizar a base eleitoral no município para estabelecer e solidificar uma carreira política a nível estadual ou nacional. Dois presidentes da República, deste período, Jânio Quadros e Tancredo Neves, iniciaram suas vidas públicas como vereadores. Em Curitiba não tem sido diferente, vários vereadores ocuparam o cargo de Prefeito, alguns eleitos, ou então nomeados ou mesmo indicados.

Na primeira legislatura pós Estado Novo, foi eleita a Câmara Municipal de Curitiba, sob a égide da nova Constituição, no pleito de 15 de novembro de 1947. A posse dos 20 vereadores, que compunham aquela legislatura, ocorreu em 19 de dezembro daquele mesmo ano. Entre os titulares e suplentes que assumiram, aparecem al-

gumas das famílias que fariam seus sucessores ao longo das décadas seguintes.

Nesta legislatura inaugural foi eleita a primeira mulher Maria Olympia Carneiro Mochel, com apenas 21 anos de idade, que teve problemas no exercício do cargo, por se declarar comunista, numa época em que o comunismo estava na ilegalidade. Apesar dos problemas enfrentados ela conseguiu cumprir todo o mandato, dedicando-se posteriormente a medicina.

As primeiras famílias da 1ª legislatura que tiveram sucessores na Câmara de Curitiba foram os Barrozo, Stival e Moro. Nesta mesma legislatura assumiram dois Barrozo: Roberto Barrozo e seu filho Roberto Barrozo Filho, que assumiu como suplente e, em legislaturas posteriores, exerceu a presidência da Câmara (1954/55) como o pai.

Algumas destas famílias que elegeram vereadores nas legislaturas posteriores, possuem representantes desde o período colonial, como os Cortes, ou do Império Brasileiro, Macedo, ou ainda da República Velha, os Camargo.

O estudo está dividido em partes. Esta introdução, e, que se faz uma análise geral das famílias mais influentes em que algumas também detém o poder econômico. Segue-se o marco teórico fundamentado materialismo histórico e dialético, no clientelismo político e ainda na teoria das elites e da circulação das elites.

Analisa-se posteriormente aquelas denominadas de principais famílias, pelo tempo que permaneceram na Câmara de Curitiba, ou pelo elevado número de representantes eleitos. Também são estudadas todas as demais famílias e aquelas que foram para efeitos didáticos classificadas como famílias especiais, por não envolver tanto laços sanguíneos, mas especialmente laços políticos.

1.1 O poder familiar

Algumas famílias, como os Bertoldi, acumularam capital financeiro através de concessão pública do transporte coletivo e também poder político. Esta família teve dois representantes no legislativo curitibano, Marcos Bertoldi e Osmar Bertoldi e, permanecem, até os dias de hoje, como concessionários do transporte coletivo público.

Outro concessionário de transporte coletivo que teve grande influência na política curitibana, por décadas, foi Erondy Silvério. Ele elegeu-se vereador, presidente da Câmara e prefeito interino e, por diversas legislaturas deputado estadual, porém não teve sucessor no legislativo curitibano. Com a morte de Erondy Silvério, a sua empresa de ônibus foi vendida para a família Gulin.

Aliás a família Gulin, que atualmente domina no município o serviço público de transporte coletivo, no legislativo municipal foi representada pelo vereador Donato Gulin, três mandatos na Câmara de Curitiba, três períodos na presidência da Câmara e três vezes prefeito interino. Donato Gulin encerrou a carreira política elegendando-se deputado estadual, onde permaneceu apenas uma legislatura.

Sucedeu-lhe, na Câmara Municipal, o ex-cobrador e ex-motorista das empresas da família, Jairo Marcelino, que tem sido reeleito sucessivamente, encontrando-se atualmente no oitavo mandato consecutivo. Outro Gulin, Alfredo, exerceu dois mandatos de deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Paraná

Há inclusive, um fato inusitado, diferente, observado nos últimos anos nas eleições para a Câmara Municipal de Curitiba. A apropriação de um sobrenome conhecido para manter o poder político no legislativo municipal e, conseqüentemente, no poder político local.

Trata-se do vereador Beto Moraes, que adota o sobrenome do ex-vereador Mauro Moraes, de quem foi assessor parlamentar por vários anos e, mesmo tendo outro sobrenome, em 2004 passou a usar

o sobrenome do antigo chefe, elegendo-se sucessivamente em três legislaturas. Mauro Moraes, naquela eleição, já deputado estadual, foi candidato a Prefeito e, com a força de seu sobrenome, contribuiu para eleger seu antigo assessor Gilberto (Beto Moraes) Pires.

O fenômeno da sucessão, na Câmara Municipal de Curitiba, normalmente ocorre quando o vereador encerra sua carreira política ou então quando é eleito para outro cargo, como deputado estadual ou federal. O que se observou, no estudo, é que a eleição do vereador é a base da pirâmide política e, quem possui raízes municipais, em muitos casos, ao ocupar um mandato a nível estadual ou federal, procura cultivá-las, preferencialmente por alguém de sua extrema confiança, ou seja, alguém de seu próprio sangue, de sua família, colocando-a no legislativo curitibano, como uma extensão de seu mandato.

Entre as famílias que tiveram seus representantes no executivo municipal estão a família Mello e Silva, com dois Prefeitos, Wallace Thadeu de Mello e Silva e seu filho Roberto Requião de Mello e Silva, este não chegou a ocupar a vereança. Wallace Mello e Silva assumiu o cargo de vereador como suplente na primeira legislatura.

No período analisado 30 vereadores ocuparam interinamente o cargo de Prefeito e dois ex-vereadores, foram eleitos vice-prefeito, Adhail Sprenger Passos e Algaci Tulio, que ocupou por vários períodos o cargo de chefe do executivo municipal já que foi vice-prefeito por dois mandatos, dos Prefeitos Jaime Lerner e Cassio Taniguchi.

Os vereadores que foram interinamente Prefeito de Curitiba são: João Karcik Neto, Antenor Pamphilo dos Santos, Roberto Barrozo, Ernani Santiago de Oliveira (interino e efetivo), Mario Afonso Alves de Camargo, João Stival, Myltho Anselmo da Silva, Roberto Barrozo Filho, Augusto Toaldo Tulio, Felipe Aristide Simão, Sebastião Penteado Darcanchy, Elias Karam, Edmundo Lining Saporski, Aristides Athayde Junior, Erondy Silverio até o golpe de 1964.

E ainda foram prefeito interinos de Curitiba: Acyr Hafez José, Edgar Dantas Pimentel, Donato Gulin, João Batista Gnoato, Moacir Tosin, José Gorski, Marcos Valente Isfer, Mario Celso Puglielli da Cunha, João Claudio Derosso, Ailton Cardozo Araújo, Fabio de Souza Camargo, Jair Cezar de Oliveira, Tito Zeglin, Sabino Picollo, João do Suco e Paulo Salamuni.

E, também neste período, dois ex-vereadores elegeram-se prefeito, após passar por cargos nas esferas estadual e federal: Rafael Greca de Macedo e Gustavo Bonato Fruet. Três vereadores, ainda no exercício do cargo, tentaram, sem sucesso eleger-se prefeito: Carlos Alberto Moro, Jônatas Pirkiel e Osmar Bertoldi. Outros dois ex-vereadores Edson Muhlmann e Fábio Camargo também se candidataram à Prefeitura de Curitiba sem êxito.

Alguns ex-vereadores foram nomeados Prefeito: Amâncio Moro, Ernani Santiago de Oliveira e Wallace Tadeu de Mello e Silva que era suplente de vereador tendo assumido por um breve período.

Houve, no entanto, o caso raro de herdeiro político que não se elegeu vereador em Curitiba, mesmo sendo filho do ex-governador do Estado José Richa que, à época, era Senador da República. O ex-Prefeito e atual Governador do Paraná, Beto Richa, candidatou-se a vereador de Curitiba, em 1992, sem sucesso, conseguindo apenas a segunda suplência da bancada do PSDB, porém não chegou a assumir o mandato de vereador. Posteriormente ele se elegeu deputado estadual, vice-prefeito, prefeito de Curitiba e Governador do estado do Paraná, ocupando, portanto, o cargo que fora de seu pai.

2. MARCO TEÓRICO

Procura-se analisar a questão familiar na Câmara de Curitiba sob a ótica de várias teorias sociológicas que se complementam e explicam em parte a perenidade de grupos familiares no legislativo

municipal, entre as quais: o materialismo histórico, o clientelismo (mandonismo) político e da teoria das elites e da circulação das elites, todas elas encontradas na vida pública brasileira.

Observa-se, ao longo deste período histórico estudado, que um dos fatores que contribuem para se obter sucesso na eleição municipal é ter um sobrenome forte, conhecido da opinião pública e que já tenha passado pelo crivo das urnas. Isto explica o elevado número de parentes, entre os vereadores eleitos, para a Câmara curitibana. Pais, filhos, irmãos, primos, esposos, tios, cunhados vão se sucedendo legislatura após legislatura numa demonstração de que a política municipal é também um patrimônio familiar.

O sobrenome conhecido, respeitado e admirado, pode ser considerado, nas eleições municipais, um valioso instrumento de marketing político. Ele possui potencial eleitoral que, explorado de maneira adequada, pode levar o candidato a vitória.

Este fenômeno ocorre em todas as correntes político/ideológicas, direita, esquerda, centro. As famílias com posições ideológicas de direita são, no entanto, a grande maioria. As famílias mais representativas da esquerda ou de centro/esquerda encontradas foram: Passos, Stica, Pereira/Martins e Tosin/Fruet.

Trata-se de típicos casos de nepotismo o elevado número de parentes encontrados exercendo mandatos no legislativo curitibano? Em sentido amplo a resposta é sim. Sabe-se que o nepotismo é uma característica da sociedade brasileira e remonta ao período colonial e que se perpetua ao longo da história. Será o nepotismo “uma relação social e política plasmada em ambientes institucionais pré-modernos assolados pela patronagem e pelo clientelismo”, como afirma Ricardo Costa de Oliveira (2012, p.9).

Uma outra abordagem que pode ser feita para a continuidade dos grupos familiares se sucedendo na Câmara Municipal de Curiti-

ba, é através do materialismo histórico e dialético, desenvolvido por Marx e Engels. Por este sistema de interpretação da realidade, a justificativa se dá pela exploração do “homem pelo homem” fazendo com que a concentração da riqueza, pela classe dominante, no caso atual, pela burguesia, contribui também para que ela detenha, por acréscimo, o poder político.

Acrescente-se a isto o fato de que a concentração econômica faz com que, ao redor de quem o detém o capital junto com o poder político, estruture-se toda uma corte de eleitores dependentes de um sistema clientelista e de mandonismo. Este sistema que ainda vigora nas eleições curitibanas, com a indicação para empregos públicos e a nomeação para cargos políticos de confiança. Outra forma de manter a clientela política ocorre através do trabalho do vereador, como despachante dos órgãos municipais, buscando a solução de problemas relacionados a questões urbanísticas, como a liberação de alvarás de construção e de atividades comerciais, bem como ao assistencialismo direto com a doação de cestas básicas, medicamentos, auxílios financeiros diversos.

A doutrina identifica o clientelismo como uma forma de mandonismo, sendo que ambos os conceitos vão se modificando e modernizando ao longo dos tempos, porém mantendo sempre o mesmo núcleo, ou seja, o poder político é exercido pelos mandões que se confundem com as funções de governo.

Salienta José Murilo de Carvalho (1997, v. 40. n.2), ao fazer uma análise do mandonismo e clientelismo, nos dias de hoje, que:

“De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da do primeiro. Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo”.

Mas, afinal, todos os vereadores estudados neste artigo foram eleitos pelo voto popular num processo político eleitoral considerado democrático. Mesmo assim eles podem ser enquadrados nestas teorias sociológicas: materialismo histórico e clientelismo se, neste período analisado, muitos outros filhos de políticos foram candidatos e não se elegeram? O próprio Oliveira (2012, p. 10) procura dar uma resposta à indagação ao buscar nas camadas populares que não dominam os conteúdos culturais e por isto não consegue impor seus interesses, ao salientar que “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam”.

Ainda Oliveira (2012, p. 13) tem outra explicação para o fenômeno do nepotismo no legislativo curitibano que permanece até os dias atuais:

“A minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações”.

A outra ótica para procurar entender o fenômeno da continuidade familiar no poder público municipal é através da teoria das elites, de Gaetano Mosca, e da circulação das elites de Vilfredo Pareto. Em resumo, pela teoria das elites, as minorias comandam as maiorias porque possuem interesses comuns e isto dá a elas uma unidade impor os seus interesses. Comentando a teoria das elites, Renato Perissinoto (2009, p. 28) afirma que:

“... Mosca fornece o elemento que faltava à sua teorização sobre a “minoría organizada”: uma minoría é levada à organização, à ação coesa e coordenada porque seus membros partilham determinados interesses. Uma classe política religiosa, guerreira, econômica ou intelectual agirá sempre no sentido de manter o monopólio sobre os recursos socialmente valorizados que lhe possibilitam o domínio político sobre o resto da sociedade”.

Pareto, por sua vez, acrescentou a Teoria das Elites, a circulação das elites, ou seja, uma Teoria do Poder em que as elites vão substituindo suas peças e mudando seus atores, para continuar governando. As elites fazem as mudanças, buscando entre as maiorias dominadas os elementos para fazer a substituição de seus membros, permitindo assim a circulação entre os grupos. De tempos em tempos alguém da classe governada ascende à classe governante e passa a agir de acordo com a nova classe. Para os governados há uma aparente ascensão que, na verdade, serve apenas para manter o “*status quo*”.

As mudanças que ocorre entre os atores que governam possibilita que tudo permaneça como esta, ou seja, a elite política continua governando, dominando, e, conseqüentemente, mantendo seus interesses intocáveis. Mas acrescenta Pareto (RODRIGUES 1984, p. 82) que:

“por meio da circulação das classes eleitas, a classe eleita de governo encontra-se em estado de contínua e lenta transformação, corre como um rio, e a de hoje é diferente da de ontem. Vez por outra se observam repentinas e violentas perturbações, como as inundações de um rio, e depois a nova classe eleita de governo volta a modificar-se lentamente: o rio, tendo voltado ao seu leito, corre de novo regularmente”.

A questão da hereditariedade também é analisada por Pareto na Teoria da Circulação das Elites, onde a continuidade política não ocorre por mérito ou cooptação de atores da maioria não governante, mas pela influência familiar que controla o poder político e também as riquezas e as relações sociais. Nestes casos, argumenta Pareto, que a elite política entra em processo de decadência, lembrando que as oligarquias, historicamente em poucas gerações se degeneram e perdem o poder político. “O resultado desse processo é que vários indivíduos que não tem as qualidades necessárias, (isto é, a combinação adequada de resíduos) para o exercício e domínio político passam

a ocupar um lugar importante no interior da elite política”. Quando isto acontece, a elite política entra em processo de degeneração (PERISSINOTO, 2009, p. 68).

Foi o que se observou, ao longo deste estudo, sobre algumas famílias, que ocuparam o legislativo municipal. Quando o sucessor não tinha as qualidades do sucedido, em pouco tempo, a família deixou o cenário político curitibano. Em alguns casos, depois de ruidosos escândalos, como verificados pelos membros das famílias Derosso, Camargo e Simões.

3.1 AS PRINCIPAIS FAMÍLIAS

Pela longa permanência no legislativo municipal, destacam-se neste período investigado quatro famílias: Stival, Derosso, Braga Cortes e Losso. Estas famílias tiveram representantes na Câmara de Curitiba por décadas. Os Braga Cortes e os Losso, também fizeram carreira política a nível estadual e nacional, já que seus representantes elegeram-se para a Assembleia Legislativa e a Câmara Federal. Os Derosso e Stival, porém, a influência deles se limitou ao nível local.

As demais famílias também estudadas que tiveram e ainda tem representantes em períodos esparsos na Câmara de Curitiba são: os Camargo, Ribas, Moro, Barrozo, Passos, Bertoldi, Macedo, Almeida, Bronze Almeida, Stica, Simões, Santos, Tulio, Schier, Martins/Pereira, Moraes, Borghetti/Bueno, e Tosin/Fruet.

3.1.1 Stival

Os Stival (pai e filho), representantes, principalmente o bairro de Santa Felicidade, de colonização predominantemente italiana, tiveram o seu primeiro representante o pai, João Stival, na primeira legislatura, em 1947, permanecendo na Câmara até a nona legisla-

tura, em 1988, com filho Ivanir Ivay Stival. João Stival exerceu em plenitude três legislatura (1ª., 2ª. e 3ª.1947 a 1959) e assumiu como suplente em outras duas (5ª. Legislatura em 1965, e 6ª. Legislatura, em 1971). Ivanir Stival foi vereador de Curitiba de 1973 a 1988 (7ª., 8.a e 9ª. legislaturas, incluindo a legislatura especial de 1981/82).

FAMÍLIA STIVAL			
	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
João Stival (Pai)	1ª.	1947 a 1951	Nenhum
	2ª.	1951 a 1955	2º. Vice-Presidente 2º. Vice-Presidente 2º. Vice-Presidente
	3ª.	1955 a 1959	2º. Vice-Presidente 2º. Vice-Presidente 2º. Secretário
	5ª.	1965 (assume como suplente)	Nenhum
	6ª.	1971 (assume como suplente)	Nenhum
	IVANIR IVAI STIVAL (Filho)	7ª.	1973 a 1977
8ª.		1977 a 1981	Nenhum
Legislatura Especial		1981 a 1983	1º. Secretario
9ª.		1983 a 1988	Nenhum

Num período em que os prefeitos municipais da capital eram nomeados pelo governador do estado do Paraná, durante um curto período, em outubro 1952, João Stival ocupou o cargo de Prefeito. Seu filho Ivanir Stival, ao final do terceiro mandato, decidiu não concorrer mais a Câmara Municipal encerrando assim um período de quase 40 anos em que os Stival estiveram na Câmara Municipal de Curitiba.

3.1.2 Derosso

Os Derosso, de origem italiana, Del Rosso, migraram para o Brasil no final do século XIX, instalando-se primeiro em Guaraque-

çaba, posteriormente migraram para o bairro do Xaxim, em Curitiba, então uma região rural do município. O sobrenome Derosso é, portanto, uma corruptela do nome original, erro de cartório, tão comum daquele período, em que os sobrenomes estrangeiros nem sempre eram compreendidos pelos cartorários.

Os Derosso entraram na Câmara de Curitiba na quinta legislatura, eleições de 06 de novembro de 1963, e posse ocorreu em 19 de dezembro daquele mesmo ano, com a eleição de João Derosso, eleito sucessivamente por cinco legislaturas, estando sempre entre os mais votados de seu partido e da legislatura, permanecendo na Câmara por 25 anos consecutivos. Ele exerceu dois mandatos de seis anos (uma legislatura especial de dois anos), um de cinco e outros dois de quatro anos. Ocupou vários cargos na Mesa da Câmara, porém não chegou à presidência. Sua atuação caracterizou-se pelo atendimento as comunidades carentes das periferias.

Na décima legislatura João Derosso foi substituído na Câmara de Curitiba, por seu filho, João (Caio) Claudio Derosso, que permaneceu até ser cassado, em 2012. Caio Derosso tornou-se o vereador que mais tempo exerceu a Presidência da Câmara, sendo eleito consecutivamente por oito vezes, para mandatos de dois anos.

Não chegou a exercer os 16 anos de presidência, tendo se afastado do cargo em novembro de 2011, após uma série de denúncias a respeito de irregularidades administrativas. No ano seguinte, em março de 2012, Caio Derosso renuncia ao cargo de presidente da Câmara e, sob a ameaça de ser expulso de seu partido, o PSDB, pediu desfiliação.

Por este motivo, infidelidade partidária, Caio Derosso foi cassado pela Justiça Eleitoral em junho de 2012, não completando assim seu mandato de presidente da Câmara e também o mandato de vereador. O auge de seu poder ocorreu durante o mandato do prefeito Cassio Taniguchi, que governou Curitiba de 1997 a 2004.

FAMÍLIA DEROSSO			
	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
JOÃO DEROSSO (Pai)	5ª.	1963 a 1968	Nenhum
	6ª.	1968 a 1973	2º. Vice-Presidente 1º. Suplente de Secretaria
	7ª.	1973 a 1977	2º. Vice-Presidente 1º. Secretário
	8ª.	1977 a 1981	1º. Vice-Presidente
	Leg. Especial	1981 a 1983	Nenhum
	9ª.	1983 a 1988	2º. Vice Presidente
JOÃO CLAUDIO (CAIO) DEROSSO (Filho)	10ª.	1989 a 1992	1º. Secretário
	11ª.	1993 a 1996	Nenhum
	12ª.	1997 a 2000	Presidente Presidente
	13ª.	2001 a 2004	Presidente Presidente
	14ª.	2005 a 2008	Presidente Presidente
	15ª.	2009 a 2012	Presidente Presidente (cassado)

A família Derosso esteve continuamente no legislativo curitibano por 49 anos, constituindo-se no maior período em que uma família permaneceu com influência na legislativo municipal neste período estudado. A filha mais nova do patriarca João Derosso, Maria Helena (Mary) Derosso (que como a irmã, e o cunhado Chu, são funcionários da Câmara), tentou, eleger-se vereadora em 2012, sem sucesso, quebrando assim, a longa permanência no legislativo municipal dos Derosso. Eles mantiveram, por onze legislaturas consecutivas, influência significativa na política curitibana.

3.1.3 Braga Cortes

Os Cortes são um caso raro de família fundadora de Curitiba que teve representantes durante o período colonial na Câmara

Municipal e permanece até os dias atuais. O primeiro Cortes que se tem notícia, trata-se de Manoel Dias Cortes (PEREIRA, 2003, p. 13), que estava presente na reunião de 29 de março de 1693, em que foram eleitos os “homens bons” que escolheram os primeiros membros da Câmara, constituindo-se este ato, na elevação do povoado a condição de vila, portanto na organização política do que é hoje o município de Curitiba.

A respeito da família Braga Cortes, Oliveira (2001, p. 306) afirma que estão, entre os primeiros paranaenses, pois descendem “de Gabriel de Lara, primeira autoridade política da Capitania e Capitão Povoador de Paranaguá no século XVII”.

Neste período pós-redemocratização de 1946 já teve quatro vereadores: Fabiano Braga Cortes na quinta legislatura (1963 a 1968) que foi seguido por seus filhos Fabiano Braga Cortes Junior (10^a. E 11^a. Legislaturas 1989/1996) e Luiz Felipe Braga Cortes (13^o., 14^a.15^a. e 16^a. Legislaturas), quando assume como suplente em 2003, permanecendo até o mandato iniciado em 2013.

O pai, Fabiano Braga Cortes, exerceu vários mandatos de deputado estadual, tendo, inclusive, presidido a Assembleia Legislativa do Paraná e foi também deputado federal. Encerrou a carreira ao disputar, sem sucesso, uma vaga ao Senado Federal, nas eleições de 1986. O auge de sua força e influência política ocorreu durante os governos de seu primo Ney Braga coincidindo com o regime militar,

A família Braga Cortes tem ainda outra representante na Câmara Municipal, a vereadora Julieta Maria Braga Cortês Fialho dos Reis, filha do ex-deputado estadual João Antônio Braga Cortês, sobrinha do vereador Fabiano Braga Cortês, e prima de Fabiano Braga Cortes Junior e Luiz Felipe Braga Cortes.

FAMÍLIA BRAGA CORTES			
FABIANO BRAGA CORTES (Pai)	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	5ª.	1963 a 1969	1º. Vice-Presidente
FABIANO BRAGA CORTES JUNIOR (Filho)	10ª.	1989 a 1992	Nenhum
	11ª.	1993 a 1996	Nenhum
LUIZ FELIPE BRAGA CORTES (Filho)	13ª.	2003 a 2004	Nenhum
	14ª.	2005 a 2008	Nenhum
	15ª.	2009 a 2012	Nenhum
	16ª.	2013 a 2016	Nenhum
JULIETA BRAGA CORTES REIS (Prima)	12ª.	1997 a 2000	Nenhum
	13ª.	2001 a 2004	4ª. Secretaria
	14ª.	2005 a 2008	4ª Secretaria
	15ª.	2009 a 2012	Nenhum
	16ª.	2013 a 2016	2ª. Vice-Presidente

Conhecida politicamente como Julieta Reis, a quarta representante dos Braga Cortes, tem exercido vários mandatos consecutivos de vereadora, paralelamente ao seu primo Luiz Felipe Braga Cortes (12ª. a 16ª. Legislatura, de 1997 a 2013). É ainda prima, como os demais Cortes, do ex-governador Ney Braga, que governou o Paraná, por dois mandatos, foi prefeito de Curitiba, deputado federal, senador e Ministro da Educação.

3.1.4 Losso

Na quarta legislatura (1959 a 1963) surge um clã familiar que terá representantes, na Câmara Municipal de Curitiba, por quase 30 anos consecutivos, coincidindo com o período em que os militares governaram o Brasil: os Losso. O primeiro dos Losso a ser eleito ve-

reador foi Igo Iwant Losso no pleito de 04 de outubro de 1959, assumindo o mandato em 20 de dezembro daquele mesmo ano.

Já no primeiro ano de mandato Igo assume a segunda secretaria da Câmara Municipal e no terceiro ano de mandato foi o segundo vice-presidente. Naquela época o mandato da Mesa na Câmara era de apenas um ano. Posteriormente ele se elegeu deputado estadual e federal por várias legislaturas.

Na legislatura seguinte, a quinta, Igo Losso foi substituído por seu irmão, Carlos da Vince Losso (1963 a 1968). Carlos, como o irmão Igo, permaneceu apenas uma legislatura exercendo, já no primeiro ano de mandato, o cargo de 1º. Vice-presidente da Mesa. Na sexta legislatura (1969 a 1972), o terceiro Losso, Ezequias é eleito vereador curitibano, permanecendo também na legislatura seguinte, a sétima (1973 a 1977).

A oitava legislatura (1977 a 1981) marca a entrada no legislativo municipal do quarto irmão Losso, Santiago. Com a prorrogação dos mandatos até 1983, Santiago também exerceu a legislatura especial (1981 a 1983). Ele foi reeleito em 1982, para mais uma legislatura, a nona, de seis anos, cujo mandato se encerrou em 1988.

Nas eleições de 1982, que marcou a volta do pleito direto para governadores de estados, os Losso tinham chapa completa em Curitiba, Santiago candidato a vereador, Ezequias, para deputado estadual, e Igo, candidato a deputado federal. O santinho da propaganda eleitoral da família Losso ocupava os três cargos legislativo: Câmara Municipal, Assembléia Legislativa e Congresso Nacional. Trazia a propaganda: para vereador: Losso; para deputado estadual: Losso; para deputado federal: Losso. Os três se elegeram para os cargos que disputavam.

FAMÍLIA LOSSO			
IGO IVANT LOSSO	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	4 ^a .	1959 a 1963	2º. Secretario 2º. Secretario
CARLOS DE VINCE LOSSO	5 ^a .	1963 a 1969	1º. Vice-Presidente
EZEQUIAS LOSSO	6 ^a .	1969 a 1973	Nenhum
	7 ^a .	1973 a 1977	Nenhum
SANTIAGO LOSSO	8 ^a .	1977 a 1981	Nenhum
	Legislatura Especial	1981 a 1983	Nenhum
	9 ^a .	1983 a 1988	Nenhum

O declínio da família Losso teve início a partir da eleição de 1982 quando um a um os seus representantes foram perdendo seus mandatos, no Congresso Nacional, na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa do Paraná. Igo, o pioneiro que havia sido deputado estadual e federal foi derrotado na eleição seguinte, de 1986, deixando sua cadeira na Câmara Federal. Santiago não se reelegeu vereador em 1988. Ezequias, que havia sido reeleito deputado estadual em 1986, perdeu a eleição de 1990.

Carlos Losso só tivera uma experiência como vereador e não disputou outros cargos públicos, sendo nomeado para uma função administrativa no quadro da Câmara de Curitiba, onde permaneceu até a sua aposentadoria.

O pai dos irmãos Losso, Miguel, disputou três eleições para deputado federal, a partir do final da década de 1950. Em nenhuma delas foi eleito, ficando duas vezes como terceiro e uma como quarto suplente. Assumir o mandato de deputado federal durante alguns meses no governo do presidente Garrastazu Médici.

Com o fim do regime militar, o poder político da família Losso em Curitiba e no estado do Paraná também desapareceu. Anos

mais tarde, um filho de Carlos Losso, Marcelo, tentou, sem sucesso eleger-se vereador em Curitiba.

4. OUTRAS FAMILIAS

A sucessão familiar na Câmara Municipal de Curitiba teve outras famílias, além das quatro que mais tempo permaneceram no legislativo municipal. Estas famílias foram se consolidando ao longo dos anos, algumas com vida curta, permanecendo duas ou três legislaturas, outras mais tempo. Também houveram famílias que fizeram na Câmara o primeiro degrau de uma escalada política de projeção estadual e até nacional.

Entre essas famílias destacam-se os Moro, que tiveram um prefeito e um candidato a Prefeito, não eleito. A família Fruet/Tosin em que os seus três representantes ocuparam o cargo de Prefeito. A família Macedo, que teve o primeiro prefeito, no século XIX, e outros prefeitos na República Velha, e também neste período analisado.

Houveram ainda prefeitos da família Tulio, sendo que seus dois representantes ocuparam, interinamente, a Prefeitura de Curitiba. A família Barrozo, com muito prestígio e força política nas primeiras legislaturas também elegeram vereadores e tiveram Prefeitos. Outras famílias estudadas neste tópico são: Almeida, Ribas, Stica, Simões, Santos, Bertoldi, Bronze de Almeida, Schier, Passos e Camargo.

4.1 Moro

A família Moro, de origem italiana, teve seu auge na política municipal nas décadas de 50 e 60, do século XX. O primeiro a se eleger vereador foi Amâncio Moro, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, na primeira legislatura (1947 a 1951) de origem humilde, e se destacando como empresário na área da indústria madeireira. Foi

presidente do Coritiba Futebol Clube e da Federação Paranaense de Futebol, responsável pela organização da Copa do Mundo de 1950 na capital paranaense.

Amâncio Moro, em 31 de janeiro de 1951, foi nomeado prefeito de Curitiba, pelo então recém empossado governador Bento Munhoz da Rocha Neto, permanecendo no cargo até 09 de julho do mesmo ano, sendo sucedido por Wallace Tadeu de Mello e Silva, pai do futuro prefeito de Curitiba e futuro governador do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva.

FAMÍLIA MORO			
AMÂNCIO MORO (Pai)	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	1ª.	1947 a 1951	Nenhum
DOMINGOS PRIMO MORO (Primo)	4ª	1959 a 1963	1º. Suplente de Secretario
CARLOS ALBERTO MORO (Filho)	4ª.	1959 a 1963	Nenhum

O único filho de Amâncio Moro, o advogado Carlos Alberto Moro, foi eleito vereador de Curitiba na quarta legislatura (1959 a 1963). Ele foi candidato a prefeito pela situação, na sucessão do General Iberê de Mattos, do PTB. Conseguiu a segunda colocação no pleito de 1962, em que foi eleito, Ivo Arzua Pereira. Posteriormente Carlos Alberto Moro assumiu como secretário de estado, no governo Paulo Pimentel, de três pastas: Trabalho, Saúde e Educação.

Na quarta legislatura, num fato inédito, foram eleitos três vereadores da família Moro, para a Câmara Municipal de Curitiba, Domingos Primo Moro, que era primo de Amâncio Moro e de Car-

los Alberto Moro e também Ivo Moro, que não era parente próximo dos demais Moro. Ivo Moro foi vereador desde a terceira legislatura (1955 a 1959) e reeleito para a quinta legislatura (1963 a 1968), ocupando cargos na 1ª. e 2ª. Secretaria da Mesa.

4.2 Tosin/Fruet

A família Tosin/Fruet foi, de todas as famílias estudadas, a que teve a maior projeção, não apenas a nível local como nacional. Os seus três representantes ocuparam a Prefeitura de Curitiba e, dois (Maurício e Gustavo) também por, algumas legislaturas, foram deputados federais. Pode-se afirmar que a Câmara Municipal foi para os Tosin/Fruet a porta de entrada para a política curitibana e nacional.

O primeiro a ocupar a Prefeitura de Curitiba foi Moacir Tosin, como interino em 1983, como presidente da Câmara. Ele é o que teve maior número de mandatos (três legislaturas normais e mais uma legislatura especial), permanecendo na Câmara por 12 anos. Em dois mandatos assumiu como suplente.

FAMÍLIA TOSIN/FRUET			
MAURICIO ROSLINDO FRUET (PAI)	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	6ª.	1969 a 1971	Nenhum
MOACIR TOSIN (PRIMO)	7ª.	1975 a 1976	Nenhum
	8ª.	1979 a 1981	Nenhum
	Legislatura Especial	1981 a 1983	Nenhum
	9ª.	1983 a 1988	Presidente
GUSTAVO BONATO FRUET (FILHO)	12ª.	1997 a 1999	Nenhum

Mas o primeiro ser eleito vereador foi Maurício Roslindo Fruet, na sexta legislatura, dois anos depois em 1970 foi eleito deputado estadual onde cumpriu dois mandatos. Em 1978 foi eleito deputado federal e reeleito, o mais votado do Paraná, em 1982. Maurício Fruet foi o último prefeito nomeado (1983 a 1985) quando, com o fim do regime militar, os prefeitos das capitais, áreas de fronteiras e estâncias hidrominerais, passaram a ser eleitos pelo voto popular.

Ainda Maurício Fruet cumpriu mais um mandato de deputado federal, sendo constituinte de 1988. Posteriormente tentou uma vaga ao Senado Federal sem sucesso.

O filho de Maurício Fruet, Gustavo Fruet, elegeu-se vereador para a 12^a. legislatura (1997 a 2000), renunciando ao cargo para assumir uma cadeira de deputado federal, em fevereiro de 1999. Maurício Fruet faleceu durante a campanha a Câmara Federal de 1998, sendo substituído na chapa por Gustavo que se elegeu e foi reeleito outras duas vezes, cumprindo três mandatos integrais no Congresso Nacional.

Após uma campanha frustrada para o Senado Federal em 2010, Gustavo que havia sido o candidato a senador mais votado de Curitiba, elegeu-se Prefeito nas eleições de 2012. Na Câmara de Curitiba, a exemplo de seu pai, ficou apenas dois anos, não ocupando neste período cargo na Mesa.

O parentesco de Moacir Tosin com os Fruet é por parte de Ivete, esposa de Maurício e mãe de Gustavo. Ele é primo-irmão de Ivete Tosin Bonato Fruet, e começou a carreira política disputando a cadeira na Câmara de Curitiba que foi de Maurício Fruet, e com o apoio deste.

4.3 Almeida

A família Almeida, que representa o setor da construção pesada, proprietários de uma das maiores empreiteiras de obras

públicas do país a C.R. Almeida, teve dois representantes na Câmara Municipal entre a 10ª. e 15ª. legislaturas. Nely Valente Almeida, tia, e Marcelo Beltrão Almeida, o sobrinho. Nely Almeida foi vereadora por seis legislaturas consecutivas, vindo a falecer no exercício do último mandato.

Neste período Nely Almeida exerceu quatro mandatos completos, assumindo em outros dois como suplente. Ela era casada com o médico cirurgião Felix do Rego Almeida, e irmão de Cecílio do Rego Almeida, um dos maiores empreiteiros do Brasil que também era pai do vereador Marcelo Almeida. No período em que esteve na Câmara Municipal, Nely Almeida ocupou apenas uma vez cargo na Mesa, o de segunda vice-presidente.

FAMÍLIA ALMEIDA			
	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
NELY VALENTE ALMEIDA (Tia)	10ª.	1989 a 1993	Nenhum
	11ª.	1993 a 1996	2ª. Vice-Presidente
	12ª.	1997 a 2000	Nenhum
	13ª.	2003 a 2004	Nenhum
	14ª.	2005 a 2008	Nenhum
	15ª.	2011 a 2012	Nenhum
	MARCELO BELTRÃO ALMEIDA (Sobrinho)	11ª.	1993 a 1996
13ª.		2001 a 2003	Nenhum

Já Marcelo Beltrão Almeida foi eleito duas vezes vereador de Curitiba sendo que na 11ª. legislatura exerceu todo o mandato em companhia da tia Nely Almeida. Na outra legislatura em que esteve na Câmara, a 13ª., na metade do mandato, foi nomeado diretor do Departamento de Trânsito, o Detran, órgão estadual. Antes, na 12ª. legislatura havia tentado a reeleição de vereador, sem sucesso.

Marcelo Almeida assumiu em duas legislaturas subsequentes, no Congresso Nacional, como suplente, o mandato de deputado federal. Além do pai ser um dos homens mais ricos do país, seu tio, Carlos do Rego Almeida, foi senador pelo estado do Amapá, na primeira eleição ao Senado daquela recém criada unidade federativa, após a Constituição de 1988.

O primo de Marcelo e sobrinho de Nely, Caco Almeida, filho do senador Carlos do Rego Almeida, tentou se eleger vereador na 15ª. legislatura, sem êxito. A divisão dos votos familiares fez com que Nely Almeida, não fosse eleita, vindo a assumir o mandato no decorrer daquela legislatura em que morreu. Ainda em 2014, Marcelo Almeida tentou, sem sucesso, eleger-se senador.

4.4 Ribas

Os Ribas tiveram dois primos na Câmara Municipal de Curitiba, por 37 anos consecutivos da 2ª. legislatura (1951 a 1955) a 9ª. legislatura (1983 a 1988). Arlindo Ribas de Oliveira foi o primeiro a ser eleito, tendo exercido vários cargos na Mesa, 1º. e 2º., secretário, e 1º. e 2º. vice-presidente, exercendo mandato de vereador por 25 anos, ou seis legislaturas consecutivas.

Ao encerrar a carreira Arlindo Ribas de Oliveira foi substituído pelo primo distante Ivan Ribas, que foi vereador por 12 anos, da 8ª. a 9ª. legislaturas, e também a legislatura especial em que os mandatos foram prorrogados. Na Câmara exerceu o cargo de 2º. vice-presidente da Mesa.

FAMÍLIA RIBAS			
	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
ARLINDO RIBAS DE OLIVEIRA (Primo)	2ª.	1951 a 1955	Nenhum
	3ª.	1956 a 1959	Nenhum
	4ª.	1959 a 1963	2º. Secretário 1º. Vice-Presidente 1º. Vice-Presidente
	5ª.	1963 a 1968	1ª. Secretario
	6ª.	1969 a 1973	Nenhum
	7ª.	1973 a 1976	Nenhum
	IVAN RIBAS (Primo)	8ª.	1976 a 1981
Legislatura Especial		1981 a 2083	Nenhum
9ª.		1983 a 1988	Nenhum

Na história do Paraná, outro primo dos Ribas foi o interventor, Manoel Ribas, governou o estado durante boa parte da Era Vargas, em período anterior a redemocratização de 1946. Na história do legislativo curitibano são encontrados muitos Ribas que exerceram o cargo de vereador durante o período colonial.

4.5 Macedo

O primeiro prefeito de Curitiba foi um Macedo, José Borges de Macedo (1835 a 1838) nomeado pela Assembleia da Província de São Paulo. No período da República Velha, Joaquim Pereira de Macedo foi prefeito por dois períodos (1908/12 e 1930/32) e, no final do Estado Novo, outros Macedo foram prefeitos de Curitiba: João Macedo de Souza (1945 e 1946) e Raul Azevedo de Macedo (1947).

Na Câmara Municipal, após a redemocratização de 1947, dois Macedo elegeram-se vereadores: João Pereira de Macedo e Ra-

fael Greca de Macedo primos distantes, o primeiro era primo do avô do segundo. João Pereira de Macedo foi vereador na primeira legislatura (1947 a 1951) e não exerceu nenhum cargo na Mesa.

FAMÍLIA MACEDO			
	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
JOÃO PEREIRA DE MACEDO	1ª.	1947 a 1951	Nenhum
RAFAEL GRECA DE MACEDO	9ª.	1983 a 1987	Nenhum

Rafael Greca de Macedo, da linhagem dos prefeitos, elegeu-se vereador na 9ª legislatura (1983 a 1987), interrompendo sua carreira na Câmara Municipal para assumir uma vaga de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná, em 1987. Foi reeleito deputado estadual em 1990 e, em 1992, elegeu-se prefeito de Curitiba. Após ter sido prefeito, foi secretário de estado, deputado federal e ministro do Turismo, na virada do século 21, quando das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Tentou, sem sucesso retornar a Assembleia Legislativa do Paraná e a Prefeitura de Curitiba em eleições posteriores. Por parte de mãe, Rafael é neto de Raphael Francisco Greca, primo em segundo grau, de Natália Greca, mãe do ex-vereador e ex-prefeito de Curitiba, Amâncio Moro.

4.6 Stica

O primeiro Stica (nome original da família Stecca imigrantes italianos da província de Treviso que se instalaram no município da Lapa no final do século XIX) a ser eleito vereador de Curitiba, em 92,

foi Natálio Stica. Ele foi líder sindical da categoria dos petroleiros e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Exerceu o mandato de vereador por três legislaturas seguidas, elegendo-se deputado estadual uma década depois.

FAMÍLIA STICA			
	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
NATÁLIO STICA (PAI)	11 ^a .	1993 a 1996	Nenhum
	12 ^a .	1997 a 2000	Nenhum
	13 ^a .	2001 a 2003	Nenhum
JONNY STICA (FILHO)	15 ^a .	2009 a 2012	Nenhum
	16 ^a .	2013 a 2016	Nenhum

O filho mais jovem de Natálio Stica, Jonny Stica, arquiteto e urbanista, elegeu-se vereador na 15^a. legislatura, quando o pai já não era mais deputado, reelegendo-se na legislatura seguinte. A família Stica cumpre a quinta legislatura na Câmara Municipal de Curitiba e, nestes mandatos todos ainda não exerceu cargo na Mesa do legislativo curitibano. Jonny Stica presidiu por várias oportunidades a Comissão de Urbanismo e Obras Públicas da câmara curitibana.

4.7 Passos

Mãe e filho foram vereadores de Curitiba neste período estudado. Zélia Passos assumiu, como suplente na 10^a. legislatura (1991 a 1992), ficando dois anos na Câmara Municipal e, posteriormente, seu filho mais novo, André Passos foi vereador na 13^a. e 14^a. legislatura. O detalhe, nesta história, é que Zélia militante contra o regime

militar, foi presa política durante a gestação de André, na década de 70 do século XX.

O pai de André, Edésio Passos, também militante contra a ditadura militar, fundador do Partido dos Trabalhadores, foi candidato a prefeito de Curitiba, ao Senado Federal e exerceu um mandato como deputado federal. André Passos, após uma tentativa frustrada de eleger-se deputado estadual, decidiu não mais disputar uma cadeira na Câmara Municipal.

FAMÍLIA PASSOS			
	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
ZELIA PASSOS (MÃE)	10 ^a .	1991 A 1992	Nenhum
ANDRE PASSOS (FILHO)	13 ^a .	2001 a 2004	Nenhum
	14 ^a .	2004 a 2008	Nenhum

Durante o período estudado também outro Passos, Adhail Sprenger, foi vereador por três legislaturas normais e uma especial, com a prorrogação dos mandatos de prefeito e vereadores de 1981 a 1983. Embora como mesmo sobrenome, não era parente próximo de Zélia e André Passos. Adhail Sprenger Passos foi, por 14 anos vereador, elegeu-se deputado estadual e foi também vice-prefeito de Roberto Requião, tendo assumindo apenas uma vez a Prefeitura.

4.8 Barrozo

A família Barrozo teve dois representantes na câmara curitibana, na 1^a. e 2^a. Legislatura, pai e filho: Roberto Barrozo e Roberto

Barrozo Filho. Ambos foram presidentes da Câmara e prefeitos de Curitiba. A força dos Barrozo na política ocorreu no primeiro período pós Estado Novo, quando estava iniciando o período de redemocratização.

Roberto Barrozo pai foi advogado, diretor da Prefeitura de Paranaguá, chefe de Polícia do Paraná, Secretários do Negócios do Interior e da Justiça por duas vezes, na qualidade de suplente, assumiu o mandato de deputado federal, foi titular do 2º. Cartório de Protesto de Títulos de Curitiba (NICOLAS, 1974, p. 212, /13).

FAMÍLIA BARROZO			
ROBERTO BARROZO (PAI)	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	1ª.	1947 a 1951	Presidente
ROBERTO BARROZO FILHO (FILHO)	1ª.	1948 a 1951	Nenhum
	2ª.	1951 a 1955	Presidente Presidente

A família Barrozo abandonou a política municipal dedicando-se ao ramo de cartório. Mas no final do regime militar voltou a ter influência na política de Curitiba com o Jornal do Estado, fundado por Roberto Barrozo Filho (atual Bem Paraná), porém não tiveram mais representantes na Câmara Municipal.

4.9 Simões

Dois irmãos foram vereadores de Curitiba, nas 10ª., 11ª., 12ª. e 15ª. legislaturas: Carlos Xavier Simões e Iris Xavier Simões. A força dos irmãos Simões coincidiu com o período em que o irmão mais velho, João Simões, foi o secretário executivo do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Curitiba e Região Metropolitana.

na, Setransp. Neste período, sob o comando de Simões, foi criado na Câmara, um grupo político denominado Pró-Cidade, de apoio ao Executivo Municipal.

O poder político de João Simões em Curitiba teve seu auge nos anos 90, quando a maioria dos vereadores da Câmara pertencia ao Grupo Pró-Cidade. Neste período ele elegeu o irmão mais jovem, Iris Simões (1995/96), presidente da Câmara e tentou elegeu o outro irmão, Carlos Simões, nas eleições de 1996, que à época era deputado estadual, prefeito de Curitiba.

FAMÍLIA SIMÕES			
CARLOS XAVIER SIMÕES (Irmão)	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	10ª.	1989 a 1991	Nenhum
IRIS XAVIER SIMÕES (Irmão)	11ª.	1993 a 1996	Presidente
	12ª.	1997 a 1999	Nenhum
	15ª.	2012	Nenhum

Com a tentativa frustrada de elegeu Carlos Simões prefeito de Curitiba, João Simões perdeu o emprego no Setransp e começou o declínio da família Simões na política curitibana, embora os irmãos, Carlos e Iris, tenham sido eleitos respectivamente, deputado estadual e federal por algumas legislaturas.

Envolvido no escândalo do Sanguessugas do Congresso Nacional, em que deputados federais destinavam, através de emendas

parlamentares, recursos para a área de saúde, recebendo comissões de empresas que forneciam as ambulâncias para os municípios, Iris Simões não se reelegeu mais deputado federal.

Em 2008, Iris Simões tentou uma vaga na Câmara Municipal amargando uma suplência distante. Mesmo assim, acabou assumindo, no mês de novembro de 2012, o cargo de vereador após a morte da vereadora Nely Almeida, e uma série de cassações e perda de mandatos de vereadores da coligação na qual ele fazia parte.

Já Carlos Simões também teve o mandato de deputado estadual cassado e chegou a ser preso sob acusação de abuso do poder econômico e compra de votos. E quanto a João Simões, este tentou e não conseguiu se eleger deputado estadual nas eleições de 2002.

No auge do poder dos Simões, um cunhado (casado com uma de suas irmãs) Cesar Manfron, foi por dois mandatos consecutivos, prefeito de Almirante Tamandaré, município da região metropolitana de Curitiba.

4.10 Santos

A família Santos, pai e filho, José Roberto Aciolli dos Santos e Cristiano Santos, elegeram-se os vereadores mais votados de Curitiba na 15ª. e 16ª. legislatura, reflexo dos programas mais populares de noticiário policial no rádio e na televisão curitibana.

FAMÍLIA SANTOS			
ROBERTO ACIOLLI (José Roberto Aciolli dos Santos) (Pai)	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	15ª.	2009 a 2011	Nenhum
CRISTIANO SANTOS (Filho)	16ª.	2013 a 2016	Nenhum

Roberto Aciolli permaneceu apenas dois anos na Câmara de Curitiba (2009/11), elegendo-se no meio da legislatura deputado estadual à Assembleia Legislativa do Paraná. Não chegou a exercer nenhum cargo na Mesa do legislativo curitibano. Antes ele já havia tentado, em algumas oportunidades, eleger-se vereador e deputado estadual, sem obter sucesso.

4.1.1 Túlio

Os Túlio, de origem italiana, tiveram dois representantes na Câmara Municipal, parentes distantes, mas não chegaram a se conhecer pelo período que separou a carreira política deles. Ambos chegaram a exercer o cargo de Prefeito de Curitiba, na condição de presidente da Câmara e de Vice-Prefeito.

Augusto Toaldo Tulio, foi vereador na segunda legislatura (1951 a 1955) ocupando, neste período, o cargo de prefeito por dois dias, quando os prefeitos da Capital eram nomeados pelo governador do estado do Paraná,.

FAMÍLIA TÚLIO			
AUGUSTO TOALDO TÚLIO	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	2ª.	1951 a 1955	1º. Vice-Presidente
ALGACI ORMÁRIO TÚLIO	9ª.	1983 A 1987	1º. Vice-Presidente
	15ª.	2009 a 2012	Nenhum

Já Algaci Ormário Túlio foi vereador por duas legislaturas a 9ª. (1983 a 1987) e a 15ª. (2009 a 2012). Entre estas duas legislaturas, ele foi eleito deputado estadual vários mandatos e, por duas vezes, vice-prefeito eleito, a primeira na chapa de Jaime Lerner (1988) e a outra com Cassio Taniguchi (1998), no primeiro mandato deste. Nestes dois períodos assumiu como Prefeito interino por 18 vezes.

4.12 Bertoldi

Concessionários do serviço de transporte coletivo desde a década de 50, os Bertoldi também tiveram dois representantes na Câmara Municipal de Curitiba. Marcos Bertoldi, tio, foi vereador por duas legislaturas, a 4ª. (1959 a 1963) e na 5ª. (1969), quando era suplente, assumiu por um breve período em 1969. No período em que esteve no legislativo curitibano ele não exerceu nenhum cargo de destaque na Mesa.

FAMÍLIA BERTOLDI			
MARCOS BERTOLDI (Tio)	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	4ª.	1959 a 1963	Nenhum
	5ª.	1969	Nenhum
OSMAR STUART BERTOLDI (Sobrinho)	11ª.	1993 a 1996	Nenhum
	12ª.	1997 a 2000	1º. Secretário 1º. Secretário
	13ª.	2001 a 2004	1º. Secretário 1º. Secretário

Já o seu sobrinho, Osmar Stuart Bertoldi, foi vereador por três legislaturas, ocupando por quatro período consecutivos, o cargo de 1º. secretários, coincidindo com as sucessivas reeleições a presidências de João Claudio Derosso. Ambos formaram uma dupla poderosa no Comando da Câmara por oito anos, o período em que o Prefeito de Curitiba foi Cassio Taniguchi.

Na sucessão de Cassio Taniguchi em 2004, Osmar Bertoldi foi o candidato oficial do Prefeito causando uma cisão no grupo político, que comandava a Prefeitura desde 1989, com a eleição de Jaime Lerner. Saiu-se vencedor o então vice-prefeito Beto Richa, também lernista, que 12 anos antes, não conseguira se eleger vereador.

Bertoldi, entre os 12 candidatos que disputaram aquele pleito, ficou em 4º. Lugar, com pouco mais de 6 % dos votos válidos. Nas

eleições seguintes, para a Assembleia Legislativa, 2006, Osmar Bertoldi elegeu-se deputado estadual, reelegendo-se em 2010. Em 2014 foi candidato a deputado federal, ficando na suplência e assumindo o mandato por alguns meses no início de 2015.

4.13 Bronze de Almeida

O primeiro a disputar uma vaga na Câmara de Curitiba foi o filho, Dino José Bronze de Almeida Filho, na 11ª legislatura. Assumiu o cargo de vereador, por alguns meses, em meados de 1996 permanecendo até o final da legislatura, quando a justiça determinou o aumento de vagas da Câmara de 33 para 37 vereadores.

FAMÍLIA BRONZE DE ALMEIDA			
DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA FILHO (FILHO)	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	11ª.	1996	Nenhum
DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA (PAI)	12ª.	1997 a 2000	Nenhum

Na legislatura seguinte, a 12ª., o pai, Dino Bronze de Almeida, a época e por várias décadas, o mais influente colunista social de Curitiba, foi eleito vereador de Curitiba. Os Bronze de Almeida estiveram no legislativo curitibano apenas duas legislaturas. Logo após o final do mandato, em meados de 2001, Dino Almeida pai faleceu. O filho ainda tentou retornar à Câmara municipal sem obter êxito em eleições seguintes, falecendo alguns anos após o pai.

4.14 Schier

A família Schier descendo do fundador de Curitiba, Baltazar Carrasco dos Reis por parte de Noemia Correia Negrão que foi casada com Gustavo Schier. Um dos filho do casa, Feliciano Belarmino (Tito) Schier, e uma neta, Marcia Schier foram vereadores de Curitiba no período estudado.

Feliciano (Tito) Schier, comerciante da região sul da cidade, foi eleito vereador na 5ª. legislatura (1964 a 1968), exercendo apenas um mandato. No mandato, de cinco ano, não ocupou nenhum cargo na Mesa, embora naquela época as eleições para a Comissão Executiva da Câmara fosse anual.

FAMÍLIA SCHIER			
(TITO) FELICIANO BELARMINO SCHIER (Tio)	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	5ª.	1964 a 1968	Nenhum
MARCIA SCHIER (Sobrinha)	13ª.	2003	Nenhum

A sobrinha de Feliciano (Tito) Schier, após uma militância junto ao setor empresarial, mais especificamente na Associação Comercial do Paraná, candidatou-se a vereadora ficando na suplência. Por alguns meses, no ano de 2003, assumiu como vereadora em substituição ao vereador que Eden Habib que se licenciou para tratamento de saúde. Tentou mais uma vez eleger-se vereadora sem obter êxito.

4.15 Camargo

A família Camargo foi uma das mais influentes na política paranaense no século XX. Teve presidente do estado (atual gover-

nador), senador, deputado federal, deputado estadual e prefeito de Curitiba. Os três membros da família Camargo que se elegeram vereador, Mario Afonso, Fabio e Afonso Celso, no período estudado são parentes distantes.

Mario Affonso Alves de Camargo foi vereador na segunda legislatura (1951 a 1955), presidente da Câmara e, por três vezes, prefeito interino de Curitiba. Posteriormente elegeu-se para várias legislaturas a Assembleia Legislativa do Paraná.

FAMÍLIA CAMARGO			
MARIO AFFONSO ALVES DE CAMARGO	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	2ª.	1951 a 1955	1º. Secretário
FABIO CAMARGO	13ª.	2001 a 2004	1º. Vice-Presidente
	14ª.	2005 a 2007	1º. Secretário
AFONSO CELSO KOEHLER DE CAMARGO	14ª.	2008 (assumiu como suplente)	Nenhum

Já Fabio Camargo foi vereador na 13ª. (2001 a 2004) e 14ª. legislatura (2005 a 2007), quando renunciou ao mandato para assumir como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Paraná. No período em que foi vereador, ocupou os cargos de 1º. Secretário e 1º. Vice-presidente.

Quando deputado estadual Fabio disputou a Prefeitura de Curitiba, fazendo votação insignificante. Foi reeleito deputado estadual em 2010, permanecendo no cargo até 2013, quando foi nomeado com conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, perdendo, posteriormente, o cargo, por decisão judicial, cargo que exerce atualmente também por ordem judicial.

O desembargador Cleiton Camargo, pai de Fábio, que quando promotor de justiça tentara eleger-se deputado estadual e vereador. Na época (2013) da eleição do filho para o Tribunal de Contas, era presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, e foi obrigado a renunciar ao mandato, depois de vários escândalos envolvendo sua atuação como magistrado.

Por um período de menos de um mês (de 09 de dezembro de 2008 até o dia 31 de dezembro daquele mesmo ano) Afonso Celso de Camargo foi vereador de Curitiba. Não disputou mais eleições, transferindo seu domicílio para o município de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba.

5. FAMÍLIAS ESPECIAIS

Neste tópicos serão analisadas três famílias que tiveram vereadores na Câmara de Curitiba e que, por questões didática, são classificadas como famílias especiais, pois não formam aquelas famílias tradicionais com laços de sangue: pai, mãe, filhos, primos, avós, tios e etc. Estas famílias são especiais por suas características próprias, por se tratarem de famílias políticas, embora, em um dos casos analisados, a família Martins/Pereira, há laços de sangue entre as primas Clair da Flora Martins e Jane Rodrigues.

As outras duas famílias estudadas são a família Borghetti e Bueno formada por um casal de vereadores que contraíram matrimônio durante a legislatura; e a família Moraes, em que um assessor, assume o sobrenome do vereador a quem servia, e dá continuidade ao patrimônio eleitoral do antigo chefe, elegendo-se também vereador por várias legislaturas.

5.1 Martins/Pereira

Hasiel Pereira e Clair da Flora Martins formam uma família única na Câmara Municipal de Curitiba, já que foram casados e ocuparam o mesmo cargo público. Eles se conheceram na luta contra a ditadura militar, como militantes de esquerda, no movimento estudantil. Pagaram um alto preço por isto, foram presos e torturados e cumpriram pena de prisão por atividades contra o regime militar.

Casados, com filhos, morando em Curitiba, Hasiel Pereira foi eleito vereador de Curitiba, na 9ª. legislatura (1983/88) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB. Hasiel Pereira tentou a reeleição sem êxito. Posteriormente o casal se separou, mas não na militância política. Clair foi eleita vereadora na 13ª. legislatura, pelo Partido dos Trabalhadores, PT, cumprindo apenas meio mandato, tendo sido eleita deputada federal, em 2002, assumindo aquele cargo em fevereiro de 2003.

FAMÍLIA MARTINS/PEREIRA			
HASIEL DA SILVA PEREIRA FILHO	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	9ª.	1983 a 1988	Nenhum
JANE TEREZA RODRIGUES (Prima)	12ª.	1999 A 2000	Nenhum
CLAIR DA FLORA MARTINS	13ª.	2001 a 2003	Nenhum

Clair da Flora Martins foi a primeira mulher no Paraná a ser eleita deputada federal, onde exerceu apenas um mandato. Disputou novamente a Câmara Federal ficando como suplente. A Dra. Clair, como é conhecida por ser advogado dos trabalhadores, não mais disputou o cargo de vereadora de Curitiba.

Anteriormente, na 12ª. legislatura, por um período de dois anos, assumiu na Câmara Municipal, como suplente a vereadora

Jane Tereza Rodrigues, prima da vereadora Clair da Flora Martins. Jane Rodrigues não ocupou nenhum cargo na Mesa e após este mandato desistiu da vida pública.

5.2 Borghetti e Bueno

A família Borghetti e Bueno durou apenas uma legislatura na Câmara Municipal de Curitiba. Ambos elegeram-se na 15ª. Legislatura por partidos diferentes. No decorrer do mandato, solteiros, namoraram e casaram durante a legislatura. Tanto Juliano Borghetti, quanto Renata Bueno tentaram a reeleição sem sucesso. Renata, posteriormente, elegeu-se deputada ao Parlamento Italiano representando a comunidade ítalo-brasileira naquele legislativo.

FAMÍLIA BUENO/BORGHETTI			
JULIANO BORGHETTI	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
	15ª.	2009 a 2012	Nenhum
RENATA BUENO	15ª.	2009 a 2012	Nenhum

Trata-se, sem dúvida, de um caso raro e único na Câmara Municipal de Curitiba que, ao longo do período analisado, teve apenas 20 vereadoras, a maioria delas, quando chegaram ao legislativo municipal, já estavam casadas.

Embora tenha sido o primeiro e único mandato de ambos na Câmara de Curitiba, seus sobrenomes são muito conhecidos na política paranaense, tendo o pai de Renata, Rubens Bueno sido deputado estadual, Prefeito de Campo Mourão e deputado federal, além de candidato a Prefeito de Curitiba e a Governador do Paraná.

Também Juliano Borgethi tem uma irmã, Cida Borghetti, que foi deputada estadual, deputada federal, e é atualmente vice-gover-

nadora do Paraná, e casada com o ex-Prefeito de Maringá, Ricardo Barros, ele também deputado federal e secretário de estado e filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Maringá, Silvio Barros, e irmão também do ex-prefeito daquela cidade, Silvio Barros 3º. Em 2014, a sobrinha de Juliano Borgetti, Maria Vitória, filha de Cida Borghetti e Ricardo Barros, foi eleita deputada estadual pelo Paraná.

5.3 Moraes

A família Moraes na verdade é composta apenas por um Moraes, Mauro Moraes e Silva, porém nos últimos 30 anos, dois vereadores com este sobrenome compõe a Câmara de Curitiba da 9ª. a 16ª. legislatura. O outro Moraes, Gilberto Pires dos Santos, apelido Beto Moraes, não possui nenhum grau de parentesco com Mauro, tendo, por vários anos atuado como chefe de seu gabinete parlamentar.

FAMÍLIA “MORAES”			
	LEGISLATURA	PERÍODO	CARGOS NA MESA
MAURO MORAES	9ª.	1983 a 1988	Nenhum
	10ª.	1989 a 1992	2º. Vice-Presidente
	11ª.	1993 a 1996	3º. Secretário
	12ª.	1997 a 2000	3ª. Secretario 3ª. Secretario
	13ª.	2001 a 2003	1º. Vice-Presidente
BETO MORAES	14ª.	2005 a 2008	Nenhum
	15ª.	2009 a 2012	Nenhum
	16ª.	2013 a 2016	Nenhum

Pode-se dizer que, para efeitos de opinião pública, aparentemente ambos são parentes, pai e filho, irmãos, primos e etc. Ambos

fazem campanha conjuntamente, utilizando inclusive os mesmos slogans, os mesmos tipos de letras nos nomes, encaminham aos eleitores cartões de aniversários com as assinaturas dos dois. Mauro e Beto Moraes não formam uma família sanguínea, mas sim uma família política.

Mauro Moraes, ao se eleger deputado estadual, manteve sua base no município de Curitiba, com a eleição de Beto Moraes, repetindo a mesma prática de outras famílias. Beto Moraes já está na terceira legislatura, enquanto que Mauro Moraes cumpriu 4,5 legislaturas tendo, nos 20 anos que permaneceu na Câmara de Curitiba, exercido vários cargos na Mesa, chegando inclusive a primeira vice-presidente. Beto Moraes, até o momento, não ocupou nenhum cargo diretivo no legislativo de Curitiba.

6. CONCLUSÃO

Observou-se, ao longo da investigação, o elevado número de famílias e como o sobrenome ainda é relevante nas eleições dos vereadores para a Câmara Municipal de Curitiba. O fato de que quase 20 % dos vereadores pertencerem a grupos familiares demonstrar o caráter conservador da política curitibana e que, a sucessão genealógica no legislativo municipal, é também um negócio familiar.

Também chega-se à conclusão de que algumas famílias, que tiveram relevância nos primeiros tempos da redemocratização, desapareceram da política local. Pode-se justificar esta decadência através da observação de Pareto de que quando os membros de determinada família não possui qualidades e não há circulação com os grupos da maioria governada a tendência é a ruína familiar. Esta situação está clara em algumas destas famílias que tiveram vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federal, caso dos Moro, Barrozo, Losso e Stival.

Outra observação é que a derrota eleitoral, pode não significar o fim político de algumas famílias. Nada impede que no futuro algum descendente eleja vereador, recomeçando todo o ciclo. Foi o caso dos Túlio, que tiveram um representante no início da década de 50 e, trinta depois voltaram a ter vereador no legislativo curitibano (Algaci Tulio 1982/87 e 2009/12), e também os Fruet que reciclando-se voltaram a ter vereador e Prefeito de Curitiba.

Outra conclusão que se chega é que a questão do nepotismo na política curitibana não é um privilégio apenas dos grupos de direita ou conservadores. Encontraram-se, pelo menos, quatro núcleos familiares de esquerda neste período que tiveram sucessores no legislativo municipal: as famílias Passos, Moro, Pereira/Martins e Stica.

Mais uma conclusão é que algumas famílias tradicionais na política curitibana sempre estão se renovando, como os Braga Cortes, Camargo e Macedo. Com exceção dos Cortes, cuja origem remonta a fundação de Curitiba, e que possuem representantes até os dias de hoje, as outras famílias ficam períodos em letargia e, numa geração seguinte, surge alguém, um parente distante, para resgatar a influência na política local.

Conclui-se ainda que ser vereador de Curitiba ainda é um dos principais caminhos para iniciar uma carreira política. Observou-se, no decorrer do estudo, o número elevado de vereadores que se tornaram prefeitos de Curitiba, deputados estaduais e federais e ocuparam outros cargos na hierarquia política local e regional.

Justifica-se o poder de algumas famílias pelo materialismo histórico, ou seja, a concentração do poder econômico com o poder político. Nesta situação, são representativas, as famílias Almeida, grandes empreiteiros de obras públicas, e Bertoldi, que controlam parcela significativa das concessões do transporte coletivo público de Curitiba.

E finalmente conclui-se que, o patrimônio eleitoral tem um valor, trata-se de um acervo que é utilizado como herança de algumas famílias curitibanas. Este patrimônio é utilizado por alguém do clã, do mesmo sangue, um parente como o filho, o neto, sobrinho, irmão, tio ou primo, formando no legislativo de Curitiba verdadeiro poder dinástico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

PEREIRA, M. R. de M (Org), **Livro dos 300 anos: Câmara Municipal de Curitiba 1693-1993**, Curitiba, Câmara Municipal de Curitiba, 1993;

CARVALHO, J.M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. *Dados* [online]. 1997, vol.40, n.2 ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>;

COUTINHO, E. G;. **Vereadores de Curitiba de 1947 a 1992**, Curitiba, mino, 1992;

IPPUC, **População nos Censos Demográficos e Estimativa da População nos Intervalos dos Censos de Curitiba - 1853 a 2011** Encontrado em http://ippucweb.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm acesso em 17 de janeiro de 2014;

MARTINS, W. B, **Levantamento das Legislaturas e Vereadores (1947-2016)**, Curitiba, Câmara Municipal de Curitiba, 2013 (mimo);

NICOLAS, M, **Almas das ruas, Cidade de Curitiba**, 2º. Volume, Curitiba, Litero-Tecnica, 1974;

OLIVEIRA, R. C **Na teia do nepotismo**, Curitiba, Insight, 2012;

_____ **O silêncio dos vencedores**, Curitiba, Núcleo de Estudos Paranaenses, 2001;

PERISSINOTTO, R, **As elites políticas – questão de teoria e método**, Curitiba, Ibpx, 2009;

RODRIGUES, J. A(Org.), FERNANDES, F, Coord). **Vilfredo Pareto – Sociologia**, São Paulo, Ática, 1984;

SANTOS, A. C. A, e SANTOS, M. F. dos (ORGs), **Eleições da Câmara Municipal de Curitiba (1748 a 1827)**, Curitiba, Tetravento, 2003;

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, **biografia de Amâncio Moro**, encontrado em <http://www.ctaamanciomoro.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=22> Acesso em 20 de janeiro de 2014;

ENTREVISTAS

Camargo, Afonso Koehler de (fevereiro de 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014;

Bertoldi, Osmar (março de 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014;

Greca, Rafael Valdomiro, (fevereiro 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014;

Moro, Carlos Alberto, (janeiro 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014;

Passos, André (fevereiro, 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014;

Ribas, Ivan, (fevereiro de 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014;

Schier, Marcia (fevereiro de 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014;

Silva, Hasiel Pereira da (janeiro 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014;

Tosin, Moacir (janeiro de 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014;

Túlio, Algaci Ormário (janeiro de 2014). Entrevistador: Jorge Luiz Bernardi, Curitiba, 2014.

O DESMONTE DO REGIME AUTORITÁRIO E O CONTEXTO HISTÓRICO DO PMDB NA ESFERA PARANAENSE: A HETERODOXIA DE ROBERTO REQUIÃO EM RELAÇÃO ÀS CONCEPÇÕES PEEMEDEBISTAS LOCAIS

Daiane Carnelos Resende¹

RESUMO: Neste artigo, será traçado uma breve análise sobre o período histórico da ditadura militar, procurando-se explicitar a importância do MDB (atual PMDB) na luta contra a militarização e também a sua ascensão ao poder após a derrocada deste regime, a chamada “redemocratização” em vários estados, salientando principalmente o Paraná. Consideramos de extrema importância evidenciar esses fatos para contextualizar o período histórico no qual Roberto Requião foi inserido politicamente no Paraná como Deputado Estadual, no ano de 1982, e sua participação neste momento conturbado que o país atravessava, primando por uma postura muitas vezes independente da *doxa* partidária. Utilizaremos, para tanto, HELLER (1988)², BREPHOL (2001)³ e BEGA (1990)⁴ como aparato teórico-histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Campo político. PMDB. Ação política.

INTRODUÇÃO

A temática que aborda partidos políticos, fidelidade partidária, estão no epicentro das discussões literárias que envolvem estudos sobre o comportamento eleitoral, seja na abordagem consagrada da escola de Michigan quanto na abordagem da escolha racional.

1 Doutoranda em Sociologia UFPR, e-mail: daianecarnelos@gmail.com

2 Livro: ‘Resistência Democrática: a repressão no Paraná’.

3 Livro: ‘Paraná: Política e Governo’.

4 Dissertação de mestrado em Sociologia, USP (1990): Participação Comunitária: Dimensões da Institucionalização.

O tema que refere-se a ideologia partidária é tratado de forma distinta na literatura, a nomenclatura *continuum* direita-esquerda, era mais adequado no período do bipartidarismo, o que visualizamos em nosso país, em especial no Paraná, são partidos políticos indiferenciados ideologicamente.

Falar em PMDB no estado do Paraná é lembrar do político Roberto Requião de Mello e Silva, que foi um dos principais militantes do MDB no período do bipartidarismo e teve o privilégio de ser o filiado nº1 do atual PMDB local, o político fez vários amigos e inimigos dentro da esfera partidária.

Figueiredo e Limongi (1999), colocam uma tese extremamente pertinente em relação a indisciplina que seria o padrão de votação dos deputados no plenário da Câmara, marcado por votações levando em conta interesses pessoais, desconsiderando os apelos das lideranças. Fato que pode ser considerado um simulacro do que está acontecendo com o PMDB do Paraná, que está dividido em duas alas distintas e antagônicas: de um lado uma parte do PMDB que não quer candidatura própria e sim apoiar a candidatura do atual governador do estado Beto Richa e do outro a outra ala que clama pela candidatura própria e apoiam Roberto Requião de Mello e Silva à candidato ao governo do Paraná.

DO MDB AO PMDB: CONTEXTO HISTÓRICO

Com o surgimento da ditadura militar no Brasil, em 1964, os governos estaduais sofreram profundas transformações. Suas lideranças políticas também foram afetadas, pois estavam cada vez mais condicionadas ao militarismo e ao governo central. Neste contexto histórico, fez-se prevalecer no perfil do administrador público a ideia de um analista, planejador e realizador. Subentendendo-se no campo da competência técnica, “tecnocracia”, e não no da política, é que ele buscava fundamentar sua legitimidade.

Os que defendiam o regime militar julgavam que a eficiência do Estado era determinada por critérios científicos e não pela vontade política popular, suprimindo-se, assim, o princípio de cidadania.

Este regime estava sendo questionado em vários sentidos, principalmente no que atreia a política econômica. Desta maneira, alguns militares descontentes com a política externa se atrelavam a trabalhistas e liberais para formar uma oposição ao regime.

Os militares, temerosos com o avanço dessa oposição e, principalmente, com a proximidade das eleições regionais de 1966, decretam o Ato Institucional nº. 2 no ano de 1965, que acabava com as eleições para o Executivo na esfera federal e estadual. Este ato anulou a existência dos antigos partidos políticos, mantendo-se somente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); este fato ficou conhecido historicamente por bipartidarismo.

A ARENA era a chamada frente da situação, pois apoiava o regime militar e era composta por alguns dissidentes da extinta UDN, da chamada ala conservadora do PSD e também de outros partidos de direita. Já o MDB, ao contrário da ARENA, era considerado como frente de oposição legal, composto de uns poucos militares descontentes, como já fora salientado acima, em sua maioria oriunda do PTB, e também da ala esquerdista do PSD, PS, PSP, sendo, portanto, uma oposição que se estabelecera dentro do próprio regime.

Ao analisar os números de filiações na ARENA e do MDB, com relação aos deputados estaduais pertencentes aos partidos existentes até 1965, destacou-se uma considerável vantagem favorecendo a ARENA. O que nos leva a observar que no contexto paranaense houve uma adesão massiva de todos os partidos a base governista, a única exceção a ser destacada se refere ao Partido Trabalhista Brasileiro que, por sua vez, manteve-se em oposição ao regime.

QUADRO 1 - PARTIDOS EXISTENTES até 1965 e número de representantes, número de filiações à ARENA e ao MDB (Parlamentares Assembléia Legislativa).

PARTIDOS EXISTENTES	NÚMERO DE REPRESENTANTES	NÚMERO DE FILIAÇÕES	
		ARENA	MDB
Partido Democrata Cristão com aliança ou coligação	8	6	2
Partido Trabalhista Nacional - União Democrática Nacional	9	8	1
União Democrática Nacional	10	10	0
Partido Social Democrático	8	6	2
Partido Trabalhista Brasileiro	15	3	12
Partido Trabalhista Nacional	1	1	0
Partido Social Progressista	2	1	1
Partido Republicano	1	1	0
Total de filiações	54	36	18

Fonte: Ipardes

Tanto a ARENA quanto o MDB nasceram com grande dificuldade no que concerne à questão identitária. A primeira nasce com o estigma de “governista”, durante a vigência do militarismo, com discurso dirigido às classes médias, herdado da UDN, assim como a defesa de um anti-reformismo que repudiava o trabalhismo, principal questão abordada no período getulista. Já o MDB passou por crises, principalmente no início de sua formação, pois não havia formado uma identidade forte. O principal fator para o seu crescimento esteve arrolado em seus discursos voltados às massas, que se sentiam lesadas pela falta de democracia. Este aspecto, herdado do PTB de 1940 e 50, tinha como meta “amparar” os trabalhadores dos centros urbanos. O MDB necessitava coordenar em seu interior interesses diversos oriundos de várias alas opositoristas que encontravam na

legalidade conferida ao partido a única forma de sobrevivência durante o regime de exceção.

Com a crise ocasionada pelo fim do “milagre econômico”, a situação ficou trágica para a ARENA, característica que permitiu a oposição capitanear um maior número de adeptos. Nas eleições de 1974 o MDB demonstrou seu vertiginoso crescimento, venceu as eleições para o Senado e para a Câmara Federal, perdendo somente a eleição para a Assembleia Legislativa. O deslocamento do MDB de partido sob tutela estatal para um partido que se demonstrava competitivo e conquistava a opinião pública, provocou o descontentamento dos militares.

Para conter o avanço do MDB, é promulgada a Lei Falcão, proibindo a propaganda eleitoral nos meios de comunicação de massa. A ditadura também viu a necessidade de tomar outras medidas para que o MDB não obtivesse a maioria no Congresso nas eleições de 1980. Assim, no ano de 1979, o então presidente Figueiredo instituiu a Emenda Constitucional nº. 11, a qual torna obrigatória a palavra “partido” antes da sigla, além de coibir as coligações interpartidárias. Com estas mudanças almejava-se renovar o partido governista para que este se tornasse competitivo diante da eminência do retorno ao regime democrático. (FLEISCHER, 1988).

Em 1979, decretou-se um conjunto de reformas, entre elas a que extinguiu o bipartidarismo e estabeleceu eleições diretas para governador, permitindo o pluripartidarismo. Com essa medida, são criados o PMDB (oriundo do antigo MDB), o PP, o PDS (antiga ARENA), o PDT (oriundo do PTB) e o PT, este surgindo com propostas mais delineadas, que iam além das questões reformistas.

Apesar do retorno ao multipartidarismo o cenário eleitoral permaneceu bipolarizado entre o PMDB e o PDS, pois estes já haviam construído estruturas nacionalizadas ainda durante o regime

militar e conseqüentemente possuíam vantagens em relação aos demais partidos recém-criados.

No contexto paranaense, a ARENA demonstrou expressividade com o retorno de Ney Braga ao governo do Paraná no ano de 1978. Este partido venceu as eleições para a Assembleia Legislativa e Câmara Federal, com uma pequena margem de diferença em relação ao MDB.

Apesar da ARENA elaborar leis que coíbiam a ascensão do PMDB, o comportamento eleitoral da população paranaense evidenciou-se em favor deste, com a vitória de José Richa para o governo do Estado em 1982, quando, enfim, os paranaenses puderam votar e escolher seu governador depois de uma interrupção de dezessete anos no processo democrático, no qual Paulo Pimentel havia sido o último governador eleito por voto popular, em 1965.

Segundo Heller, “nas eleições de 1982, a oposição, o PMDB principalmente, aumenta sua representação na Câmara Federal e faz nove governadores estaduais. No Paraná, nas eleições majoritárias, José Richa e Álvaro Dias são eleitos respectivamente governador e senador” (p 34).

Quadro 2 - Resultados Eleitorais para o governo do estado, por candidato e partido, em absoluto e percentual, no Paraná, 1982.

CANDIDATOS	PARTIDO	ABSOLUTO	%
José Richa	PMDB	1716370	53,5
Saul Raiz	PDS	1218649	35,2
Hamilton Magalhães	PTB	30207	0,9
Edésio Passos	PT	12025	0,2
Edson As	PDT	6680	0,2
Branços		239907	7,5
Nulos		74536	2,3
Total		320834	100

Fonte: Iparides

Com José Richa no governo, inicia-se o processo de “abertura”⁵ no Paraná, que só se consolidaria no ano de 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República, primeiro presidente eleito de forma direta pós ditadura. Segundo CASTRO (2005 p. 107), Richa assumiu o governo estadual com uma agenda que refletia os “novos tempos, já que a recessão e o desemprego batiam forte no estado”.

De acordo com BEGA (1990 p.27), o discurso referenciado nas diretrizes de governo de José Richa mostra a capacidade de síntese do grupo de intelectuais de vários setores, no sentido de unificar os anseios da população.

Os cidadãos estavam à espera de mais empregos e queriam maior participação no governo. Assim, em março de 1983, é criada a Secretaria Especial para Assuntos Comunitários (SEAC). Segundo BEGA (1990, p. 67), “a SEAC atuava, em 1983, em três vertentes: na questão do desemprego, nas emergências e na relação política com a sociedade, onde tentava materializar as diretrizes de democratização do poder e participação comunitária”.

A aprovação popular ao governo Richa fortaleceu o PMDB no âmbito eleitoral paranaense, e foi corresponsável pelas vitórias subsequentes de Álvaro Dias como governador, e Roberto Requião frente à Prefeitura. Com as alianças consolidadas antes das eleições, o Executivo foi estruturado de maneira a satisfazer todas as bancadas internas do partido, o que descontentou os chamados peemedebistas históricos e autênticos, gerando conflitos internos.

5 Também chamada de auto-reforma, o termo foi empregado pela primeira vez por Ernesto Geisel (segundo presidente da ala civilista da ditadura). Ele se comprometeu a conduzir o Brasil à normalidade constitucional, sem que a ordem econômica sofresse mudanças. Como afirma Heller: “ceder em pontos secundários, preservando o fundamental, ou seja, manter o controle político e ceder em alguns pontos definidos pela oposição”.

O PMDB assumiu novas características. Em primeiro lugar há que se destacar a ênfase atribuída ao crescimento organizacional; em segundo, passou a prevalecer dentro do partido uma política de atração, que levou inúmeros militantes de outros partidos a se filiarem ao PMDB. As questões doutrinárias foram relegadas a um plano secundário, prevalecendo a preocupação com questões mais práticas e mais diretamente eleitorais. Essa disposição do PMDB em aceitar todos os que se dispusessem a entrar para o partido provocou uma grande evasão no PDS, partido tradicionalmente governista. (BREPOHL, 2001, p.64).

Após as eleições de 1982, o PMDB reinou absoluto no Paraná. Através dos comportamentos eleitorais da população paranaense depois da redemocratização, foi possível constatar que parte das escolhas feitas por ela levou em conta aspectos do partido, como as propagandas com acordos clientelísticos e a melhor organização partidária.

Os candidatos vencedores foram aqueles que realizaram discursos identificados com posições partidárias de centro-esquerda. Essa conduta tomada pela população é explicável pelo fato da saturação do regime anterior, que suspendeu praticamente os direitos básicos dos cidadãos. Qualquer partido que assumisse uma postura diferenciada, devolvendo a cidadania “roubada”, iria obter êxito nas eleições seguintes. Segundo BEGA (1990), é necessário contextualizar as eleições de 1982, cujo caráter plebiscitário era visível. Assim sendo, a autora profere:

(...) tratava-se de romper com o regime autoritário, representado politicamente pelo PDS no poder, e, nesta circunstância, o PMDB aparecia como o único partido em condições objetivas de realizar esse enfrentamento. No seu ideário reformista, cabiam as grandes questões nacionais daquele momento: a luta pelo restabelecimento do estado de direito; o enfrentamento da concentração de renda e do arrocho salarial; a necessidade de romper com a centralização do poder através do estabelecimento de canais de representatividade e participação legítimos para a sociedade. Portanto, ao colocar como Diretrizes de Governo

a democratização do poder, a participação comunitária e a melhoria nas condições de vida, o partido cataliza reivindicações e interesses dos mais variados setores da sociedade, com um caráter eminentemente poli-classista. (p. 16).

A vitória do PMDB no Paraná representou o alto índice de insatisfação dos eleitores com o regime militar. Dessa forma, o partido pôde elaborar uma plataforma política de acordo com os anseios da população, envolvendo garantias básicas de direitos e uma maior participação na esfera estadual. De acordo com BEGA (1990):

O discurso referenciado nas Diretrizes de Governo de José Richa mostra a capacidade de síntese desse grupo, no sentido de unificar os interesses da população. Os interesses populares eram claros. Pretendiam um espaço de participação, de reunião, de liberdade sindical, associativa e partidária. Estavam na ordem do dia questões essenciais como direito à moradia, à saúde, ao lazer e à educação. Isto é, discutia-se o direito a um patamar mínimo de vida como garantia da cidadania, num sentido eminentemente social: não apenas como força de trabalho, mas como beneficiário dessa produção coletiva. (p. 27).

As campanhas das “Diretas Já” mobilizaram o país. Em Curitiba, no de 1984, foi realizado o primeiro comício em prol das eleições diretas para presidente com a presença de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, como afirma Heller, marcando um novo ciclo com a participação direta do povo na vida política no Brasil:

“.. a campanha das ‘diretas já’ em 1984 e a reunião do Colégio Eleitoral em 1985 marcaram o fim do regime militar. A transição democrática é o período histórico determinado pela ascensão de setores democráticos e progressistas à superestrutura do poder estatal, em acordo com setores e forças que já participavam de governos estaduais e municipais” (p 33).

Quadro 3 - Resultado das eleições para governador do Paraná, por partido/coligação, por candidato mais votado – 1986/1998.

Candidato	Partido/Coligação	1986		1990**		1994		1998	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Álvaro Dias*	PMDB/PND	2347795	57,1						
Alencar Furtado	PDT/PFL/PMB/OS	797292	19,4						
José Carlos Martinez	PRN/PFL/PSC/PDC			1129191	26				
Roberto Requião*	PMDB/PMN/PT do B			1073926	24				
José Richa	PSDB/PCB/PC do B			677714	15				
Henrique Pizzolato	PT/PSB			192264	4,4				
Jaime Lerner*	PDT/PTB/PFL/PV/PSDB					2070970	43,7		
Álvaro Dias	PPR/PMDB/PMN/PP					1455648	30,7		
Jaime Lerner*	PPB/PTB/PSL/PST/PTN/PSC/PL/PPS/PFL/PRN/PSB/PSD/PRP/PT do B							2031290	40
Roberto Requião	PDT/PT/PMDB/PCB/PAN/PV/PRTB/PSN/PMN/PC do B							1786149	36
Outros		176007	4,3	63808	1,5	249211	5,3	72974	1,4
Branços		608021	14,8	530669	12	690208	14,5	678968	14
Nulos		184782	4,5	725708	17	277667	5,9	466350	9,3
Total		4113897	100	4238091	100	4743804	100	5035686	100

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral. (*) Candidato eleito. (**) Resultado do primeiro turno

AS ANTINOMIAS NA ATUAL CONJUNTURA DO PMDB PARANAENSE

A estrutura de qualquer campo enfatizando o político que se configura como nosso objeto central de análise, é definida pelas relações de força entre os agentes ou instituições, ou ainda, pela estrutura de distribuição do capital específico oriundo de lutas anteriores e objetivado nas instituições e incorporado nas disposições que orientam as estratégias. Esta estrutura de distribuição está na base das transformações do campo político e se manifesta por meio de estratégias de conservação ou de subversão da estrutura produzida por ela mesma. O conjunto de estratégias anteriores de cada agente e de seus concorrentes determina a posição que os mesmos ocupam na estrutura do campo, e os investimentos dos políticos dependem de sua posição atual e potencial no campo, bem como da importância de seu capital atual e potencial de reconhecimento.

Bourdieu enfatiza a existência de uma hierarquia social dos campos políticos, a qual o direcionamento ideológico, capital social, discursos voltados a demandas atuais, orientam sensivelmente as escolhas e as práticas dos agentes, e no interior de cada campo existe uma hierarquia social dos objetos e dos métodos.

Nas concepções Bourdieusianas, um campo se configura entre outras coisas, através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos e que geralmente não é notado por quem não foi formado para entrar neste campo, assim, cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, percebidos muitas vezes como insensatos, nobres ou desinteressados. Para o funcionamento harmônico de um campo é necessário que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes.

O *habitus* é ao mesmo tempo um “ofício”, um capital de técnicas, de referências, um conjunto de “crenças”, como a propensão a dar importância as propriedades que se atêm à história, a posição hierárquica que configuram como condição de funcionamento do campo e o produto deste funcionamento pode consagrar um determinado tipo de *habitus* já mais ou menos estabelecido.

A estrutura do campo consiste num estado de relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta, ou seja, da distribuição de capital específico que acumulados na lutas anteriores, orientam as estratégias ulteriores. Esta estrutura que consiste na gênese das estratégias destinadas a transformá-la está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo objetiva o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto consiste na conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico.

Aqueles que, num estado peculiar da relação de força, monopolizam o capital específico, tendem as estratégias de conservação, os que defendem a ortodoxia, enquanto os que possuem menos capitais e tendem às estratégias de subversão – as da heresia, são os heterodoxos, que promovem uma ruptura crítica, frequentemente ligada à crise, juntamente com a *doxa*, que faz com que os dominantes saiam de sua zona de conforto, para defender a ortodoxia, pensamento de direita, visando a restaurar a adesão silenciosa da *doxa*. O papel dos heterodoxos é primordial para que aconteçam as mudanças dentro do campo político mais especificamente dos partidos políticos.

Já foi salientada acima, a relação do Roberto Requião com o MDB e posteriormente com o PMDB, é salutar salientar o que o agente político em questão pensa sobre o partido no qual está inserido.

A concepção de Requião nas questões partidárias pode ser compreendida na citação seguinte:

Eu acho que não existe partido. Partido é uma coisa por fazer, você fala em partido como quem fala numa igreja. A igreja resiste? Não sei. A igreja é iluminada pelo Espírito Santo; o partido é o produto da inteligência, da criatividade, do trabalho, da qualidade e da decência dos seus membros, que somos nós, de um partido ou de outro. O partido é tão vulnerável quanto é a sociedade. O partido no Brasil, hoje, é um vir a ser. Não existe um partido estruturado.⁶

Nesta passagem podemos salientar a autonomia dos partidos políticos com o advento da Constituição Federal Brasileira, a partir da qual eles foram dotados de autonomia e personalidade jurídica (registrando seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral), transformando-se praticamente numa “empresa privada”. No capítulo V, artigo 17 da Constituição se lê:

6 Retirado do jornal ‘O Estado do Paraná’, 02/10/1988, p.08.

Art. 17: É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I – Caráter nacional; II - Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III – prestação de contas à justiça eleitoral; IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei;

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

Requião lançou seu nome na convenção do partido para as eleições de 1994 à Presidência da República, mas acabou perdendo para Orestes Quércia, forte liderança do PMDB paulista, o direito de disputar estas eleições. Quanto a este fato, Requião profere:

Por imposição de consciência e pelo compromisso político-ideológico que tenho assumido ao longo de minha vida pública, coloquei meu nome à convenção nacional do meu partido, o PMDB, como aspirante à Presidência da República. Não se trata de uma manifestação de vontade pessoal ou de vaidade. Trata-se, sim, em primeiro lugar, de uma manifestação da minha crença em que o PMDB pode, e deve, retomar a sua história de coragem, resistência, firmeza e dignidade, e, em seguida, da expressão da minha convicção de que devemos colocar todas as nossas potencialidades a serviço de um projeto de transformação profunda da sociedade brasileira.⁷

Com o passar dos anos, PMDB continuou relevante no cenário político paranaense, pelo fato da figura de Requião no partido,

⁷ Artigo de Roberto Requião: “Confrontar para transformar”.

filiado nº1 da sigla. O político em questão, apesar de pertencer ao PMDB, expõe seus projetos e programas, na maioria das vezes, de acordo com seus ideais, independente do aval de seu partido:

Minhas credenciais, quem as fornece é o meu povo. Suas dores e desesperanças, seus anseios e sonhos. Minhas credenciais têm a marca das ruas, do salário mínimo, do desemprego, da falta de moradia e comida; a marca da marginalização de dois terços da população brasileira, dos benefícios mínimos do desenvolvimento que não têm acesso ao consumo básico. Essas são as minhas credenciais: de quem fez, e faz política, prioritariamente, identificado com as reivindicações e o clamor das ruas e dos campos. O ponto de partida das minhas candidaturas sempre foi a casa do meu povo. Foi sentado à sua mesa que fiz meu plano de governo. E, em coerência com esse compromisso, jamais busquei evitar ou tangenciar o contraditório. Tenho a convicção de que, sem o enfrentamento, jamais será possível cumprir um programa de governo justo, ético e a favor dos que efetivamente precisam do Estado.⁸

Apesar de alguns entraves com o PMDB, Requião almejava que o partido recuperasse as raízes do antigo “MDB velho de guerra” e do próprio PMDB da década de 80, no qual o interesse que prevalecia era o princípio basilar da Constituição de 1988, principado na dignidade da pessoa humana e no direito de liberdade de expressão, suprimidos no período militar. Na atualidade, os interesses do PMDB tomaram outros rumos, segundo Requião:

Eu acho que a estrutura partidária se desmoronou. Eu continuo me considerando um peemedebista no exílio porque eu acho que o PMDB no Brasil como estrutura partidária é o grande passo para a construção do partido. Ele não é ainda um partido, é uma federação de interesses. De uma forma mais sensível às injustiças, os desejos de mudanças ainda continuam no PMDB, mas os partidos em geral estão desmoralizados. Vocês não podem esquecer que eu quando fui candidato a governador

⁸ Fragmentos extraídos do artigo elaborado por Roberto Requião: “Confrontar para transformar”.

tirei a sigla do PMDB do horário eleitoral da televisão, eu criei o MDT, para evitar a rejeição que o PMDB tinha no Estado. Agora isto não significa que a base do PMDB não tenha entrado com muita garra na campanha, mas a população de uma maneira geral e ampla não tem mais paciência com partido político.⁹

Para Requião o PMDB era composto por dois grandes grupos, os pmdbistas históricos, comprometidos com a aquisição e consolidação de direitos sociais, e o novo PMDB marcado por um ecletismo de interesses que dificulta a coordenação nacional do partido. Esse dilema destacado pelo político em 1991 tornou-se a principal característica do PMDB e permitiu que este obtivesse uma enorme margem de manobra e negociações políticas no interior dos gabinetes presidenciais posteriores, e também na composição dos Executivos Estaduais e Congresso Nacional (FERRERIA, 2001). Nesta última casa, o PMDB é o maior partido brasileiro em número de representantes.

Apesar das críticas que descaracterizam o PMDB como um partido, cabe salientar que, embora sua identidade esteja fragmentada no âmbito nacional, na esfera paranaense, durante muitos anos a identidade do partido estava atrelada diretamente ao seu personagem principal, Roberto Requião, na atualidade esse cenário foi reconfigurado com a cisão do PMDB em duas alas distintas: de um lado os que apóiam o governo atual do Paraná e de outro os que querem que o partido indique um candidato próprio, esta antinomia no PMDB paranaense é ressaltada na fala de Requião:

Mas o PMDB não se organizou como um partido. No estatuto é uma coisa, é o partido que não se subordina às decisões do grande capital, é o partido dos excluídos, dos negros, das mulheres, dos trabalhadores, das classes populares desligadas do interesse do grande capital. Na prática o que ele tem sido? Um partido lutando

⁹ Extraído do jornal 'Correio' datado de 22/12/1991, p J-V 04.

pelo poder. Eu vejo isso na Assembleia Legislativa, no Congresso todos os dias. Cada um está interessado na sua reeleição. Ninguém tem visão de economia, não tem visão global, o projeto nacional não existe para parlamentares. Vou levar para o meu município uma creche, uma escola e daí vota o fim da Petrobras, vota o assassinato do sistema elétrico sem ter a menor noção do que está fazendo. (Revista Caros Amigos, fevereiro 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período em que vigorava a ditadura militar o MDB (que posteriormente transformou-se no PMDB) foi estruturado para ser uma “espécie” de oposição ao sistema ditatorial, era a oposição permitida dentro da *doxa* do militarismo.

Com a redemocratização do Brasil e a explosão dos movimentos populares ansiosos por mudanças, o PMDB foi um dos protagonistas desse processo e foi um campo propício para o surgimento de políticos que dialogavam com as massas populares. Salientando o PMDB do estado do Paraná, é *mister* ressaltar que seu maior expoente é o político Roberto Requião de Mello e Silva, no imaginário de qualquer paranaense, pensar em Roberto Requião é imediatamente lembrar do PMDB.

Numa conjuntura em que muitos partidos caem no “ostracismo”, o PMDB se mantém graças à figura de Roberto Requião com sua postura assertiva e discursos inflamados sobre várias demandas sociais é o pressuposto elementar pela sobrevivência do PMDB local.

Num campo político a força motriz do mesmo são as posturas heterodoxas, porque fazem o campo sair da inércia para fomentar estratégias que podem promover mudança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. W de. **Paraná político de cabo a rabo**. Noé. Curitiba, 1999.

BARREIRA, I.A.F.A **Política de Perto: Recortes Etnográficos de Campanhas Eleitorais**. *Rev. Sociol. Polit.*, March 2006, no.74, p.1-17.

BEGA, M.T. **Participação Comunitária: Dimensões da Institucionalização**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, USP. São Paulo, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliene, 1990.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Papirus, Campinas, 2004. Brasiliense, 1994.

_____. **Sur le pouvoir symbolique**, *Annales*, n°3, mai-juin 1977. Disponível em: <http://www.persee.fr>. Acesso em: 10/01/2014.

BREPHOL, M. M. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED. 2001.

FERREIRA, DENISE PAIVA. **PFL X PMDB: Marchas e Contramarchas (1982-2000)**. Goiânia; Alternativa, 2001.

FERREIRA, J.C.V. **O Paraná e seus Municípios**. Cuiabá: Memória do Brasil.1999.

FLEISCHER, David. **Da distensão à abertura: as eleições de 1982**. Brasília, UNB, 1988.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

HELLER, M.I. **Resistência Democrática: A repressão no Paraná**. Paraná: Paz e Terra.1988.

RESENDE, D. C. Elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva. Dissertação de Mestrado, 2007 UFPR.

REVISTA CAROS AMIGOS ano XVII n° 203/2013

ARTIGOS DE REQUIÃO

PARCEIROS NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO

O PMDB NA VIRADA DA HISTÓRIA

SEGURANÇA E CIDADANIA

SITES CONSULTADOS

CASA CIVIL: <http://www.pr.gov.br/casacivil>

SENADO: <http://www.requião.senado.com.br>

Agência Estadual de Notícias: <http://www.aenoticias.pr.gov.br>

O PAPEL DA FORMAÇÃO DO PATRONATO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E DO PARANÁ

Vanderlei Hermes Machado¹

Marcelo Gonçalves Marcelino²

Milene Zerek Capraro³

Resumo: Encontraremos neste trabalho o conceito de “patrimonialismo político”, que de acordo com os autores clássicos seria uma estrutura de poder originada historicamente pelo Estado português, sendo implantada no período colonial brasileiro, ganhando um reforço na ocasião em que houve a transmigração da Corte portuguesa no início do século XIX e transformando-se em padrão político a partir do qual se organizariam a Independência, o Império e a República no Brasil. O trabalho pretende mostrar que houve uma diferenciação central na dinâmica política entre a colônia portuguesa do século XIX e a colônia espanhola que iria afetar tanto seus países como suas colônias. No Brasil, esta diferenciação seria importante para compreendermos a natureza da formação do processo político brasileiro, cujo componente principal de seu estudo será a análise das elites políticas brasileiras do século XIX em termos de sua composição e relação que manteriam com os partidos políticos imperiais. No caso do Paraná as estruturas de parentesco contribuíram para a formação da noção de Estado desta localidade numa perspectiva temporal que abrange o período entre os séculos XVII e XX. Neste sentido, analisaremos os principais pontos que correspondem a conexão entre o patrimonialismo em nível nacional e local e a existência de relações entre poder e parentesco no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Patrimonialismo. Estado e classe dominante. Estruturas de parentesco.

1 Graduado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutorando também em sociologia, todos pela UFPR.

2 Graduado em Ciências Econômicas, especialista em Sociologia Política, mestre em Sociologia e doutorando também em Sociologia, todos pela UFPR.

3 Advogada, mestre em Direito Marítimo e Portuário pela Univali-SC e doutoranda em Sociologia pela UFPR.

ORIGEM DO PATRIMONIALISMO POLITICO

De acordo com Raimundo Faoro, o patrimonialismo seria uma característica histórica presente no desenvolvimento do Estado brasileiro. Poderíamos encontrar sua origem através da análise dos fundamentos do Estado português, que segundo o autor organizou-se em torno da noção de que o bem público, ou seja, as terras e bens móveis e imóveis da Coroa portuguesa, não estariam dissociados do patrimônio pessoal do governante de uma forma geral. Dessa forma, não haveria separação entre o que pertenceria ao povo de fato enquanto governado, pois praticamente tudo constituiria posseção do governante, estando, portanto, sob sua vontade. A passagem seguinte ilustraria de forma exemplar o pensamento do autor: “... A coroa [portuguesa] conseguiu formar, desde os primeiros golpes da reconquista, imenso patrimônio rural (bens “requengos”, “regalengos”, “rengoengos”, “regeengos”), cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicando o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguiram mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe [...] A propriedade do rei – suas terras e seus tesouros – se confundem nos seus aspectos público e particular. Rendas e despesas se aplicam, sem discriminação normativa prévia, nos gastos da família ou em bens e serviços de utilidade geral”.⁴ Este fato nos leva a pensar de que forma o patrimonialismo exerceria efeito sobre o Estado? Raimundo Faoro demonstra em sua obra que o principal elemento para tanto teria sido a forte presença do mesmo na vida dos indivíduos e suas formações sociais, tanto do Brasil como de Portugal. Nesse sentido, como nos afirmaria o autor, o Estado teria como modelo uma forma de organização

4 FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 18.

política mantida pela vontade administrativa do governante, o qual estaria munido de todo um aparato constituído por funcionários e súditos leais. Este aparato, portanto, de certa forma se apropriaria do Estado, utilizando-se deste em benefício próprio como se constituísse propriedade privada e não algo comum ao conjunto de uma população. O aparato que governaria o Estado constituiria um estamento⁵, termo que o autor utiliza para descrever uma forma de ordem social vigente sob a qual se manifestaria a divisão de uma sociedade conforme a posição social que ocupariam seus membros. Neste sentido, poderíamos afirmar que o estamento seria uma camada de indivíduos organizados e definidos por suas relações com o Estado, conforme nos afirmaria Faoro “... os estamentos governam, as classes negociam. Os estamentos são órgãos do Estado, as classes são categorias sociais (econômicas)”⁶. Nesta concepção elaborada pelo autor, os estamentos organizados se apropriariam do Estado, de seus cargos e funções públicas de tal forma que chegariam a impor um regime de utilização de vantagens advindas do *status* ocupado na máquina estatal, visando o proveito próprio.

Podemos perceber que o patrimonialismo político está ligado diretamente a utilização do Estado através das possíveis vantagens que deste podem ser obtidas, beneficiando direta ou indiretamente grupos de pessoas envolvidas em sua administração. Assim, para Faoro, o Estado passa a ser patrimônio privado, perdendo seu caráter de bem público e voltado para as necessidades da população de uma maneira geral. (Para finalizar nas considerações finais: Os donos do poder, são em certa medida, os donos do aparato do Estado).

5 Para mais informações sobre o termo “estamento”, o qual Raimundo Faoro de certa forma empresta do sociólogo alemão Max Weber, recomenda-se a leitura da obra “Max Weber”, de Reinhardt Bendix. BENDIX, Reinhardt. **Max Weber**. Brasília, Distrito Federal, Brasil: Ed. Da UnB. 1986.

6 FAORO, R. p.62. 2001.

O PATRIMONIALISMO POLÍTICO NO BRASIL COLÔNIA

Neste tópico, iremos analisar a questão do patrimonialismo político no Brasil Colônia, ou seja, o período histórico compreendido entre a chegada dos primeiros portugueses por volta do ano de 1500, e a independência em torno do ano de 1822, quando o Brasil ainda estava sob domínio socioeconômico e político de Portugal.

De acordo com Raimundo Faoro, o patrimonialismo político neste período, seria caracterizado pela concentração de poder - embora respondesse e estivesse sob o comando do rei de Portugal - na figura do capitão-donatário ou ainda capitão-mor como também era conhecido. Poderia ser considerado portador do título de donatário toda pessoa a quem era concedida a donatária de um determinado território - também chamado Capitania - ou seja, a representação do poder do rei de Portugal delegado nessa pessoa, que, em troca do pagamento de determinadas imposições, recebia o encargo de administrar esse território, promovendo a sua colonização e o aproveitamento dos recursos disponíveis. Como nos afirma o autor, a Coroa portuguesa teria selecionado para guardar seus vínculos com a conquista do território brasileiro, pessoas próximas do reino, burocratas e militares, letrados e guerreiros provados nos territórios da Índia e a pequena nobreza em busca de glórias e riquezas. Dessa forma, os navios que traziam os donatários e os colonos não representavam um povo em processo de transmigração, mas sim funcionários que comandariam e guerrearão em nome de uma iniciativa comercial.

Neste contexto, cabia aos capitães-donatários o fundamento de vilas, para agregar nelas atividades comerciais, de defesa e também estruturar os interesses fiscais. Assim, os cargos públicos neste período eram ocupados por pessoas letradas e também por homens armados, sendo o controle do Estado exercido por um estamento burocrático criado para esta finalidade. Este estamento representava os funcioná-

rios do rei que por sua vez não possuiriam funções delimitadas ou hierarquias definidas, excedendo muitas vezes às suas ordens e assumindo um caráter de mando e desmando proporcionado pela posição que assumiam na direção do Estado. Tais atitudes demonstrariam que também eram patrimonialistas como o rei, como assinala o autor nesta passagem: “... Agora, o sistema é o de manda quem pode e obedece quem tem juízo, aberto o acesso ao apelo retificador [apelo no sentido de corrigir algum ato] do rei somente aos poderosos”.⁷ O que poderia contribuir para a manifestação do patrimonialismo neste período seria a não distinção entre os poderes, ou seja, as áreas administrativa, legislativa e o judiciária eram exercidas pelas mesmas pessoas de forma conjunta. Dessa forma, os ocupantes de um cargo público eram revestidos de poderes e vantagens, levando o autor a afirmar que haveria uma “... inquieta, ardente, apaixonada caça ao emprego público. Só ele oferece o poder e a glória, só ele eleva, branqueia e decora o nome”.⁸

Neste sistema patrimonialista, a dinâmica social da colônia era moldada pela atuação de um estamento que asseguraria o controle das formas de obtenção de recursos, interferindo diretamente no comércio e nas exportações que se configuravam as principais fontes que geravam riquezas. Neste sentido, a intervenção do Estado português na colônia, irá garantir a sobrevivência material dos membros deste estamento, uma vez os cargos eram instituídos objetivando a organização da sociedade colonial e seu sistema de produção.

O PATRIMONIALISMO POLÍTICO NO PERÍODO DO IMPÉRIO

Neste tópico de nossos estudos, iremos verificar de que forma é reconhecido o patrimonialismo político no período do Brasil Im-

7 FAORO, R. p. 200. 2001.

8 FAORO, R. p. 440. 2001.

pério, que se estende da Independência no ano de 1822, até a proclamação da República no ano de 1889.

Nesse sentido, na visão de Raimundo Faoro, o patronato político no período do Império no Brasil se concentraria principalmente nas mãos dos grandes proprietários de terras. Esta passagem “... Os homens do interior, com os meios de domínio econômico e social que lhes dava a fazenda [ou seja, suas terras] teriam todas as condições de exercer o poder político, numa projeção nacional”⁹, ilustra de forma exemplar esta concentração de poder. Isto ocorreria, segundo o autor, justamente pela necessidade que o Estado teria em delegar parte da administração local ou sua totalidade a esses proprietários, dando a estes completa autoridade sobre seus dependentes. A relação entre Estado e proprietários de terras, portanto, iria além da distribuição de empregos públicos visando apoio eleitoral dos mesmos, mas sim, funcionaria como um instrumento de controle em termos fiscais e militares do governo. Dessa forma, poderíamos afirmar que no período Imperial a Guarda Nacional, criada no ano de 1831, teria sido a instituição patrimonial por excelência, que teria ligado proprietários rurais ao governo. Como nos afirma o autor “... a guarda nacional, municipalista e localmente eletiva no seu primeiro lance, garante a autônoma autoridade dos chefes locais, senhores da justiça e do policiamento...”¹⁰, revela o grau de importância desta instituição no meio social da época, cuja distribuição de patentes de oficiais correspondia o mais fiel possível à hierarquia social e econômica dos mesmos. Embora a Guarda Nacional tivesse sua importância, principalmente na figura do “Coronel”, o patrimonialismo nos tempos do Império no Brasil contava com outros agentes que dele fariam parte, como delegados, delegados substitutos, subdelegados e subdelegados

9 FAORO, R. p. 328. 2001.

10 FAORO, R. p. 353. 2001.

substitutos de polícia, inspetores de quarteirão nomeados pelos delegados, entre outros. Nesse sentido, nos informa o autor, a obtenção de um cargo público será o único foco de poder, que trará prestígio, enobrecendo, propiciando e legitimando a riqueza.

Podemos perceber que o patrimonialismo, tanto no tempo da Monarquia como no tempo do Império, terão objetivos comuns, ou seja, a busca pelo poder através da possibilidade de obtenção de cargos públicos para si - em proveito próprio - e também para os seus simpatizantes e acertos políticos.

O PATRIMONIALISMO POLÍTICO NO BRASIL REPÚBLICA

O período que vai de 1889 a 1930 é conhecido como a República Velha. Este período da História do Brasil é marcado pelo domínio político das elites agrárias mineiras, paulistas e cariocas. O Brasil firmou-se como um país exportador de café, e a indústria brasileira deu um significativo salto. De acordo com Faoro, informações estatísticas mostrariam que a população brasileira passou dos 10 milhões no ano de 1872 para 14 milhões em 1889, com 20 milhões em 1905, 27 milhões em 1920 e 34 milhões no início de 1931. Tal população distribuir-se-ia espacialmente em 31% nas cidades em 1872, 24% em 1890, 36% em 1900 e 51% em 1920. O predomínio de atividades agrárias e pecuárias nestes períodos criaria um corpo social fortemente influenciado por interesses rurais, levando o autor a classificar como “rurbana” a população residente entre a cidade e o campo. Dados do recenseamento de 1840 nos mostrariam que havia 68,74% da população consagrada à vida rural, na média de 84,36% dessa radicada em municípios interioranos. Estes dados analisados do ponto de vista político, tomando-se o período do Império e enfocando a questão do voto no Brasil como forma de participação política, apontam para a existência dos regimes políticos *censitário* (baseado no número de

pessoas votantes) e *capacitário* (baseado nas pessoas que apresentariam características que a tornariam capacitadas para votar).¹¹ Dessa forma, poderíamos perceber que no ano de 1872 votantes (aqueles que possuiriam o direito de escolher candidatos através do voto) e eleitores (aqueles que participariam como candidatos em busca do voto) atingiram 1 milhão e 100 mil, cerca de 11% da população. No Brasil no ano de 1881, ressalta o autor, teríamos 150 mil eleitores, menos de 1,5% da população. Em 1898, com a primeira eleição presidencial envolvendo todos os estados brasileiros, os eleitores seriam 462 mil, apenas 2,7% da população total do país. Entre esta data e 1926 os números oscilariam entre 3,4% e 2,3%. Através destes dados, percebemos que o período intitulado República Velha continuaria, sem maiores rupturas, o movimento restritivo em relação à participação política da população, área esta que continuaria ocupada por poucos no comando da maioria da população sem alfabetização.¹²

Interessante ressaltarmos aqui a dinâmica política deste período, que de acordo com o autor foi marcada não somente pela marginalização da maioria da população no processo eleitoral, mas também pela relação de comando estabelecida constitucionalmente entre estado e município. Ao estado caberia a organização político-administrativa do município, estando livre para organizá-lo da melhor forma que lhe coubesse, como mostra o artigo 68 da Constituição de 1891, que propõe a autonomia dos municípios contanto que respeitem os interesses do estado. Nesse sentido, novamente a figura do “Coronel” exercerá papel fundamental para que os interesses do estado de fato se concretizem nos municípios. Dessa forma, o vínculo que lhe atribuirá poderes públicos concedidos pelo poder político

11 FAORO, R. p. 698. 2001.

12 O Decreto 200-A, de 8 de fevereiro de 1890 excluiria definitivamente a participação política de analfabetos no Brasil. FAORO, R. p. 698. 2001.

estadual virá essencialmente da permissão concedida para organizar eleições, seja na escolha preferencial de candidatos, locais de votação e influência sobre a população na hora do voto. Dessa forma, o “Coronel” incluir-se-ia no quadro das autoridades municipais que no processo eleitoral irá qualificar os eleitores (escolher os candidatos aptos para disputa eleitoral), receber e apurar os votos através da supremacia do presidente da Câmara ou Intendência Municipal. Tudo isso sob a supervisão do governo do estado, que em última instância se tornou o principal condutor das eleições, amparado por uma legislação que tirava das mãos da população o real direito de escolha, bem como escravizando os municípios que deveriam acatar as decisões governamentais do estado.

No período conhecido como República Velha, podemos perceber que o patrimonialismo está representado por duas figuras centrais, ou seja, na pessoa do “Coronel”, integrado ao governo estadual por uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado, e pelos governadores de estado que exerceriam sua supremacia tuteladora frente ao município que deste dependeria em relação ao fornecimento de serviços como justiça, obras públicas, entre outros.

DINÂMICA POLÍTICA DA COLÔNIA PORTUGUESA

De acordo com José Murilo de Carvalho, ao analisarmos a dinâmica política da colônia portuguesa, ou seja, do Brasil, tomando-se como parâmetro de comparação às colônias espanholas, devemos nos reportar a 2 pontos principais que a caracterizariam: manutenção da unidade política e tipo de sistema político implantado. Dessa forma, o autor considera que as colônias portuguesas foram capazes de manter certa unidade política, demonstrada a partir de alguns dados estatísticos. Enquanto que no início do século XIX a colônia es-

panhola dividia sua administração em 4 vice-reinados e 4 capitânias-gerais que no decorrer do referido século transformaram-se em 17 países independentes, as 18 capitânias-gerais da colônia portuguesa existentes em 1820 formariam pouco tempo depois, em 1825, apenas um único país independente. O sistema político implantado nos países oriundos dessas colônias, o qual constitui o segundo ponto de análise da dinâmica política, nos mostraria que a grande maioria dos países formados da ex-colônia espanhola passariam por um longo período de anarquia, chegando a organizar o poder muitas vezes com base na violência. Ao contrário, a ex-colônia portuguesa em sua trajetória política não teria apresentado uma mudança significativa irregular e violenta do governo, conservando sempre a supremacia do governo civil.

Segundo nos informa o autor, este aspecto da trajetória política do Brasil em que verificaríamos a decisão de se fazer à Independência com uma monarquia representativa e de manter unida à ex-colônia evitando o predomínio militar, teria sido muito mais influência de decisões políticas do que unicamente de fatores socioeconômicos. Essas decisões políticas teriam na análise de quem as tomou, isto é, no estudo da elite política da época, sua principal fonte de compreensão. Portanto, informa o autor, a adoção de uma solução monárquica para governar o Brasil, mantendo sua unidade em torno de um governo civil estável teriam sido em boa parte consequência do tipo de elite política existente no país a época da Independência.

DEFINIÇÃO DO TERMO ELITE POLÍTICA E SUA COMPOSIÇÃO

Na visão do autor, o termo elite refere-se principalmente aos indivíduos que possuem uma posição de destaque em determinados setores de uma sociedade. Enfocando a questão política, nos informa que existiram algumas características ou condições para o reconhe-

cimento da elite. Nesse sentido, enfocando o período do Império no Brasil, aponta alguns traços característicos que seriam comuns às elites que tiveram êxito na tarefa de formação do Estado. Em primeiro lugar, o que considerou fundamental para a formação de uma elite política foi sua homogeneidade, ou seja, a posse de elementos em comum que permitiriam maiores e melhores condições de ações políticas eficazes. Assim, segundo o autor, uma elite homogênea possuiria um projeto comum e em função do mesmo agiria de forma coesa, unida, proporcionando maiores vantagens sobre as elites rivais. Esta homogeneidade, portanto, seria garantida por fatores relacionados à socialização, ao treinamento e a carreira. Em relação à socialização, ou seja, a escolha de determinados indivíduos pertencentes a setores específicos da sociedade, como no caso da magistratura portuguesa que escolhia seus membros entre elementos da nobreza e da pequena-burguesia, fatores ideológicos contribuiriam para uma maior coesão do grupo. Estes fatores ideológicos consistiriam em maneiras de pensar comuns entre os membros e que facilitariam a comunicação entre os mesmos, superando conflitos que porventura aflorassem no interior do grupo.

Caberia ao treinamento, ou seja, a prática e o estudo para a execução de tarefas relativas ao governo, o papel de força adicional à homogeneidade da elite política. Nesse sentido, o autor nos afirma que este treinamento estaria relacionado à capacidade de organizar o Estado, através de tarefas burocráticas, colocando em prática projetos de construção política ao mesmo tempo em que desenvolveriam a capacidade para implementá-los. Dessa forma, a homogeneidade ideológica e o treinamento, teriam sido características marcantes da elite portuguesa, sendo que uma das políticas dessa elite seria reproduzir na colônia (Brasil) uma outra elite elaborada a partir de sua imagem e semelhança: a elite política brasileira.

A elite política brasileira, em especial a pertencente à primeira metade do século XIX, teria sido treinada em Coimbra, concentrando seus estudos em formação jurídica, vindo a constituir em sua maioria parte do funcionalismo público, especialmente dos quadros da magistratura e do exército. Esta elite apresentaria uma identidade ideológica homogênea, resultado de sua formação jurídica comum em Portugal e ao seu treinamento no funcionalismo público, o que faria com que se reproduzisse em condições semelhantes após a Independência, concentrando a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito (a Faculdade de Direito de Recife e a Faculdade de Direito de São Paulo, criadas em 1827), passando-os pelas magistraturas e fazendo-os circular por vários cargos políticos e por várias províncias no Brasil.

Uma outra característica da homogeneidade da elite política do Império se refere à questão da carreira, que muitos buscavam desenvolver junto ao governo. Nesse sentido, o emprego público neste período era buscado justamente por representar uma fonte estável de rendimentos, além de ser o local propriamente dito das tomadas de decisões políticas. Assim, o autor coloca como pertencente ao grupo daqueles que possuía o poder de decisão, as seguintes agentes políticos: ministros, deputados gerais, senadores e conselheiros. Os ministros eram os agentes do poder executivo, e antes da introdução da figura do Presidente do Conselho de Ministros em 1847, eram escolhidos diretamente pelo Imperador. Após 1847, o Imperador limitava-se a escolher o presidente que por sua vez escolhia seus auxiliares, o que não diminuiu sua influência sobre esse grupo político. Os senadores eram escolhidos pelo imperador, após votação popular que indicava 3 candidatos. Seu poder consistia na vitaliciedade, ou seja, o cargo era vitalício, ocupado até o dia da morte do senador ou de sua renúncia. Os deputados gerais eram os mais numerosos

no tempo do Império, e consistiam em um importante passo para a carreira política.

Com duração de mandato de 4 anos, aos deputados gerais foram atribuídos vários episódios em que através de votações na Câmara muitos gabinetes de governo se dissolveram, principalmente no período da Regência no Brasil, entre 1831 e 1840. O grupo considerado como planejador das ações do governo, tendo mandato vitalício e composto em sua maioria por ex-ministros e ex-senadores, eram os conselheiros de Estado. Constituíam uma espécie de topo da elite política do Império, sendo o primeiro Conselho criado em 1823 e extinto em 1834, surgindo novamente em 1841 e durando até o final do Império.

Podemos perceber portanto, que de acordo com o autor, as informações acima constituem importantes elementos para compreendermos a origem da formação do Estado Imperial, em termos de seus agentes e de suas ações políticas.

UNIFICAÇÃO DA ELITE POLÍTICA

Segundo o autor, o elemento que propiciaria uma certa estabilidade ao sistema político imperial, foi a unificação da elite política atuante neste período, ou seja, a característica de unidade de grupo demonstrada ao longo do governo. Esta unidade viria a partir da construção de longas carreiras políticas, fazendo com que a elite política acumulasse uma vasta experiência de governo. Esta experiência, portanto, baseava-se na grande circulação dos políticos entre vários postos e regiões do país. De acordo com o autor, a carreira política era mais concentrada apenas em seus passos iniciais, pois uma vez iniciada a nível nacional, geralmente através da participação na Câmara de Deputados, a trajetória política assumiria um caminho semelhante a um círculo, ou seja, circularia entre várias posições no interior do sistema político.

Nesse sentido, faziam-se algumas exigências específicas para fazer parte deste círculo, como por exemplo, ser portador de diploma de estudo superior, mais especificamente do curso de Direito, ter o apoio de familiares influentes na sociedade ou o apoio de líderes políticos já estabelecidos. Os militares já não necessitavam de tantos elementos para ingressarem na carreira política, uma vez que raramente passavam pela Câmara, pois iriam direto para o Ministério ou para a Presidência das Províncias.

A dinâmica da carreira política seguia a trajetória que teria como início a entrada na Câmara, passando assim o político a estar a um passo do círculo da elite, cujo acesso se fazia principalmente através da combinação de capacidade e auxílio externo, principalmente do Imperador, agente central neste processo de escolha. O segundo passo para alcançar a elite política, era dado através da nomeação para um posto ministerial ou uma presidência de província, e a partir daí iniciava-se um processo intenso de mobilidade e acumulação de cargos em todo o Brasil. Um exemplo deste aspecto dado pelo autor, seria o fato de um ministro poder exercer ao mesmo tempo seu mandato de senador, sem precisar renunciar ao seu posto de conselheiro, mas sim, apenas suspender o seu exercício. O único cargo que não permitia circularidade, ou seja, à volta do local onde o político iniciou sua carreira, ou seja, a Câmara, era o Senado e somente em casos especiais um senador poderia ser convocado para nomeação como presidente de Província. Outro fator interessante nesta trajetória nos informa o autor, seria a utilização do Ministério da Marinha como treinamento para outros Ministérios, uma vez que este proporcionaria um bom relacionamento com a elite da sociedade civil.

A utilização de províncias menos importantes como treinamento para ingresso nas províncias de maior destaque, também era prática comum nesta trajetória. Estes cuidados, ressalta o autor, eram

necessários e se justificavam porque em geral as carreiras políticas começavam muito cedo e tinham longa duração. Nesse sentido, observa que a idade média ao atingir o posto de ministro girava por volta dos 44 anos, não raro muitos conseguiam aos 30 e até na casa dos 20 anos. Assim, nos Ministérios, haveria a combinação de novos políticos com outros mais experientes. Através de uma análise estatística, o autor nos mostra que durante os 67 anos de duração do período Imperial no Brasil, teriam se elegido 235 Senadores, nomeados 219 Ministros e 72 Conselheiros de Estado, totalizando 526 posições preenchidas por apenas 342 pessoas¹³.

Através destes dados poderíamos evidenciar a seletividade e mobilidade política presente neste período, exemplificada pela variedade de posições por que passava o político nacional. A grande maioria dos políticos era submetida a uma intensa circulação geográfica, algumas ocasiões como magistrados, outras como presidentes de Província ou como comandantes militares. Este aspecto traria ao político experiência administrativa e política, mas o número limitado de pessoas que pertenciam a esta elite política nos mostra que o círculo do poder era bastante restrito, contribuindo em boa medida para a nacionalização da elite e para a manutenção da unidade política do Brasil, a despeito das diferenças provinciais e regionais.

A ELITE POLÍTICA E OS PARTIDOS POLÍTICOS DO IMPÉRIO

Para José Murilo de Carvalho, poderíamos identificar a atuação da elite política do Império, através da análise dos programas oficiais dos partidos existentes neste período e à posição manifesta

13 Carvalho, José Murilo de. A construção da ordem – a elite política Imperial. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1980. p. 98.

de seus principais líderes. Para tanto, considera de essencial importância nesse processo à análise do Partido Progressista, do Partido Liberal e do Partido Republicano. O Partido Progressista teria surgido por volta de 1864 e dissolvido em 1868, e seu programa teria sido influenciado pelo principal líder do partido, chamado Nabuco de Araújo. Sua preocupação central teria sido com a organização do poder judiciário, pretendendo separar funções judiciais das policiais dando maior autonomia e profissionalização aos magistrados. Segundo o líder do partido, eram necessárias reformas que visassem maior garantia no que diz respeito a proteção dos direitos individuais. Eram a favor da abolição do Conselho de Estado, da Guarda Nacional, da eliminação do caráter vitalício do Senado, da eleição dos Presidentes de Província, do voto direto e universal, além da abolição da escravatura.

No lugar do Partido Progressista, surgiu em 1869 o Partido Liberal, que possuía como pontos principais em seu programa a eleição direta nas cidades maiores (mas não o voto universal), o senado em caráter temporário de funcionamento, a atribuição de funções apenas administrativas ao Conselho de Estado, abolição da Guarda Nacional, liberdades de consciência, educação, comércio, indústria, a abolição gradual da escravatura a partir da libertação do ventre. O Partido Liberal incluía entre seus líderes o próprio Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis e Vasconcelos, ambos formados em Direito em Pernambuco e Teófilo Ottoni que estudou Academia da Marinha de Guerra no Rio de Janeiro.

O Partido Republicano, que possuía em suas fileiras os elementos mais radicais do Partido Liberal, foi fundado em 1870 no Rio de Janeiro e em seu programa defendia o federalismo, através da descentralização do governo, a democracia, representação, direitos e liberdades individuais. Seus principais líderes eram os irmãos Cris-

tiano Ottoni capitão-tenente da Marinha no Rio de Janeiro e Teófilo Ottoni. O Partido Republicano fundado em São Paulo em 1873, possuía 2 importantes documentos que constituíam o seu programa oficial, um deles tratava o problema da escravidão considerada como questão social que deveria ser resolvida pelos partidos monárquicos, e outro propunha uma Constituição para o estado de São Paulo, refletindo preocupações de setores cafeicultores e a autonomia desta província. Entre seus líderes estavam Américo Brasiliense de Almeida Melo e Bernardino José de Campos Júnior, ambos formados em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco em São Paulo, Américo Brasília de Campos e Manuel Ferraz de Campos Sales, formados em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, entre outros.

Podemos perceber através destas informações, que todos estes partidos políticos possuíam em suas frentes membros da elite política brasileira que, através dos seus respectivos programas de ação, defendiam seus interesses ou aqueles ligados aos seus membros.

O ESTADO DO PARANÁ E A FORMAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE E O PAPEL DA GENEALOGIA

A importância da Genealogia como um dos instrumentais de pesquisa utilizados visa à comprovação de relações entre estruturas de parentesco e poder político no Paraná, se revela ao permitir a obtenção de informações sobre a trajetória social de diversas gerações de uma família. Para que as informações sobre a referida trajetória tenha um caráter investigativo, é necessário que as mesmas sejam embasadas, na medida do possível, documentalmente. Dessa forma, de acordo com o autor, a confiabilidade da Genealogia enquanto instrumental de investigação, deve atender a pelo menos quatro requisitos fundamentais:

- 1- Deve ser capaz de, em termos sociais e legais, revelar a

existência de um parentesco assentado em documentos (as informações são politicamente garantidas pelo Estado-Igreja). Para preencher este requisito, de acordo com o autor, haveria a necessidade de reunir-se o maior número possível de documentos para verificação em termos de coerência, contradição, exatidão ou inexatidão de suas fontes. Assim, quanto maior a reunião documental, melhor para a pesquisa genealógica, embora mesmo tendo esta cautela esta não esteja totalmente isenta de imprecisões e falsificações. Nesse sentido, a procura do maior número possível de documentos, juntamente com uma análise mais crítica das fontes, tornariam a pesquisa genealógica mais confiável e adequada para determinados estudos envolvendo sua temática.

2 – Outro fator importante como requisito fundamental para a Genealogia em termos de instrumental analítico, seria sua apresentação também como fato biológico (genético), demonstrando uma técnica de pesquisa mais contemporânea. Nesse sentido, ela poderia proporcionar uma confirmação ou correção de todo o acervo documental da genealogia como linguagem social, embora neste caso seja necessária a existência de técnicas apuradas suficientemente para identificar linhagens e filiações de grupos humanos no tempo e no espaço geográfico que se pretende estudar.

3 – Um outro aspecto relevante é a necessidade de fazer-se a diferenciação entre a genealogia adivinhativo-especulativa, e a genealogia documental-científica. A primeira está relacionada a um estilo mais livre, especulativo e sem documentos para saltos que proporcionam entroncamentos imaginativos; a segunda visa a reunião de documentos para a busca de evidências comprobatórias de hipóteses.

4 – A Genealogia também dependeria da estratificação e da mobilidade social e geográfica, pois, quanto mais importante e influente um indivíduo for, provavelmente teríamos um maior número

de documentos sobre o mesmo e conseqüentemente sobre sua família. Outro aspecto relacionado a esta questão seria que indivíduos e famílias migrantes apresentariam mais dificuldade documental do que comunidades estabelecidas e que não migraram. Em relação aos migrantes e nômades, estes encontrariam um campo fértil para produzirem histórias fantasiosas, reforçadas pela falta de documentos e corroborando a idéia de validade da melhor hipótese, a socialmente superior. Ao contrário, as comunidades com maior estabilidade territorial, gerariam uma história melhor conhecida e documentada, dificultando saltos imaginativos.

Segundo Ricardo Costa de Oliveira, as mais imaginativas especulações na genealogia brasileira vêm de emigrações de uma região para outra no Brasil e de estrangeiros para o Império de Portugal, no período denominado de colonial.

Através dessas informações e observadas as condições que o autor estipula para a utilização da Genealogia como importante auxiliar de pesquisa, podemos considerá-la também eficaz no reconhecimento da classe dominante paranaense, assunto do próximo item.

CLASSE DOMINANTE

De acordo com Oliveira, a “classe dominante” revelaria a unidade de diferentes grupos proprietários, podendo estes pertencerem a famílias ou não, que organizariam os meios de produção, consumiriam rendas e heranças, comandariam o processo produtivo sendo politicamente dominadores e ideologicamente hegemônicos. Embora possuam estas características em comum, a classe dominante não constituiria um bloco único, compacto e composto tendo interesses homogêneos e monolíticos, ou seja, voltados para um setor da sociedade somente. Ao contrário, ressalta o autor, a sua unidade resultaria da diversidade das frações nela reunidas que possuiriam autonomias

específicas e interesses próprios dentro de um conjunto maior que abrange a classe dominante.

Outro elemento relevante a ser ressaltado pelo autor seria o fato de que no interior do conjunto da classe dominante, poderiam existir estruturas de parentesco. Nesse sentido, irá analisar a contribuição das famílias tradicionais, ou seja, radicadas no Paraná desde longa data, na composição da classe dominante paranaense. Dessa forma, ao pensar essa dimensão da classe dominante, pensasse também num conjunto de famílias principalmente, e não num conjunto de indivíduos e suas ações no mundo social. Este conjunto de famílias lançaria a indagação a respeito de como seria possível a permanência e a preservação de elementos importantes de uma estrutura social aparentemente arcaica sobreviver e se adaptar em face a novos desafios e a grandes mudanças que a sociedade brasileira e em especial a paranaense vivenciariam nos últimos séculos. Neste contexto, o autor procurará desenvolver a descrição de alguns mecanismos sociais de permanência de velhas estruturas, práticas sociais e estilos de exclusão que seriam viabilizados mediante um complexo conjunto de estruturas familiares conectadas ao poder político bem como aos privilégios e o controle de várias modalidades de patrimônios. Os agentes pertencentes à classe dominante e que participariam desse processo, seriam formados e constituídos pelo que o autor denominou de “famílias históricas”. As famílias históricas seriam complexos de parentesco existentes durante longo tempo em uma região, possuindo laços históricos com o poder político.

De uma forma geral, informa o autor, sua origem relaciona-se a uma base fundiária fundamentada na posse de terras desde as sesmarias coloniais. Outra característica importante seria o fato de que vários de seus membros, em cada geração, ocupariam posições econômicas, sociais, culturais e políticas de destaque no cenário parana-

ense e também em algumas ocasiões no cenário brasileiro. No conjunto de seus membros, poderíamos verificar a presença de senhores de sesmarias, pertencente aos quadros políticos das governanças das vilas como “homens bons”, exercendo atividades militares de altas patentes como coronel, tenente-coronel, capitão, entre outras, donos de grandes propriedades tanto rurais como urbanas, ocupariam importantes cargos políticos ao longo dos séculos e sua importância para o estado estaria representada pelos nomes de ruas, avenidas e logradouros das cidades paranaenses em que apareceriam.

Um dos exemplos que o autor ressalta em termos de classe dominante no Paraná, e que a representa em muitos dos elementos apresentados por ela é a pessoa de Rafael Greca de Macedo, que fora prefeito da cidade de Curitiba no ano de 1993. De acordo com o autor, Rafael pertenceria a uma das principais famílias históricas do Paraná, a família Macedo, a qual teria muitos prefeitos entre seus componentes. Nos informa o autor que o primeiro prefeito de Curitiba no ano de 1835 teria sido José Borges de Macedo; outro membro da família, o Coronel Joaquim Pereira de Macedo teria sido prefeito em 1908-1912 e em 1930-1932; Oscar Borges de Macedo e Ribas em 1938; João Macedo de Souza também teria sido nos anos de 1945, 1946 e 1947. Interessante citar aqui que a família Macedo já figurava nos quadros do poder político no início da Vila de Curitiba, no ano de 1693.

Além do aspecto político, poderíamos ver a classe dominante atuando também no setor econômico do Paraná. Um marco de sua atuação de acordo com o autor seria a criação no ano de 1890, da Associação Comercial do Paraná sendo que os empresários presentes em sua fundação eram em sua grande maioria filhos, netos e descendentes das principais famílias proprietárias nos séculos XVIII e XIX.

Nesse sentido, interessante a observação de que dos 39 empresários que teriam assinado a lista de sua fundação, 28 possuiriam

comprovadamente fortes vínculos de parentesco com famílias originadas no período colonial. O exemplo mais significativo neste sentido, seria o de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul que era o principal empresário do Paraná na época. Comerciante e proprietário de engenhos de erva-mate, possuiria também uma serraria a vapor em Piraquara e era dono da Imprensa Paranaense. Teria sido ele o criador do Banco Mercantil e Industrial do Paraná. Foi Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Deputado Provincial e Vice-Presidente da Província. Era neto de Manoel Antonio Pereira, considerado o último Capitão-mor de Paranaguá, possuidor de chácara e da fazenda das Palmeiras com engenho de arroz, cana e mandioca com mais de 60 escravos. Era considerado uma das maiores fortunas do Paraná à época.

Um outro item em relação à classe dominante seria o ligado aos aspectos culturais, ou seja, voltados para o nível de instrução de seus componentes. Nesse sentido, afirma o autor, o bacharel em Direito seria a figura indispensável para a formação do funcionalismo estatal e a consolidação do Estado como uma instituição social. Representariam também figuras centrais no debate de idéias nos mais diversos setores como a literatura, no jornalismo e na formação de opinião perante a população.

Ressalta o autor que boa parte dos bacharéis em Direito atuando na então Província do Paraná viriam de fora desta região, principalmente do Nordeste, oriundos de famílias da classe dominante nordestina em busca de empregos jurídicos nas emergentes cidades do Sul do Brasil. Destaca-se entre eles Justiniano de Mello e Silva, nascido em 1853 na cidade de Laranjeiras, em Sergipe, vindo para o Paraná como Secretário da Presidência de Lamenha Lins, no ano de 1876. Foi Deputado Provincial e Diretor Geral da Instrução Pública. Seu bisneto é o atual governador do Paraná, Roberto Requião de

Mello e Silva. Uma vez instalados no Paraná, os jovens bacharéis casavam-se nas velhas famílias da classe dominante paranaense, como é o caso de Agostinho Ermelino de Leão, que foi o primeiro Juiz de Fora de Paranaguá em 1825, obtendo licença do Imperador D. Pedro I para realizar um matrimônio combinado com Maria Clara Pereira filha do último Capitão-Mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira.

Em síntese, podemos perceber que a classe dominante paranaense atuou em diversos setores da sociedade, recebendo elementos de fora da região e com eles fazendo uniões que lançariam as bases para a construção do Estado.

A FORMAÇÃO DO ESTADO

De acordo com o autor, podemos compreender a formação do Estado no Paraná, a partir da emancipação da sua condição de Província no ano de 1853 no período do Império. Nesse sentido, o surgimento do Paraná como unidade regional do aparelho de Estado Imperial, seria um processo originado em um primeiro momento, de um projeto político de emancipação da 5ª Comarca de São Paulo, intitulada Comarca de Curitiba, no início do Império. Ressalta-se aqui, segundo o autor, a importância do papel da elite política regional e suas aspirações políticas durante o período, principalmente no episódio da Revolução Liberal de 1842, em São Paulo, quando políticos da Comarca de Curitiba posicionaram-se a favor da Corte obtendo posteriormente apoio político por parte dos setores conservadores do Império para sua emancipação no ano de 1853.

Segundo o autor, com a criação da Província do Paraná, forma-se o que seria o “embrião” do Estado nesta localidade: o núcleo burocrático institucional, representado principalmente por um conjunto de leis que representaria a forma como o governo provincial seria administrado. Neste contexto, observa o autor que no Império

a esfera local do aparelho de Estado, ou seja, dos mecanismos utilizados para seu funcionamento, dependia principalmente do nível provincial, pois a maioria dos decretos seria relativa aos municípios. Outra preocupação legislativa seria com a questão tributária, que ocupou os legisladores com um número significativo de leis e regulamentos, revelando com isso a atenção que a Província possuía com sua fonte de arrecadação. Um outro elemento que seria bastante visível através da implantação político-administrativa da Província do Paraná seria o grande número de deliberações nos anos iniciais da sua criação. Dentre elas, os temas como segurança e educação seriam enfocados de forma regular, bem como o planejamento econômico ganharia especial destaque pelas políticas públicas, um exemplo desse fato seria o Regulamento da Erva-mate no ano de 1854.

Como nos afirma o autor, as políticas públicas que guiaram a gestão da implantação da Província do Paraná, teria seguido a seguinte divisão em termos legislativos: 1) Necessidade de organizar a Província de forma político-administrativa, através da institucionalização de sua infra-estrutura. Neste item, medidas como estabelecer Curitiba como capital, elevar capelas curadas e povoados a freguesias e estas a condição de municípios seriam relativas a esta institucionalização;

2) Necessidade de organizar o aparelho de Estado através de um corpo burocrático, ou seja, de funcionários que viessem a auxiliar seu funcionamento enquanto instituição. Medidas tomadas neste sentido seriam a criação do Tesouro Provincial e a regulamentação da cobrança de emolumentos na Tesouraria da Fazenda, ou seja, de taxas cobradas pelos serviços efetuados por agentes da administração pública, bem como a criação da Secretaria de Governo e seu regulamento;

3) Criação da base institucional legislativa do Paraná, através da organização da Assembleia Legislativa;

4) Formação da estrutura tributária, ou seja, criação de impostos a serem pagos ao governo, principalmente pela produção e comercialização da erva-mate, da aguardente, do registro de animas do Rio Negro, leilões entre outros;

5) Decretos referentes à esfera local (Vilas e Câmaras Municipais);

6) Legislação sobre a questão educacional na Província, referentes ao ensino primário e secundário;

7) Legislação sobre a organização policial na Província;

8) Legislação sobre a fixação orçamentária da Província, ou seja, regula os gastos governamentais;

9) Legislação acerca da imigração na Província;

10) Iniciativas de obras no setor de transportes, como a Estrada da Graciosa;

11) Estímulo à agricultura, principalmente a plantação de trigo;

12) Preocupação em preservar a memória administrativa da Província, através da criação do Arquivo Público;

13) Regulamentação acerca de religiões e irmandades;

14) Organiza a comunicação via carta, através do estabelecimento do Correio em São José dos Pinhais, através da Portaria 10/06/1854.

Neste conjunto de procedimentos relativos a estruturação do Estado na Província do Paraná, o autor ressalta que a legislação sobre a questão erva-teira representaria um conjunto de políticas públicas que visava atender a fração erva-teira da classe dominante. Este fato estaria representado através do número expressivo de leis e decretos, abrangendo a erva-mate em diversos aspectos de sua produção, demonstrando sua importância em termos sociais, econômicos e políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “patrimonialismo político” brasileiro está relacionado a uma estrutura de poder historicamente originada em Portugal e este conceito se materializaria desde o período do descobrimento reforçando-se ainda mais no momento em que a Corte portuguesa se instala no país.

A partir de então, o patrimonialismo político torna-se padrão nas relações envolvendo questões político – administrativas que irão servir de base para a organização da Independência (início do século XIX), do Império (fim do século XIX) e da República (fim do século XIX e início do século XX) no Brasil.

Importante ressaltar que tal conceito ao manifestar-se em determinados períodos da história política brasileira, mantém uma base comum que o sustenta, ou seja, a noção de tornar particular o que se refere à vida pública. Assim, como bem demonstra Raimundo Faoro, podemos perceber que o patrimonialismo político estaria diretamente associado à utilização dos instrumentos de administração do Estado almejando-se possíveis vantagens que pudessem ser proporcionadas por ele, num processo que beneficiaria direta ou indiretamente as pessoas envolvidas em sua dinâmica.

De acordo com estas afirmações, no período colonial do Brasil o patrimonialismo político estaria vinculado principalmente à concentração de poder apresentada pelo capitão-donatário ou capitão-mor, em relação à administração de determinado território na promoção de sua colonização e exploração comercial. Selecionados pela Coroa portuguesa e a ela subordinados, eram responsáveis pela guarda dos bens de conquista de Portugal em território brasileiro.

Geralmente eram pessoas próximas do reino, além de burocratas e militares, letrados (alfabetizados), guerreiros e a pequena nobreza aventureira na procura de glórias e riquezas. Não consti-

tuíam uma iniciativa colonizadora, mas sim, funcionários da Coroa portuguesa que norteavam suas iniciativas visando proveito comercial. Se no período colonial o patrimonialismo político era próprio de aventureiros exploradores, no período do Império no Brasil o mesmo estaria representado pelos grandes proprietários rurais. Em suas mãos estariam o domínio econômico, social e consequentemente político, advindos da fazenda e da autoridade sobre seus dependentes e principalmente da necessidade que o Estado teria em estender suas influências delegando parte da administração local ou sua totalidade a esses proprietários, visando apoio eleitoral, controle fiscal e militar do território.

Semelhante ao período do término do Império no Brasil, no período da República Velha o patrimonialismo político se expressaria através da figura do Coronel e sua ligação com o governo estadual, que delegaria a estas funções públicas que seriam exercidas em âmbito privado como forma de domínio da esfera estadual sobre a municipal.

Em síntese, podemos afirmar que o patrimonialismo político seria a apropriação privada dos bens públicos e nesse sentido, não se trataria apenas de bens materiais, mas sim, do próprio exercício do poder político em causa própria. O Estado se transforma em propriedade particular, utilizado de forma a distribuir benesses em detrimento de serviços e benefícios que são obrigatoriamente devidos a toda sociedade. Quando há compra de votos para determinada lei ser aprovada, empregos públicos sem concurso, facilidade em licitações de obras para determinada empresa, entre outros exemplos, estamos diante do patrimonialismo político que transforma direitos em favores, obrigações com a sociedade em escolha de determinadas setores beneficiados, má utilização de verbas públicas e consequentemente menor desenvolvimento social.

No caso do Estado do Paraná e da sua classe dominante, desde a sua formação, o patrimonialismo e a configuração do próprio Estado em termos políticos e particularmente da província são melhor compreendidas a partir das estruturas de parentesco, principalmente relacionadas às famílias tradicionais, entendidas aqui como aquelas que seriam radicadas no Paraná desde longa data, precisam ser melhor compreendidas nas suas especificidades.

Assim, a classe dominante nos remeteria a um conjunto de famílias atuantes no cenário político, social e econômico paranaense de forma destacada, ou seja, influenciando nos rumos dos acontecimentos da região. No cenário político, a principal demonstração desta influência seria a constatação de vários membros de uma mesma família em diversas ocasiões, ocupando posições de destaque em cargos proporcionados pelo Estado. No setor econômico, também poderíamos notar a atuação desta mesma classe dominante, ao organizar-se enquanto membros da Associação Comercial do Paraná, fundada em 1890. Um importante aspecto que o autor observa neste contexto seria o fato de que a maioria dos empresários presentes em sua fundação consistia em filhos, netos e descendentes das principais famílias proprietárias no período correspondente entre os séculos XVIII e XIX. Estatisticamente, o autor nos informa que dos 39 empresários que teriam assinado a lista desta, 28 possuiriam comprovadamente fortes vínculos de parentesco com famílias originadas em tempos coloniais.

A classe dominante paranaense também contribuiu para a formação do Estado no Paraná, sendo que neste sentido, o bacharel em Direito atuaria no conjunto do funcionalismo estatal e contribuindo assim para que o Estado viesse a ser visto pela sociedade como uma instituição social. A dinâmica política referente ao Estado, no que se refere ao seu funcionamento, teria principalmente neste membro

da classe dominante, o bacharel em Direito, uma figura central na formulação de idéias que irão guiar ações. Dentre essas idéias poderíamos citar a questão da necessidade de organizar a então Província do Paraná de forma político-administrativa, montando sua infra-estrutura.

Nesse sentido, o estabelecimento de Curitiba como capital da Província, e a elevação de capelas curadas e povoados a freguesia e estas a município, foi um grande passo para a institucionalização estatal. Isso significa que as condições que se apresentariam a partir deste momento, exigiriam a construção de um corpo burocrático constituído por funcionários que viesse a preencher as condições para a administração do Estado nas suas mais diversas tarefas.

Uma das mais importantes seria a criação de um corpo legislativo, destinado a regularizar a vida social e a realidade política que estaria sendo instaurada na região. A eles caberia a formulação de leis que viessem a estruturar o Estado, como por exemplo, a criação de impostos para sua manutenção, a elaboração de decretos em relação à esfera local de poder, questões educacionais, econômicas, de segurança, na área dos transportes, na agricultura, na preservação da memória, entre outros.

Em síntese, a constatação da relação entre poder político e estruturas de parentesco no Paraná, passa por 3 eixos principais: a adoção da Genealogia como base para sua investigação; a identificação por ela da existência da classe dominante atuando em vários setores da vida social paranaense, principalmente no meio político da região e a contribuição desta mesma classe na formação e consolidação do Estado no Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores – Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Editora Moinho do Verbo. 2001.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo. 3ª ed. 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros. 1969.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil -**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. 3 ed. 1997.

Carvalho, José Murilo de. **A construção da ordem – a elite política Imperial**. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1980. p. 98.

A INFLUÊNCIA DO OURO NA ECONOMIA DO PARANÁ AO LONGO DO SÉCULO XVIII

Ricardo Costa de Oliveira¹

RESUMO: Analisamos, a partir de fontes documentais primárias, elementos da atividade mineradora na região de Paranaguá e Curitiba ao longo do século XVIII. Observamos que as atividades mineradoras não representaram apenas um pequeno “ciclo” ou um “surto” limitado, mas que em diferentes ritmos e fluxos, as atividades mineradoras fizeram parte da vida material da região ao longo de todo o século XVIII e com importância maior ou menor em diferentes conjunturas. Avaliamos que conceitos como economia interna ou de subsistência e economia exportadora muitas vezes não podem ser dissociados e representam estruturas integradas. Reunimos documentos que calculam a produção de ouro na região em alguns períodos pouco estudados e investigamos a importância da atividade mineradora na vida material e patrimonial de diferentes indivíduos na antiga Comarca de Paranaguá. Para a elaboração da comunicação foram pesquisadas fontes arquivísticas variadas e consultadas as Listas de Habitantes da região. PALAVRAS-CHAVE: Ouro. Mineração. Paranaguá. Curitiba. Paraná.

INTRODUÇÃO E LITERATURA SOBRE O OURO “PARANAENSE”

O processo de conquista e colonização do Brasil Meridional apresentou alguns eixos bem definidos no final do século XVI e início do século XVII. A expansão territorial dos “portugueses de São Paulo” organizados nas famosas “bandeiras” formou a ponta de lança da expansão do Império Português na região ao sul de Cananéia e do

¹ Sociólogo, Professor Adjunto. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. rco2000@uol.com.br

Rio Paranapanema². As grandes bandeiras entre 1628 e 1632 destruíram as Reduções Jesuíticas do Guairá e ampliaram o raio de ação vicentista ao sul. No litoral atlântico as populações de origem guarani ou carijó também foram capturadas e escravizadas pelos vicentistas desde o final do século XVI. A Restauração de Portugal em 1640 parece ter sido um dos elementos para o reforço da ocupação da baía de Paranaguá naquela década, marcando então o ponto extremo das frentes de ocupação e de povoamento dos vicentinos naquela conjuntura. A captura de escravos guaranis e a mineração representariam a formação das primeiras atividades econômicas desenvolvidas pela conquista e colonização portuguesa no atual território do Paraná³.

Uma das primeiras ocorrências metalíferas organizadas na América Portuguesa, no século XVII, foi àquela encontrada na região de Paranaguá e Curitiba. Esta experiência mineradora serviu para capacitar mineradores e preparar a prospecção aurífera em outras regiões muito mais ricas em termos da presença de ouro.

“Há poucos anos que se começaram a descobrir as minas gerais dos Cataguás, governando o Rio de Janeiro Artur de Sá; e o primeiro descobridor dizem que foi um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá e Curitiba (ANTONIL:1982, 164)⁴”.

A mineração na região de Paranaguá e de Curitiba foi vista como uma atividade restrita, sem importância e limitada no tempo e no espaço por alguns autores:

“Os paulistas, que constituíam a maioria dos mineradores dos campos de cima da serra, começaram porém a se retirar quando foram descobertas as minas de Cataguazes e, afinal, abandonaram inteiramente os campos de Curitiba, quando foram descobertas

2 TAUNAY, Affonso d'Escragnoille. História das Bandeiras Paulistas. Editora: Melhoramentos/INL. 1975

3 O Paraná surgiu como aparelho regional de Estado somente em 1853. Paranaguá se tornou vila em 1648 e Curitiba em 1693.

4 ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil.. Itatiaia, 164: 1982.

as minas de Cuiabá (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN: 1969, 39)⁵.

Esta primeira interpretação histórica apontava para a transitoriedade da mineração na região que seria o Paraná. Cecília Westphalen retificou as suas conclusões anteriores ao pesquisar mais e ler a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e do Boletim da Câmara Municipal de Curitiba. A própria autora retificaria esta orientação em obra posterior, publicada muitos anos depois:

“Existiu na verdade, o ouro de Paranaguá. Há farta evidência documental de que as minas foram encontradas, mas era pouco. Do outro lado, a descoberta e a abundância das Minas Gerais deixaram de lado o interesse pelo ouro de Paranaguá. Este, contudo, presente ainda por todo o século XVIII, embora escasso propiciaria o metal necessário às pequenas trocas da população da Comarca e, pois, a sua sobrevivência enquanto se estruturava o comércio interno do gado muar e aguardava-se o momento da abertura do comércio externo da erva-mate” (WESTPHALEN : 1999, 31)⁶.

Outros autores que formularam elementos para a história econômica do Paraná também não perceberam a influência do ouro no período colonial. Vinculavam-se a esquemas interpretativos baseados nos “ciclos econômicos” ou no paradigma da “teoria da dependência” e não verificaram documentos sobre a persistência da mineração no Paraná além de um restrito “ciclo inicial pioneiro”. Octávio Ianni e Pedro Calil Padis⁷ colocaram as atividades mineradoras como uma das “áreas econômicas inicialmente distintas e independentes” e que contribuíram com a fundação de Curitiba. (Padis : 1980, 20).

5 História do Paraná. Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen : 1969. Grafipar.

6 Comércio Exterior do Brasil Meridional. Cecília Maria Westphalen. 1999. CD Encadernações.

7 IANNI, Octavio. As Metamorfoses do Escravo. São Paulo: Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor; 1988. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec. 1981.

Outro historiador relevante da região, David Carneiro⁸, coloca o ouro como um “fasma”, uma “aparição, surto de um objeto ou de um fenômeno à visão possível de quaisquer eventuais observadores” (Carneiro: 1962, 5). David Carneiro pioneiramente apresentou uma série decenal da produção de ouro de Paranaguá ao tempo de Afonso Botelho, entre 1761 e 1771. O autor revela que o “fasma” ouro surgiu no século XVII e apresentou diversas e diferentes ocorrências até o século XX, mostrando que o ouro não tinha se limitado ao século XVII e início do século XVIII apenas. David Carneiro foi um dos primeiros autores a apontar um padrão mais extenso de continuidade histórica da mineração na sociedade paranaense. O ouro não se limitou ao século XVII e representou um “fasma” muito mais prolongado do que outros investigadores tinham apontado.

Um dos mais sistemáticos e originais levantamentos feitos sobre as minas do “Paraná” foi realizado por Francisco Negrão. O ouro no entorno da baía de Paranaguá foi encontrado e notificado desde a data da vinda do Capitão Povoador Gabriel de Lara, no início da década de 1640⁹. O mesmo Gabriel de Lara notifica as autoridades em uma viagem feita a São Paulo em 1646, atraindo vários pioneiros e aventureiros para a região. A vila de Paranaguá foi estabelecida em 1648, com a eleição dos oficiais da Câmara e a criação da justiça. Também no planalto foram localizados veios no curso do Rio Barigüi¹⁰, local da existência das pioneiras sesmarias¹¹ de alguns dos primeiros povoadores da região de Curitiba. De acordo com os levantamentos feitos por Negrão, percebemos que as atividades mineradoras promoveram um primeiro enraizamento populacional e

8 CARNEIRO, David. *Fasmas Estruturais da Economia do Paraná*. 1962. Universidade do Paraná.

9 NEGRÃO, FRANCISCO. *Genealogia Paranaense*. Reimpressão da Imprensa Oficial. 2004, 50.

10 Op. cit. 64.

11 RITTER, Marina de Lourdes. *As Sesmarias do Paraná no Século XVIII:1980, 186-187*.

concentraram os povoadores em pontos estratégicos como a base para a implantação das primeiras vilas da região. A mineração tinha a característica de reunir moradores e estabelecer precoces formas de organização política, uma vez que o ouro prontamente atraía a atenção das autoridades superiores.

As principais minas da região foram descritas Francisco Negrão no seu capítulo “*As Minas de Ouro da Capitania de Paranaguá*”, terceira parte do primeiro volume da sua portentosa Genealogia Paranaense. Este é um dos mais detalhados textos sobre as minas da região. As minas de Paranaguá situavam-se no entorno da baía e nos seus cubatões. As minas de Morretes mais conhecidas eram as minas de Penajóia, Pantanal, Carioca, Limoeiro, Pau Vermelho, Ribeirão, Uvaporonduva, Capituva, Guarumbê, e outras que em maior ou menor quantidade estiveram operacionais durante muito tempo entre os séculos XVII e XVIII. Em Curitiba e no planalto eram famosas as minas do Arraial Grande, Botiatuva, Morro Azul e Itambé. As minas não ofereciam grande produtividade e a sua história singular é fragmentada na falta de documentos mais detalhados. Muitas vezes as minas foram fechadas e reabertas. Novos veios também foram encontrados, em antigos distritos mineradores, como em 1743, no Ribeirão de Arassatuba, Distrito de Curitiba¹².

O trabalho escravo formava a base das relações sociais de produção nas minas de Paranaguá e de Curitiba. Os trabalhadores eram índios administrados e escravos negros africanos, os “tapanhunos”. Investigamos em outro trabalho alguns dos aspectos da escravidão paranaense no século XVII e XVIII¹³, no que não desenvolveremos o tópico aqui.

12 Op. cit., 122. A descrição das minas vai da página 121 até a 130.

13 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Africanos e Escravidão em uma Sociedade do Brasil Meridional. Curitiba no século XVII e início do século XVIII. IV Congresso da ABPHE. 2001. São Paulo.

A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO OURO E ÀS MINAS DE PARANAGUÁ.

Em 1644 encontramos documentação no Arquivo Histórico Ultramarino sobre as minas de São Paulo e São Vicente¹⁴. As autoridades no Rio de Janeiro organizavam uma primeira institucionalidade e legislação na fiscalização das minas. Um Regimento foi

“passado pelo rei D. João IV ao [superintendente-geral das Minas do Brasil], Salvador Correia de Sá e Benevides, em 14 itens. Reitera, já no primeiro, que, no tocante às minas o superintendente teria toda autonomia, não dependendo do governador geral do Estado do Brasil. Nos itens seguintes ordena-lhe que usasse índios e degredados para a exploração das minas, concentrando-se nas buscas na capitania de São Paulo. O rendimento dos mineradores seria estipulado segundo sua especialidade. Aconselha que, no desempenho de suas funções, tenha consigo ouvidor e provedor, recomendando-se também que faça estabelecer uma Casa da Moeda”¹⁵.

Um Parecer do Conselho Ultramarino sobre a proposta do governador e capitão general do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, para que o licenciado e bacharel Manuel Paes, ocupe o cargo de ouvidor das Minas de São Paulo¹⁶.

Houve intensa movimentação e organização nas minas de Paranaguá entre 1648 e 1649, com a vinda do General Eleodoro Ébano

14 AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos. Lisboa Documento: 3572. 1644, Junho, 10 ALVARÁ (cópia) do rei D. João IV ordenando que minas de ouro e prata, já descobertas ou as por descobrir, passem a ser propriedade dos vassallos que as achem, desde que paguem os devidos quintos e se submetam ao Regimento, passado ao [superintendente-geral das Minas do Brasil], Salvador Correia de Sá e Benevides, para administrar as Minas de São Paulo e São Vicente. Por este Regimento, as pessoas que descubram minas devem se apresentar ao provedor delas para registrar sua descoberta, procedendo à exploração às suas próprias custas no prazo de 30 dias, devem demonstrar o metal achado. Seguem-se as medidas do terreno a explorar, como conviver com os exploradores vizinhos e todos os procedimentos a seguir para a mineração do ouro de “beta”.

15 AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos. Lisboa Documento: 3571. 1644, Junho, 7

16 AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos. Lisboa Documento: 3570. 1644, Maio, 23

para administrar as minas das Capitânicas do Sul, com patente assinada em 10 de setembro de 1648 por Duarte Correa Vasqueanes, Governador do Rio de Janeiro e Administrador Geral das Minas da Repartição Sul. Em 1649 Eleodoro Ébano Pereira estava em Paranaguá examinando e vistoriando as minas em Paranaguá. Em setembro de 1649, a mesma autoridade lista quase vinte moradores que testemunham as atividades mineradoras na região¹⁷. A Casa de Fundição e quinta de marcar ouro em Paranaguá foi estabelecida pelo General Eleodoro Ébano Pereira, como indica a vereança da Câmara de São Paulo de 27 de novembro de 1649. Em 3 de março de 1650 o Governador Vasqueanes confirma a existência da quintagem de ouro e a construção de cofre em Paranaguá. Eleodoro permanece em Paranaguá até pelo menos maio de 1652, quando Salvador Correa de Sá e Benevides lhe destinara correspondência. No mesmo mês de maio de 1653 o Governador Salvador Correia de Sá nomeou a Pedro de Souza Pereira como Administrador das Minas da Repartição Sul, tendo passado a Paranaguá em 1653¹⁸.

As atividades mineradoras prosseguiram em 1658, como se depreende de um “ofício do minerador em Paranaguá, Jaime Comas, ao administrador geral [das Minas de Paranaguá], *queixando-se dos maus tratos recebidos por parte das autoridades, e descrevendo seu trabalho na cota do ouro*”¹⁹.

A institucionalização das atividades mineradoras em Paranaguá conheceu diferentes formas. Houve um primeiro período de grande interesse por parte da Coroa e do Governador do Rio de Janeiro em 1648-1653. Depois houve um arrefecimento em função das

17 Júlio Estrella Moreira. Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à Luz de Novos Documentos. Imprensa da Universidade Federal do Paraná. 1972.

18 Op. cit. 134-136.

19 AHU-Limites-cx. 1, doc. 2. AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos. Paranaguá. Documento: 3577. 1658, Outubro, 15.

dificuldades e das notícias de que as minas eram menos produtivas do que se imaginava. Porém, o trabalho nas minas prosseguia. Novas autoridades eram nomeadas e novas descobertas anunciadas ao longo do século XVII. O Provedor da Fazenda Real Diogo Carneiro Fontoura era citado com Administrador das Minas de Paranaguá por provisão de Sua Majestade de 12 de abril de 1663²⁰. Uma nova notícia da descoberta de minas foi enviada ao Conselho Ultramarino em 1674²¹. O Ouvidor Geral do Rio de Janeiro Pedro Unhão Castelo Branco se referiu às minas de prata de Paranaguá em 15 de novembro de 1676, em consulta ao Conselho Ultramarino²². Gaspar Galhete de Andrade foi nomeado Provedor das Minas de Paranaguá e Campos de Curitiba em 1691, por provisão do Governo Geral²³, o mesmo solicitou que lhe entregassem a Oficina da Casa dos Quintos e Cofre das Minas de Paranaguá, o que comprova a existência desta estrutura em Paranaguá naquele tempo, bem como a existência de uma organização institucional mineradora relativamente mais complexa. Em 1692 o Provedor do Rio de Janeiro não deu posse ao dito Gaspar Galhete de Andrade²⁴.

O Governador Antonio Paes Sande, em 1693, se refere ao entabulamento das Minas de Paranaguá e de como elas eram de difícil acesso. Sebastião Cardoso de Sampaio complementa as informações em 1692 afirmando que já se retirara bastante ouro das minas de Paranaguá e Iguape²⁵.

20 Anais da Biblioteca Nacional. Volume 39, 108. Ano de 1917.

21 CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro acerca dos descobrimentos de minas nas capitanias de Santos e São Vicente, dos quais teve notícia apenas pelo mestre de campo João Furtado, pois toda a correspondência oficial, que ia de Lisboa se perdeu em naufrágio._AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos_Lisboa Documento: 3580.1674, Novembro, 5.

22 Anais da Biblioteca Nacional. Volume 39, 141. Ano de 1917.

23 Op. cit. 190.

24 Op. cit. 190.

25 Op. cit. 201.

Em 1673 havia um Provedor (Manoel de Lemos Conde?) e um Tesoureiro (Roque Dias) das Minas de Paranaguá²⁶. Em 1674 o Capitão-Mor Agostinho de Figueiredo era o Administrador das Minas de Paranaguá²⁷. Em 1678 era o Administrador geral das Minas de Paranaguá e Sabarabuçu D. Rodrigo Castel Branco²⁸. Em 1675 informavam que as Minas de Paranaguá seriam comparáveis as de Potosi, o que mostra a existência de um forte imaginário sobre as minas de Paranaguá²⁹. João Furtado da Mendonça levou a notícia para a Europa, sendo vítima de um naufrágio em que se perderam as amostras e mais papéis³⁰.

Em 1733 era Fundidor da Casa de Fundação Veríssimo Gomes da Silva³¹ e Damião Cardoso da Cunha o Tesoureiro dos Quintos Reais. Em 17 de julho de 1733 Damião Cardoso da Cunha afirmava que “*as faisqueiras são limitadas*” e que ano passado produziram 1.450 oitavas³².

Um outro período histórico com importantes fontes documentais sobre as minas de Paranaguá foi aquele entre os anos de 1735 e 1741. André Gonçalves Pinheiro em 13 de abril de 1735 relatou que o ouro havia sido encontrado em “*várias paragens todas em que os antigos tinham tirado ouro haverá setenta ou oitenta anos pouco mais ou menos*”³³. Outra informação encontrada foi a de que o Ouvidor Rafael Pires Pardini mandou abrir a Real Casa. Na verdade seria mais uma das casas de fundição, ou estruturas de quintagem, criadas pela Coroa desde a primeira criada por Eleodoro Êbano na admi-

26 Anais da Biblioteca Nacional. Volume 15. Ano de 1877-78, 203.

27 Op. cit. 204.

28 Anais da Biblioteca Nacional. Volume 6. Ano de 1878-79, 154.

29 Op. cit. 237.

30 Op. cit. 204.

31 Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Códice 347. (97-12-13).

32 AESP (97-2-4)

33 Arquivo do Estado de São Paulo. Códice 347 (97-2). Há vários documentos listados e fora de lugar neste importante códice sobre as minas de Paranaguá.

nistração de Duarte Correia Vasqueanes, em 1650. Pela leitura dos documentos observa-se que as instalações do ouro em Paranaguá eram muitas vezes mantidas, reparadas, fechadas e reabertas, porque em 4 de abril de 1725 foi solicitado o conserto da Casa da Oficina de Paranaguá, assinado por André Gonçalves Pinheiro³⁴, logo Pardiniho não poderia ter sido o primeiro a abrir uma Casa de Fundição em Paranaguá. A Casa Real da Fundição da Vila de Paranaguá foi descrita em seu conteúdo:

Uma casa de pedra e cal com duas janelas
Um cofre grande com três chaves
Um cofre pequeno com três chaves
Uma cunha com as armas reais

Em 30/12/1735 foram recebidas ordens para fechar as suas atividades. Manoel de Sousa Carvalho era o escrivão dos Quintos Reais em Paranaguá³⁵. Tal fato não demonstra o fim da produção de ouro das minas de Paranaguá. A produção prosseguia e pode ser avaliada no início da próxima década.

Um documento de 1741³⁶ lista a produção de 1740 enviada na frota de 1741:

Cuiabá	19:803 oitavas
Minas de Paranaguá	2:478 oitavas de ouro
Parapanema	1:605 oitavas de ouro
Santa Fé, Distrito da Cidade de São Paulo.	216 oitavas de ouro

A produção aurífera em Paranaguá naquela conjuntura era pequena, mas não desprezível. Podemos levantar a hipótese de que

34 AESP. Códice 347 (97-2-24).

35 AESP. Códice 347 (97-2-4).

36 AESP. Códice 347 (97-1-32).

a casa de fundição e de quintagem do ouro em Paranaguá foi aberta e fechada várias vezes em função de interesses políticos e administrativos. Havia uma disputa de poder e de influência por parte das diversas autoridades em relação ao controle do ouro de Paranaguá.

Em 1744 foi apresentada ao rei D. João V uma carta dos oficiais da Câmara da vila de Paranaguá “*informando as despesas do provedor e mais oficiais dos quintos na condução dos reais quintos desta comarca*”³⁷. Também foi apresentado um “*requerimento do ouvidor da comarca de Paranaguá, Antônio Barbosa de Mattos Coutinho, ao rei [D. José I], solicitando o pagamento do seu ordenado como intendente do ouro, cargo que tem ocupado cumulativamente com o de ouvidor*”³⁸.

Para a década de 1750 existem algumas informações sobre as minas de Paranaguá. Em 1754 o Intendente João Alves Simões se refere ao rendimento do Quinto do Ouro de Paranaguá³⁹ e cita as minas de Paranaguá.

Um dos mais importantes manuscritos sobre as atividades mineradoras no Brasil Meridional, a “*Informação Sobre as Minas do Brasil*”⁴⁰ descrevia e reafirmava a baixa produtividade das minas: “*Não são os quintos deste ouro rendosos e pouco o ouro que se tira*”.

As informações sobre o ouro em Paranaguá continuam ao longo de toda a metade final do século XVIII. Luís Manoel Pereira, Guarda-Mor das Minas de Paranaguá, foi nomeado em 1762. Também havia o cargo de Superintendente das Minas de Paranaguá⁴¹ naquela época, prova de que os cargos fiscalizadores relativos ao ouro continuavam em Paranaguá na década de 1760.

37 AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos. Documento: 3767. Vila de Paranaguá. 1744, Agosto, I.

38 AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos. Vazio. Documento: 3948. 1774, Novembro, 28.

39 Anais da Biblioteca Nacional. Volume 50, 259, 395.

40 Anais da Biblioteca Nacional. Volume 57, 159. Citação da página 161. Ano de 1935.

41 AESP. (12-4-24a).

OS QUE VIVIAM DE MINERAR NAS LISTAS DE HABITANTES.

A melhor prova de que muitos moradores de Paranaguá viviam de minerar, ou que complementavam o seu viver com a mineração, é fornecida pela Lista de Habitantes da vila no ano de 1772. Com este documento podemos corrigir as interpretações anteriores da historiografia paranaense e que apenas percebiam alguma relevância das atividades mineradoras no Paraná no século XVII ou no início do século XVIII.

Na Lista de Habitantes de Paranaguá do ano de 1772⁴² observa-se de maneira extensiva a vinculação das atividades mineradoras nas atividades econômicas da classe dominante da região. O Capitão-Mor Manoel Nunes Lima, 52 anos, casado com Joana Maria, 30 anos, *vivia de minerar*, tirava a cada ano 200 oitavas. Possuía 20 escravos e 10 escravas. Também possuía um sítio no qual plantava para o sustento de sua família. O Sargento-Mor da vila de Paranaguá Francisco João Taveira também *vivia de minerar*. O Sargento-Mor Cristóvão Pinheiro França, da importante família Rodrigues França, com 69 anos, também foi citado como mais um que *minerava* e possuía 50 escravos entre “*machos e fêmeas*”. Muito provavelmente nem todos os escravos estavam envolvidos nas atividades mineradoras, mas a referência à mineração é constante nesta documentação. Até mesmo os religiosos também constavam como envolvidos nas atividades mineradoras na Lista de 1772. O Reverendo Padre Francisco de Borja com 26 escravos, 4 escravas e 4 crioulinhos era descrito na lista como mais um que “*vivia de minerar*”. O Capitão Antonio Roiz Carvalho *vivia de minerar* e tirava 200\$000. João Francisco Laines possuía 7 escravos e *vivia de minerar*. Muitos viviam de minerar nas “*terras realengas*”, como Francisco Roiz da Costa. Alguns viviam de

42 DEAP. Microfilme 1244. Maço de Habitantes, Paranaguá, ano de 1772. Maço 246.

minerar em “*lavras deixadas*”, como Antonio Francisco, com “*um sítio pequeno em terras alheias*”. O Capitão Eusébio Gomes da Silva, com 38 anos, 5 escravos, 6 cabeças de gado, *vivia de minerar*, com 40 oitavas de ouro. Algumas famílias mineravam em grupo, como a família de Francisco da Costa Farto, com 8 escravos e que com os genros dele possuía um sítio com 200 braças de terras em que plantavam para a sua alimentação e com uma morada de casas na vila onde moravam. *Viviam de minerar*, o que lhes rendia 10 oitavas de ouro. As atividades mineradoras eram encontradas em muitos dos distritos de Paranaguá e nas mais diferentes Companhias das Ordenanças. Na 5ª Cia, o Capitão Aniceto Borges da Silva, com 55 anos e sua mulher Antonia Xavier com 29 anos, possuíam 16 escravos, 5 crioulinhos e um sítio, *vive de suas lavras* com renda de 150\$000. No Rio do Pinto João Correa da Fonseca, com 64 anos e Catarina de Macedo, com 52 anos possuíam 16 escravos e também constava que *viviam de minerar*. Mesmo homens pobres mineravam, como era o caso de um Antonio de Oliveira “*vivia de minerar em lavras alheias e nada lhe rende*”. Na Lista de habitantes de Paranaguá de 1772 fica comprovada a importância da mineração na economia da região e o seu caráter complementar para a subsistência e troca naquela vila. Quase todos os *homens bons* de Paranaguá mineravam, bem como muitos clérigos e homens pobres naquela conjuntura.

Em 1789 a lista do ouro da Intendência da Vila de Paranaguá⁴³ apresentava 38 oitavas, 61 marcos, 47 onças e 144 grãos. No ano de 1789 apresentaram atividades relacionadas com ouro o Alferes Custódio Martins de Araújo, o Reverendo Padre Joaquim da Costa Resende, o Capitão Manoel Lopes Guimarães, José Carneiro dos Santos e o Capitão Eusébio Gomes. Em 1790 apresentaram ouro o Guarda-Mor Manoel Antonio da Costa, o Tenente Ricardo Carneiro

43 AESP. Códice 347, (97-1-21).

dos Santos e Antonio da Silva Neves. O Capitão-Mor de Curitiba Lourenço Ribeiro de Andrade apresentou ouro no período de julho a dezembro de 1789. Também neste período, muitas vezes completamente desconsiderado pela literatura, o ouro continuava a ser uma relevante atividade econômica de alguns dos principais moradores em Paranaguá e em Curitiba.

As atividades mineradoras perderam a sua importância e diminuíram bastante na virada do século XVIII para o XIX. Mesmo assim ainda encontramos elementos da atividade mineradora na Lista de Habitantes de Paranaguá de 1798⁴⁴, tais como Luiz Manoel Pereira, com 69 anos e sua mulher Maria Laines, 40 anos. *Lavrador e mineiro*. Possuíam 17 escravos, com 80/90 oitavas de ouro e 40/50 alqueires de farinha. A produção de ouro de Paranaguá não aparece nas exportações da vila a partir deste momento.

UMA FAMÍLIA DE MINERADORES, OS BUENO EM CURITIBA.

A presença de algumas das principais famílias bandeirantes na região de Curitiba revela os vínculos entre o bandeirantismo, a preagem de índios guaranis e a prospecção metalífera. Algumas das principais famílias bandeirantes de São Paulo se estabeleceram em Curitiba e tiveram importante papel na formação senhoriato colonial da região. Foi o caso de Antonio Bueno da Veiga⁴⁵, natural de São Paulo, filho de Baltazar da Costa Veiga e de Maria Bueno, neto paterno de Jerônimo da Veiga e de Maria da Cunha e neto materno de Amador Bueno, o moço e de Margarida de Mendonça. Descendia

44 Lista de Habitantes de Paranaguá, 1798. Microfilme 1245. Maço 247. DEAP.

45 Genealogia Paulistana. Título dos Buenos e Prados. Genealogia Paranaense. Título Mateus Leme.

do principal núcleo do poder mameluco seiscentista de São Paulo, descendentes dos maiores tupis (Tibiriçá, Piqueroibi) com João Ramalho, os Pires, o Carvoeiro e outros. A família Bueno conhecia o atual território do Paraná desde 1628, quando o seu avô materno Amador Bueno, o moço, participou da bandeira de Antonio Raposo Tavares no assalto e destruição do Guairá⁴⁶. O Capitão Antonio Bueno da Veiga está documentado em Curitiba desde pelo menos 1684, tendo recebido a sesmaria de Miringuava em 9/12/1719⁴⁷, passada por D. Pedro de Almeida Portugal. Antonio Bueno da Veiga era irmão do Capitão-Mor Amador Bueno da Veiga, o chefe dos paulistas durante a “Guerra dos Emboabas”, em Minas Gerais. Antonio Bueno da Veiga foi casado com Isabel Fernandes da Rocha, inventariada em Curitiba em 1717 e com dois filhos: Amador Bueno da Rocha e Maria Bueno da Rocha. O sogro do capitão Antonio Bueno da Veiga era o Capitão Antonio Bicudo Camacho, muito ativo na mineração curitibana dos fins do século XVII.

Maria Bueno da Rocha casou com o Capitão João Carvalho da Assunção, também membro de importante família de mineradores e povoadores do atual Paraná, filho de Manoel Picam de Carvalho e de Maria Leme (esta última filha por sua vez do Capitão-Povoador de Curitiba Mateus Martins Leme e de Antonia de Góes). Manoel Picam de Carvalho era filho de pai com o mesmo nome de Manoel Picam de Carvalho, casado com Ana Maria Bicudo, esta filha do descobridor do ouro em Curitiba, Garcia Rodrigues Velho⁴⁸ e de Isabel Bicudo de Mendonça. Garcia Rodrigues Velho seria neto do avô de mesmo nome Garcia Rodrigues Velho, casado com Maria Be-

46 CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil:1954, 82.

47 RITTER, Marina Lourdes. As Sesmarias do Paraná no Século XVIII: 1980, 231-232.

48 NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume IV. Título Mateus Leme, 211. Reimpressão Imprensa Oficial. 2005. Silva Leme. Genealogia Paulistana. Volume VII, 456.

ting⁴⁹, filha do Geraldo Beting, alemão especialista em mineralogia, casado com Custódia Dias, por sua vez neta do Manoel Fernandes Ramos com Suzana Dias (cabeça do título Fernandes Povoadores na Genealogia Paulistana, fundadores de Santana do Parnaíba e de Sorocaba). A Suzana seria neta de Tibiriçá, maiorial tupi e “fundador” de São Paulo. Outra filha de Geraldo Beting com a Custódia foi a Maria Beting, casada com o Fernão Dias Paes, o descobridor das esmeraldas. Voltando para o descobridor do ouro em Curitiba, o Garcia Rodrigues Velho, sua mulher era Isabel Bicudo de Mendonça, filha de Gonçalo Pires Bicudo e de Juliana Antunes Cortes, povoadores de Curitiba desde antes de 1660⁵⁰, quando passou procuração em Paranaguá para o inventário de sua mãe Maria Bicudo e declarou ser morador em Curitiba. Esta procuração passada em Paranaguá, na casa do Capitão Gabriel de Lara, é o mais antigo documento de um morador pioneiro em Curitiba ainda existente. Gonçalo era filho do Manoel Pires, bandeirante que desde 1615 aparece nas entradas para o sul. Em 1628 estiveram na grande bandeira do Guairá com o seu genro Antonio Raposo Tavares. Manoel Pires atacou o Colégio dos Jesuítas em Barueri e também foi um dos chefes na bandeira desbaratada em Mbororé em 1641⁵¹. Manoel Pires foi casado com Maria Bicudo, inventariada em São Paulo em 1660⁵². Tinha fazendas em Parnaíba e em Cutia com muitos escravos índios. As bandeiras paulistas eram um grande empreendimento de poucas famílias aparentadas entre si.

O casal formado pelo Capitão João Carvalho de Assunção e Maria Bueno da Rocha seria importantíssimo para a genealogia da

49 SILVA LEME. Genealogia Paulistana, Volume VII, 452.

50 SILVA LEME. Genealogia Paulistana. Volume VIII, 326.

51 CARVALHO FRANCO, Francisco Assis de. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: 1954, 303.

52 Inventários e Testamentos. Volume 16. Publicação Oficial do AESP. 1920.

classe dominante da região de Curitiba, Guaratuba e São Francisco do Sul. Boa parte da elite política tradicional da região descenderia deste casal, representando a continuidade de algumas das principais famílias do bandeirantismo meridional no senhoriato da região nos séculos XVIII e XIX⁵³. Na Lista de Habitantes de 1776 de Curitiba, em São José, Maria Bueno da Rocha, viúva, ainda era viva e com 80 anos. Morava com a sua filha Quitéria, com 45 anos. Possuía na sua companhia alguns escravos e administrados: Gracia, escrava; Luzia, escrava; Basília, administrada; Ignácia, administrada; Antonio, 12 anos, administrado, Natália e Salvador, administrados. Por eles se observa que mesmo no final da “era pombalina” algumas famílias de elite na região de Curitiba ainda preservavam os seus índios “administrados”⁵⁴.

Na Lista de habitantes de Curitiba em 1765⁵⁵, Amador Bueno da Rocha estava viúvo, com 60 anos, vivia de minerar com 19 escravos e 8 escravas, 8 crioulos, 2 sítios com reses e 60 crias, 20 vacas, bestas, cavalos. Aqui temos mais uma prova de que algumas famílias bandeirantes permaneceram na região de Curitiba minerando continuamente desde o século XVII até quase as décadas finais do século XVIII. Também encontramos nestas genealogias a formação de aspectos do poder político do senhoriato no que se tornará o Paraná e o Norte de Santa Catarina. Uma prova da presença e da continuidade de famílias no Brasil Meridional desde as primeiras bandeiras presentes na destruição das Reduções Jesuíticas do Guairá no início do século XVII até o poder político dos *homens bons* nas vilas da região. Estas famílias formariam relevante segmento da elite política e da

53 As estruturas de parentesco foram desenvolvidas no nosso livro “O Silêncio dos Vencedores”.

54 Um debate sobre os conceitos de escravos e administrados na vila de Curitiba está no livro de Stuart Schwartz. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*.

55 Lista de Curitiba de 1765. Folha 292. Projeto Resgate.

classe dominante no Paraná Tradicional e no Norte de Santa Catarina ao longo do Império e da República.

AS MINAS EM OUTRAS LOCALIDADES DO BRASIL MERIDIONAL

As minas também se encontravam nas regiões adjacentes a Paranaguá e Curitiba. Apiaí era um centro de mineração bastante dinâmico para os padrões da região Sul de São Paulo. Apiaí possuía 609 escravos, em 1735/36, envolvidos na mineração⁵⁶. Também havia as minas de Paranapanema. Em 1732 foi realizada uma *lista de pessoas, escravos e carijós que se acham minerando nestas Minas de Paranapanema*. O Capitão-Mor João Coelho Duarte, natural de Portugal, contava com 30 escravos na mineração. O total de escravos dos mineradores era de 158 escravos⁵⁷. Houve em 1741 uma

*“carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V] sobre a necessidade de haver uma intendência em separado para as minas de Paranapanema e as de Apiaí, pois as distâncias e o mau estado dos caminhos impedem que se façam as matrículas a tempo”*⁵⁸. Uma *“carta (em 1752) do ouvidor geral intendente da cidade de São Paulo, José Luís de Brito e Melo, ao rei [D. José I] sobre as contas da capitação que fez com o intendente das Minas de Paranapanema, José de Barros Leme sobre aquelas pessoas que passam à comarca de Paranaguá, para não terem de pagar o devido tributo. Relata também as atividades da Casa da Fundação de São Paulo, que ele mesmo mandou construir”*⁵⁹.

56 AESP. Códice 347. 97-1. Um texto sobre a estrutura demográfica e econômica de Apiaí em meados do século XVIII : http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_1.pdf

57 AESP. Códice 347 (97-1-28)

58 AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos Documento: 3744. Vila Boa. 1741, Janeiro, 20.

59 AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos. Documento: 3823. São Paulo. 1752, Julho, 30

Na região de Tibagi também se verifica documentação sobre atividades mineradoras, inclusive o garimpo de diamantes em 1756, como se depreende de um:

*ofício do ouvidor geral da comarca de São Paulo, João de Sousa Filgueiras, ao [secretário do reino], conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, pedindo que não se esqueça dele, nem de seu irmão, caso surja cargo vago na Relação do Rio de Janeiro. Trata também dos progressos na posse do sertão do Tibagi, relatando os problemas em torno da descoberta de um diamante, envolvendo o general Antônio Gomes Freire de Andrade, governador e capitão general do Rio de Janeiro, o ouvidor de Paranaguá e Francisco Tosi Colombina, italiano que, na Corte, se oferecera para fazer este descoberto*⁶⁰.

A mineração fazia parte da história econômica de Tibagi desde as suas origens. Um ofício do Capitão-Mor da vila de Curitiba relata a existência das minas nos campos de Tibagi:

*“ofício (do ano de 1789) do capitão-mor da vila de Santos, Lourenço Ribeiro de Andrade ao [governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena], sugerindo a criação de uma vila nos campos de Tibaji, onde já se exploravam as minas e já se vinha combatendo os gentios hostis*⁶¹.

A presença de atividades mineradoras também esteve documentada ao Sul de Paranaguá, no atual Norte de Santa Catarina. Há vários documentos que indicam a presença de ouro na vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco no começo do século XVIII, atual São Francisco do Sul e também na região do Rio Itajaí, com relatos das minas em períodos tão avançados como em 1777⁶².

60 AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos. Documento: 3860. São Paulo. 1756, Janeiro, 24.

61 AHU-ACL-N- Sao Paulo Avulsos_Documento: 4106. Vila de Curitiba. 1789, Julho, 5.

62 Para as minas de São Francisco do Sul ver os Anais da Biblioteca Nacional, Volume 98, ano de 1978, 23. Para as minas de Itajaí ver os Anais da Biblioteca Nacional, Volume 103, ano de 1983, 178.

CONCLUSÕES

As bandeiras meridionais não somente destruíram as reduções jesuíticas e escravizaram os índios guaranis. Estas mesmas bandeiras lançaram as bases do povoamento das vilas do Brasil Meridional e foram os pontos iniciais da colonização da região em um regime de trabalho cativo, no qual a força de trabalho era administrada e escravizada. A ocorrência de ouro foi um fator importantíssimo e mesmo decisivo para a concentração e institucionalização das vilas pioneiras de Paranaguá e Curitiba no Brasil Meridional. Localidades mais estratégicas e sem ocorrências metalíferas tiveram seu povoamento e organização muito mais atrasado e obstaculizado do que nas áreas com a ocorrência metalífera. Na escala da região a diferença é visível. A tabela abaixo demonstra a diferença entre as vilas com produção metalífera em comparação com a Ilha de Santa Catarina, sem ouro, por exemplo.

Localidades, fogos e rendimentos das câmaras da Comarca de Paranaguá no ano de 1732⁶³:

Localidade	Número de Fogos	Rendimento
Paranaguá	425	250\$000
Curitiba	218	60\$000
Iguape	181	35\$000
Cananéia	122	25\$000
Rio de São Francisco	144	27\$000
Ilha de Santa Catarina	43	nada
Laguna	96	15\$000

Em uma região com poucos habitantes, sem nenhuma tradição econômica de agregação de valor ou beneficiamento de produtos primários, sem artesanato, sem manufatura e sem cultura material inovativa, o grande problema era como conseguir alguma maneira de se obter alguma renda. A necessidade de estruturar formas elementa-

63 Arquivo do Estado de São Paulo (12-4-21).

res de inserção nas relações de mercado trans-regionais era decisivo para a manutenção de um padrão cultural luso-brasileiro na região, com o consumo de utensílios, ferro, armas, sal, pólvora, vestuário, ferramentas e outros gêneros considerados essenciais para o padrão de vida da classe dominante da região. A necessidade de criação de valores de troca viabilizou a economia do ouro e da farinha⁶⁴ de mandioca na região de Paranaguá, como os principais produtos de troca durante os séculos XVII e XVIII. O principal problema econômico da região, como o de várias outras regiões fronteiriças, era a forma de se conseguir valores de troca que conseguissem gerar renda aceitável nos mercados coloniais e que pudessem garantir um sustento para as populações coloniais da região. Não havia mercado interno em condições operacionais e as chances de alguma prosperidade estavam localizadas nos mercados de fora da região. Era a única possibilidade de sobrevivência material acima do nível econômico das sociedades indígenas da região. O ouro segue como um produto complementar ou até mesmo como a principal atividade econômica de algumas famílias ao longo de todo o século XVIII. A economia de subsistência e a economia exportadora se imbricam porque o ouro complementa a renda doméstica e também um dos principais gêneros de subsistência, a farinha de mandioca, é um dos poucos produtos vendido para fora da região e que proporciona alguma renda monetária. A força de trabalho era constituída por indígenas administrados e por negros escravizados, sendo os últimos prova de empreendimentos econômicos rentáveis na região. Ao longo do século XVIII há a tendência da diminuição dos índios administrados e a hegemonia das relações sociais de produção escravistas. O conceito de pobreza deve ser relativizado. A pobreza sempre era lembrada para se tentar dimi-

64 Um texto interessante sobre as farinhas na região é o de Cecília Westphalen, *As Farinhas de Paranaguá*, in *A Moderna História Econômica*.

nuir a fome tributária e fiscal da Coroa. Os índices de crescimento demográfico e a explosão demográfica das vilas do Brasil Meridional demonstram que a região era bastante abundante em termos de valores de uso e que permitiram o crescimento populacional acelerado, fato impossível em uma região de fato “pobre” e carente de valores de uso, o que não era o caso do Brasil Meridional. A pobreza era uma pobreza em moeda e valores de troca. O ouro, a farinha de mandioca e outros produtos da região, comercializados com determinado valor de troca, representariam as limitadas possibilidades de aberturas mercantis que a região duramente conseguiu criar e estruturar nas condições do Antigo Regime.

Uma das mais importantes conseqüências da mineração nas vilas de Paranaguá e Curitiba foi a formação de uma certa acumulação primitiva de capitais na região. Como escrevemos em um dos nossos livros anteriores⁶⁵:

“O ouro no antigo território do Paraná apresentou baixa produtividade em termos gerais, mas não devemos desprezar o seu papel como um dos elementos na gênese da formação da sociedade paranaense e na sua capacidade de criar uma primeira acumulação de riquezas locais. Estas seriam a base de capitais para as outras atividades. Havia em Paranaguá uma casa dos Quintos, onde era fundido o ouro em pó. O Capitão-Mor João Rodrigues de França possuía em 1712, lavras de ouro em São José dos Pinhais. Em 1743 o Padre José Rodrigues de França e Paulo da Rocha Dantas obtiveram concessão para lavra no Ribeirão do Arassatuba. Membros das famílias e descendentes de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis estiveram associados com as minas em vários momentos. É o caso de Baltazar Vellozo e Silva e de Gaspar Carrasco dos Reis. O Capitão Antonio da Veiga, o Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes, o Guarda-Mor Francisco Martins Lustoza, Zacarias Dias Cortes, o Padre Cristóvão da Costa Oliveira e o Coronel Manoel Gonçalves Guimarães, entre outros, envolveram-

65 OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O Silêncio dos Vencedores. Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná: 2001, 65-66.

se com atividades auríferas. Mesmo com as dificuldades e a baixa produção, também associadas às diversas maneiras de se enganar a fome tributária do Fisco da Coroa, podemos apontar que a mineração do ouro construiu um significativo reforço à acumulação original de capitais no antigo Paraná. A partir de uma arcaica base formada, foi possível a preparação para a economia agrícola das farinhas e dos outros produtos exportados no final do século XVIII. Assim se articularam os antecedentes remotos dos capitais do empreendimento ervateiro no início do século XIX (OLIVEIRA:2001, 65-66)”.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo do Estado de São Paulo. AESP.

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate <http://www.resgate.unb.br/resgate/form-pesquisa.jsp>

Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. DEAP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL.

ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil.. Itatiaia, 164: 1982.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALLEN, Cecília. História do Paraná. Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen : 1969. Grafipar.

CARNEIRO, David. Fasmias Estruturais da Economia do Paraná. 1962. Universidade do Paraná.

CARVALHO FRANCO, Francisco Assis de. Diconário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII: 1954. Comissão do IV Centenário. Gráfica Siqueira. São Paulo.

INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS. Volume 16. Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de Órfãos da Capital. S. Paulo, Tipografia Piratininga, 1920.

IANNI, Octavio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo: Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor; 1988.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, Hucitec. 1981

MOREIRA, Júlio Estrella. *Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba à Luz de Novos Documentos*. Imprensa da Universidade Federal do Paraná. 1972.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Reimpressão da Imprensa Oficial. 2004, 50.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *Africanos e Escravidão em uma Sociedade do Brasil Meridional*. Curitiba no século XVII e início do século XVIII. IV Congresso da ABPHE. 2001. São Paulo.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O Silêncio dos Vencedores*. Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná: 2001. Moinho do Verbo Editora. Curitiba.

RITTER, Marina de Lourdes. *As Sesmarias do Paraná no Século XVIII*. IHGP. Estante Paranista. 1980.

SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. Ed. Duprat, São Paulo, 1903-1905. 9 Volumes.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. EDUSC. 2001.

TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *História das Bandeiras Paulistas*. Editora: Melhoramentos/INL. 1975.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *As Farinhas de Paranaguá*, *in* *A Moderna História Econômica*. Organizadores, Carlos Pelaez e Mircea Buescu. 1976. APEC.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Comércio Exterior do Brasil Meridional*. 1999. CD Encadernações.

A NOVA GERAÇÃO DO NEPOTISMO NA POLÍTICA PARANAENSE

Tiago Valenciano¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é problematizar a seguinte questão: qual é a “nova geração” de políticos do Paraná que mantém as características da perpetuação no poder familiar no cenário político estadual? Pretende-se delinear o perfil desta “nova geração”, apontando quais são seus vínculos familiares, as conexões de parentesco na política, o perfil ideológico e os modos de inserção no jogo político regional. Para tal, levantaremos todos aqueles que possuem algum grau de parentesco com Deputados Federais, Deputados Estaduais, Governadores, Senadores, Prefeitos e Vereadores – a partir do Século XXI, apontando àqueles que já assumiram um cargo público ou já assinalaram a pretensão de disputar as eleições de 2014, com militância em partidos políticos, instituições, cargos de comissão na máquina pública, entre outros. Assim, os resultados tendem a apontar que os descendentes dos políticos do Século XX, fatalmente irão ocupar os postos de destaque no presente (e no futuro), confirmando o fenômeno do nepotismo como um sistema que se arrasta ao longo dos anos na política paranaense.

Palavras-Chave: Nepotismo. Relações de parentesco. Paraná.

INTRODUÇÃO

A prática de introduzir familiares na política não é novidade no Brasil. Da formação da cultura política do brasileiro aos dias de hoje, arrumar uma “boquinha” para os parentes no governo é algo corriqueiro. Dos últimos anos pra cá, a prática do nepotismo tem se tornado ainda mais esclarecida, transformando a política em um

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. E-mail: tiagovalenciano@gmail.com

grande balcão de negócios em que os políticos de cada família são os vendedores e os eleitores são os consumidores – e que em diversas oportunidades acabam “consumindo” este produto.

O objetivo do presente artigo é tratar a prática do nepotismo no Paraná dos últimos anos, no intuito de responder a questão: qual é a “nova geração” de políticos do Paraná que mantém as características da perpetuação no poder familiar no cenário político estadual? Nosso intuito é demonstrar como o nepotismo é um sistema político que “produz” novos líderes a partir dele mesmo, se auto-reproduzindo e se reinventando a cada eleição.

No primeiro momento, apontamos como a prosopografia (isto é, o estudo das biografias coletivas) tem nos ensinado a analisar o conjunto de integrantes deste artigo: a “nova geração” de políticos oriundos de famílias tradicionais no Paraná. Em seguida, apresentamos o recorte temporal e a metodologia utilizada, bem como os perfis dos políticos analisados. Por fim, os resultados tendem a apontar que os descendentes dos políticos do Século XX, fatalmente irão ocupar os postos de destaque no presente (e no futuro), confirmando o fenômeno do nepotismo como um sistema que se arrasta ao longo dos anos na política paranaense.

PROSOPOGRAFIA E AS TRAJETÓRIAS SOCIAIS

O conceito de prosopografia é amplamente debatido nas pesquisas que envolvem a história e as ciências sociais. Os recentes trabalhos sobre o tema versam a necessidade de aproximação das áreas, destacando que a prosopografia tem sido utilizada como método muito mais nas ciências sociais do que na história. Dentre os estudiosos do assunto, destacamos Stone (2011), definindo-a como a “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (Stone, 2011:

p. 115). Esta afirmação metodológica facilita o estudo das biografias coletivas, isto é, de um grupo de atores sociais que se relacionam entre si por algum atributo social.

Dentre as questões de investigação histórica usualmente pesquisadas, Stone declara que o uso da prosopografia é uma importante ferramenta, pois:

Refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas [...] de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família. (Stone, 2011: p. 116)

Quer dizer, optamos pelo método prosopográfico pela facilidade na busca de conexões entre a trajetória política dos integrantes das famílias estudadas e as conexões inter e extra familiares estabelecidas pelos seus membros. Ou seja, partir do princípio que as biografias coletivas, ora colocadas lado a lado, ora justapostas, prevê que a dinâmica e a interação destes grupos familiares e societários ainda importam na configuração social atual do Paraná.

Do mesmo modo, nosso interesse por este grupo familiar reflete às preocupações de Bourdieu (1986), argumentando que o sujeito e o objeto da biografia acabam se interessando pela lógica da narrativa biográfica. Por esta visão do autor, podemos enfatizar que não somente as famílias pesquisadas almejam conhecer suas origens e seus destinos, mas também há a possibilidade de que outras pessoas questionem: afinal, quem compõe esta nova classe? De onde vieram? Para onde vão?

Nesta busca biográfica, salientamos que não somente as biografias interessam, mas sim o “balanço” orientado pela trajetória de

seus membros, isto é, qual foi o itinerário percorrido ao longo dos anos por seus integrantes, quais cargos ocuparam, que conexões políticas estabeleceram? Esta sucessão de acontecimentos marcados na história é tratada por Bourdieu, dizendo que:

O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontando com o mesmo espaço dos possíveis. (Bourdieu, 1986: p. 190)

Assim, é necessário avaliar e analisar o campo em que as trajetórias de vida ocorreram: suas conquistas, seus relacionamentos, sua presença em determinado período da história. Nossa pesquisa justifica-se, portanto, por três argumentos. O primeiro deles diz respeito à necessidade de pesquisar as trajetórias políticas da elite, algo que muito auxilia nas respostas de perguntas ainda não decifráveis na história política paranaense. O segundo valoriza a biografia coletiva das famílias, importante agrupamento político e social do Estado e que buscam sempre a expansão no cenário estadual.

A “NOVA GERAÇÃO” DO NEPOTISMO NO PARANÁ

Conforme Oliveira (2012), existem sessenta e duas famílias que comandam a sociedade paranaense desde a emancipação política do território: dos cartórios à justiça, do Poder Executivo ao Poder Legislativo, o nepotismo perpassa pelas estruturas sociais do Estado. E, é claro que, enquanto sistema que reproduz, o nepotismo também precisa se reinventar. Diante desta “reinvenção” é que analisamos se há ou não uma nova classe política surgindo no Paraná, oriunda da própria máquina familiar destas sessenta e duas famílias apontadas.

Questionamos então: em qual medida o nepotismo pode se reinventar para as gerações futuras da política regional?

Para apontar os caminhos desta indagação, utilizamos como recorte metodológico-temporal as eleições para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e para a Câmara dos Deputados desde 2002. Ou seja, levantamos as disputas de 2002, 2006 e 2010 e as possíveis candidaturas para 2014 no intuito de verificar como e em quais cargos as famílias presentes no cenário político estadual tentaram se manter. No caso de 2014, balizamos a pesquisa por matérias de jornais e da internet, considerando a manifestação de candidatura dos políticos que estão no poder.

A tabela a seguir condensa os políticos com laços de parentesco que se elegeram ou ao menos obtiveram boa participação nas disputas. As variáveis são nome do político, grau de parentesco com àqueles que exercem ou exerceram o poder, a idade da época de cada mandato – uma vez que consideramos como jovens desta “nova geração” todos os eleitos pela primeira vez com até 30 anos, o ano de nascimento e o cargo que disputou:

TABELA 1 – Nova geração do nepotismo no Paraná a partir de 2002

Nome	Cargo	Anos	Idade ao se eleger	Ano de nascimento	Parentesco
Alexandre Curi	Deputado Estadual	2002, 2006 e 2010	23 anos	1979	Neto de Aníbal Khury, ex-Presidente da ALEP
Artagão Júnior	Deputado Estadual	2002, 2006 e 2010	27 anos	1975	Filho de Artagão de Matos Leão, Ex-deputado e Pres. do Tribunal de Contas
Ratinho Júnior	Deputado Estadual / Federal	2002, 2006 e 2010	21 anos	1981	Filho de Carlos Roberto Massa, Deputado Federal (1991-1994)

Fernando Carli Filho	Deputado Estadual	2006	23 anos	1983	Filho de Luiz Fernando Ribas Carli, ex-deputado e ex-prefeito de Guarapuava
Renata Bueno	Deputada Federal**	2006	27 anos	1979	Filha do Deputado Federal Rubens Bueno
Zeca Dirceu	Deputado Federal	2010	32 anos	1978	Filho do ex-deputado José Dirceu
César Silvestri Filho	Deputado Estadual	2010	30 anos	1980	Filho de César Silvestre, Deputado Federal
Evandro Júnior	Deputado Estadual	2010	22 anos	1988	Neto de Hermas Brandão, ex-deputado e sobrinho de Hermas Brandão Junior, deputado estadual
Pedro Lupion	Deputado Estadual	2010	27 anos	1983	Filho de Abelardo Lupion, Deputado Federal
Bernardo Ribas Carli	Deputado Estadual*	2010	24 anos	1986	Filho de Luiz Fernando Ribas Carli, ex-deputado e ex-prefeito de Guarapuava
Eduardo Pimentel Slaviero	Deputado Estadual**	2010	26 anos	1984	Neto de Paulo Pimentel, ex-governador
Pedro Guerra	Deputado Federal*	2010	29 anos	1981	Filho de Alceni Guerra, ex-deputado federal e ex-ministro
Paulo Rosemann	Deputado Federal**	2010	32 anos	1978	Filho do ex-deputado federal Max Rosemann

Fonte: VALENCIANO, Tiago (2014)

*Assumiu ao longo do mandato

**Não eleito

Pelo constatado na tabela acima, as bancadas de 2010 da ALEP e da Câmara dos Deputados são as mais consistentes quando o assunto é nepotismo. Olhando para trás, de 2002 para cá o número de herdeiros políticos só tem aumentado nas eleições do Paraná. O “pioneiro” mais jovem deste fenômeno foi Ratinho Júnior que, aos 21

anos, foi eleito Deputado Estadual, aproveitando-se do lastro eleitoral e empresarial de seu pai, Carlos Roberto Massa, o Ratinho.

Ainda em relação ao pleito de 2002, duas tradicionais famílias de políticos paranaenses lançaram seus representantes: Alexandre Curi e Artagão Junior. Curi é da família Khury (variação), cujo principal nome é o de Aníbal Khury, eleito diversas vezes Deputado Estadual e que por muitos anos comandou a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Na expansão política, os Khury têm tentáculos estendidos nos cartórios e na procuradoria geral da justiça do Paraná. Do mesmo modo, os Mattos Leão são uma família diretamente relacionada aos negócios políticos. Artagão Junior é o produto final de um agrupamento familiar que já teve deputados estaduais e federais, senador e o ex-prefeito de Guarapuava, José de Mattos Leão.

O ano de 2006 foi o de menor inserção de novos personagens políticos quando o assunto é família: apenas um diretamente e outro caso curioso. Fernando Ribas Carli Filho foi eleito deputado estadual. Filho de Luiz Fernando Ribas Carli Filho – com uma carreira política consagrada, o guarapuvano nem chegou a terminar o mandato após o envolvimento em um acidente de trânsito. Porém, a família Ribas Carli não parou por aí: Bernardo, irmão de Fernando e filho de Luiz Fernando disputou uma cadeira na ALEP em 2010, sendo suplente, assumindo ao longo do mandato pelo afastamento de outros deputados. Por outro lado, Renata Bueno não foi eleita Deputada Estadual em uma chapa que tinha seu pai, Rubens Bueno, disputando o governo do Paraná. Dois anos depois foi eleita vereadora em Curitiba e em 2013 assumiu uma vaga como deputada no parlamento italiano.

O nepotismo passou a ganhar mais espaço ainda em 2010, quando oito novos nomes apareceram. Zeca Dirceu obteve destaque por ser filho de José Dirceu, ex-deputado e ministro do Governo Lula, um dos expoentes da política nacional. O filho Zeca estava no

segundo mandato de prefeito da pequena Cruzeiro do Oeste, que fica no Noroeste do Estado, quando decidiu ser candidato a deputado federal, algo que vingou.

Já César Silvestri Filho aparece no ilustre rol do nepotismo de Guarapuava, que conta com três famílias que sustentam o poder político local: Mattos Leão, Carli e Silvestri. Filho de César Silvestri (ex-deputado estadual e atualmente deputado federal), César Filho iniciou a carreira como deputado estadual. É neto de Moacyr Silvestri, ex-prefeito de Guarapuava, cargo este ocupado por Filho a partir de 2012.

Evandro Buquera de Freitas Oliveira Júnior, o Evandro Júnior, teve carreira meteórica na política. Em 2008 foi eleito vereador em Maringá, credenciando-se para uma disputa estadual. Seu avô, Hermas Brandão, foi deputado estadual por seis mandatos e obteve o mesmo destino de muitos parlamentares: o Tribunal de Contas do Paraná. Não podendo mais se candidatar, lançou o neto e o filho para deputado estadual, ambos se elegendando: um pela região de Maringá e o outro pelo norte pioneiro. Além do envolvimento político, os Brandão atuam no ramo cartorário, uma vez que Evandro Júnior é oficial substituto do 3º Registro de Imóveis de Maringá.

Dos nomes analisados, Lupion é que o obteve maior sucesso político no Paraná. Moyses Lupion governou o Estado de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961, que é avô de Abelardo Lupion (Deputado Federal desde 1991) e bisavô de Pedro Lupion, eleito em 2010 para o parlamento regional. Pedro é a terceira geração de políticos da família em um período de sessenta e três anos, considerando as datas iniciais dos mandatos de Moyses e Pedro.

Eduardo Pimentel Slaviero também se apresenta como herdeiro político de um ex-governador. O avô Paulo Pimentel governou o Paraná de 1966 a 1971 e Eduardo foi candidato em 2010 também

para deputado estadual, não obtendo sucesso. A disputa nas eleições de 2014 era certa, entretanto houve a desistência por parte de Eduardo, que assumiu a Sub-chefia da Casa Civil do Paraná.²

Filho de Alceni Guerra, ex-ministro do governo Fernando Collor e ex-deputado federal e ex-prefeito de Pato Branco, Pedro Guerra disputou as eleições de 2010 como candidato a uma vaga na Câmara dos Deputados. Suplente em sua coligação, assumiu o mandato por quatro meses. A mesma oportunidade não existiu para Paulo Rosemann, candidato à mesma vaga em 2010. Filho de Max Rosemann (falecido em 2008), Paulo também se apresenta como herdeiro político da família.

A listagem de integrantes desta “nova geração” do nepotismo no Paraná pode aumentar em 2014. O jornal “Gazeta do Povo” publicou recentemente duas notícias sobre as famílias que preparam seus herdeiros na política paranaense. Em 24 de março, o jornal noticiava que 35% das cadeiras da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná são ocupadas por políticos de famílias tradicionais³, o que auxilia na fundamentação de nosso argumento central: política ainda é um negócio de família no Paraná. O infográfico da notícia demonstra o argumento:

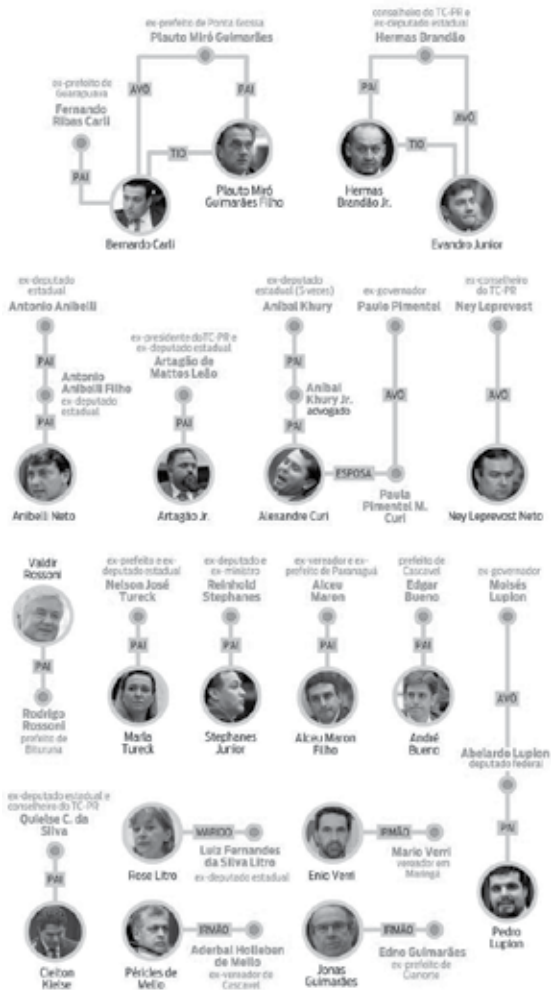
2 Fonte: <http://www.fabiocampana.com.br/2014/04/eduardo-pimentel-assume-a-sub-chefia-da-casa-civil/>. Acesso em 13 de abril de 2014.

3 Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=1456499&tit=Familias-tradicionais-na-politica-ocupam-35-da-Assembleia#ancora>. Acesso em 13 de abril de 2014.

FIGURA 1 – Famílias que ocupam 35% das cadeiras da ALEP

ÁRVORE GENEALÓGICA

Vinte dos 54 deputados estaduais têm relações diretas de parentesco com outros políticos paranaenses. A rede de relações familiares fortalece a transmissão de poder por hereditariedade e indica que a presença de parentes em cargos importantes pode ser um fator decisivo para angariar votos. Veja quem é parente de quem:



Fonte: Redação e perfil Ricardo Oliveira. Infografia: Gazeta do Povo.

Fonte: Gazeta do Povo

A partir da figura podemos constatar que outras famílias – que um dia fizeram parte da “nova geração” do nepotismo, ainda ocupam os altos postos da política estadual. A julgar pelo infográfico, podemos salientar que os jovens herdeiros políticos tendem a permanecer no sistema, uma vez que se produzem e se reproduzem dentro dele. Nomes que surgiram na política na década de 1970 lançaram seus sucessores nos anos 80 e 90, que por sua vez começam a enxergar uma “terceira geração” de familiares no poder a partir dos anos 2000. E a listagem ainda pode aumentar. A segunda notícia da “Gazeta do Povo” nos apresenta os “novos nomes” que começam a despontar na política paranaense. O título “Políticos paranaenses preparam herdeiros para lançar nas eleições” confirma nossa análise.⁴ Na imagem a seguir conhecemos o “paitrocínio” para o pleito de 2014:

FIGURA 2 – Herdeiros políticos lançados pelos pais



Fonte: Gazeta do Povo

⁴ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1447698&tit=Politicos-paranaenses-preparam-herdeiros-para-lancar-nas-eleicoes>. Acesso em 13 de abril de 2014.

Da mesma forma que 2010, os “novos nomes” da política paranaense preferem disputar uma vaga na ALEP. Na ordem da figura da “Gazeta do Povo”, o primeiro deles é Felipe Francischini (22 anos), filho do delegado da polícia federal e Deputado Federal Fernando Francischini. Outro pré-candidato a deputado Estadual é Luiz Renato Haully (24 anos), filho de Luiz Carlos Haully, ex-secretário de Estado, ex-prefeito de Cambé e atualmente Deputado Federal. Ainda na região de Londrina, outro possível candidato é Tiago Amaral (27 anos), filho de Durval Amaral, ex-deputado estadual e conselheiro do Tribunal de Contas. Aliás, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná é o paradeiro preferido de ex-deputados estaduais que desejam inserir seus filhos na política. Somente neste trabalho, verificamos os nomes de Artagão Júnior (herdeiro de Artagão Mattos Leão), Evandro Junior (de Hermas Brandão) e Durval Amaral, que neste ano lança o filho para a carreira política.

Paulo Litro (22 anos), filho de Rose Litro e Luiz Fernando Litro (casal de deputados estaduais), é mais um pré-candidato para as eleições de 2014. O deputado estadual Toninho Wandscheer irá lançar o filho Tiago a uma vaga na ALEP. Alegando problemas de saúde, o deputado já prepara seu herdeiro. Outro destaque da série é Maria Victória Borghetti Barros (22 anos), filha do ex-deputado federal, ex-prefeito de Maringá e ex-secretário, Ricardo Barros e da deputada federal Cida Borghetti. Presidindo a Juventude Progressista no Paraná, a jovem empresária da educação pretende disputar também uma vaga na Assembleia Legislativa.

Os três últimos Governadores do Paraná também preparam seus herdeiros. Roberto Requião prepara seu filho, o advogado Maurício Requião para disputar uma das 54 cadeiras da ALEP. Orlando Pessuti, vice-governador no período Requião e que assumiu o mandato em 2010 deve lançar Bruno Pessuti (30 anos), concorreu à

vereança em Curitiba em 2012, sendo eleito. Engenheiro mecânico, também deve engrossar o rol de candidatos para a Assembleia Legislativa. Por fim, o atual Governador do Estado, Beto Richa (produto do nepotismo, afinal, é filho do ex-governador José Richa), deve lançar o primo Gustavo Richa (28 anos), atual vereador em Londrina, ao cargo de Deputado Estadual. Além de Gustavo, Beto tem no filho Marcello (28 anos) sua possibilidade de herança, uma vez que o mesmo já foi presidente estadual e nacional da juventude do seu partido, o PSDB.

Se considerarmos as eleições de 2010 e os possíveis candidatos em 2014, totalizamos dezessete políticos lançando familiares na política, sendo que muitos destes já possuem um capital político dos pais e dos avôs. Destes dezessete, nove provavelmente terão a estréia marcada para outubro deste ano em relação à disputa estadual. Ou seja, perpetuar na política pela via familiar é uma prática corriqueira no Paraná. Diante disto, questionamos: é este um momento em que uma “nova geração” do nepotismo tem tomado conta do cenário político paranaense?

CONCLUSÃO: A PRESENÇA DA “NOVA GERAÇÃO” NA POLÍTICA PARANAENSE

O sociólogo Ricardo Costa de Oliveira vem há anos pesquisando o fenômeno do nepotismo no Brasil. Em “O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná” (2001), Oliveira já apontava o resultado de suas buscas quanto à gênese e a configuração das relações de parentesco e poder no Paraná. No recente livro intitulado “Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil” (2012), o autor defende seu argumento:

A minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. (Oliveira, 2012: p. 13).

O argumento central de que as famílias analisadas ratificam os conceitos de prosopografia e trajetória social ainda é válido. O método prosopográfico é a saída para um estudo aprofundado e articulado das biografias coletivas. Todavia, é necessário considerar a trajetória social dos membros do grupo pesquisado, analisando o campo em que concentraram suas ações e a respectiva manutenção no jogo da política, no jogo do poder, no jogo do...nepotismo.

Estudar o nepotismo é, portanto, é estudar um sistema político, uma rede social de interesses (Oliveira, 2012: p. 14). E é justamente isso que captamos neste estudo: famílias com prestígio social e empresarial de seus genitores, que fez da política uma profissão bem sucedida e perpetuada no poder. Nesta “nova geração” do nepotismo, observamos como a rede é formada, como as relações de parentesco acabam sempre no poder público. E mais: invariavelmente, a rede se alastra por todo o Estado, descaracterizando que o nepotismo seja uma peculiaridade local, por exemplo.

Por fim, ressaltamos que conforme Bourdieu (1986), compreender a trajetória das famílias desenrolada no campo político nos auxilia para entender como o nepotismo ainda se perpetua. Isto é, aliado ao método prosopográfico, o itinerário familiar do campo político é algo inerente ao nepotismo. No caso do Paraná, este argumento se confirma, uma vez que família e poder são inseparáveis desde 2002, marco temporal da análise desta “nova geração”, que vem se consolidando desde então. Mesmo que as candidaturas de 2014 não sejam confirmadas ou que não obtenham sucesso eleitoral, o

nepotismo ainda continua garantido, já que os sobrenomes citados fazem parte do cenário político do Paraná e do imaginário de voto do eleitor. Enfim, o sucesso nas urnas nem sempre serve para ratificar o nepotismo, pois o fato da “nova geração” contribuir para este sistema ratifica a presença da herança política do Estado, uma tendência presente nos últimos anos e que talvez contribua para aumentar o preciso número de Oliveira (2012): são e já não são mais apenas sessenta e duas famílias que comandam o Paraná.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: M. A. Ferreira & J. Amado, Usos e abusos da história oral - Rio de Janeiro: FGV, 1986.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

OS DONOS DA BOLA NO FUTEBOL PARANAENSE: GÊNESE DA ESTRUTURAÇÃO E “JOGADAS” COM O PODER POLÍTICO DO ESTADO

Luiz Demétrio Janz Laibida¹

Resumo: Este artigo pretende demonstrar de forma sucinta o surgimento dos primeiros clubes de futebol do Estado do Paraná. A amostra levou em conta os clubes que disputaram jogos oficiais. É mister saber que a gênese da estruturação do futebol paranaense está diretamente atrelada com o campo político na formação das redes de poder no âmbito local. A configuração do Paraná delinea-se a partir de questões de parentesco, ou seja, famílias tradicionais que vão se perpetuando e se institucionalizando em algumas esferas do poderio local. O campo futebolístico, em especial no Paraná, tem o seu pontapé inicial alicerçado na elite econômica, política e cultural do Estado.

Palavras-Chave: Futebol. Estrutura. Paraná.

INTRODUÇÃO

O futebol chegou ao Brasil em 1894, introduzido por Charles Miller. Inicialmente, era praticado por jovens membros da elite de São Paulo. Tempos depois, foi apropriado por outros estados. Nesse período, esta prática esportiva era elitizada, excluindo-se negros e mulatos. A difusão da modalidade se deu, especialmente, através dos colégios. Porém, cabe mencionar a importância da fundação do The Bangu Athletic Club, em 1904, pelos funcionários ingleses da Companhia Progresso Industrial Ltda., para a democratização do futebol. Sem o número necessário para o *match*, recrutavam-se funcionários

¹ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutorado em Sociologia, todos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

para participar (RODRIGUES, 2004). De 1905 a 1933, fase amadora do futebol, o elitismo fazia-se presente tanto nos campos como fora dele, sendo considerado um fator de distinção social (Lopes, 1994). Um aspecto relevante para a popularização e democratização do futebol foi a revolução vascaína, em 1923, que abriu as portas para negros, mulatos e brancos pobres e levou o Vasco à conquista do Campeonato Carioca em 1932 (Caldas, 1990, p. 44).

Em 1933, com a legislação social e trabalhista de Getúlio Vargas (1930 -1943), o futebol se transformou em atividade profissional (SUSSEKIND, 1996). O governo de Vargas fez do esporte um instrumento de unidade social. No período, foram construídos estádios em São Paulo e no Rio de Janeiro, que serviam tanto para a prática esportiva quanto para comemorações populares e manifestações políticas. Essa postura, no entanto, centralizava ainda mais o poder nas mãos de Vargas, na medida em que atingia um maior número de indivíduos. Segundo Prestes (2010), o governo de Getúlio Vargas difundiu sentimentos nacionalistas através do futebol, que, junto ao Carnaval, consolidou-se como o maior espetáculo de massas da sociedade brasileira, fortalecendo a identidade nacional por intermédio de ações, por vezes, autoritárias.

É salutar atrelar o futebol a questões sociais do Brasil. Na concepção de DaMatta, o futebol precisa ser visualizado além do seu caráter funcional, pois só assim torna-se possível envolver as funções política e social no esporte, as quais acarretam inúmeras tensões sociais, como salienta o autor: “Só que eles são os problemas da nossa própria sociedade, daí a dificuldade em percebê-los e discuti-los”.

Através do futebol, é possível se pensar em uma dramatização: uma entidade abstrata, como um país, torna-se algo visível e concreto sob a forma de uma equipe que sofre, vibra e vence adversários. Representa-se uma massa popular, normalmente desprovida de voz e que, quando fala, precisa respeitar uma ordem hierárquica. O futebol

parece promover a “horizontalização” do poder através da reificação esportiva, permitindo ao povo uma espécie de poder simbólico, a partir do qual ele vê e fala abertamente com o Brasil, sem a obrigação de intermediários.

Relacionar o futebol com concepções atreladas à política é uma poderosa dramatização que transcende os usos e abusos do esporte pelo governo. É uma atividade “democrática” pautada no desempenho individual, ou seja, ninguém se torna craque por meio da família, do compadre ou de decreto presidencial. Faz-se necessário provar qualidades em uma ação concreta, algo raro na sociedade brasileira. O futebol se mostra como uma das poucas modalidades do país na qual impera a meritocracia, configuração que se estabelece no âmbito individual. Na estruturação do campo futebolístico paranaense, a bola é tocada de pé em pé e quem faz o gol são as elites tradicionais, que dominam o futebol desde a sua gênese, herança passada de geração a geração. Esse é o objeto de estudo deste artigo.

GÊNESE HISTÓRICA DA ESTRUTURAÇÃO DO FUTEBOL PARANAENSE

Em maio de 1903, o Dr. Victor Ferreira do Amaral trouxe para os alunos do Gymnasio Paranaense de Curitiba na volta de sua visita ao Rio de Janeiro uma bola e um livro de regras de futebol. O ilustre médico e fundador da primeira universidade brasileira, em 1912, a do Paraná, assim que se deparou com uma bola de foot-ball na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, lembrou-se de uma notícia lida sobre um novo esporte popular inglês. Como era diretor da Instrução Pública do Paraná, e preocupado com as aulas de Educação Física, comprou a bola, que veio acompanhada das instruções do jogo.

O primeiro clube de futebol paranaense foi o Coritibano Foot-Ball Club, criado através de uma organização de alemães em julho

de 1909, os quais regressavam da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde o futebol já era praticado. O grupo de alemães e seus descendentes pertenciam ao Clube Ginásio Teuto-Brasileiro, que reunia famílias tradicionais alemãs, como os Dietrich, Hauer, Iwersen, Obladen, Essenfelder, entre outras.

No dia 23 de outubro de 1909, onze dias após a sua fundação, foi realizada em Ponta Grossa a primeira partida oficial do Coritiba. O time adversário era o Clube de Foot-ball de Tiro Pontagrossense, formado por ingleses e funcionários da American South Brazilian Engineering, que trabalhavam na estrada de ferro de Ponta Grossa. A partida terminou em 1 a 0 para os donos da casa.

O time base do Coritiba naquele primeiro confronto era formado pelos próprios fundadores do clube: Arthur Hauer, Alfredo Labsch, Leopoldo Obladen, Robert Juchsch, Carlos Schlender, Fritz Essenfelder, Carl Maschke, Waldemar Hauer, Rudolf Kastrup, Adolpho Müller, Emílio Dietrich, Erothides Calberg e Arthur Iwersen.

Entre os fundadores do Coritiba, destaca-se o argentino, natural de Buenos Aires, e descendente de alemães Frederico Fritz Essenfelder, que em sua vinda para Curitiba participou ativamente dos eventos desportivos do Clube Ginásio Teuto-Brasileiro, o qual decidiu em 1909 chamar de Coritiba Foot-Ball Club. Ele foi prontamente aceito pelos demais descendentes de alemães do grupo e o segundo presidente do clube, em 1915. Os pianos Essenfelder eram sinônimos de luxo, requinte e bom gosto nas casas elitistas curitibanas. O primeiro presidente do Coritiba foi o também descendente de alemães e empresário João Viana Seiler, pioneiro da indústria de laminados no Paraná que atuou ainda nos setores atacadista e cerâmico. Conseguiu acumular um bom patrimônio antes de construir o casarão da Rua Brigadeiro Franco. Morava numa casa em um amplo terreno na Rua Desembargador Westphalen, onde funcionou, durante muitos anos,

o Cine São João, que recentemente foi transformado em estacionamento e depois em templo religioso.

Outros personagens importantes no princípio da história Coritibana sucederam-se na presidência, um deles foi Constante Fruet, presidente do clube em duas ocasiões, 1916-1917 e 1926, bisavô do atual prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet. Curiosamente o tio-avô de Gustavo, Humberto Fruet foi o primeiro presidente do Savóia Futebol Clube, um dos primeiros clubes que deram origem ao Paraná Clube.

No ano seguinte assumiu a presidência um dos maiores nomes na história do clube, o Major Antônio Couto Pereira, que nasceu no Ceará em Baturité, porém, viveu grande parte da sua vida em Curitiba, era filho do latifundiário e Coronel Lindolpho Pereira Lima e de Francisca Soares do Couto, Teve três irmãos e cinco irmãs: Rubens, Dudú, Zuca, Odília, Rosilda, Luiza, Maria e Francisca de Lima Pereira (Mimosa), que era a proprietária da Fazenda O Touro, situada na cidade de Itapiúna-CE. Casou-se com Odette Pereira Correia e teve dois filhos: Roberto e Maria Luiza. Casou-se com Odette Pereira Correia e teve dois filhos.

Filiou-se ao clube em 1916 e após dez anos foi aclamado presidente do time. O Major foi presidente do Coritiba nos anos de 1926, 1927, 1930 a 1933, 1936 a 1945 e 1947.

Couto Pereira ganhou a patente de Major durante a revolução de 1930, onde teve atuação destacada como elo entre o Gal. Plínio Tourinho, comandante das forças revolucionárias no Paraná, e Getúlio Vargas. O Major foi deputado estadual no estado do Paraná em 1933.

Couto Pereira faleceu em 12 de dezembro de 1976. Com sua morte, o antes estádio Belfort Duarte ganhou seu nome.

Em 22 de maio de 1912, surge oficialmente o Internacional Foot-Ball Club através de Joaquim Américo Guimarães. Contava

com jovens da alta sociedade curitibana, que, unidos a Joaquim, fundaram um “Club Sportivo”, cuja sede era no Jóquei Clube de Curitiba.

Para a primeira diretoria, ficou decidido que o presidente seria Joaquim Américo Guimarães e o vice-presidente, Agostinho Ermelino de Leão Júnior. O primeiro-secretário foi Hugo Madar e o segundo-secretário, Nestor Arouca. Ernest Sigel assumiu como tesoureiro.

Joaquim Américo Guimarães nasceu em Paranaguá em 4 de novembro de 1879. Filho do major Claro Américo Guimarães e de Pórcia de Abreu Guimarães, era neto do Visconde de Nácar. De família tradicional, era usineiro, ligado ao mate, destaque na economia do estado. Foi presidente do Jockey Club do Paraná e também vereador em Curitiba. Faleceu prematuramente em 1917. Deixou sete filhos como herdeiros.

Agostinho Ermelino de Leão Júnior, empresário da tradicional indústria de chá Leão Junior, a Matte Leão, era filho de Agostinho Ermelino de Leão, presidente da Província do Paraná entre 1864 e 1875.

Outro clube fundamental que nasce no mesmo período é o América Foot-Ball Club, o segundo time do Internacional, que se separa em 1914 para poder disputar oficialmente o campeonato em 1915.

Seus fundadores também foram pessoas influentes socialmente, como o capitão Augusto do Rego Barros, Aníbal Guimarães Carneiro, David Carneiro Junior, David Silveira da Mota, Ernesto de Moura Brito e Oscar Borges.

O Clube Atlético Paranaense surgiu da união do Internacional e do América em 26 de março de 1924. A primeira diretoria ficou constituída da seguinte maneira: presidente, Arcésio Guimarães; vice-presidente, Joaquim Narciso de Azevedo; primeiro-secretário,

Hugo Franco; segundo-secretário, Arnaldo Loureiro de Siqueira; primeiro-tesoureiro, Matheus Boscardin; segundo-tesoureiro, Erasmo Mäder; diretor esportivo, Oscar Spinola; Comissão de Contas, Raul Carvalho, Heitor Requião, Alcidio Abreu e José Euripedes Gonçalves.

Filho de João Guilherme Guimarães e neto de Visconde de Nácar, Arcésio Guimarães nasceu em Paranaguá no dia 09 de fevereiro de 1888. Ao chegar em Curitiba, logo se identificou com o Internacional, clube fundado por seu tio, Joaquim Américo Guimarães. Desde moço dedicou-se ao comércio, tendo sido sócio da empresa Guimarães & Cia. Desempenhou o cargo de vereador e presidiu a Câmara Municipal de Curitiba, a Associação Comercial do Paraná e o Clube Curitibano. Jornalista, foi um dos sócios do jornal Gazeta do Povo.

Joaquim Narciso de Azevedo, além de ser vice-presidente do Atlético em 1924 e presidir o clube em 1926 e 1930, assumiu em dezembro de 1927 o comando da Federação Paranaense de Desportos.

Arnaldo Loureiro de Siqueira, irmão de José Loureiro de Siqueira e de Anfrísio Fonseca de Siqueira, casou-se com Dulce Barreto de Siqueira e teve três filhos, um deles bastante importante na história do Atlético:

Renato Barreto de Siqueira – advogado, casado com Alair Maria Surugi de Siqueira, procurador adjunto do Tribunal de Contas do Paraná – presidiu o clube nos anos de 1962 e 1963. Seu primo José Loureiro de Siqueira Júnior, sobrinho de Arnaldo Loureiro de Siqueira e de Anfrísio Siqueira, foi eleito para ocupar a presidência depois da renúncia de Ernani Santiago de Oliveira, no início de 1969.

Erasmo Mäder nasceu em Rio Negro (PR) em 28 de dezembro de 1903. Oriundo de família tradicional, era filho do coronel Nicolau Mäder e de Francisca da Costa Mäder, donos de uma grande empresa de erva-mate, principal produto agrícola do Paraná no início

do século XX. Além de Candido, outro irmão seu teve destaque na vida paranaense como presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Odilon Mäder.

No dia 30 de maio de 1912, fundou-se o Paraná Sport Clube, que teve como primeiro presidente Ildefonso Munhoz da Rocha, irmão de Bento Munhoz da Rocha e filho de Caetano Munhoz da Rocha. Outros nomes importantes também fizeram parte da diretoria: Jorge Machado Lima, Alvaro Pereira Jorge e Arthur Obino.

Caetano foi presidente do Estado do Paraná e senador durante a República Velha.

Bento ocupou a cadeira de deputado federal constituinte entre 1946 e 1950, quando se elegeu governador do estado do Paraná. Em 1955, assumiu o Ministério da Agricultura e, de 1958 a 1962, foi deputado federal. Eleito governador do Paraná em 1951, não concluiu inteiramente seu mandato, renunciando em 2 de fevereiro de 1955 para ser candidato à vice-presidência da República.

A criação de outras equipes também foi importante para a atual configuração do futebol de Curitiba, a começar pelo Savóia Futebol Clube, fundado em 1914 por Tarquínio Todeschini, nome dado em homenagem à família real italiana. Todos os descendentes da colônia Italiana tornaram-se adeptos do novo clube. Tarquínio Todeschini era empresário, um dos herdeiros da Indústria de massas Todeschini, filho de imigrantes italianos nasceu em 09 de janeiro de 1885, filho do pioneiro da Indústria Todeschini Giuseppe Todeschini e Domenica Todeschini. Teve dez irmãos (Raphael 15/12/1881, João 16/01/1884, Francisco 10/11/1887, Victório 15/08/1888, Atílio 25/07/1889, Henrique 14/11/1890, Leonilda 14/06/1892 e duas irmãs que faleceram logo após o nascimento.

Em 03 de março de 1942, o clube passou a se chamar Esporte Clube Brasil por imposições de autoridades devido à Segunda Guer-

ra Mundial, pois Savóia era um nome vindo da Itália, inimiga da nação. Em 04 de abril de 1944, por decisão do governo federal, teve que trocar de nome novamente: a designação do país não podia ser usada com exclusividade. Passou então a denominar-se Esporte Clube Água Verde, o qual ganhou grande força com o presidente Erondy Silvério, pessoa renomada nos meios políticos da capital do estado. Erondy nasceu em Guarapuava (PR) em 1923, porém radicou-se em Curitiba nos anos 1940, período em que alcançou respeito perante o clube. No início da década de 50, obteve sucesso como empresário do transporte coletivo na capital, com o aval do então prefeito Ney Braga. Pouco tempo depois, elegeu-se vereador em Curitiba, presidiu a Câmara Municipal e foi prefeito interino. Assumiu como deputado estadual em 1966; em 1968, chegou à presidência da Assembléia Legislativa, exercendo sete mandatos até 1994. Liderou o governo nas gestões de Paulo Pimentel, Ney Braga e Hosken de Novaes.

Outra grande referência política e empresarial do Savóia e do Água Verde, e posteriormente do Savóia-Água Verde, foi Orestes Thá. Ele e os irmãos Eduardo Thá, Mikare Thá, Reinaldo Thá e Osvaldo Thá jogaram no Savóia, Água Verde e Britânia. Orestes Thá presidiu o Esporte Clube Água Verde por dez anos, de 1948 a 1958. Na gestão de 1953, conseguiu a sede da Kennedy (onde hoje funciona a sede social do Paraná Clube), através do bom relacionamento com Erondy Silvério, com o vereador Milton Anselmo da Silva e o prefeito Lineu Ferreira do Amaral.

Junto com seu irmão Reinaldo Thá, por meio da construtora Thá e de um contrato com a Rede Viação, construiu o Estádio Durival Britto e Silva, atualmente o principal estádio do Paraná Clube e um dos estádios brasileiros da Copa de 1950.

Em 12 de agosto de 1971, passou a se chamar Esporte Clube Pinheiros.

Desde a sua oficialização, o Pinheiros sofreu uma década de diligências ociosas e “vacas magras” de futebol. A época de destaque do clube aconteceu no início da década de 1980, quando Erton Coelho Queiroz, atual nome do estádio da Vila Olímpica do Boqueirão, preside o Pinheiros por três mandatos. O clube passou por uma reestruturação no campo político e técnico, conquistando dois títulos estaduais, o de 84 e o póstumo de 87 – Erton morreu prematuramente. Quem assumiu a Azevedo de Moura Cordeiro. presidência foi o desembargador, juiz de Direito e então vice-presidente Auracyr

Também outra referencia no clube, principalmente no seu surgimento, foi Antonio Carlos de Mello Pacheco, advogado, serventário da justiça e fazendeiro. Iniciou no futebol no Água Verde e depois das fusões, já no Pinheiros foi duas vezes presidente 73/75 e 88, concorreu a eleição a FPF na sucessão de Motta ribeiro, porém foi derrotado.

Outros nomes também marcaram o Pinheiros, como Antonio Carlos de Mello Pacheco, Jorge Celestino Buso e Amílton Nofcke.

O Britânia Sport Club foi fundado por jovens funcionários da fábrica de vidros Solheid, em 30 de novembro de 1914, em Curitiba, fruto da fusão de dois times do bairro Rebouças: o Leão FC e o Tigre FC. Na primeira diretoria estavam Francisco Zanicotti, presidente, João Tesserolli, secretário, e João Felipe Galli, tesoureiro.

Em pouco tempo de existência, o clube já havia sido hexacampeão estadual (1918 a 1923). Dois fatores levaram ao sucesso do Britânia: a não restrição a atletas afrodescendentes e a manutenção de uma base de jogadores desde o início das competições.

Quando surge o Clube Atlético Ferroviário, em 1930, o Britânia começa a perder espaço na esfera futebolística porque até então era ajudado pela estrada de ferro, que contratava funcionários para jogarem no time. Estes migraram para o Ferroviário: o patrocínio

informal da empresa, os jogadores-funcionários da estrada de ferro, os negros e a torcida. Ainda assim, algumas famílias, como Volpi, Zardo, Marinoni e Schiavon, permaneceram fiéis ao Tigre, por uma identificação que ia além de questões profissionais. Outros nomes bastante importantes e de grande influência na política e nas atividades sociais de Curitiba na primeira metade do século são: Ricardo Thiele, Carlos Thá, Maximino Zanon, José Motta Ribeiro, Dino Bertoldi, Plínio Marinoni, Radamés Schiavon, Haroldo Colin, Parálio Borba, Ari Lima, Francisco Paula Soares Neto, Luis Parigot de Souza, Assib Zacarias, Munir Caluff e os irmãos Renato Volpi e Adeodato Volpi também bastante relevantes.

Em 15 de agosto de 1943, Francisco Paula Soares Neto, coronel do Exército e senador da UDN (União Democrática Nacional), reuniu fundos para a compra de um terreno na Rua Carlos Dietzsch, bairro Portão, na região conhecida como “Fazendinha”, para construção do primeiro estádio próprio do Britânia. Em retribuição aos esforços do grande benemérito, o estádio levou o nome Paula Soares, escolhido por unanimidade, sem questionamentos. Porém, pouco tempo depois, o clube o vendeu.

Em 17 de março de 1971, o Britânia participou de uma fusão com o Clube Atlético Ferroviário e o Palestra Itália Futebol Clube para a formação do Colorado Esporte Clube.

Em 07 de janeiro de 1921, é fundado por imigrantes italianos o Palestra Itália, com Angelo Gorla, superintendente do Banco Francês e Italiano em Curitiba, Benedicto Gian Paoli, Afonso Prisco, Atilio Menolli e Davi Bartolomei.

Nos 50 anos de vida do clube, alguns nomes o marcaram: Plínio Codega, Heitor AmatuZZi, Antonio Cortese, Aureliano Matos Moura, Primo Lattes, Gêneris Calvo, Ubaldino Cunha, Clóvis Magalhães, Eleutério Camargo, José Milani, Astolfo Di Pino, Emilio

Guetter. O Palestra Itália teve muitas sedes provisórias, como a Sociedade Dante Alighieri, a Sociedade Garibaldi e o Clube Curitibano. Em 1957, o governo estadual, na figura de Moises Lupion, doou um grande terreno no bairro Tarumã, atual subsede do Paraná Clube, o que possibilitou a construção do seu estádio.

O clube teve momentos delicados devido à ligação com a colonização italiana. Em 1º de fevereiro de 1942, época da Segunda Guerra Mundial, por imposição de autoridades, passou a se chamar Paranaense Futebol Clube. Mudou de nome em 22 de janeiro de 1943: Clube Atlético Comercial. Em 28 de julho de 1947, começou a denominar-se Sociedade Esportiva Palmeiras e em 07 de março de 1950, por decisão da Assembléia Geral, voltou às origens, retornando ao título Palestra Itália.

Em 12 de janeiro de 1930, nasce mais um importante clube no Estado, o Clube Atlético Ferroviário, criado por funcionários da Rede Viação Paraná Santa Catarina. O futebol já existia na rede como lazer; um grupo de colaboradores decidiu “profissionalizar” o esporte. A fundação oficial aconteceu justamente na casa de um ferroviário chamado Ludovico Brandalise. O primeiro presidente foi Francisco Alves Guimarães.

Bastante popular, o clube sempre disputou de igual forma com os tradicionais Atlético-PR e Coritiba. Em 41 anos de existência, conquistou oito títulos e construiu o estádio mais moderno do Paraná na década de 1940, o Durival de Britto e Silva, nome do superintendente da rede ferroviária e general do Exército, personagem constantemente presente no dia a dia do clube.

Outro nome importante para o clube e o Estado foi Reinaldo Thá, filho de Mauricio Thá, alicerce da Irmãos Thá Construções, que morreu prematuramente. Reinaldo uniu os irmãos para o fortalecimento da família e da empresa. Todos tiveram uma ligação profunda

com o futebol paranaense; o próprio Reinaldo foi presidente do Britânia. Mais figuras influentes: Atílio Ramon, Hipólito Arzua, Carlos Dondeo, Lineu Ferreira do Amaral, Iberê de Mattos – general, superintendente da rede, presidente do Ferroviário e prefeito de Curitiba –, Luiz Alberto Dalcanelle, presidente e deputado estadual, Néia de Oliveira, diretor do clube por várias vezes e deputado estadual, Ney Simas Pimpão, Dely Macedo e os irmãos Raul e Renato Trombini.

Em 29 de junho de 1971, surge o Colorado Esporte Clube, fusão do Britânia, Palestra Itália e Ferroviário. A justificativa para a formação de um novo clube foi a de resgatar o Britânia e o Palestra e também de que não havia como sustentar um clube classista como o Ferroviário, pois o futebol havia se tornado profissional e as relações com a rede não existiam mais.

A oficialização do Colorado aconteceu no 3º Tabelionato de Curitiba, com representantes dos três clubes anteriores. Ferroviário: Dely Macedo, Gil Luiz Caldas e Nelson Torres Galvão. Britânia: Luz Carlos Marinoni, Renato Volpi, Oswaldo Martin, Levi Lima Lopes e Waldemar Zardo. Palestra Itália: Oseas da Costa Felix, Orlando Brasil Soldatti, Emir Sfair, Gedião Túlio e Nei de Azevedo Guimarães. Para a primeira diretoria, Dely Macedo foi escolhido como presidente.

A melhor fase do time começa em 1979, quando o presidente Max Rosenmann forma uma equipe competitiva. Seu prestígio o levou a seis mandatos consecutivos para deputado federal, de 1987 a 2008. Consolidou-se também em outras áreas, foi empresário do ramo joalheiro e advogado. Filho de Bernardo Rosenmann e Ottilia Rosenmann, graduou-se em Advocacia em 1973 pela Universidade Federal do Paraná. Em sua juventude, atuava politicamente em movimentos estudantis e após consolidar a carreira profissional e suas empresas, iniciou vida pública exercendo cargos, no início da década

de 1980, como diretor-geral da Casa Civil do Estado do Paraná e superintendente do Instituto de Previdência do Estado (IPE), e ainda chefe da Casa Civil do governador José Richa, até eleger-se deputado em 1986 .

Em 1996 tentou a candidatura a prefeitura de Curitiba, sendo derrotado por Cássio Taniguchi.

No ano seguinte, em 1980, já sob a presidência do comendador Enzo Scaletti, o clube conquistou seu único título.

O Paraná Clube surge da fusão do Pinheiros e do Colorado, no dia 19 de dezembro de 1989, na tentativa de angariar patrimônios e consolidar uma torcida maior, depois de uma pesquisa levantada pelo antigo Pinheiros. A escritura pública da ata de fusão foi registrada no 7º Tabelião de Notas de Curitiba e assinada por vários membros da comissão formada pela última diretoria dos dois clubes. Entre eles destacam-se, em termos de relevância política e social, Antonio Carlos Mello Pacheco, Aramis Tissot, Darci Piana, Dely Machado Macedo, Ernani Lopes Buchmann, Erondy Silvério, Jiomar José Turin, Luiz Carlos Marinoni, Ocimar Batista Bolicenho, Orestes Thá e Raul Baptista Trombini. A primeira diretoria do clube foi presidida por Aramis Tissot.

O Paraná Clube teve com Aramis Tisot, Darci Piana, Ocimar Bolicenho e Ernani Buchmann seus melhores momentos até os dias de hoje. Na década de 1990, destacou-se supercampeão paranaense.

Aramis Tissot desempenhou papel sempre dentro do futebol no antigo Pinheiros, na gestão do presidente Antonio Carlos Mello Pacheco, foi membro do conselho fiscal, foi vice-presidente de Secretaria na administração de Jorge Celestino Buso, presidente do Conselho fiscal nas administrações de Fabio Pinheiro e Raul Passos, vice-presidente do clube e de finanças no primeiro mandato de Erton Coelho Queiroz, vice de futebol na reeleição de Erton, vice de

Administração com Auracyr Cordeiro e vice de finanças no segundo mandato de Mello Pacheco.

Darci Piana, natural de Carazinho, Rio Grande do Sul, nascido em 24 de dezembro de 1941, casado com Maria José Piana, teve dois filhos. Formou-se em economia, pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Paraná e Ciências Contábeis, pela Faculdade Econômica e Administração da UFPR.

Empresário do ramo de autopeças, foi também superintendente Regional da Companhia de Financiamento da Produção no Paraná; presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos, Peças e Acessórios do Paraná; fundador e primeiro presidente da Sincocred; presidente do Conselho do Paranacidade e presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/PR. Atualmente é presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac Paraná. Darci Piana ainda integra a Academia Paranaense de Letras, na vaga da cadeira nº 29, ocupada pela poetisa pontagrossense Leonilda Justus.

Ernani Lopes Buchmann, nasceu em Joinville (SC), em 15 de agosto de 1948, filho de Arino Brazil Cubas Buchmann e Lucília Lopes Buchmann, formou-se em Ciências Sociais e Direito,

Foi repórter da Rádio Clube Paranaense, revisor da Editora Laudes (RJ) e cronista de inúmeros jornais e revistas, como Correio de Notícias, Folha de Londrina, Panorama, Quem, Atenção, Paraná & Cia, Idéias e Gazeta do Povo. Trabalhou como produtor e comentarista em emissoras de rádio (Cultura, 96 FM e 91 Rock) e na TV (RIC, Band e SBT/PR).

Iniciou carreira em publicidade em 1972, trabalhando no Rio de Janeiro, dirigindo, depois, diversas agências curitibanas, como Exclam, Master e Get Propaganda. Foi diretor executivo da Fundação Cultural de Curitiba e membro dos conselhos de administração da Fundação Teatro Guaíra e do Museu de Arte Contemporânea do

Paraná. Ex-professor da PUCPR e do Curso de Pós-Graduação em Marketing da ESIC, foi também coordenador e orientador na pós-graduação na Unicuritiba.

Foi eleito para a Academia em 24 de maio de 2005, recebido em sessão solene no dia 17 de outubro do mesmo ano, no Clube Curitibano, pelo acadêmico Carlos Roberto Antunes dos Santos.

Foi sucedido na presidência do Paraná em 1998, por dois anos, por Dilso Santo Rossi, empresário e atualmente presidente da Empalux.

Ocimar Bolicenho, foi vice-presidente de imprensa na gestão de Erton Coelho Queiroz no pinheiros, diretor de futebol no título de 87, na sequência foi vice de administração e recursos humanos e assessor direto de Aramis Tissot.

Formado em administração de empresas, Bolicenho foi presidente do Paraná Clube entre 1994 e 1995 e também exerceu o cargo de superintendente de futebol entre 1999 e 2002 na equipe paranista. Ele também teve cargos diretivos em clubes como Atlético-PR, Joinville e Marília. Na Ponte, ele terá como principal objetivo a montagem de um bom elenco para a disputa da Série A do Campeonato Brasileiro.

O caçula do futebol paranaense, “JMalucelli”, popularmente, chamado de “Jotinha”, pertence ao Grupo J. Malucelli e tem como fundador Joel Malucelli, bisneto do pioneiro Giovanni Malucelli.

Foi o primeiro clube empresa do país através da lei Pelé, e desde que Giovanni e Margherita Malucelli desembarcaram em Morretes, no Litoral paranaense, em 1877, formaram-se dirigentes atleticanos, coxas-brancas, paranistas e de outros clubes, como o Iraty e o próprio J. Malucelli.

Nas décadas de 70 e 80 a família e equipe já formada pelos primeiros integrantes do Grupo J. Malucelli, Joel, primos e amigos, então, reuniam-se para conversar e também jogar futebol. Era um jeito de manterem-se os laços mais estreitos e assim estava nascendo o

Malutrom (o primeiro nome originou-se da junção de uma parte de dois sobrenomes das famílias Malucelli e Trombini -, Malu + Trom, parentes entre si). Com o passar dos anos começaram a participar de jogos oficiais na cidade de Morretes, onde tem até hoje uma sede. Treinavam em Curitiba e região após o trabalho, e jogavam na Liga de Morretes conquistando os primeiros troféus em finais de semana, além das viagens ao exterior. Assim ficaram conhecidos fora do Brasil como a equipe “masters” do Clube Malutrom.

Oficialmente no futebol profissional e registrado na Federação Paranaense de Futebol é fundado em 27 de dezembro de 1994, com a denominação anterior de Malutrom Futebol Clube, porém apenas em 1998, o futebol profissional surgiu oficialmente, na época em São José dos Pinhais, com uma parceria local. Em 2005 o nome é modificado para JMalucelli Futebol SA, o qual modifica-se novamente em 2009 para Corinthians Paranaense, através de uma parceria com o clube paulista e também numa tentativa de angariar mais torcedores, esse ultimo sem muito êxito, acabada a parceria em 2012 volta com o nome de JMalucelli Futebol SA.

Em 2007 o clube muda-se oficialmente para Curitiba, no bairro do Mossunguê, próximo ao parque Barigui. O estádio foi denominado de Janguitão (Janguito Malucelli), homenagem ao pai de Joel Malucelli, falecido em 2006. Por ser um estádio “ecológico”, com arquibancadas fixas na grama e aproveitamento de materiais, ficou popularmente conhecido como ecoestádio.

Entre os integrantes da família, Marcos Malucelli já foi presidente do Atlético Paranaense que colocou seu irmão, Sérgio Malucelli, na direção do próprio Atlético e depois no Iraty. Na capital, o primo Joel Malucelli presidiu o Coritiba entre 1996 e 1997, enquanto o “time” da família, o J. Malucelli é dirigido por Juarez Malucelli e tem Joel Malucelli como presidente de honra.

De acordo com PELANDA (2007), no ano de 1877, fugindo das dificuldades da Itália, Giovanni Malucelli e esposa Margherita, com 8 filhos, chegaram no Brasil através do Porto de Paranaguá, litoral paranaense. De Paranaguá se firmaram na cidade litorânea, não muito distante do porto, em Morretes, onde a família guarda suas raízes até hoje.

No Brasil, a família de origem italiana, surge com Giovanni Malucelli, filho de Marco Antonio Malucelli e Giustina Guidolin, Giovanni nasceu no dia 30 de julho de 1825 na província de Vicenza, cidade de Maróstica, Comuna de Dueville. Aos 25 anos casou-se pela primeira vez com Carolina Marchioretto e teve dois filhos, um casal, que acabou falecendo e um tempo depois também ficou viúvo vindo a casar-se então com Margherita Gobbo (filha de Gio Batta Gobbo e Lucia Galvan), também da província de Vicenza, nascida em 28 de novembro de 1834.

A autora menciona que Giovanni com 52 anos, que trabalhava como agricultor na Itália, já com 8 filhos, ao lado de Margherita, 43 anos, decidiu-se pelo Brasil. O nome dos oito filhos e idade respectivas quando da chegada ao Porto de Paranaguá, confirmando, no dia primeiro de abril de 1877: Marco Antonio (17), Giustina (15), Baptista (13), Lúcia (11), Lorenzo (9), João (6), Antonio (3) e Domênico (1).

Referencia ainda que um ano após a chegada, Giovanni faleceu vítima de maleita (malária). Margherita, sozinha com os oito filhos mandou buscar dois sobrinhos que moravam na Itália e ela os considerava como filhos. Cinco meses após, sendo atendida por D. Pedro II do governo brasileiro, seus sobrinhos chegaram ao Brasil - Marco e esposa Anda de Bassi e Domênico e esposa Margherita Fellipi e seu filho Lorenzo (Marco e Domênico eram filhos de um irmão de Giovanni).

Clubes menores e efêmeros, porém relevantes, foram criados na capital do Estado, como o Espartano Esporte Clube, em 1915, que, com professor Dario Persiano de Castro Vellozo, do Ginásio Paranaense, e seus alunos – entre eles Luis Parigot de Souza, Pompílio Mendes Camargo, Dario Nogueira dos Santos, Edgard Alves de Oliveira, Cid Viana e José Nauffal – disputou o Campeonato Paranaense de Futebol de 1916, extinguindo-se em seguida. O professor era filho de Cyro Persiano de Almeida Velozzo, segundo prefeito de Curitiba (1895-1896). Dario foi um nome importante no movimento simbolista ao lado de personalidades como Emiliano Pernetta, Rocha Pombo e Nestor de Castro e também um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, em 1900.

Em 1916, criou-se o Reco-Reco Futebol Clube, com a presidência de Raphael D'Assumpção, diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Curitiba, atual UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Os jogadores eram alunos da instituição. O clube disputou apenas uma temporada do estadual. No decorrer da competição, houve mudança de nome do Reco-Reco para Palmeiras.

Fundada em 10 de abril de 1922, por imigrantes poloneses e descendentes, com o nome de Junak, a Sociedade Educação Física Juventos utilizava a educação física como meio de preparação para a cidadania. O futebol entra oficialmente na organização em 1927, com uma equipe que tinha como jogador o então futuro governador Jayme Canet Júnior, o qual ocupou o Palácio Iguazu no governo de Emílio Garrastazu Médici, após a renúncia de Haroldo Leon Peres em 1971. Em 1974, foi escolhido governador do Paraná pelo presidente Ernesto Geisel.

Em 1935, após títulos amadores, o Junak resolve disputar o campeonato profissional. Três anos depois, nacionalizou-se, adotando o nome de Juventus. No ano de 1944, a Polônia estava ocupada

pelos nazistas e com medo de represálias, por isso o clube não disputou o Paranaense, voltando no ano seguinte. Em 1950, o Junak abandonou o campeonato oficial, passando a disputar apenas as categorias de base até parar na década de 1970.

No interior do Estado também havia uma febre pelo recém-esporte popular. Houve a criação de alguns clubes importantes. Um dos primeiros do Paraná, fundado em 1 de maio de 1912, foi o Club de Foot-Ball Tiro Pontagrossense, que pouco tempo depois passou a se chamar Operário Ferroviário Esporte Clube. Contava com Raul Lara na primeira presidência e tinha como um dos diretores e jogadores Flávio Carvalho Guimarães, figura muito popular no município que ocupou cargo político na Secretaria da Fazenda no governo do interventor Manoel Ribas e chegou ao Senado da República em 1935 e 1946. Flávio casou-se com Anita Miró Guimarães e é pai de Plauto Miró Guimarães, tradicional político de Ponta Grossa.

Outro clube futebolístico bastante importante é o Rio Branco Sport Club, de Paranaguá (PR), criado em 12 de outubro de 1913. O nome veio em homenagem a José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco. Seus primeiros diretores foram nomes influentes no município: Manuel Victor da Costa, Anibal José de Lima, José Nery Chichorro e Itaborahy de Macedo.

Em 21 de abril de 1914, fundou-se o Irati Sport Club. A primeira diretoria contou com o farmacêutico e político Antonio Xavier da Silveira, que ocupou a presidência da Câmara Municipal de Irati em 1924 e 1925. Outros nomes importantes do início do clube são os sócios fundadores Pompilio Munhoz e Jean Baptista de Mello.

No mesmo ano, no dia 30 de julho, foi criado o Guarany Sport Club, de Ponta Grossa. O nome homenageava Castro Alves. O clube teve Abilio Holzmann como primeiro presidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procurou-se demonstrar como se deu a configuração da gênese do futebol paranaense, englobando os clubes que disputavam campeonatos oficiais (há mais clubes no futebol amador, mas estes não fazem parte do objeto de estudo em questão).

A estrutura estruturante do campo futebolístico paranaense se baseia no envolvimento entre famílias tradicionais do Estado e o poder do campo político. Essa relação é disseminada para outras instituições locais, sempre com o mesmo intuito: a manutenção e a reprodução de poder.

A estrutura futebolística paranaense está diretamente ligada às esferas de poder. Importante perceber que a histórica é cíclica. Os pioneiros do futebol paranaense deixaram no futebol da atualidade marcas profundas através da herança familiar de reprodução do poder econômico e político. E este é o simulacro do futebol do Paraná na atualidade; há novos entrantes, mas a estrutura permanece a mesma.

REFERÊNCIAS

CALDAS, W. **O Pontapé Inicial: Memória do Futebol Brasileiro**. São Paulo, Editora Ibrasa, 1990.

CARDOSO, F.G. **História do Futebol Paranaense**. Ed. Grafipar, Curitiba-PR, 1978.

DAMATTA, R. (org.). **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

GOUSSINSKY, E. ASSUMPÇÃO, J.C. **Coritiba Foot Ball Clube: emoção alviverde**, Curitiba-PR, DBA, 2000.

LOPES, J. S. L. **A vitória do futebol que incorporou a pelada**. In: Revista USP, n. 22 (Dossiê Futebol), jun./jul./ago. São Paulo: USP, 1994

MACHADO, H.I. HOERNER JR.V. FAGNANI.J.P. **Clube Atlético Paranaense: uma paixão eterna**, Curitiba-PR: Natugraf, 2010.

MACHADO, H.I. CHRESTENZEN.L.M. **Futebol do Paraná: 100 anos de história**. Curitiba-PR, 2005.

NETO, C. **O Vôo Certo: A História do Paraná Clube**. Ed. Clichepar, Curitiba-PR, 1996.

OLIVEIRA, R. C. **O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná**. Editora Moinho do Verbo, 2001

PELANDA, L.M. **Família Malucelli – Uma História de Imigração**. Travessa dos Editores, Curitiba-PR, 2007.

PRESTES, S; MEZZADRI, F. **O futebol brasileiro e suas interfaces com a intervenção estatal: autonomia e crise**. Revista Digital efdeportes. Buenos Aires, 2010.

RODRIGUES, F.X.F. **Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004

CARDOSO, F.G. **História do Futebol Paranaense**. Ed. Grafipar, Curitiba-PR, 1978.

SÜSSEKIND, A. **A compatibilidade entre a Convenção OIT-158 e a Constituição Brasileira**. Revista LTr. São Paulo, v. 60, n. 3, p. 332-333, mar. 1996.

O PARANÁ POLÍTICO NA DÉCADA DE 1880

Alessandro Cavassin Alves¹

RESUMO: A política no Paraná na década de 1880, período final da monarquia no Brasil, estava centrada nas mãos de algumas famílias tradicionais, descendentes dos sesmeiros desta região, que por sua vez, dividiam-se nos dois únicos partidos políticos do Império, o liberal e o conservador. Quanto ao partido republicano, este teve de esperar a proclamação da República para se consolidar nesta província, esperando que os políticos do império se reorganizassem nas novas regras do jogo. Portanto, este estudo apresenta, para esta década, a história política paranaense, e quem foram os políticos eleitos para os cargos de deputado provincial e deputado geral no Paraná. Enfim, foi um período de uma intrincada rede de parentes a governar esta província, liderada por alguns chefes políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Província do Paraná. Família e Parentesco. Política.

INTRODUÇÃO

A troca de gabinetes no Império entre os dois partidos políticos, no segundo reinado, traziam fortes consequências para as províncias. Iniciava-se pela troca de seu presidente, que por sua vez, aliava-se aos membros do partido que estavam fora do poder, e posteriormente, iniciavam as trocas das lideranças locais, como os cargos de delegado, guarda nacional, chefe de polícia e mudanças nos próprios cargos públicos, desde professores, funcionários de barreiras de cobranças de impostos, chefes da instrução pública, membros do tesouro provincial, tornando as administrações bastante instáveis

1 Alessandro Cavassin Alves, Doutor em Sociologia pela UFPR. Professor na Faculdade Arquidiocesana de Filosofia de Curitiba e FASBAM – Faculdade São Basílio Magno.

politicamente. E, por fim, preparando as eleições para novos *eleitores* e, conseqüentemente, para a nova assembleia legislativa provincial e geral.

Para Sérgio Adorno essa estrutura política provocou duas conseqüências fundamentais. A primeira era de que os diversos grupos sociais dominantes tinham de disputar prestígio junto ao imperador e poder junto ao estamento burocrático patrimonial. E, de outro lado, “essa estrutura política impediu a democratização da sociedade brasileira, confinando a participação política a nível dos grupos sociais proprietários e dominantes, e institucionalizando a desigualdade social na esfera pública” (ADORNO, 1988, p.63).

Composição da 14ª assembleia legislativa provincial, 1880 e 1881

Neste sentido, a nova assembleia legislativa provincial do Paraná teve a volta dos políticos liberais ao poder, como conseqüência lógica do novo gabinete no Rio de Janeiro, que tinha reassumido o poder em 05/01/1878, sob a liderança do Visconde de Sinimbu, após uma década de predomínio do partido conservador.

A eleição no Paraná ocorreu no dia 07/09/1879, com 67 candidatos disputando as 20 vagas para deputado provincial.

Tabela 1 – 14ª LEGISLATURA 1880-1881

Deputado	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Dr. Manoel Alves de Araujo (Presidente)	44	Liberal	Antonina	Advogado
2. Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	40	Liberal	Curitiba	Advogado
3. Padre João Baptista Ferreira Bello (1º Sec.)	51	Liberal	S. José dos Pinhais	Padre
4. José Cleto da Silva (2º Sec.)	37	Liberal	Paranaguá	Professor
5. André Rebouças	42	Liberal	Rio de Janeiro	Engenheiro
6. Antonio Alves de Araujo	47	Liberal	Antonina	Industrial erva-mate

7. Antonio Duarte de Camargo	?	Liberal	Castro	Fazendeiro
8. Antonio Ricardo Lusstosa de Andrade	54	Liberal	Curitiba	Empregado público
9. Benedicto Enéas de Paula	55	Liberal	Curitiba	Empreiteiro
10. Domingos Antonio da Cunha	53	Liberal	Campo Largo	Industrial da erva mate
11. Francisco Therézio Porto	31	Liberal	Lapa	Engenheiro
12. Francisco Xavier da Silva	42	Liberal	Castro	Advogado
13. Joaquim Ferreira Pinto	?	Liberal	Conchas	Fazendeiro
14. Joaquim Ventura de Almeida Torres	49	Liberal	Curitiba	Industrial da erva-mate
15. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	62	Liberal	Palmeira	Padre / Fazendeiro
16. Padre José Jacintho Linhares	40	Liberal	Morretes	Padre
17. Jorge Marcondes de Albuquerque	38	Liberal	Castro	Cargos públicos
18. Luiz Ramos Figueira	?	Liberal	Guaraqueçaba	Advogado
19. Manoel Marcondes de Sá	56	Liberal	Guarapuava	Fazendeiro
20. Tristão Cardoso de Menezes	?	Liberal	Ponta Grossa	Advogado

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, várias edições, 1880 e 1881.

O núcleo duro desta assembleia tem a liderança do Dr. Manoel Alves de Araujo, que nessa década de 1880, será também deputado geral pelo Paraná, Ministro da agricultura, e presidente da Câmara geral. O vice-presidente, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, que também era deputado geral, mas aos poucos vai perdendo sua força política, sendo esta sua última participação na assembleia legislativa provincial e geral. Ele voltaria a exercer sua profissão de advogado em Curitiba, e seria deputado constituinte paranaense na República, em 1892. Em seu lugar ficará o Dr. Generoso Marques dos Santos, que era genro do deputado Benedicto Enéas de Paula, líder político

em Curitiba. O primeiro secretário era o experiente político e padre João Baptista Ferreira Bello, líder liberal local, nas paróquias em que atuava. E o segundo secretário, o professor José Cleto da Silva, genro do ex-deputado provincial tenente coronel Ricardo José da Costa Guimarães, do litoral paranaense. Porém, o professor José Cleto da Silva teria uma única participação como deputado provincial.

A estrutura familiar desta assembleia legislativa provincial foi composta pelas famílias Camargo, Alves de Araujo e Marcondes e Sá, que são parentes entre si, e estão representadas diretamente pelos irmãos Antonio Alves de Araujo² e Manoel Alves de Araujo, pelos primos Manoel Marcondes de Sá e padre José Antonio de Camargo e Araujo, e o sobrinho Jorge Marcondes de Albuquerque, que também era filho do ex-deputado provincial Antonio Xavier de Faria e Albuquerque (casado com a irmã do deputado Manoel Marcondes de Sá). E o fazendeiro de Castro, Antonio Duarte de Camargo.

O grande “chefe ostensivo” deste amplo clã político e familiar foi o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, que assumiu a vice-presidência da província do Paraná com a volta dos liberais ao poder, em 1878 e em 1879, sendo também nomeado chefe de polícia desta província. Dr. Jesuino e Dr. Manoel Alves de Araujo eram cunhados.

O jornal *O Paranaense*, de 26/08/1879, dias antes da eleição, publica “a chapa liberal confeccionada pelo conselheiro Jesuino e oferecida ao eleitorado da província”. Todos os vinte nomes desta lista foram eleitos. Outro exemplo da importância e liderança deste chefe político aconteceu em 15/08/1881, numa grande festa ofereci-

2 Nesta intrincada rede familiar, no ano de 1878 o comendador Antonio Alves de Araujo, com 45 anos, em suas segundas núpcias, escolheu como esposa a jovem Francisca Correia, irmã de Ildefonso Pereira Correia (barão de Serro Azul) e do senador pelo Paraná, Dr. Manoel Francisco Correia e sobrinha do líder conservador, Dr. Manoel Eufrásio Correia e do dignitário Visconde de Nacar, Manoel Antonio Guimarães, que formavam o outro grande clã político paranaense. A década de 1870 foi de domínio deste clã político, da família Correia / Guimarães, com o partido conservador, no Paraná.

da ao conselheiro Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, no litoral paranaense, quando foi apresentado como “o mais importante chefe liberal da província” (*Dezenove de Dezembro*, 20/08/1881).

O deputado Domingos Antonio da Cunha pertencia à ampla família Guimarães dos Campos Gerais; o engenheiro lapeano Francisco Theresio Porto, já teve seu avô como deputado provincial; o Dr. Tristão Cardoso de Menezes, da Lapa e o Dr. Francisco Xavier da Silva, de Ponta Grossa eram filhos das tradicionais famílias paranaenses. Quanto ao deputado liberal Dr. Francisco Xavier da Silva, esta era sua terceira e última participação na assembleia legislativa provincial, agora com 42 anos, sendo as duas primeiras, no início da década de 1860, quando era recém-formado em Direito. Na década de 1870, com a volta dos conservadores ao poder, acabou ficando de fora da assembleia legislativa, mas exercendo a profissão de advogado em Castro e mesmo sendo fazendeiro na região. Agora, com o retorno dos liberais ao poder, o Dr. Francisco Xavier da Silva foi reeleito, porém, não disputaria mais as próximas eleições. E apenas no novo regime republicano será chamado pelo seu conterrâneo, Dr. Vicente Machado tornando-se, então, um dos mais importantes políticos paranaenses do início da República.

O deputado provincial Antonio Ricardo Lustosa de Andrade era cunhado do falecido líder conservador de Curitiba, Manoel Franco de Oliveira (brigadeiro Franco), da grande família Sá Ribas; Joaquim Ferreira Pinto, fazendeiro de Conchas, Ponta Grossa, era irmão do barão de Guaraúna, que será deputado provincial na próxima legislatura; o Dr. Luiz Ramos Figueira, advogado residente em Guaraqueçaba; padre José Jacintho Linhares, paranaense, vigário no litoral; o capitalista Joaquim Ventura de Almeida Torres, de Curitiba.

Destaca-se, entre os deputados eleitos, a presença do engenheiro André Rebouças, inserido na listagem liberal do Dr. Jesui-

no Marcondes. André era irmão do engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho, que trabalhou muitos anos no Paraná, falecido em 24/05/1874, mas que tinham proposto o traçado da estrada de ferro entre o litoral e Curitiba. Antonio Rebouças sugeria que o início da construção fosse a partir de Antonina. A presença de André Rebouças na assembleia legislativa paranaense ajudaria a fortalecer a ideia de que o melhor traçado da ferrovia seria realmente com início em Antonina, porém, isto não aconteceu, pois ela iniciou na cidade portuária de Paranaguá. E, por fim, André Rebouças não estará presente nos trabalhos legislativos no ano de 1881, por desentendimentos com o próprio líder Dr. Manoel Alves de Araujo³.

A instalação da 14ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 16/02/1880 e encerrou em 16/04/1880. O relatório de abertura foi lido pelo presidente da província do Paraná, Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho⁴ e no encerramento contou com o discurso do vice-presidente desta casa, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro.

Nesse ano uma comissão foi formada para preparar a recepção de “Suas Majestades Imperiais”, composta por dezessete mem-

3 É nulo, nas biografias de André Rebouças, o fato de sua passagem como deputado provincial no Paraná. Em seus diários, há referência sobre a preocupação que certos políticos paranaenses teriam dele querer ter pretensões políticas nesta província, o que ele descartava, considerando a mesquinhez deste tipo de pensamento (JUCÁ, 2001). A discussão do traçado da nova ferrovia será uma das grandes lutas políticas deste período entre conservadores e liberais. Se seu início fosse em Antonina, como propunha Antonio Rebouças, seriam beneficiados a família Alves de Araujo e todos os capelistas. Porém, André Rebouças acabou discutindo com o próprio deputado Manoel Alves de Araujo, sobre o destino das terras devolutas pelas quais passaria a nova ferrovia. Para André Rebouças deveriam ser dadas aos ex-escravos, e para o Manoel Alves de Araujo deveriam ser reservadas ao Estado e distribuídas às empresas. *Araújos, os irmãos governadores* – Disponível em: <http://www.oparana.com.br/variedades/2013/05/araujos-os-irmaos-governadores/1158184/>. Acesso em 10/10/2013.

4 Relatório de abertura da assembleia provincial legislativa do Paraná, pelo Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1880_a_p.pdf. Acesso em 15/04/2013. Cf. também, PARANÁ, Coleção das Leis da Província do Paraná, 1880.

bros: Dr. Luiz Barreto Corrêa de Menezes, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, Dr. Agostinho Ermelino de Leão, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Dr. Francisco Alves Guimarães, Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, Dr. João José Pedrosa, Dr. José Lourenço de Sá Ribas, João Baptista Ribeiro, major Luiz Manoel Agner, tenente coronel Benedicto Enéas de Paula, Ildefonso Pereira Correia, comendador Antonio Ricardo dos Santos, Antonio Martins Franco, capitão Augusto Stellfeld, Alfredo Caetano Munhós e Antonio Ricardo Lustosa de Andrade. Uma mescla de liberais e conservadores para a organização de um fato importante na província. Aqui se percebe que as lutas partidárias eram minimizadas quando se tinha algo em comum a se festejar ou a se reivindicar, como foi o caso da recepção dos voluntários da pátria em Curitiba em 1870.

Em 18/05/1880, pela primeira vez, D. Pedro II visita o Paraná. Entre suas atividades, destaca-se a inauguração do início das obras da ferrovia Paranaguá-Curitiba, na cidade de Paranaguá, com o lançamento da pedra fundamental em 05/06/1880, que proporcionará um impulso em toda a economia paranaense. O lançamento da pedra fundamental em Paranaguá significa a vitória política de outra importante rede familiar, do partido conservador, o clã Guimarães Correia. Após a cerimônia o Imperador vai ao palácio do barão de Nacar, Manoel Antonio Guimarães, para o banquete de despedida, voltando depois para a Corte. Outro ponto desta viagem foi que D. Pedro e a família real buscavam aprofundar a discussão da abolição da escravidão no Brasil. No Paraná havia 10.088 escravos (*Dezenove de Dezembro*, 09/06/1880).

Fato político importante foi de que assumiu a presidência da província do Paraná, em 04/08/1880, o jovem liberal curitibano, Dr. João José Pedrosa, ficando até 03/05/1881. Era a primeira vez, depois da emancipação política do Paraná em 1853, que um paranaense foi

nomeado para o cargo de presidente desta província. Os paranaenses que assumiram este posto tinham sido nomeados enquanto vice-presidentes.

O Dr. João José Pedrosa abre a 2ª sessão legislativa deste ano⁵ e, em seu relatório de abertura, reconhece a importância de D. Pedro II ter nomeado para o cargo de presidente desta província “um filho do Paraná”. Isto engrandecia sua pessoa, bem como seu partido político. Ele foi quem assinou as leis discutidas e aprovadas pela Assembleia Legislativa. Entre elas, foi aprovado o segundo Regimento Interno da Assembleia legislativa provincial, agora, podendo contar com vinte e dois deputados.

Em nível nacional, uma reforma eleitoral foi aprovada na Câmara geral no Rio de Janeiro em 09/01/1881, sendo regulamentada pelo Decreto n.º 8.213, de 13/08/1881. “A presente lei recebeu o nome de *Lei Saraiva* ou *Lei do Censo*, e determinava o voto direto nas eleições e a realização de um censo, em todo o Reino, com vista a ser efetuado o alistamento dos eleitores”⁶. As eleições diretas eliminavam, portanto, os chamados *votes*, ficando apenas os *eleitores* e se estabelecia o voto secreto e a indicação de fiscais dos partidos políticos nas assembleias eleitorais. O *eleitor* deveria provar renda mínima de 200\$000 (duzentos mil réis), por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. E o Paraná ficou dividido em dois distritos eleitorais, Curitiba e Castro, de acordo com o decreto n.º 8.114, de 21/05/1881.

5 Relatório à Assembleia Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 14ª legislatura, no dia 16/02/1881, pelo presidente da província Dr. João José Pedrosa. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1881MFN832.pdf>. Acesso em 15/09/2013. Cf. também, PARANÁ, Leis e decretos da província do Paraná. Tomo XXVIII. Curitiba: Typ. Perseverança, de J. F. Pinheiro, 1881.

6 Memória jurídica, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_74/MemoriaJuridica/SobreLeiSaraiva.htm. Acesso em 15/09/2013; e Lei Saraiva, Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>. Acesso em 15/09/2013.

Os *cidadãos* foram se apresentando e tendo que comprovar a renda necessária para poderem ser *eleitores*.

Interessante destacar a fala do presidente da província do Paraná, Dr. João José Pedrosa, sobre esta reforma eleitoral, na qual aponta que o voto direto iria proporcionar escolher melhor os representantes do povo, afinal, o povo era constituído em sua grande maioria de analfabetos, e por isso, não estariam aptos a votar.

Eleições e qualificações [...] O novo sistema da eleição direta, adotado pela lei n.º 3.029, de 09/01/1881, com a apuração do censo, pela prova eficaz da renda e as medidas complementares para garantirem a verdade e independência do sufrágio popular, veio, por sem dúvida, satisfazer atualmente uma ardente aspiração nacional, firmando em base mais segura o nosso regime representativo.

O voto quer dizer escolha, a escolha pressupõe conhecimento do pessoal preferível para a representação, e tal conhecimento não pode estar ao alcance de toda massa popular, quando esta, infelizmente, ainda entre nós compõe-se de quatro quintos de analfabetos, conforme demonstram as estatísticas.

O voto do cidadão inconsciente, que não compreende a importância da escolha dos representantes do povo, dos diretores dos destinos do país, fiscalizadores da execução dos diversos ramos do serviço público, esse voto torna-se um ônus incômodo para o que é probo, e uma condenável especulação para o que seja pouco escrupuloso. (...) (Dr. João José Pedrosa, *Relatório de abertura da 2ª Sessão da Assembleia Legislativa paranaense*, 16/02/1881, p. 12).

Seria, então, no governo do Dr. Pedrosa o início do novo alistamento eleitoral, devido à nova *Lei Saraiva*. E, assim, gradativamente, os eleitores foram sendo cadastrados, incorporando de forma mais definitiva tanto liberais como conservadores, o que faria com que as eleições fossem mais competitivas e “justas”.

17ª e 18ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1878 a 1884

A eleição para deputado geral para compor a 17ª Assembleia Legislativa Geral, no Rio de Janeiro, aconteceu no Paraná no dia 04/09/1878. Como previsto, os vitoriosos foram os liberais.

Tabela 2 – Deputado Geral, 17ª Legislatura (1878/1881)

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Alves de Araujo	Liberal	254	Antonina	Negociante
2. Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro	Liberal	241	Curitiba	Advogado
Dr. Manoel Eufrásio Correia	Conservador	20	Paranaguá	Advogado
Dr. Adolfo Lamenha Lins	Conservador	19	Morretes	Advogado
Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	Liberal	12	Palmeira	Advogado

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 12/09/1878.

A abertura desta Legislatura aconteceu dia 15/12/1878 pelo Imperador D. Pedro II, inaugurando novo período no parlamento, composta de lideranças liberais e que durará quatro anos. D. Pedro II, em seus discursos de abertura, destacou a necessidade de “decretar a eleição direta, com o fim de melhor assegurar a manifestação do voto e regular a situação financeira do Estado, equilibrando a despesa com a receita”. Com a aprovação da *Lei Saraiva*, D. Pedro II agradeceu a solicitude com que os deputados se ocuparam da reforma eleitoral, “decretando esta reforma com o fim de assegurar a sinceridade nas eleições, correspondentes patrioticamente à opinião nacional” (*Dezenove de Dezembro*, 12/01/1881).

Para a próxima legislatura geral, uma nova eleição para deputado geral no Paraná aconteceu no dia 31/10/1881, agora sob as novas regras da *Lei Saraiva*. O Paraná possuía dois distritos eleitorais. No 2º distrito de Castro e região, a vitória foi fácil por parte do Dr. Manoel Alves de Araujo, liberal. Mas quanto ao 1º distrito de Curitiba, que abrangia as vilas ao redor da capital e todo o litoral paranaen-

se, três candidatos disputaram acirradamente a eleição, Dr. Generoso Marques dos Santos e Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, ambos do partido liberal, e o Dr. Manoel Eufrásio Correia, conservador. O partido liberal vai para esta eleição dividido. Não havendo maioria de votos, em especial para os dois primeiros nomes, a lei previa nova eleição (2º escrutínio), que foi realizada em 02/12/1881, na qual, também por pequena margem, foi eleito o Dr. Generoso Marques dos Santos, sendo derrotado o Dr. Manoel Eufrásio.

A nova lei eleitoral tinha como um de seus objetivos combater as fraudes eleitorais e de ser o reflexo da vontade dos cidadãos nas urnas. Mas, novamente, foram bastante divulgadas denúncias de fraudes por ambos os partidos políticos quanto aos resultados das eleições nas localidades paranaenses, sendo que um parecer do Rio de Janeiro, após analisar os argumentos de ambas as partes, aprovou a vitória do Dr. Generoso Marques dos Santos como deputado geral pelo 1º distrito no Paraná (*Dezenove de Dezembro*, 11/01/1882). As denúncias julgadas foram: quanto à composição das mesas eleitorais do 1º distrito; em algumas localidades foram questionadas as atas eleitorais; questionados votos em separado; e por fim, a própria candidatura do Dr. Generoso Marques dos Santos, por ser presidente da Câmara de vereadores de Curitiba, e advogado da Câmara de São José dos Pinhais. Porém, estes argumentos foram desconsiderados pela comissão julgadora da eleição do 1º distrito do Paraná, no Rio de Janeiro.

Tabela 3 – 18ª Legislatura (1882/1884)

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Generoso Marques dos Santos (1º Distrito)	Liberal	492	Curitiba	Advogado
Dr. Manoel Eufrásio Correia (1º Distrito)	Conservador	470	Curitiba	Advogado

Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro (1º Distrito)	Liberal	149	Curitiba	Advogado
2. Dr. Manoel Alves de Araujo (2º Distrito)	Liberal	593	Curitiba	Advogado
Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (2º Distrito)	Conservador	129	Curitiba	Advogado
Dr. Justiniano de Mello e Silva (2º Distrito)	Conservador	58	Curitiba	Advogado

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 11/01/1882.

Após o resultado eleitoral em favor do Dr. Generoso Marques dos Santos, o jornal oposicionista, *O Paranaense*, continuava denunciando as fraudes do processo eleitoral, e entre as denúncias, uma foi dirigida ao ex-presidente da província do Paraná, Dr. João José Pedrosa, que atuava como inspetor da tesouraria da província, dizendo que ele teria utilizado de sua influência neste cargo público para obrigar *eleitores* a votar no Dr. Generoso Marques. O Dr. Pedrosa responde às acusações, através do jornal *Dezenove de Dezembro* (11/01/1882), negando qualquer pressão sobre seus “subordinados para obter votos em favor da candidatura do Dr. Generoso”.

A 1ª sessão da 18ª Legislatura geral foi aberta por D. Pedro II, no dia 17/01/1882. Esta legislatura irá durar três anos. O imperador, em seus discursos de abertura, destacou a sua visita ao Paraná e Minas Gerais, elogiou as novas regras eleitorais, já postas em prática no ano anterior, chamou a atenção às finanças do governo e apontou para a necessidade de se mapear o número de indústrias no país. Em 1883, em sua fala destacou, entre outros pontos, os eventos de “desordem” ocorridos na capital da província do Paraná, como se verá adiante.

Destacou-se, neste período, o paranaense Dr. Manoel Alves de Araujo, quando assumiu como Ministro da Agricultura, Comér-

cio e Obras Públicas, no rápido gabinete liberal de Martinho Álvares da Silva Campos, de 21/01/1882 a 03/07/1882, e também foi eleito presidente da Câmara geral, entre 04/08/1884 a 11/03/1885. O Dr. Manoel Alves de Araujo era o representante das famílias tradicionais do Paraná, no núcleo do Império brasileiro.

Composição da 15ª Assembleia Legislativa Provincial, 1882 e 1883. Dr. Carlos de Carvalho e a “revolta do vintém” no Paraná.

A eleição para deputado provincial aconteceu no dia 30/01/1882, sendo o Paraná dividido em dois distritos, e sob as regras eleitorais da *Lei Saraiva*. Esta assembleia iria se reunir apenas em 01/10/1882. O 1º distrito era formado por Curitiba, Pacutuba, Arraial Queimado, Campina Grande, São José dos Pinhais, Iguassú, Votuverava, Porto de Cima, Morretes, Antonina, Paranaguá e Guarakessava. De certa forma, demonstra que o litoral paranaense, gradativamente vinha perdendo força, tendo que fazer parte do distrito liderado por Curitiba. O 2º distrito era formado por Castro, Ponta Grossa, Lapa, Rio Negro, Guarapuava, Palmas, Tibagi e demais localidades da região dos Campos Gerais e interior paranaense.

Os liberais, receosos do avanço dos conservadores e diante da acirrada disputa ocorrida na eleição para deputado geral, em outubro e novembro de 1881, na qual ocorreu a divisão entre os próprios liberais, com Dr. Generoso Marques dos Santos e Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, enfrentando a força do líder conservador Dr. Manoel Eufrásio Correia, que quase lhes causou uma derrota, emitiram um manifesto publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*, de 04/01/1882, para que seus eleitores votassem coesamente e em quem os chefes políticos liberais assim indicassem .

O resultado desta eleição demonstra a vitória do partido liberal, porém, com a presença de conservadores, em especial, do seu

líder Dr. Manoel Eufrásio Correia, já reflexo das eleições mais competitivas.

No primeiro distrito destacavam-se os liberais Dr. José Lourenço de Sá Ribas, do clã Sá Ribas, retornando à assembleia legislativa, o Dr. Generoso Marques dos Santos, também eleito deputado geral, e o comendador Antonio Alves de Araujo. Neste distrito são eleitos os conservadores Dr. Manoel Eufrásio Correia e seu sobrinho, comendador Ildefonso Pereira Correia, grande empresário ervateiro paranaense, filho de Manoel Francisco Correia Junior, presente na primeira legislatura paranaense em 1854/55, e irmão do senador pelo Paraná, Dr. Manoel Francisco Correia.

No 2º distrito, tem-se a presença de alguns descendentes de alemães, mas inseridos na estrutura de poder local, principalmente por casamento, como os irmãos Virmond e a reeleição de José Mathias Miller. E os demais, não fogem à regra de serem membros de importantes famílias paranaenses, como Hyppólito Alves de Araujo, irmão do comendador Araujo, os primos padre Camargo e Manoel Marcondes de Sá, Augusto Lustosa Ferreira Ribas, filho do ex-deputado provincial brigadeiro Manoel Ferreira Ribas, e pai do futuro interventor e governador do Paraná, de 1932 a 1945, Manoel Ferreira Ribas.

Em 15/05/1882 morre de tifo, em Belém, o chefe político liberal, o paranaense Dr. João José Pedrosa, com 38 anos, quando tinha acabado de assumir o cargo de presidente da província do Pará. Ele tinha terminado seu mandato, como presidente da província do Paraná em 03/05/1881, sendo logo depois nomeado para o cargo de inspetor da tesouraria, na mesma província. A nomeação para a presidência do Pará foi festejada pelos liberais locais. O Dr. Pedrosa é um exemplo do acesso à classe dirigente, através do estudo e de suas qualidades pessoais. Era filho de comerciante português em Curiti-

ba, de numerosa prole, o que, obrigou João José Pedrosa a trabalhar enquanto estudava. Mas, por sua formação educacional, erudição, amigos de faculdade e esforço pessoal, acabou entrando no núcleo duro da classe dirigente paranaense. Formou-se em Direito em São Paulo, na mesma turma de Generoso Marques dos Santos, Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior, José Pacheco dos Santos Lima, José de Souza Ribas, que por serem membros das famílias dirigentes nesta província, logo após a formatura já estavam todos, inclusive o Dr. Pedrosa, nos cargos de poder nesta capital e região, e todos com passagem na assembleia legislativa provincial e vereança de suas cidades. O Dr. Pedrosa faleceu solteiro.

Entre os deputados provinciais eleitos, vem a falecer, no dia 07/12/1882, Joaquim Antonio dos Santos, de Morretes, tendo que ser realizada uma nova eleição no 1º distrito, para substituí-lo. Foi eleito, então, o médico residente em Antonina, Dr. José Justino de Mello, com 405 votos, nome sugerido pelo partido conservador. Do partido liberal, recebeu votos João Manoel Ribeiro Vianna, com 242 votos. Foi uma vitória importante dos conservadores, demonstrando que sob esta nova lei eleitoral, com *eleitores* agora permanentes, era possível disputas mais “justas”.

Tabela 4 – 15ª LEGISLATURA 1882-1883

Deputado	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Antonio Alves de Araujo (Pres.)	49	Liberal	Antonina	Negociante
2. Manoel Marcondes de Sá (Vice-Pres.)	58	Liberal	Palmeira	Fazendeiro
3. José Lourenço de Sá Ribas (1º Sec.)	60	Liberal	Curitiba	Advogado
4. Agostinho Antonio Pereira Alves (2º Sec.)	48	Liberal	Paranaguá	Negociante
5. Domingos Ferreira Pinto (Barão de Guaraúna)	62	Liberal	Ponta Grossa	Fazendeiro
6. Hypólito Alves de Araujo	?	Liberal	Palmeira	Fazendeiro

7. Joaquim Antonio dos Santos*	60	Liberal	Morretes	Negociante
8. Antonio Augusto Ferreira de Moura	36	Liberal	Curitiba	Negociante
9. Augusto Lustosa de Andrade Ribas	?	Liberal	Ponta Grossa	Cargos públicos
10. Domingos Antonio da Cunha	55	Liberal	Campo Largo	Industrial da erva mate
11. Eugênio Guilherme Virmond	?	Liberal	Lapa	Cargos públicos
12. Frederico Guilherme Virmond Junior	54	Liberal	Guarapuava	Fazendeiro
13. Generoso Marques dos Santos	38	Liberal	Curitiba	Advogado
14. Telêmaco Augusto Morocines Borba	42	Liberal	Tibagi	Cargos públicos
15. Trajano Joaquim dos Reis	30	Liberal	Curitiba	Médico
16. Padre José Antonio de Camargo e Araujo	64	Liberal	Palmeira	Padre
17. Ildefonso Pereira Correia	37	Conservador	Curitiba	Industrial da erva mate
18. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	35	Conservador	Curitiba	Advogado
19. José Mathias Miller	?	Conservador	Campo Largo	Cargos públicos
20. José Pereira dos Santos Andrade	40	Conservador	Curitiba	Advogado
21. Justiniano de Mello e Silva	29	Conservador	Curitiba	Jornalista
22. Manoel Eufrásio Correia	43	Conservador	Curitiba	Advogado
Dr. José Justino de Mello	?	Conservador	Antonina	Médico

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 04/10/1882. *Gazeta Paranaense*, 30/09/1882. * O deputado Joaquim Antonio dos Santos faleceu em 07/12/1882 e foi substituído pelo Dr. José Justino de Mello.

O núcleo duro desta assembleia era composto pelo comendador Antonio Alves de Araujo e por Manoel Marcondes de Sá, que junto com o brigadeiro Hypólito Alves de Araujo, irmão do comendador Alves de Araujo e casado com a filha do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, e Agostinho Antonio Pereira Alves (primo de

Antonio e Hypólito), fecham o cerco familiar desta legislatura. E de acordo com o jornal oposicionista *Gazeta Paranaense*, o líder dos liberais nesta Câmara era o padre Camargo. Todos da mesma família.

O 1º secretário da assembleia legislativa era o experiente Dr. José Lourenço de Sá Ribas, com 60 anos, da importante família Sá Ribas de Curitiba. Esta eleição representa seu retorno à casa legislativa, pois, teve de ficar afastado durante o período dos gabinetes conservadores da década de 1870.

O deputado Joaquim Antonio dos Santos, suplente neste “núcleo duro”, negociante em Morretes, falecido em 07/12/1882, era sogro do ex-deputado coronel Joaquim Ventura de Almeida Torres.

Em relação à idade, o “núcleo duro” desta assembleia legislativa chama a atenção por ser um grupo bastante experiente, com mais de 50 anos, demonstrando a consolidação destes velhos líderes. Esta será também uma característica da década de 1880, como um todo, o predomínio de “velhos” políticos.

E o mais jovem deputado provincial foi o médico baiano Dr. Trajano Joaquim dos Reis, com 30 anos, que tinha chegado em Curitiba, com a família, em 1876. Após ser eleito deputado provincial, seria eleito também vereador em Curitiba, em 1882, sendo o presidente da Câmara. O Dr. Trajano dos Reis seria mais um, dos poucos exemplos existentes, que foi eleito deputado apesar de não ter uma ligação direta com famílias tradicionais do Paraná. Seu trabalho como médico lhe proporcionou entrar na classe política local. Outro exemplo foi o do funcionário público e jornalista, Justiniano de Mello e Silva⁷.

7 Justiniano de Mello e Silva é natural da província de Sergipe, e vem para o Paraná para trabalhar como secretário da administração do presidente desta província, Dr. Adolpho Lamenna Lins. E seus descendentes irão continuar sendo eleitos para cargos eletivos no Paraná ao longo da República. Como exemplo, de maior destaque, Roberto Requião de Mello e Silva, prefeito de Curitiba, deputado estadual, governador do Paraná e senador (RESENDE, 2007).

Mas, posteriormente, ambos os filhos destes deputados irão se incorporar à intrincada estrutura familiar paranaense.

As novas regras eleitorais permitiram que os conservadores voltassem a ocupar cadeiras na Câmara provincial, apesar de ser uma minoria, com seis deputados. Eles eram os chefes conservadores no Paraná, começando pelo Dr. Manoel Eufrásio Correia, e despontando a liderança de seu sobrinho, Ildefonso Pereira Correia, residindo em Curitiba. O deputado José Pereira dos Santos Andrade teria longa carreira política, filho de um dos maiores ervateiros do Paraná, comendador Antonio Ricardo dos Santos. Outro seria Justiniano de Mello e Silva, liderança que vinha se consolidando, também por sua atuação como jornalista. O descendente de alemão José Mathias Miller, casado com a irmã de Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho, de Campo Largo, era uma liderança conservadora local naquela cidade e em Curitiba. E o jovem político, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, filho do padre Inácio de Almeida Faria e Souza, e foi casado com Joaquina da Silva Pereira, neta, pelo lado materno, do capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas, da ampla família Sá Ribas.

Nesta legislatura, foram eleitos doze novos deputados, dos quais nove teriam uma única participação na assembleia, e os outros três, atuariam em apenas mais uma legislatura. A rotatividade entre os deputados continuava, mas um núcleo duro, de lideranças partidárias e familiares, muito bem articulada, acabava sempre controlando a casa legislativa paranaense.

O deputado Telêmaco Borba era representante de uma família bastante ativa por desbravarem os “sertões” do Paraná. Ele mesmo, quando jovem, foi administrador do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara; percorreu o interior do Paraná, chegando às cachoeiras de sete quedas e Santa Maria do Iguassú; durante a década de 1880, seria vereador em Tibagy. Como deputado provincial, esta

foi sua única participação, mas, na República, seria eleito sete vezes como deputado estadual. Durante a revolução federalista, apoiou os maragatos, e com a derrota destes, teve de se exilar para não ser julgado, assim como muitos outros políticos paranaenses. Após a anistia, retornou ao Paraná, participando novamente das atividades como deputado estadual.

Quanto às comissões da assembleia legislativa os conservadores não assumiram nenhuma delas, cabendo a eles apenas o papel de oposição.

A instalação da 15ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 01/10/1882 e contou com o discurso de abertura do presidente da província do Paraná o Dr. Carlos Augusto de Carvalho⁸, que tomou posse em 06/03/1882. No início de seu mandato, realizou viagens por toda a província, para melhor conhecê-la, inclusive ganhou, em sua homenagem, o nome de um dos mais belos viadutos da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, o viaduto Carvalho, o qual visitou em 01/04/1882. Ficou no cargo até 26/05/1883.

Após a instalação da assembleia legislativa, o Dr. Carlos Augusto de Carvalho enfrentou o protesto dos deputados conservadores, quando, em seu primeiro discurso, fez homenagem aos dois liberais falecidos, o Dr. João José Pedrosa e o Dr. Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes (ex-presidentes da província do Paraná), inclusive utilizando de recursos públicos para as exéquias do Dr. Pedrosa. Isto provocou descontentamento por parte dos conservadores, pois, estes queriam que Dr. Carlos de Carvalho também mencionasse o

8 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná, por ocasião da instalação da 1ª sessão da 15ª legislatura, no dia 1º de outubro de 1882, pelo presidente da província, Dr. Carlos Augusto de Carvalho. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1882MFN836.pdf>. Acesso em 15/09/2013. Cf. também, PARANÁ, Leis e decretos da província do Paraná, Tomo XXIX, Curitiba, Typ. Perseverança, de J. F. Pinheiro, 1882.

falecimento do conservador Dr. Lamenha Lins, o que não foi feito. O jornal *Gazeta Paranaense* explorou muito o tema deste primeiro embate na assembleia legislativa, inclusive retomando os erros administrativos do ex-presidente da província Dr. Rodrigo Octávio, como o de ter comprado terras da família Marcondes, de Palmeira, para estabelecer a colonização russo-alemã, e que acabou sendo um desastre, devido à “qualidade” da terra, não apta aos trabalhos agrícolas, e dos próprios colonos não se adaptarem ao local.

Quanto à estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, no dia 10/01/1882 foi trocado seu diretor geral, o engenheiro chefe, italiano, Antonio Ferrucci, pelo mineiro, engenheiro João Teixeira Soares, que daria impulso às obras mais complexas da ferrovia, aumentando o número de funcionários de quatro mil para nove mil operários, “dos quais a metade na cama, atacados pela malária ou outras doenças”. E não se podia empregar mão de obra escrava neste empreendimento.

Quanto à lei n.º 714, de 04/12/1882, esta fixou o orçamento da província, exigindo por parte do governo a instituição de um novo imposto sobre o comércio para aumentar a arrecadação pública, o que acabou provocando um episódio de revolta e desordem na capital paranaense, conhecida como “revolta do vintém” do Paraná. Portanto, o fato mais relevante da administração do Dr. Carlos Augusto de Carvalho foi a de enfrentar a fúria dos comerciantes curitibanos frente ao novo imposto sobre vendas ou de patente, instituído pelo regulamento de 29/01/1883, que previa a arrecadação de 1,5% sobre mercadorias vendidas no comércio, com multas altas e punições àqueles que se recusassem a pagar ou mesmo “mostrar seus livros” de contabilidade. A partir de 24/02/1883, quando foi publicado oficialmente o ato do novo imposto, o jornal da oposição, *Gazeta Paranaense*, publicou notas sobre a organização dos comerciantes, em todas as suas edições, sempre contrárias ao ato administrativo do Dr.

Carlos Augusto de Carvalho. Interessante que o jornal oficial *Dezenove de Dezembro*, em nenhum momento publicou nada sobre os fatos, como se nunca tivesse ocorrido tal revolta nesta província e em especial, em Curitiba.

Os comerciantes de Curitiba reuniram-se sob a liderança de Fermino Baptista do Nascimento, presidente da comissão do comércio na capital, e tendo a ajuda do advogado Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro⁹, lançaram um manifesto contra o novo imposto, propondo fechar as portas dos comércios no dia em que o imposto fosse cobrado e só abririam novamente frente ao parecer do presidente do conselho dos Ministros, do Rio de Janeiro. E mesmo se o parecer proveniente da Corte fosse favorável ao novo imposto, os comerciantes paranaenses buscariam outras formas de oposição a esta cobrança (*Gazeta Paranaense*, 03/03/1883). Em uma edição seguinte, o jornal publicou artigo que atacava ferozmente o presidente da província Dr. Carlos Augusto de Carvalho e ainda o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, o comendador Antonio Alves de Araujo e o coronel Pereira Alves, os três da mesma família, finalizando que eles “querem transformar a província do Paraná em uma colônia muito lucrativa para S.S. S.S. e os aderentes. *Assinado por Epaminondas*” (*Gazeta Paranaense*, 21/03/1883).

Dias antes da revolta, o jornal *Gazeta Paranaense* publicou também uma *correspondência* bastante interessante sobre o novo imposto, na qual dizia que, independente se fosse aprovado ou não, quem realmente iria pagá-lo seria o “*Zé Povinho*”.

A minha opinião sobre o tal imposto, venha ele do legal ou do absurdo, é que o comércio é que não tem razão alguma em andar

9 A presença do líder liberal Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro em favor dos “revoltosos” era sinal de que ele próprio estava relegado pelo seu partido político, sendo claramente substituído pela força do Dr. Generoso Marques dos Santos, como visto na última eleição para deputado geral.

fazendo questão sobre ele, porque, afinal de contas, quem há de vir a pagá-lo há de ser o Zé Povinho que, para não andar nu, nem descalço, nem com fome, pagará três ou quatro vezes mais esse imposto pelo gênero que comprar. E se não... apelo para a consciência do comércio... Quem vem a pagar o imposto não será, pois, o comércio e sim o povo que está sujeito ao seu absolutismo. O comércio compra para tornar a vender e não vende senão pelo que lhe convém. Quando o freguês leva-lhe a fazenda deixa-lhe o dinheiro que ela lhe custou, inclusive a condução, os direitos que por ela pagou e algum lucro que é o seu objetivo. O povo, porém, compra porque tem precisão de comprar, com o único interesse de matar a fome, tornar-se decente e satisfazer os vícios. Barato ou caro ele não pode prescindir desses objetos, dessas mil e uma necessidades pelas quais a nossa existência e a nossa condição social estão constantemente bradando. Eu não sou contra os impostos e até os acoroçou desde que eles sejam para reverter em nosso benefício. [...] O que devemos desejar é que o governo saiba dar bom destino ao erário público, distribuindo com igualdade e justiça tudo aquilo que for de direito comum. Até breve. *Correspondência* – Morretes, 24/02/1883 (*Gazeta Paranaense*, 03/03/1883).

Esta “correspondência” de um “anônimo” de Morretes, provavelmente foi escrita pelo jornalista morretense José Francisco da Rocha Pombo, pois, a expressão “Zé Povinho” foi utilizada por ele outras vezes, a partir de outros periódicos em que escrevia.

No dia 27/03/1883 o decreto do novo imposto foi afixado nas repartições públicas, para o início de sua cobrança. Como resposta, os comerciantes de Curitiba e de outras cidades do Paraná fecharam as portas. Em contrapartida, o governo provincial pôs em prontidão sua guarda policial. Nas ruas de Curitiba, juntaram-se cerca de 500 a 600 pessoas, de acordo com o jornal *Gazeta Paranaense*, para ouvir os discursos inflamados do Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro pela suspensão do imposto. Portanto, além dos comerciantes, se mobilizou também a população curitibana. No dia 30/03/1883, quarto dia de paralizações em Curitiba, uma comissão do comércio, com a intermediação do Dr. Manoel Eufrásio Correia, líder conservador,

e o governo do Paraná, buscaram negociar uma saída ao impasse. Nesse dia muitos soldados faziam o cerco aos lugares públicos, protegendo-os. Dentro e fora do salão Lindemann, na rua São Francisco, centro de Curitiba, local de reuniões da comissão dos comerciantes, muita gente estava presente. Após seis horas de reunião com o presidente da província, não houve acordo entre os comerciantes e o governo paranaense. Com isto, Dr. Manoel Eufrásio Correia anuncia, no salão Lindemann, a impossibilidade, naquele momento, de um acordo, o que provocou um tumulto por parte da população que acompanhava o desenrolar das negociações (cerca de mil pessoas de acordo com o jornal); os manifestantes, dentro do salão Lindemann, começaram a quebrar coisas, e lá fora, inicia-se a quebra de locais públicos e particulares sendo estes apedrejados. Assim descreve o jornal *Gazeta Paranaense*:

Depois de dissolvida a comissão e a vista do resultado pouco satisfatório das conferências entre o dr. Euphrasio [Manoel Eufrásio Correia] e o governo da província, operou-se no seio da multidão um movimento de desordem; e debaixo de sinais de gritos e de um barulho estrondoso rompeu o tumulto e a anarquia, e o povo em massa, que ocupava o salão despejou-se pelas portas e janelas do edifício e foi um momento para ocupar toda a rua de S. Francisco na parte compreendida entre o Club Curitybano e a Igreja da Ordem 3^a. Apareceu, então, a desordem completa.

O Sr. Lindemann apagou os lampiões que davam claridade ao salão. A isto sucedeu dispararem-se diversos tiros de revolver dentro do edificio. Foi, então, que a onda maior do povo despejou-se para rua debaixo de uma gritaria tumultuosa.

Avançaram logo com pedras e pauladas para a casa da residência do dr. *Generoso Marques*, que encontrando fechada, inutilizaram todas as vidraças, algumas janelas e portas. Os lampiões da iluminação pública produziram explosões com as pedradas que recebiam vindas do centro da massa do povo. Este tumulto na frente da casa do dr. Generoso durou aproximadamente 10 minutos.

Completamente estragadas as vidraças da casa do dr. Generoso, a multidão subia a rua de S. Francisco e de passagem inutilizou

as vidraças da casa do *dr. José Lourenço*, de ambas as frentes do edifício.

Dirigiu-se, daquela massa até então compacta, já subdividida, parte para a casa da residência do *tenente coronel Benedicto Enéas*, em frente da do *dr. José Lourenço*, e também a pedradas e cacetadas inutilizaram os vidros das vidraças e tentaram forçar a casa; tendo a outra parte descido a rua Fechada até a esquina do *sr. Choriol* e aí se dispersado. [...] Nessa ocasião vieram algumas pedras quebrar alguns vidros das vidraças da *Tesouraria*. (*Gazeta Paranaense*, 05/04/1883, p. 3 – grifo do autor).

A polícia dispersou com violência os revoltosos, resultando na morte de um rapaz e a prisão de dez “estrangeiros”, todos “alemães”, colonos e carroceiros que, de acordo com o jornal opositor, apenas voltavam para casa¹⁰.

Este fato de “desordem pública” em Curitiba foi mencionado pelo próprio imperador D. Pedro II, por ocasião de seu pronunciamento na abertura da assembleia geral em 03/05/1883, tal sua repercussão.

Apedrejar a casa dos líderes liberais Dr. Generoso Marques dos Santos, que era deputado provincial e geral, do seu sogro coronel Benedicto Enéas de Paula e do Dr. José Lourenço de Sá Ribas, deputado provincial e 1º secretário da assembleia legislativa pode significar a revolta contra estes políticos liberais que apoiaram e aprovaram a lei do novo imposto, ou então, uma estratégia do próprio jornal conservador de buscar depreciar a imagem dos líderes liberais. O fato foi que suas casas foram alvos dos manifestantes, bem como o prédio da tesouraria do governo. Posteriormente, o mesmo jornal posiciona-se contra tais atos de desordem, culpa “alguns escravos” enviados (sem dizer por quem) para tais arruaças, como aqueles que teriam provocado os apedrejamentos, e em outras edições, culpa “ga-

10 Conferir também NEGRÃO (1949, p.161); o rapaz morto seria H. Hannemann, de 19 anos, de Joinville.

rotos” arruaceiros¹¹. E sai em defesa dos “alemães” presos, tido como uma injustiça por parte da polícia paranaense. O chefe de polícia era o Dr. Augusto Lobo de Moura Filho; e o delegado em Curitiba, nomeado em 29/03/1883, era Franklin do Rego Rangel, ambos também criticados pelo jornal oposicionista.

Após a revolta, a saída do Dr. Carlos Augusto de Carvalho não demorou a acontecer, entretanto, o jornal oficial *Dezenove de Dezembro*, apenas trouxe elogios à sua administração, e seu cargo foi passado ao vice-presidente comendador Antonio Alves de Araujo, que também era presidente da assembleia legislativa.

Com a posse do comendador Antonio Alves de Araujo, como vice-presidente da província do Paraná, ele convocou extraordinariamente a assembleia legislativa provincial para funcionar entre os dias 8 e 23 de julho de 1883, “a fim de tomar providências sobre o estado

11 Em relação à questão do ideal de “ordem” e combate à “desordem” no Brasil, conferir MATTOS (1990); e ainda os *relatórios dos presidentes da província*, que sempre buscavam apresentar o tema aos deputados provinciais. Na mesma edição do jornal *Gazeta Paranaense*, que contou como foi a desordem em Curitiba, na primeira página há um texto publicado pelo “Comércio” com o título “Ao país e à província”, no qual condena e lamenta profundamente as cenas de vandalismo e sangue, “que se deram ontem nesta capital”, e que a comissão do comércio sempre aconselhou prudência e respeito à ordem e à paz pública, por isso, a comissão se desfaz, e responsabiliza o governo pelo ocorrido. Assinam o texto: Sérgio Francisco de Souza Castro, Fermino Baptista do Nascimento, Antonio Martins Franco, Rodrigues & Filho, José Hauer, Julio Camillo Belache, José Joaquim T. Ramos, Felipe Tod (*Gazeta Paranaense*, 05/04/1883). Na edição de 12/04/1883, o jornal continuava a condenar o vandalismo e a criticar o governo do Dr. Carlos Augusto de Carvalho e seus comparsas (provavelmente os mesmos citados em edição de 21/03/1883). E quando foi anunciada a saída do Dr. Carlos de Carvalho, o jornal oposicionista continuou a criticar ferozmente o administrador, atacando também, e novamente, a família Marcondes. Com o título *Tristes Legados*, o jornal acusa que uma das causas da ruína financeira da província do Paraná, ampliada pelo Dr. Carvalho, é ainda ter de pagar as contas das terras compradas da família Marcondes, nos Campos gerais, para a malfadada colonização russa nesta região. De um empréstimo de 700 contos do Banco do Brasil, mais de 200 contos foram para a família Marcondes, sete contos mensais destinados ao cunhado do Dr. Marcondes, para a conservação da estrada da Graciosa, e alguns contos de réis ao sr. Manoel Marcondes, para a estrada de Guarapuava, mas em ambas, nada se tem feito (*Gazeta Paranaense*, 19/05/1883).

financeiro da mesma província” (*Dezenove de Dezembro*, 28/05/1883) e rever sobre a cobrança deste imposto de 1,5% sobre as mercadorias vendidas no comércio. Foram, então, aprovadas novas posturas municipais para Curitiba e alteração do orçamento provincial para o corrente ano, com cortes nos gastos e a revisão de quanto cobrar do chamado imposto comercial (*Gazeta Paranaense*, 24/07/1883).

No dia 01/10/1883 foi dada a abertura da 2ª sessão da assembleia legislativa provincial já pelo novo presidente da província do Paraná Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello¹². Este destacou em seu discurso a crise pela qual a província paranaense passava e da necessidade de se enfrentá-la. As atividades legislativas terminaram dia 30/11/1883.

Outros dois temas desta década de 1880 foram sobre o republicanismo e o abolicionismo. Em Paranaguá, no dia 07/07/1883, publica-se o primeiro jornal de cunho republicano, o *Livre Paraná*, *Echo Republicano*, sendo redator chefe Fernando Machado de Simas, que já publicava o jornal *Imprensa Livre*. A questão republicana será outro tema que mobilizará, aos poucos, os interesses dos políticos paranaenses. Em 1885, como exemplo, são publicadas as primeiras reuniões para se organizar um clube e um partido republicano em Curitiba (*Dezenove de Dezembro*, 22/02/1885). E o importante jornal *A República*, de Curitiba, começa a circular já em 1886, propagando os ideais deste regime político.

Mas, o que vinha tomando força na sociedade paranaense eram os movimentos em prol da emancipação dos escravos. Em 26/08/1883, na residência do Sr. Joaquim José Belarmino Bittencourt

12 Relatório apresentado à assembleia legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 2ª sessão da 15ª legislatura, no dia 1/out/1883, pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1883MFN843.pdf>. Acesso em 15/09/2013. Cf. também, PARANÁ, Leis e decretos da província do Paraná, Tomo XXX, Curitiba, Typ. Perseverança, de J. F. Pinheiro, 1883.

aconteceu uma reunião da sociedade “*Emancipadora paranaense*”, com “conferência abolicionista” do Sr. Pau Brazil, e a publicação de seu estatuto. Assinaram este estatuto o comendador Antonio Alves de Araujo, eleito presidente desta sociedade, Joaquim José Belarmino Bittencourt, vice-presidente, Antonio Ricardo do Nascimento, secretário, Dr. Manoel Eufrásio Correia, orador, João Baptista Ribeiro, tesoureiro e Augusto de Assis Teixeira, procurador (*Dezenove de Dezembro*, 12/09/1883). Eis a interessante a união de chefes liberais com chefes conservadores nesta sociedade.

Uma nova sociedade emancipadora surge liderada também por mulheres, a “*Libertadora do Paraná*”. Faziam parte dela Maria Amélia de Almeida Queiroz, Anna Braga de Matos, Januaria Westphalen, Amélia Etelvina Coelho, Anna Lagos, entre outras.

As famílias, aos poucos, vão emancipando seus escravos, sendo, inclusive, publicados nos jornais locais. Como exemplo, no dia 12/02/1883, o barão de Campos Gerais, David dos Santos Pacheco (ex-deputado provincial) em sinal de regozijo pelo aniversário de sua neta Maria Rosa, filha do conselheiro Dr. Manoel Alves de Araujo, deu liberdade à sua escrava de nome Antonia (*Dezenove de Dezembro*, 19/02/1883). Os exemplos, neste sentido, serão inúmeros.

Composição da 16ª Assembleia Legislativa Provincial, 1884 e 1885

A eleição para deputado provincial foi convocada para 25/12/1883, em 1º escrutínio, continuando ainda o Paraná dividido em dois distritos. Os liberais serão liderados pelo Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, que não é candidato. Do lado da oposição encontra-se o Dr. Manoel Eufrásio Correia. Os dois grandes chefes políticos desta década de 1880.

O número de *eleitores* do Paraná vinha crescendo substancialmente, após a *Lei Saraiva*, chegando a próximo de mil, para esta

eleição. E o quociente necessário para ser eleito no 1º escrutínio ficou em 87 votos. Entravam em 2º escrutínio, nesta eleição, os candidatos que obtiveram menos de 87 votos. A eleição do 2º escrutínio aconteceu no dia 12/02/1884.

O 1º escrutínio mostra a vitória dos liberais, em especial no 2º distrito, local de influência direta do Dr. Jesuino Marcondes. Os conservadores conseguem mais votos no 1º distrito, graças ao litoral e ao Dr. Manoel Eufrásio Correia, líder deste partido residindo em Curitiba.

O fato polêmico desta eleição foi a exclusão de José Francisco da Rocha Pombo, que apesar de obter 89 votos no 1º escrutínio teve de disputar o 2º escrutínio, por decisão da junta apuradora, comandada pelo liberal brigadeiro Hypólito Alves de Araujo. Isto foi visto pelo jornal oposicionista *Gazeta Paranaense* (01/02/1884) como fraude eleitoral, afinal ele teria tido votos suficientes para ser eleito naquele primeiro momento. E posteriormente, pós 2º escrutínio, o brigadeiro Hypólito Alves de Araujo teria anunciado que Rocha Pombo não estava eleito. As juntas apuradoras de votos eram de maioria liberal no 2º distrito. Para a *Gazeta Paranaense*, era o conselheiro Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá que estava articulado a formação, “por meios ilícitos”, novamente, da maioria liberal na assembleia provincial.

O exemplo é triste! A reforma eleitoral perdeu o seu prestígio. As garantias que ela dava estão de todo rotas. Hoje, para quem podemos apelar? Os fatos estão mostrando que os desejos do Sr. Saraiva não se poderão realizar, que sua confiança era nula, que o defeito que se procurou corrigir está em seus próprios amigos e nos hábitos de seu partido (*Gazeta Paranaense*, 01/02/1884).

Rocha Pombo também escreve denunciando “os escândalos praticados contra os meus direitos” e de outra fraude ocorrida na Lapa, na qual todos os votos dado a Manoel Alves de Oliveira foram

transferidos para o conselheiro Manoel Alves de Araujo (*Gazeta Paranaense*, 01/02/1884). Mas, de nada adiantou, Rocha Pombo não foi eleito.

Mas, os liberais conseguiram apenas uma maioria apertada nesta assembleia, com treze deputados.

Tabela 5 – 16ª LEGISLATURA 1884-1885

Deputado	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Manoel Alves de Araujo (Pres.)	48	Liberal	Curitiba	Advogado
2. Generoso Marques dos Santos (1º Vice-P.)	40	Liberal	Curitiba	Advogado
3. Emygdio Westphalen (2º Vice-Pres.)	37	Liberal	Curitiba	Advogado
4. José Lourenço de Sá Ribas (1º Sec.)	62	Liberal	Curitiba	Advogado
5. João Manoel Ribeiro Vianna (2º Sec.)	?	Liberal	Antonina	Comerciante
6. Hypólito Alves de Araujo (sup.)	?	Liberal	Palmeira	Fazendeiro, Brigadeiro
7. Padre José Jacintho Linhares (sup.)	44	Liberal	Morretes	Padre, Cônego
8. Domingos Antonio da Cunha	57	Liberal	Campo Largo	Negociante
9. Frederico Guilherme Virmond	56	Liberal	Lapa	Cargos públicos
10. Padre José Antonio de Camargo e Araújo	66	Liberal	Palmeira	Padre
11. Jorge Marcondes de Albuquerque	42	Liberal	Castro	Cargos públicos
12. Luiz Daniel Cleve	51	Liberal	Guarapuava	Cargos públicos
13. Tristão Cardoso de Menezes	?	Liberal	Ponta Grossa	Advogado
14. Benedicto Pereira da Silva Carrão	34	Conservador	Curitiba	Negociante, Jornalista
15. Domingos Ferreira Maciel	54	Conservador	Guarapuava	Cargos públicos

16. João Baptista Lustosa Ribas	?	Conservador	Ponta Grossa	Fazendeiro
17. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho	37	Conservador	Curitiba	Advogado
18. José Gonçalves de Moraes	35	Conservador	Curitiba	Negociante
19. José Justino de Mello	?	Conservador	Antonina	Médico
20. José Pereira dos Santos Andrade	42	Conservador	Curitiba	Advogado
21. Manoel Eufrásio Correia	45	Conservador	Curitiba	Advogado
22. Manoel Francisco Correia Junior	?	Conservador	Paranaguá	Engenheiro

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 11/10/1885.

O núcleo duro desta assembleia legislativa foi composto pelas lideranças liberais, conselheiro Dr. Manoel Alves de Araujo, que também era deputado geral, Dr. Generoso Marques dos Santos, Dr. Emygdio Westphalen e o experiente político Dr. José Lourenço de Sá Ribas. E como 2º secretário, o deputado comendador João Manoel Ribeiro Vianna, genro do comendador José Miró de Freitas, também ex-deputado provincial e líder liberal no litoral. E como suplentes o brigadeiro Hypólito Alves de Araujo e cônego José Jacintho Linhares. Os liberais ficaram os dois anos no comando desta assembleia legislativa, apesar de que no ano 1885 aconteceu a famigerada mudança de Gabinete no Rio de Janeiro com a volta dos conservadores ao poder, no dia 20/08/1885, com a liderança do barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley.

A renovação desta assembleia legislativa contou com oito novos membros. O deputado João Manoel Ribeiro Vianna, que foi eleito ainda para as duas próximas legislaturas. O deputado Dr. Emygdio Westphalen, seu pai era alemão, mas casado com Joanna Francisca, da tradicional família do *título Pereira Braga*, da Lapa (NEGRÃO,

1929, vol.4, p.477). O Dr. Emygdio Westphalen era formado em Direito em São Paulo em 1867, casado em primeiras núpcias com uma neta do ex-deputado Francisco Theresio Porto, da Lapa, irmã do engenheiro e deputado provincial Francisco Theresio Porto (neto), que por sua vez, foi casado com Rita Westphalen, irmã do Dr. Emygdio Westphalen. Em segundas núpcias, Dr. Westphalen casou com a neta do capitão João José Correia de Bittencourt, de Curitiba, pós 1877, ambos de família conservadora¹³. O Dr. Westphalen foi um político importante, com destaque na Revolução federalista em 1894, em que luta em favor dos revoltosos maragatos. O novo deputado Benedito Pereira da Silva Carrão, além da liderança como chefe do jornal conservador *Gazeta Paranaense*, era genro do ex-deputado Antonio Ricardo Lustosa de Andrade e de Gabriela Franco, irmã do falecido brigadeiro Manoel de Oliveira Franco. O jovem deputado engenheiro Manoel Francisco Correia Junior era filho do senador Manoel Francisco Correia e seu avô estava presente na primeira legislatura em 1854. Ele, literalmente, seria o nome mais nítido do processo de continuidade familiar na assembleia legislativa paranaense, com avô, pai e agora filho sendo deputados e ambos com o mesmo nome¹⁴. O novo deputado Domingos Ferreira Maciel, de Guarapuava, também era membro das antigas famílias desta província. O novo deputado José Gonçalves de Moraes era casado com uma neta do sargento mor

13 O Dr. Emygdio Westphalen, porém, diz não ser do partido conservador. E escreve: “Para que, porém, não se me julgue de caráter dúbio em matéria política, declaro que sou da escola democrática-radical, em que me filiei em 1869 e cuja causa muitas vezes defendi pela imprensa” (*Dezenove de Dezembro*, 06/01/1884).

14 Manoel Francisco Correia Junior estava trabalhando, como engenheiro adjunto, na estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, com entrada em 01/07/1881 até 1885 (Rede Ferroviária Federal, S.A., 1985). Em 1885, não consta sua participação nas atividades da assembleia legislativa. Sua eleição foi marcada por denúncias de fraudes eleitorais, por ele não residir oficialmente no Paraná, e que seu trabalho era temporário na estrada de ferro, e de manipulação nas atas eleitorais para favorecer sua vitória. Fato retomado como exemplo em 1888, como denúncia aos conservadores que utilizavam das fraudes para se elegerem (*Dezenove de Dezembro*, 23/05/1888).

Antonio Ricardo dos Santos, o velho. Isto o fazia “parente” dos deputados provinciais, o capitalista Antonio Ricardo dos Santos e de seu filho Dr. José Pereira dos Santos Andrade. E o novo deputado Luiz Daniel Cleve, natural da Dinamarca, veio para o Paraná em cargos públicos e se instalou no interior da província, sendo um sertanista bastante ativo na região de Guarapuava. Aos poucos, muito lentamente, os “estrangeiros” ou “imigrantes” começavam a assumir também os cargos eletivos no Paraná.

Quanto às comissões, para o ano de 1885, acabaram sendo compostas apenas por deputados liberais. Os deputados conservadores ficaram todos como oposição.

Enfim, nesta metade da década de 1880, os conservadores tinham na figura de seu chefe político, Dr. Manoel Eufrásio Correia, a referência de suas práticas políticas, assim como era o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, para com os liberais. Por sua vez, os dois líderes eram bastante criticados pelos seus opositoristas, como se via em um *inediotiral* do jornal *Dezenove de Dezembro*, criticando o Dr. Eufrásio Correia.

Ineditoriais – O Partido Conservador no Paraná

Só no Paraná se vê isto. Elege-se um chefe de partido sem que se formasse um diretório com o concurso dos conservadores e todos os que se denominam tais, com raras exceções, o acompanham e o elogiam: triste papel representam os conservadores do primeiro distrito da província, dando assim provas de que são cegos escravos de qualquer personagem que os queira dirigir. O sr. dr. Manoel Eufrásio Correia é o feliz que goza de todas essas vantagens que um povo menos sensato lhe fornece e que não vê que este cidadão, soberbo, ingrato e ambicioso pretende ser o sultão a quem todos devem por direito obedecer. [...] *Assinado por: O independente (Dezenove de Dezembro, 11/10/1885).*

A instalação da 16ª assembleia legislativa provincial aconteceu dia 15/09/1884 e contou com o discurso de abertura do novo presidente da província do Paraná o Dr. Brazílio Augusto Machado

de Oliveira¹⁵, na qual destacou que, apesar de estar a poucos dias na administração do Paraná, assumindo em 05/06/1884, constatou que a “situação da província era difícil”, principalmente quanto às finanças públicas. De acordo com o jornal oposicionista *Gazeta Paranaense*, o Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira foi uma nomeação sob a influência do liberal Dr. Laurindo Abelardo de Brito, que tinha mudado para São Paulo, pós 1878, e sido nomeado presidente daquela província entre 1879 e 1881 e continuando a residir na capital paulista. O Dr. Laurindo Abelardo de Brito era genro do fazendeiro Manoel Ignácio do Canto e Silva e foi importante político no Paraná na década de 1860, na qual fez parceria política com o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Entretanto, de acordo com o jornal local, mesmo morando em São Paulo, ele ainda tinha influências sobre a província do Paraná na qual ainda moravam seu sogro, cunhados e correligionários políticos liberais. O Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira era professor na Faculdade de Direito de São Paulo e esta foi a única província em que atuou como presidente, voltando às suas atividades catedráticas no ano seguinte, quando saiu do Paraná no dia 21/08/1885.

O fato marcante no final deste ano foi a presença da família imperial no Paraná, na pessoa do conde D’Eu, sua esposa condessa D’Eu (Princesa Isabel) e filhos. No editorial do jornal *Dezenove de Dezembro*, de 29/11/1884, este felicitou a chegada das altezas imperiais em Paranaguá. David Carneiro publica no *Boletim especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense* (1972, p.23-

15 Relatório do Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira, presidente da província do Paraná, por ocasião da abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, no dia 15/09/1884. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1884MFN841.pdf>. Acesso em 15/09/2013. Cf. também, PARANÁ, Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXXI, Curitiba, Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, Praça do General Osório, 1884.

50) o diário da *Princesa Isabel* em sua visita ao Paraná. Em Paranaguá a família real se hospedou na casa do visconde de Nácar, Manoel Antonio Guimarães e de sua esposa Leocádia, chamada pela princesa de “tia do Correia”, referindo-se ao senador Manoel Francisco Correia, que também veio ao encontro da família real em Paranaguá. Percebe-se, pela leitura do diário, bastante proximidade da família real com a família do senador Correia e do visconde de Nácar. E já no dia seguinte, pela estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, quase pronta, a família real transpôs a serra do mar até próximo a Curitiba, junto com toda a comitiva. Diria a princesa Isabel:

Nunca vi, creio, estrada de ferro mais bela, com mais pontos de vista esplêndidos, seguidos dos famosos campos do Paraná, verdadeiros parques ingleses, com seus grandes gramados, com muita florzinha bonita, e os “massifs” formados pelos belos pinheiros. Bem que tivesse ouvido falar muito em tudo isso, a minha expectativa ficou bastante aquém. O viaduto do Presidente Carvalho, os do Taquaral, São João e todos os campos a partir de Piraquara, para não citar mais nada, entusiasmaram-me (*Princesa Isabel, in: CARNEIRO, 1972, p.34*).

Depois, chegaram à capital paranaense, na qual a princesa diria ter gostado muito da cidade; participou de missa, colheu flores, admirou-se de tantos alemães e polacos em Curitiba; comentou sobre a fábrica de mate do Fontana e do Ildefonso Pereira Correia; e terminou citando novamente o senador Manoel Francisco Correia, seu irmão Ildefonso e seu cunhado Agostinho Ermelino de Leão e família; visitaram o Museu de Curitiba e salientou, em seu diário, que o visconde de Nácar, em Paranaguá, “libertou seus onze últimos escravos”. E o promotor de Curitiba, Euclides de Moura também “libertou seu último escravo hoje”. E em Palmeira, “vários membros da família do Alves de Araujo também libertaram seus escravos”. Em Curitiba, ainda, foram ao teatro, ao hospital de caridade, a fábrica de

barricas, a plantações de alemães, a colônia de imigrantes poloneses Abranches, entre muitos outros detalhes interessantes. Quanto à visita à assembleia provincial, diz a princesa, ser o local pequeno, mas com uma “sala de sessões bem arranjada” e quanto à Câmara municipal, “muito acanhada” e a prisão “muito suja, muito desordenada, os presos muito acumulados”. A família real ficou em Curitiba até o dia 07/12/1884.

Depois, a família real foi a Campo Largo, chegando à casa do tenente coronel Domingos Antonio da Cunha, ouvindo missa em sua fazenda Itaquí. De acordo com o jornal *Dezenove de Dezembro*, passaram também pela casa do Dr. Augusto Lobo de Moura e chegaram a Palmeira, na casa do conselheiro Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, na qual destacou, entre outras coisas, que Jesuino Marcondes declarou “ter arranjado mais 52 cartas de liberdade”. A família real ainda foi à Lapa, na qual cita o sogro do Dr. Manoel Alves de Araujo, Sr. David dos Santos Pacheco, barão dos Campos Gerais; depois, partiram para colônia Thomas Coelho distante localidade de Rio Negro, em 10/12/1884; a princesa, de volta a Curitiba, cita agora o comendador Arthur Martins Franco, importante comerciante local; em 13/12/1884 volta a Paranaguá; visita Antonina; cita novamente a hospitalidade do visconde de Nacar e do senador Correia. Parte para Desterro, Santa Catarina, em 15/12/1884.

Durante a visita da família real estavam também marcadas as eleições para dois deputados gerais pelo Paraná, no dia 01/12/1884. Isto agitava toda a província. E o jornal *Dezenove de Dezembro* aproveita o fato da presença da família real para criticar os conservadores, principalmente pelo caráter escravista de seus líderes, provavelmente se referindo ao visconde de Nacar e ao Dr. Manoel Eufrásio Correia. A escravidão no Paraná ainda era visível, apesar de amplos

movimentos em prol da emancipação escrava¹⁶. Em contrapartida, o jornal conservador *Gazeta Paranaense* atacava ferozmente a administração dos liberais no Paraná.

O ano de 1885 iniciou com a expectativa da inauguração da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, que ocorreu oficialmente no dia 02/02/1885.

Mas, o interessante para este trabalho foi observar as divisões políticas neste momento impar da sociedade paranaense e brasileira.

Como visto, desde novembro de 1884, a estrada de ferro já chegava ao planalto curitibano. Com isto, no dia 19/12/1884, quando o Paraná festejava 31 anos como província, os conservadores fizeram uma “pré-inauguração” da estrada de ferro, com a chegada da 1ª locomotiva a Curitiba.

Estrada de Ferro – Ante-ontem [19/12/1884] às 5h30min. da tarde chegou à estação desta capital a primeira locomotiva, tendo sido recebida por uma girândola de foguetes, bombas etc. etc. Num dos wagons, veio S. Ex. o Dr. chefe de polícia, que, convidado pelos engenheiros da estrada de ferro, embarcou no Passo do Meio. [...] Vieram de Paranaguá os Exmos. Srs. Conselheiro Corrêa [Manoel Francisco Correia, Senador], visconde de Nacar [Manoel Antonio Guimarães] e grande número de pessoas gradas daquela localidade. E de Morretes, uma comissão composta dos Srs. comendador Joaquim José Alves, cônego Linhares, capitão Lessa, capitão Bazilio da Cunha, Gabriel Pinto da Silva e Christiano Frederico Salmer, que se fizeram acompanhar da banda de música daquela cidade, dirigida pelo professor Manoel Adriano (Dezenove de Dezembro, 21/12/1884).

Esta “pré-inauguração”, foi realizada porque os conservadores sabiam que não iriam participar ativamente da inauguração oficial

16 Continuavam as manumissões no Paraná, publicadas pelos jornais locais. Como exemplo, o grande fazendeiro e político Manoel Ignácio do Canto e Silva irá libertar 23 escravos neste ano de 1885 e seu genro Bonifácio José Baptista, mais quatro escravos. E surge em Curitiba o *Club Abolicionista Paranaense* (Dezenove de Dezembro, 20/01/1885). Em fevereiro de 1885 o clube já contava com 244 sócios.

do dia 02/02/1885. E, afinal, foram os conservadores que conseguiram que a estrada de ferro iniciasse em Paranaguá, e não Antonina, como queriam os liberais, a partir do projeto do engenheiro Antonio Rebouças.

Quanto a inauguração oficial da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, no dia 02/02/1885, o jornal oficial *Dezenove de Dezembro* (04/02/1885 e 05/02/1885) descreveu-a de forma muito empolgante, ressaltando o progresso da província do Paraná e o respeito que o Brasil alcançava frente às “nações civilizadas” com esta monumental obra de engenharia. E ainda destacava as presenças das comitivas vindas da Corte do Rio de Janeiro para os festejos deste dia, que contava com os chefes liberais nacionais, como o senador Pedro Leão Vellozo Filho, o visconde de Sinimbu (João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu), o visconde de Paranaguá (João Lustosa da Cunha Paranaguá) e o ministro da Agricultura (Antonio Carneiro da Rocha). O senador pelo Paraná, conselheiro Manoel Francisco Correia e família, do partido conservador, também estava presente (apesar de, como dito, esta não ser uma festa para os conservadores). E demais autoridades e familiares, inclusive diplomatas e jornalistas do exterior. E, quanto aos representantes liberais desta província estavam esperando em Paranaguá, o presidente Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira, o conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e o conselheiro Manoel Alves de Araujo. Em Curitiba esperavam as comitivas o Dr. Generoso Marques dos Santos, entre outros. Destacavam-se, também, nesta inauguração o engenheiro chefe da ferrovia, o mineiro Dr. João Teixeira Soares e demais engenheiros e chefes da empresa francesa *Compagnie Générale de Chemins de Fers Brésiliens*, responsáveis pela obra. Os conservadores, entretanto, se fizeram presentes na recepção em Paranaguá, na pessoa do visconde de Nacar e de seu neto, Arthur Ferreira de Abreu, presidente da câmara desta cidade.

Após a acolhida formal das autoridades em Paranaguá, a presença da população local, os fogos, a viagem inaugural de trem iniciou com os convidados, e contou “hurras” na passagem do viaduto Carvalho e dos túneis sob as rochas, admiração pela ponte São João, parada para almoço requintado na serra do Cadeado, e parada na estação de Piraquara. E em Curitiba, as festas terminaram com jantar e um suntuoso baile, e com muitos “vivas” às autoridades presentes, mas, sem a presença dos conservadores, apenas sendo citado o presidente da câmara de Paranaguá, Arthur Ferreira de Abreu.

Enfim, a inauguração desta linha férrea foi uma conquista de todos os paranaenses e seus políticos, liberais e conservadores, entretanto, devido à linha ter partido da cidade de Paranaguá, esta foi uma vitória conservadora da família Guimarães Correia.

Apesar da festa de inauguração, com a presença de aproximadamente três mil pessoas na plataforma de chegada em Curitiba (*Gazeta Paranaense*, 14/02/1885), aconteceu, também, o protesto dos carroceiros em atividade de transporte de cargas, principalmente os carregadores de erva-mate da estrada da Graciosa (Rede Ferroviária Federal, S.A., 1985). O próprio jornal *Dezenove de Dezembro* aproveita o momento para solicitar do governo imperial maior atenção ao nosso principal produto, a erva-mate.

O jornal opositor *Gazeta Paranaense* (14/02/1885), apesar de destacar o fato da inauguração da estrada de ferro como positivo, não perdeu a oportunidade para fazer duras críticas ao presidente da província Dr. Brazílio Machado e aos vereadores liberais de Curitiba, em especial ao Dr. Emydgio Westphalen, presidente da câmara desta capital e Augusto Stellfeld, que apesar de anfitriões da festa, “não a prepararam dignamente”.

O presidente da província, Dr. Brazílio Machado convocou a assembleia legislativa provincial para se reunir de forma extraordi-

nária de 9 a 24 de junho de 1885, para resolver questões do estado financeiro da província, em especial sobre uma representação dos industriais da erva-mate que pediam menos impostos sobre o produto, e assim enfrentar as regras propostas na Argentina que barrava a erva-mate beneficiada no Brasil. Mas os deputados conservadores, liderados pelo Dr. Manoel Eufrásio Correia boicotaram a reunião, não proporcionando o quórum necessário para que a sessão extraordinária fosse aberta, conforme manifesto dos deputados liberais (*Dezenove de Dezembro*, 01/07/1885). Oficialmente, a assembleia legislativa do Paraná iria se reunir apenas no início de outubro.

Mas, de opositores, que eram os conservadores logo voltaram a ser “situação”, com a queda do gabinete liberal em 20/08/1885. Assume, então, o Gabinete conservador liderado pelo barão de Cote-gipe, João Mauricio Wanderley e ficaria até 10/03/1888, num longo gabinete, com mais de dois anos de duração. Os conservadores terão ainda mais um Gabinete, liderado por João Alfredo Correia de Oliveira, de 10/03/1888 a 07/06/1889, quando retornam os liberais ao poder, no curto espaço de tempo até a proclamação da República em 15/11/1889.

A volta do Gabinete conservador no Rio de Janeiro e as “derrubadas” no Paraná

A troca de gabinete no Rio de Janeiro, e com isto a volta dos conservadores ao poder, trouxe os “traumas” próprios destas mudanças, como se verá a seguir.

O presidente da província do Paraná, Dr. Brazílio Augusto Machado de Oliveira deixa o cargo, assumindo em seu lugar inteiramente o vice-presidente comendador Antonio Alves de Araujo, até a nomeação do 1º vice-presidente, conservador, o paranaense Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, que assumirá o poder a par-

tir de 09/09/1885 até a chegada do próximo presidente, Dr. Alfredo D'escragnolle Taunay, a partir de 29/09/1885. O Dr. Faria Sobrinho seria uma nomeação por indicação do Dr. Manoel Eufrázio Correia, seu amigo e chefe (*Dezenove de Dezembro*, 06/09/1885).

Com esta mudança de governo, o jornal *Dezenove de Dezembro*, pela primeira vez, passa a ser uma publicação exclusiva de um partido político, o liberal, numa junção com outro jornal liberal, *Província do Paraná*, de José Ferreira Pinheiro.

Com a mudança de gabinete no Rio de Janeiro e a mudança do presidente da província do Paraná, começa, então, a troca dos cargos públicos, agora para os membros do partido conservador. Em artigo com o título *A derrubada*, o jornal *Dezenove de Dezembro* comenta que “o governo conservador não pode desmentir as suas tradições de violento e brutalmente intolerante” e que o 1º vice-presidente desta província, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, já no primeiro dia de seu mandato, em 09/09/1885, começava a *derrubada*, a princípio de nove funcionários públicos, substituindo-os por conservadores. “Por quê?” pergunta-se o jornal. E, responde: “Vingança ou necessidade de abrir vagas para acomodar os famintos por empregos. Não há outro” (*Dezenove de Dezembro*, 10/09/1885). O jornal foi publicando as exonerações e as nomeações do novo governo conservador, bem como denunciando a “perseguição política aos liberais”, e o “escandaloso *nepotismo*, que atrofia as mais legítimas aspirações da capacidade e do caráter cívico” (*Dezenove de Dezembro*, 11/09/1885), bem como, a *corrupção*, “o pior dos males que pode contaminar o corpo social”, “a corrupção decompõe o caráter de um homem” e que o atual governo, por seus atos de “demissões e nomeações, feitas a esmo, [...], unicamente porque aqueles são adversários e estes correligionários políticos” fazem da atual administração um governo “corruptor e corrompido”; no quarto dia da administração

do Dr. Faria Sobrinho já se tinha substituído 41 funcionários (*Dezenove de Dezembro*, 18/09/1885), chegando ao total de 67 funcionários demitidos e substituídos¹⁷. Estes atos eram criticados na Câmara geral no Rio de Janeiro pelo opositor deputado geral Dr. Manoel Alves de Araujo, mas eram defendidos pelo deputado geral Dr. Manoel Eufrásio Correia, para o qual “a administração pública, não pode ser dirigida pelas palavras, pelo pensamento, pelas insinuações, pelos interesses de seus adversários. Toda a situação que sobe, todo governo que se quer manter, tem necessidade de cercar-se de agentes de sua confiança” (*Dezenove de Dezembro*, 22/09/1885).

Enfim, após o curto e intenso governo do Dr. Faria Sobrinho, de 20 dias, toma posse o novo presidente da província do Paraná, Dr. Alfredo D'escragnonle Taunay, em 29/09/1885, com a expectativa de todos de ser ele um bom governante, afinal eram reconhecidas as suas qualidades enquanto engenheiro militar, combatente na guerra do Paraguai, deputado geral por Goiás, presidente da província de Santa Catarina e, depois, seu deputado geral, e escritor reconhecido, principalmente pelas obras *Retirada de Laguna* (1871) e *Inocência* (1872), além de membro de tradicionais famílias cariocas. Mas, por ter sido presidente e representante de Santa Catarina, havia a dúvida de como ele iria se portar quanto ao tema polêmico das divisas territoriais entre estas duas províncias, ainda não estabelecidas. Dr. Taunay era do partido conservador e já no ano de 1886 deixará a presidência do Paraná por ter sido eleito senador por Santa Catarina.

Quanto à assembleia legislativa provincial, a primeira reunião preparatória foi no dia 29/09/1885, porém, devido a ausência de

¹⁷ De acordo com o jornal *Dezenove de Dezembro* (01/10/1885) teriam sido 67 funcionários demitidos e substituídos por novos, na curta administração do Dr. Faria Sobrinho, de 20 dias (09/09/1885 a 29/09/1885). Entretanto, para o jornal local, os novos funcionários eram gratos ao Dr. Manoel Eufrásio Correia, para o qual o Dr. Faria Sobrinho obedecia cegamente.

muitos deputados, não houve quórum. Todos os dias os deputados liberais buscavam abrir a 2ª sessão deste ano, porém, os deputados conservadores não compareciam às sessões preparatórias, isto, de acordo com o jornal oposicionista, esperando a chegada do deputado Dr. Manoel Eufrásio Correia, que se encontrava fora de Curitiba. E, efetivamente, já com a presença do Dr. Eufrásio Correia, os trabalhos legislativos foram iniciados em 09/10/1885 com abertura do presidente da província do Paraná, Dr. Taunay.

Como a assembleia legislativa do Paraná possuía uma maioria liberal, eles procuraram se impor sobre o processo legislativo, mesmo com os boicotes dos conservadores. E, as primeiras discussões, lideradas pelo deputado Dr. Generoso Marques dos Santos, giraram, como deveria ser, em torno das demissões provocadas pelo Dr. Faria Sobrinho, que também era deputado provincial. De acordo com Generoso Marques, agora poderiam discutir “face a face com sua excelência neste recinto” a “famosa *derrubada*, que acaba de imortalizá-lo”. O Dr. Faria Sobrinho dizia “estar pronto para esta discussão” (*Dezenove de Dezembro*, 14/10/1885). A discussão é bastante longa, na qual monopolizam o debate o ataque do Dr. Generoso Marques e as defesas do Dr. Faria Sobrinho e do Dr. Eufrásio Correia.

Esta assembleia legislativa encerrou seus trabalhos em 09/12/1885. E de acordo com o presidente Dr. Taunay, a lei do orçamento provincial foi vetada, ficando, assim, o orçamento para 1886 o mesmo do ano vigente; enfim, sempre quando havia mudanças no ministério no Rio de Janeiro, no meio de uma assembleia legislativa “oposicionista”, acaba-se não se chegando a um consenso sobre temas importantes, como o orçamento.

Também foi publicado o discurso de encerramento do presidente da assembleia legislativa, Dr. Manoel Alves de Araujo, no qual destacou o desenvolvimento que o Paraná alcançou nestes últimos

tempos, graças, também, ao trabalho do poder legislativo (*Dezenove de Dezembro*, 3 e 5/01/1886). O Paraná, abriu-se para o elemento estrangeiro, consolidando suas estradas, ampliando sua economia e tendo na erva-mate seu principal produto de exportação.

E no ano de 1885 começou a se destacar como escritor, advogado e orador o jovem Dr. Vicente Machado da Silva Lima, pelo partido liberal. Ele foi eleito para as próximas assembleias legislativas, dando início a sua carreira política propriamente dita, e que terá muito destaque na época republicana, sendo ele seu principal líder, até seu precoce falecimento em 1907.

19ª e 20ª Assembleia Legislativa Geral, Rio de Janeiro, 1885 e a de 1886 a 1889

A eleição para deputado geral aconteceu no dia 01/12/1884, num período bastante agitado no Paraná, na qual acontecia a fase final da construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba, a presença da família real na província, alforria de escravos e primeiras discussões republicanas.

Pelo partido conservador foram lançados os candidatos, pelo 1º distrito, Dr. Manoel Eufrásio Correia, pelo 2º distrito, o Dr. Francisco Therezio Porto. E temas polêmicos foram alvos das discussões nesta eleição, como a abolição da escravatura e o casamento civil, bandeiras dos liberais. O Dr. Manoel Eufrásio Correia diz ser a favor da emancipação dos escravos, inclusive emancipando seus últimos cativos em 1884, mas defende que a emancipação destes, quando não forem por ato espontâneo de seus possuidores, deve acontecer por meio de indenização a seus proprietários. Diz Eufrásio Correia, “só compreendo a libertação por meio da indenização real devida aos que, à sombra da lei, possuem tal propriedade” (*Dezenove de Dezembro*, 07/10/1884). Esta postura será bastante criticada pelos seus opo-

sitores. Mas, apesar do ataque ao Dr. Eufrásio Correia quanto a sua posição escravista, isso não significa que os liberais não possuíssem mais escravos. Por ocasião da vinda de conde D'Eu e princesa Isabel, como visto, os liberais da família Marcondes, por exemplo, alforriaram seus cativos (Cf. *Dezenove de Dezembro*, 12/12/1884).

A família Marcondes e Sá e muitos fazendeiros da região dos Campos gerais libertaram seus escravos, como o brigadeiro Hypólito Alves de Araujo, padre Camargo, Pedro Ferreira Maciel, barão de Guaraúna, entre outros.

Pelo partido liberal foram lançados os candidatos a deputado geral, pelo 1º distrito, Dr. Generoso Marques dos Santos, e pelo 2º distrito, Dr. Manoel Alves de Araujo.

O Dr. Manoel Alves de Araujo, na legislatura passada, além de deputado geral, chegou a ministro da agricultura, presidente da assembleia legislativa geral e conselheiro do Imperador, enfim, conquistando os principais cargos da elite imperial. Ele volta como candidato a deputado geral e publica no jornal *Dezenove de Dezembro* (25/10/1884) todas as suas ações em prol do Paraná, como deputado e ministro¹⁸. Pelo 2º distrito, sua vitória será fácil, pois o engenheiro Dr. Francisco Therezio Porto não possui força suficiente para mobilizar os votos desta região.

Entretanto, no 1º distrito, esta será uma eleição bastante acirrada, pois disputam dois chefes importantes dos partidos políticos, Dr. Generoso Marques dos Santos e Dr. Manoel Eufrásio Correia. Os jornais partidários locais atacaram ferozmente ambos os candidatos, buscando trazer a tona os “erros” destes dois indivíduos.

18 Estes discursos do deputado geral Manoel Alves de Araujo, reforçam a tese de Miriam DOLHNIKOFF (2005, p.286) de que “as elites provinciais participavam do jogo político nacional por meio de sua representação no parlamento, onde negociavam suas demandas específicas ao mesmo tempo em que participavam de decisões cruciais referentes ao funcionamento do Estado, como a elaboração do orçamento, a fixação dos efetivos militares, etc.”

Tabela 6 – Deputado Geral, 19ª Legislatura (1885)

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Eufrásio Correia (1º Distrito)	Conservador	508	Curitiba	Advogado
Dr. Generoso Marques dos Santos (1º Distrito)	Liberal	475	Curitiba	Advogado
2. Dr. Manoel Alves de Araujo (2º Distrito)	Liberal	716	Curitiba	Advogado
Dr. Francisco Therezio Porto (2º Distrito)	Conservador	220	Lapa	Engenheiro

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 03/12/1884 e 21/12/1884.

Por ocasião da vitória do Dr. Manoel Eufrásio Correia, o jornal *Dezenove de Dezembro*, em seu editorial fez duras críticas a este resultado:

A vitória do *candidato escravagista*, verificada pelo resultado das urnas, é o rebaixamento da província no conceito de que goza, é o entorpecimento de sua marcha, é o consentimento a que o Sr. [Manoel Eufrásio] Correia, *vá como procurador do seu sogro* [Manoel Antonio Guimarães], pleitear no parlamento nacional a indenização dos míseros africanos roubados em sua liberdade pelo interesse descomedido do *ousado contrabandista*, hoje acobertado por um título de nobreza [Visconde de Nácar]! Cubram-se de luto os patriotas... (*Dezenove de Dezembro*, 03/12/1884 - grifo do autor).

O jornal chamou o Dr. Eufrásio Correia de “candidato escravagista” e seu sogro, o visconde de Nácar, Manoel Antonio Guimarães, de “ousado contrabandista”, provavelmente se referindo ao contrabando de escravos que existia, em especial, antes de 1850, na qual Paranaguá era rota¹⁹.

¹⁹ O contrabando de escravos era algo bastante constante na baía de Paranaguá, até sua proibição total no Brasil, pós a lei Euzébio de Queiroz, de 04/09/1850. O tráfico de escravos acontecia em Paranaguá devido à conivência de suas autoridades, possivelmente também interessadas nos altos lucros que este comércio produzia. O fato acontecido chamado “incidente Cormoran”, na qual o navio inglês Cormoran entrou na baía de Paranaguá para aprisionar quatro navios que seriam “negreiros”, muitos de

Enfim, para os opositores, o Paraná teria eleito o Dr. Eufrásio Correia como “procurador escravocrata” no parlamento nacional. E no artigo de Floriano de Castro Lavôr, no mesmo jornal, comenta o “beija mão” que o Dr. Eufrásio Correia iria dar à princesa Isabel, por ocasião de sua visita em Curitiba, como exemplo do beijo de Judas a Cristo, afinal, haveria neste beijo a contradição de alguém que apoia a escravidão frente a uma governante que vinha sendo a expressão da libertação dos escravos no Brasil. Enfim, eram as duras críticas aos vencedores desta eleição, por parte dos opositores derrotados no 1º distrito. O Dr. Generoso Marques ainda tentará contestar o resultado da eleição, principalmente em Paranaguá e Guaratuba, alegando adulteração de resultados, mas quem será empossado deputado geral será, mesmo, o Dr. Manoel Eufrásio Correia.

A abertura da 1ª sessão desta 19ª assembleia geral foi de caráter extraordinário e ocorreu dia 08/03/1885, pelo Imperador D. Pedro II, na qual destacou a viagem do conde d’Eu e sua filha princesa Isabel, às províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul, na qual foram bem acolhidos. E que a presente sessão extraordinária se faz necessária “a cerca do projeto que o governo julga útil à extinção gradual da escravidão em nossa pátria” (*Dezenove de Dezembro*, 10/03/1885). Esta sessão foi encerrada em 20/05/1885, na qual aconteceu simultaneamente a abertura da 1ª sessão oficial da mesma 19ª legislatura geral, por D. Pedro II, que continuou a pedir aos deputados empenho na solução da escravidão, sem prejuízo para a lavoura e às finanças públicas (*Dezenove de Dezembro*, 22/05/1885). Entretanto, a 19ª legislatura, por ocasião da mudança de gabinete em 20/08/1885, destituindo os liberais e

propriedades de negociantes locais, em 01/07/1850, provocou uma reação quase que espontânea daqueles que foram prejudicados pelo incidente (CARNEIRO, 1950). Neste episódio em 1850 era coronel da guarda nacional em Paranaguá o próprio Manoel Antonio Guimarães.

voltando ao poder os conservadores, foi dissolvida em 26/09/1885, tendo de ser realizada nova eleição para deputado geral, e no Paraná foi convocada para o dia 15/01/1886, elegendo assim a 20ª legislatura geral para os anos de 1886 a 1889, última do período imperial.

Os candidatos eram os mesmos da eleição anterior, bem como seus vencedores.

Tabela 7 – Deputado Geral, 20ª Legislatura (1886-1889)

Deputado geral	Partido	Votos	Residência	Profissão
1. Dr. Manoel Eufrásio Correia (1º Distrito)	Conservador	626	Curitiba	Advogado
Dr. Generoso Marques dos Santos (1º Distrito)	Liberal	432	Curitiba	Advogado
2. Dr. Manoel Alves de Araujo (2º Distrito)	Liberal	600	Antonina	Advogado
Dr. Francisco Therezio Porto (2º Distrito)	Conservador	375	Lapa	Engenheiro

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 31/01/1886.

O jornal *Dezenove de Dezembro* publica o agradecimento do Dr. Generoso Marques dos Santos pelos votos recebidos no 1º distrito. Mas, a vitória foi do Dr. Manoel Eufrásio Correia, na qual o periódico aproveitou para apontar as fraudes que ocorreram durante o pleito.

A fraude se denuncia pela compressão, pelas ameaças, pelas promessas impossíveis a um governo sério, pela fome com que se ameaçou a uns, levando ao centro da família a dúvida do desespero, pelo engodo com que se satisfará a outros, que, mais infelizes, terão a decepção, encoberta ainda por tênue véu (*Dezenove de Dezembro*, 20/01/1886).

A força do chefe conservador, Dr. Manoel Eufrásio Correia, se impôs ao processo eleitoral, bem como no 2º distrito, a força do

chefe liberal, Dr. Jesuino Marcondes, com a vitória de seu cunhado conselheiro Dr. Manoel Alves de Araujo.

A 20ª Legislatura iniciou em maio de 1886. E foi uma legislatura em que já havia alguns deputados eleitos pelo partido republicano. Mas, no ano de 1889, a legislatura foi aberta por D. Pedro II, no dia 03/05/1889, que dizia que “a situação interna [do Brasil] é próspera em geral, e gozamos de tranquilidade” (*Dezenove de Dezembro*, 04/05/1889). Mas, em novembro deste mesmo ano, a monarquia iria cair.

Lembrando que os dois representantes paranaenses, apesar de serem oposição no governo, serem líderes políticos de seus partidos, agora eram, ambos, tios dos três filhos de Antonio Alves de Araujo e de Francisca Correia.

Composição da 17ª Assembleia Legislativa Provincial, 1886 e 1887

A eleição para deputado provincial no Paraná foi convocada para 16/11/1886.

Tabela 8 – 17ª LEGISLATURA 1886-1887

Deputado	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Conselheiro Manoel Alves de Araujo	50	Liberal	Antonina	Advogado
2. Dr. Generoso Marques dos Santos	42	Liberal	Curitiba	Advogado
3. Dr. José Lourenço de Sá Ribas	64	Liberal	Curitiba	Advogado
4. Comendador João Manoel Ribeiro Vianna	?	Liberal	Antonina	Comerciante
5. Dr. Emygdio Westphalen	39	Liberal	Curitiba	Advogado
6. Tristão Cardoso de Menezes	?	Liberal	Ponta Grossa	Advogado
7. Padre José Jacintho Linhares	46	Liberal	Morretes	Padre

8. João Tobias Pinto Rebello	42	Liberal	Curitiba	Negociante
9. Domingos Antonio da Cunha	59	Liberal	Campo Largo	Negociante
10. Padre José Antonio de Camargo e Araújo	68	Liberal	Palmeira	Padre, Fazendeiro
11. Pedro Lustosa de Siqueira	51	Liberal	Guarapuava	Fazendeiro
12. Dr. Vicente Machado da Silva Lima	26	Liberal	Ponta Grossa	Advogado
13. Adolpho Hurlemann	38	Conservador	Paranaguá	Comerciante
14. Damaso Corrêa Ribas	?	Conservador	Ponta Grossa	Fazendeiro
15. Dr. Francisco Theresio Porto	37	Conservador	Lapa	Engenheiro
16. João Eugênio Gonçalves Marques	31	Conservador	Paranaguá	Industrial
17. José Francisco da Rocha Pombo	29	Conservador	Curitiba	Professor, Jornalista
18. José Mathias Muller	?	Conservador	Campo Largo	Fazendeiro
19. José Ribeiro de Macedo	46	Conservador	Porto de Cima	Industrial erva-mate
20. Dr. Manoel Eufrásio Correia	47	Conservador	Curitiba	Advogado
21. Mathias Taborda Ribas	53	Conservador	Curitiba	Industrial erva-mate
22. Prescilliano da Silva Correia	37	Conservador	Paranaguá	Negociante

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, várias edições, 1886/1887.

Apesar de ser um governo conservador foram eleitos doze deputados liberais e dez deputados conservadores, fato inédito na qual um governo, no caso do Dr. Taunay e do Dr. Faria Sobrinho, e mais a forte liderança do Dr. Eufrásio Correia, não terem conseguido eleger a maioria na assembleia legislativa. Era também reflexo da *Lei Saraiva* que, independente do Gabinete de governo no Rio de Janeiro,

todos os *eleitores* inscritos poderiam votar independente do partido político a que pertenciam ou simpatizavam.

Logicamente, a presidência desta câmara ficou com o conselheiro Manoel Alves de Araujo, que também tinha sido eleito deputado geral; a vice-presidência com o Dr. Generoso Marques dos Santos, que a cada legislatura vinha se destacando enquanto político e liderança local; a 1ª secretaria com o veterano Dr. José Lourenço de Sá Ribas, já com 64 anos de idade, que junto com o padre Camargo, de 68 anos, eram os mais idosos na assembleia legislativa e atuantes legisladores desde a década de 1850; e a 2ª secretaria com o comendador João Manoel Ribeiro Vianna; e suplentes da secretaria, Dr. Tristão Cardoso de Menezes, cônego José Jacintho Linhares e João Tobias Pinto Rebello; como se vê, o núcleo duro da assembleia legislativa ficava sempre nas mãos de tradicionais líderes políticos e familiares. Se acaso o partido conservador tivesse alcançado a maioria, certamente o presidente seria o Dr. Manoel Eufrásio Correia, que também tinha sido eleito deputado geral. Ligado ao Dr. Eufrásio Correia, mas derrotado na eleição para deputado geral, estava o deputado provincial engenheiro Francisco Theresio Porto, da Lapa.

Nesta legislatura são eleitos nove novos deputados, sendo seis conservadores e três liberais. Os conservadores são o deputado Damaso Corrêa Ribas, sobrinho do padre Damaso José Correia e de Francisco José Correia, presentes nas primeiras legislaturas paranaenses. O deputado João Eugênio Gonçalves Marques, por casamento, incorporou-se à importante família *Rodrigues de França*. O deputado José Francisco da Rocha Pombo, natural de Morretes, professor, escritor, que por fraudes eleitorais não foi eleito na legislatura passada, agora consegue uma vaga na câmara legislativa provincial. Ele que casou com Carmelita Madureira, em 1883, de importante família de fazendeiros em Castro, local em que ele estava residindo e lhe possi-

bilitou a candidatura a deputado provincial. O deputado José Ribeiro de Macedo era irmão do ex-deputado provincial, coronel Antonio Ribeiro de Macedo, ambos ervateiros do litoral, em Porto de Cima. O deputado Prescilliano da Silva Correia, negociante em Paranaguá, era da tradicional família Correia do litoral, casado com a filha de Manoel Ricardo do Nascimento, que era filho de Antonio Ricardo dos Santos, o velho. O deputado Adolpho Hurllemann, eleito em 2º escrutínio, era um estrangeiro, natural da Suíça, que conseguiu vencer esta eleição porque o ex-deputado provincial e de tradicional família, Joaquim José Bellarmino Bittencourt e o comendador Ildefonso Pereira Correia, seus dois concorrentes diretos para o 2º escrutínio, teriam desistido deste pleito. Hurllemann seria mais um estrangeiro a ser eleito deputado provincial no Paraná.

Os três novos deputados liberais foram João Tobias Pinto Rebello, eleito em 2º escrutínio, negociante em Curitiba, de tradicional família e casado com Virgínea de Macedo, sobrinha do deputado conservador José Ribeiro de Macedo. O deputado João Tobias e o deputado Mathias Tabora Ribas eram bisnetos do sargento mor de Curitiba, Ignácio Lustosa de Andrade. O deputado Pedro Lustosa de Siqueira, também era de tradicional família, *título Rodrigues de França*, sobrinho do coronel Pedro de Siqueira Cortes, desbravador de Palmas. E o Dr. Vicente Machado da Silva Lima, também de tradicional família paranaense, seus tios já foram deputados, como Francisco Ferrer Pinheiro e mesmo o padre Agostinho Machado Lima. Dr. Vicente Machado, jovem e talentoso advogado, irá se destacar como político paranaense, principalmente a partir deste mandato²⁰.

20 Por ocasião do encerramento das atividades da 17ª legislatura paranaense, uma nota do jornal liberal elogia o Dr. Vicente Machado: “Regressou hoje [04/04/1887], com sua Exma. família, para a cidade de Ponta Grossa, onde reside, o nosso distinto amigo o Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, digno deputado provincial pelo 2º distrito. Na legislatura que está a findar, a província, que já conhecia o vigor do talento e

E, por fim, o deputado Domingos Antonio da Cunha, com 59 anos, de Campo Largo, membro da família Guimarães dos Campos Gerais, continuava sendo eleito em todas os pleitos desta década de 1880.

Em relação aos membros das comissões na assembleia legislativa, a divisão entre os partidos políticos provocou com que os conservadores votassem todos em branco, assim como na legislatura anterior, ficando apenas os liberais nestes cargos.

Antes da abertura da 1ª sessão da assembleia legislativa, que aconteceu apenas em 30/10/1886, o clima político na província no ano de 1886 foi bastante tenso, principalmente porque os conservadores tinham perdido a maioria na assembleia local e teria eleições municipais em julho.

Destaca-se, também, a organização do partido republicano para as eleições municipais, porém, ainda de forma bastante fragilizada²¹.

No dia 02/05/1886, o presidente da província do Paraná, Dr. Taunay, inaugurou o Passeio Público de Curitiba, marco do espaço urbano da capital. Porém, no outro dia, 03/05/1886, deixava a presidência do Paraná para assumir o cargo de senador pela província de Santa Catarina. Assume em seu lugar o paranaense e 1º vice-presi-

a vasta erudição literária deste jovem paranaense, nas lutas da imprensa, teve ocasião de apreciar a eloquência e a energia da sua palavra nas justas da tribuna. Ornado de tais dotes, o hábil representante do 2º distrito prestou na legislatura que vai findar relevantes serviços à província e ao partido liberal, que aplaude a sua conduta correta no desempenho do honroso mandato que recebeu de seus correligionários. Boa viagem!" (*Dezenove de Dezembro*, 04/04/1887).

21 O partido republicano buscava se organizar em Curitiba convocando reunião em 16/05/1886. Possuía um clube próprio e o objetivo era organizar-se para as eleições municipais que seriam realizadas em 01/07/1886. O partido republicano terá uma vitória importante em Paranguá, com Fernando Simas, redator do jornal *Livre Paraná*. Em Curitiba, o republicano, engenheiro, Dr. Eduardo Mendes Gonçalves, quase será eleito vereador. Outros republicanos começam a se destacar na capital paranaense, como Emiliano Pernetta e Álvaro Ramos.

dente, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, que já tinha governado o Paraná no curto espaço de tempo, em setembro de 1885. Ele, entretanto, será nomeado presidente, sendo o segundo paranaense a assumir este cargo. A nomeação do Dr. Faria Sobrinho foi um golpe político nos liberais que tanto o criticaram no seu curto mandato passado. Liberais e conservadores foram vencendo pequenas batalhas diárias na arena política local.

Aconteceu também a fundação da *Arcádia Paranaense*, no dia 19/dez/1886, uma sociedade de caráter científico-literário para estudar e celebrar as grandezas do Paraná.

Mas, um dos fatos que mais polêmica provocou na província foi a remoção do juiz de direito de São José dos Pinhais, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior para a comarca de Santa Christina do Pinhal, Rio Grande do Sul. O jornal oposicionista denunciou tal ato como “ilegal, injusto e escandaloso”, pois este não tinha sido um pedido do Dr. Mota Junior, que estava no cargo desde 1878. O jornal faz, então, duras críticas ao “mentor” deste ato, Dr. Manoel Eufrásio Correia, dizendo que o Dr. Mota Junior foi transferido por claros motivos políticos; neste sentido, o jornal chama os “srs. Correias” de “dominadores da província”, principalmente pós mudança de gabinete no Rio de Janeiro, em que os conservadores voltaram ao poder em 20/07/1885. E que, “o sr. Manoel Eufrásio denuncia no seu satânico riso a satisfação de sua vaidade farisaica” (*Dezenove de Dezembro*, 05/07/1886), principalmente ao conseguir esta transferência. O irmão do Dr. Mota Junior, o Dr. Theodosio Silveira da Mota, do Rio de Janeiro, também criticou esta transferência forçada.

Como já disse, desde a notícia da formação deste ministério que meu irmão foi ameaçado, expedindo o Sr. Manoel Eufrásio um telegrama exigindo a remoção daquele.

Agora a razão: O Sr. deputado Manoel Eufrásio precisa em S. José [dos Pinhais] de um juiz que trabalhe em eleições e que exclua da

qualificação os seus desafeiçoados que são em grande número, e é certo que meu irmão não se presta a isto, do mesmo modo que como juiz se esquece de que como cidadão, e mantendo os bons princípios, envidaria esforços para evitar a cultura de parasitas que só vegetam à custa dos cofres públicos. (*Dezenove de Dezembro*, 06/07/1886).

Independente dos protestos e inclusive recorrendo contra tal ato administrativo, o Dr. Mota Junior acabou tendo de assumir seu cargo em Santa Christina do Pinhal, Rio Grande do Sul.

Por fim, a instalação da 17ª assembleia legislativa provincial aconteceu apenas no final do ano, tendo ainda sido adiado seu início de 30/09/1886 para 30/10/1886. Parece que os conservadores não queriam que a reunião acontecesse. Mas, por ocasião de sua abertura contou com o discurso do presidente da província do Paraná, o conservador, paranaense, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho²², tão criticado pelo jornal liberal. O Dr. Faria Sobrinho teria de enfrentar uma assembleia legislativa de maioria liberal.

O segundo ano desta assembleia legislativa provincial foi retomado em 17/02/1887, praticamente um mês e meio após o término da 1ª sessão, com a abertura, novamente, do presidente da província, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho²³. E se encerrou em 17/04/1887, com o discurso do vice-presidente desta assembleia, Dr. Generoso Marques dos Santos, devido à ausência do Dr. Manoel Alves de Araujo.

22 Relatório do Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, presidente da província do Paraná, por ocasião da abertura da 1ª sessão da 17ª legislatura, no dia 30/10/1886. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1886_b_p.pdf. Acesso em 15/09/2013. Cf. também, PARANÁ, Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Paraná, Tomo XXXIII, Curytiba, Typ. Perseverança de J. F. Pinheiro, Praça do General Osório, 1886.

23 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 17/02/1887, pelo Presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Curitiba, Typ. da “Gazeta Paranaense”, 1887. Disponível em: www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1887_p.pdf. Acesso em 15/09/2013.

O jornal oposicionista liberal *Dezenove de Dezembro* (18/05/1887) ao fazer uma avaliação de um ano do governo do paranaense Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, volta a criticar veementemente este administrador, bem como sua submissão ao Dr. Manoel Eufrásio Correia. O jornal elenca os pontos em que a província, ao invés de crescer, estava a decair, como na questão da educação, de estradas, de justiça, de funcionalismo público e principalmente, quanto às finanças provinciais. Estava a se viver de loterias, satiriza o periódico. E aconselha ao presidente Dr. Faria Sobrinho: “abandone o poder!” Porém, estas duras críticas eram “normais” para quem estava na administração.

Composição da 18ª Assembleia Legislativa Provincial, 1888 e 1889. A última legislatura do período imperial

A eleição para deputado provincial foi convocada para 17/12/1887, sob novas regras eleitorais, do decreto n.º 3.340, de 14/10/1887²⁴, e decreto n.º 9.790, de 17/10/1887²⁵. Dentre as mudanças, pode-se destacar que poderiam ser eleitos 24 deputados provinciais no Paraná e sem a necessidade do 2º escrutínio. Mas, como referência, Minas Gerais elegia 60 deputados provinciais, Bahia, 42, São Paulo, 36.

A tática liberal para esta eleição, a partir de seu jornal político, era em todo editorial reforçar a ideia de que se os conservadores ganhassem maioria na próxima assembleia legislativa, eles iriam aumentar os impostos no Paraná. Outra crítica voltava-se a administra-

24 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3340-14-outubro-1887-542977-publicacaooriginal-52665-pl.html>. Acesso, 15/10/2013.

25 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9790-17-outubro-1887-543282-publicacaooriginal-53480-pe.html>. Acesso, 15/10/2013.

ção do governo do Dr. Faria Sobrinho. Mas o alvo principal dos ataques políticos continuavam sendo a figura do chefe conservador, Dr. Manoel Eufrásio Correia e a família Correia / Guimarães. Mas, o Dr. Eufrásio Correia, no início de novembro, será nomeado presidente da importante província de Pernambuco, certamente uma nomeação estratégica do gabinete conservador do barão de Cotegipe, para uma província em que se destacava a figura do abolicionista e deputado geral Joaquim Nabuco, oposição ao gabinete conservador. Envia-se para lá, um político e líder experiente, leal às causas de seu partido; entretanto, esta nomeação acaba provocando o efeito reverso em sua província natal, que fica sem seu principal articulador político, em vésperas de eleições.

O partido conservador vai às urnas bastante fragilizado, o que acabará, pela segunda vez, não proporcionando a maioria na câmara legislativa provincial.

Fato interessante foi de que pela primeira vez um jornal local divulga que os *eleitores* “alemães” em Curitiba reuniram-se para discutir em que candidato votar. O candidato proposto é o alemão major Luiz Manoel Agner, bastante atuante nas atividades públicas, sendo suplente de vereador e juiz de paz e chegou a ser *eleitor* em Curitiba entre 1878/81. Outro político alemão nesta capital, e já eleito vereador, era o farmacêutico Augusto Stellfeld, também do partido liberal, mas que para esta eleição indicava que se votasse nos conservadores (*Dezenove de Dezembro*, 17/12/1887). Havia o receio, principalmente dado pelo jornal *Gazeta Paranaense*, de que se fosse eleito uma assembleia legislativa oposicionista, liberal, novamente haveria entraves nas discussões referentes ao “progresso” do Paraná. E o major Luiz Manoel Agner foi eleito deputado provincial, provavelmente já existindo um eleitorado “alemão” bastante significativo.

Nesta eleição, a vitória novamente foi liberal, demonstrando que o controle sobre o processo eleitoral por parte do partido no po-

der, o conservador, ao menos no Paraná, estava menos previsível. E o jornal liberal *Dezenove de Dezembro* estampa em sua primeira página: “*Victória! O partido liberal do Paraná acaba de alcançar a mais esplêndida vitória que registram os anais políticos da província*”. No 1º distrito foram seis deputados e no 2º distrito uma vitória unânime, com as doze vagas preenchidas por este partido. E reconhece que esta vitória foi devida a “sábia e patriótica” ação de seu “ilustre chefe o Sr. conselheiro Marcondes” e termina com os seguintes *vivas*: “Viva a província do Paraná! Viva o partido liberal da província e seu invicto chefe o conselheiro Marcondes! Viva o eleitorado independente!” (*Dezenove de Dezembro*, 21/12/1887). Os liberais estavam bastante unidos em torno da liderança do Dr. Jesuino Marcondes, já com a idade de 60 anos.

Com esta derrota eleitoral, o presidente da província Dr. Joaquim de Almeida de Faria Sobrinho acabou deixando o cargo e sendo nomeado em seu lugar o 1º vice-presidente, o comendador Antonio Ricardo dos Santos, comendador Dodóca, em 29/12/1887, membro de tradicional família no Paraná, industrial da erva-mate, por quatro vezes deputado provincial e residente em Curitiba desde 1878. Seus três filhos também estão ligados à assembleia legislativa. Antonio Ricardo dos Santos Filho, eleito deputado provincial para atual legislatura, José Pereira dos Santos Andrade, eleito deputado provincial em 1882/83 e 1884/85, e Horácio Ricardo dos Santos, casado em primeiras núpcias com a irmã do deputado eleito para esta última legislação, Brazílio Ferreira da Luz. A nomeação do comendador para este cargo de vice-presidente do Paraná, só foi possível devido a desistência do visconde de Nácar. Ficará no cargo até 09/02/1888, quando assumirá o presidente Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro. Neste período de um mês de mandato, o comendador Dodóca buscou influir nos resultados da assembleia legislativa, mandando as juntas apuradoras diplomarem

candidatos conservadores, que a princípio teriam tido menos votos, manipulando assim as atas de votação, cancelando votos de determinadas localidades, etc., fato amplamente denunciado pelo jornal liberal (*Dezenove de Dezembro*, 07/01/1888).

Enfim, fato que terá de ser resolvido pelo próximo presidente da província, Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro, pois, muitos candidatos realmente foram diplomados pelas juntas apuradoras. Mas, o novo presidente Dr. José Cesário protelará o problema, adiando o início da assembleia legislativa por duas vezes. O presidente Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro ficou no governo pouco tempo, até 30/06/1888, quando assumiu a administração o 3º vice-presidente comendador Ildefonso Pereira Correia, mas, ficou num curto mandato de cinco dias, até a chegada do novo presidente Dr. Balbino Candido da Cunha que ficou até a mudança de Gabinete no império, de conservador para liberal, em 18/06/1889.

Frente ao problema das diplomações dos deputados, o Dr. Balbino Candido da Cunha, quando ao abrir os trabalhos legislativos, encontrou a assembleia composta por maioria de membros do partido liberal no Paraná.

Tabela 9 – 18ª LEGISLATURA 1888-1889

Deputado	Idade	Partido	Residência	Ocupação
1. Conselheiro Dr. Manoel Alves de Araujo	52	Liberal	Antonina	Advogado
2. Dr. Generoso Marques dos Santos	44	Liberal	Curitiba	Advogado
3. Tenete coronel José de Freitas Saldanha	47	Liberal	Guarapuava	Negociante
4. Comendador João Manoel Ribeiro Vianna	?	Liberal	Antonina	Comerciante
5. Luiz Antonio Xavier	32	Liberal	Ponta Grossa	Cargos públicos
6. Tristão Cardoso de Menezes	?	Liberal	Ponta Grossa	Advogado

Antonio Alves de Araujo*	55	Liberal	Curitiba/ Morretes	Negociante
7. Amazonas de Araújo Marcondes	41	Liberal	União da Vitória	Empresário
8. Padre Antonio Joaquim Ribeiro	37	Liberal	Votuverava / Ctba	Padre
9. Coriolano Silveira da Motta	39	Liberal	Curitiba	Professor
10. Domingos Antonio da Cunha	61	Liberal	Campo Lar- go	Fazendeiro
11. João de Menezes Dória	31	Liberal	Ponta Gros- sa	Médico
12. Padre José Antonio de Camar- go e Araújo	70	Liberal	Palmeira	Padre, Fa- zendeiro
13. Luiz Manoel Agner	?	Liberal	Curitiba	Negociante
14. Pedro Ferreira Maciel	56	Liberal	Palmeira	Cargos pú- blicos
15. Theotônio Marcondes de Al- buquerque	38	Liberal	Castro / Tibagy	Cargos pú- blicos
16. Vicente Machado da Silva Lima	28	Liberal	Ponta Gros- sa	Advogado
17. Tertuliano Teixeira de Freitas	53	Conser- vador	Curitiba	Advogado
18. Antonio Francisco Correia de Bittencourt	50	Conser- vador	Curitiba	Negociante
19. Antonio Ricardo do Nasci- mento	?	Conser- vador	Curitiba	Negociante
20. Antonio Ricardo dos Santos Filho	?	Conser- vador	Curitiba	Fazendeiro
21. Arthur Ferreira de Abreu	39	Conser- vador	Paranaguá	Negociante
22. Brazílio Ferreira da Luz	?	Conser- vador	Curitiba	Médico
23. Ildefonso Pereira Correia	43	Conser- vador	Curitiba	Negociante
24. Dr. Justiniano de Melo e Silva. <i>Eleito em 15/set/1888.</i>	36	Conser- vador	Curitiba	Advogado

Fonte: *Dezenove de Dezembro*, 17/07/1888. * O comendador Antonio Alves de Araujo faleceu no dia 22/04/1888 e foi substituído pelo Dr. Justiniano de Melo e Silva.

Por ser esta a última legislatura do período imperial, irá se destacar a que *título familiar* pertence o político eleito, de acordo com a divisão proposta por Francisco Negrão, em sua *genealogia paranaense*, demonstrando que dos 24 deputados eleitos e mais um suplente, apenas dois não pertenciam às tradicionais famílias paranaenses, reforçando a tese deste trabalho de que quem ocupou o cargo de deputado provincial foram apenas uma restrita classe política, ligados às poucas famílias descendentes dos sesmeiros dos séculos XVII, XVIII e XIX desta região.

O núcleo duro desta assembleia ficou com os líderes liberais. Presidente conselheiro Manoel Alves de Araujo, *título Rodrigues de França* (NEGRÃO, 1928, p. 70), vice-presidente Dr. Generoso Marques dos Santos, *título Carrascos dos Reis* (NEGRÃO, 1927, p. 119-142), repetindo a liderança da legislatura anterior. Entretanto, quem irá assumir a presidência nestes dois anos será o Dr. Generoso Marques dos Santos, devido a outras atividades do conselheiro Araujo, como a de ser deputado geral e a indicação para ser presidente da província de Pernambuco entre 17 de junho a 14 de novembro de 1889 (sendo o terceiro paranaense a assumir o governo desta província). O Dr. Generoso Marques dos Santos ia se consolidando como o próximo grande chefe político dos liberais. Não havia espaço no partido liberal, pelo que se percebe, ao jovem Dr. Vicente Machado. A 2ª vice-presidência assume o novo deputado tenente coronel José de Freitas Saldanha, sendo sua mãe pertencente ao *título Rodrigues Seixas* (NEGRÃO, 1927, p. 354) e pai descendente de portugueses. José de Freitas Saldanha transfere-se para Guarapuava em 1864 onde se torna destacado negociante, fazendeiro e proprietário. O 1º secretário da assembleia será o comendador João Manoel Ribeiro Viana, experiente político do litoral, assumindo novamente a liderança nesta casa, ele que é membro do *título Cardoso de Lima* (NEGRÃO,

1946, p. 55). O 2º secretário é o novato Luiz Antonio Xavier, de 32 anos, que terá longa carreira política na República. Sua família pertence ao recente *tronco Silva Pereira* (NEGRÃO, 1950, p. 208).

São quatorze novos deputados provinciais, uma renovação de mais de 50% da casa legislativa, como vinha acontecendo regularmente, porém, seguindo o mesmo padrão familiar das legislaturas anteriores.

O deputado padre Antonio Joaquim Ribeiro, residente em Curitiba, vigário da paróquia de Nossa Senhora do Amparo, Votuverava, nomeado vigário geral forense em 11/01/1888, substituindo o padre João Evangelista Braga, enquanto este estava fora, e depois, definitivamente ficando no cargo até 16/12/1890, quando aconteceu a nomeação do último vigário geral forense nesta região, padre Alberto José Gonçalves, que também foi atuante político durante a República, cargo que perdura até a criação da Diocese de Curitiba, em 27/04/1892, com posse do primeiro bispo em 30/09/1894, D. José de Camargo Barros. Padre Antonio Joaquim Ribeiro pertencia ao *título Carrascos dos Reis* (NEGRÃO, 1926, p. 573).

O deputado Antonio Francisco Correia de Bittencourt, juiz de paz de Curitiba e presidente da mesa da 1ª seção que recebia os votos desta eleição, negociante na capital, e pelo lado materno era proveniente do *título Moraes Cordeiro* (NEGRÃO, 1929, p. 186), a mesma descendência do sargento mor de Paranaguá, Antonio Ricardo dos Santos, o velho, que foi casado com Maria da Luz Paraíso, *título Rodrigues de França*. O deputado Antonio Ricardo do Nascimento, vereador em Curitiba, era neto de Antonio Ricardo dos Santos, o velho, e primo do novo deputado eleito Antonio Ricardo dos Santos Filho, em que o pai, como visto, acabara de assumir o cargo de vice-presidente da província do Paraná; Arthur Ferreira de Abreu, filho do ex-deputado provincial José Mathias Ferreira de Abreu e neto do

visconde de Nacar, e sua esposa era neta de Antonio Ricardo dos Santos, o velho; o deputado de naturalidade alemã, Luiz Manoel Agner, representando os alemães em Curitiba, porém, sua esposa Maria dos Anjos era neta de Antonio Ricardo dos Santos, o velho. O deputado Amazonas de Araujo Marcondes, tropeiro, militar e depois empresário da navegação na região de União da Vitória, derrotado na eleição anterior para deputado provincial, era proveniente das tradicionais famílias que desbravaram Guarapuava e região. Seu pai era o fazendeiro Francisco Ignácio de Araujo Pimpão e sua mãe Maria Josefa de França do *título Rodrigues de França* (NEGRÃO, 1928, p. 454). O deputado coronel Theotônio Marcondes de Albuquerque era filho do ex-deputado capitão Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque e irmão do ex-deputado coronel e comendador Jorge Marcondes de Albuquerque. Theotônio, por parte materna, era pertencente ao *título Rodrigues de França* (NEGRÃO, 1928, p. 497), da grande família do Dr. Jesuino Marcondes e casado com a filha de Olegário Rodrigues de Macedo. Theotônio teve longa carreira como deputado estadual do Paraná, até sua morte em 1924.

O deputado Brazilio Ferreira da Luz, jovem médico, curitibano, filho do político e médico Vicente Ferreira da Luz, pertence ao *título Carrascos dos Reis* (NEGRÃO, 1926, p. 207). Brazilio era chamado de sobrinho de Antonio Ricardo dos Santos (comendador Dodóca), vice-presidente da província do Paraná, no início de 1888 (*Dezenove de Dezembro*, 12/01/1888), mas era também seu genro e, portanto, com laços de parentescos acima descritos com os demais deputados. Teve longa carreira política na República, como deputado estadual, federal e senador pelo Paraná; o deputado Coriolano Silveira da Mota, do *título Rodrigues Seixas* (NEGRÃO, 1927, p. 481) por parte da mãe, era filho do ex-deputado Joaquim Ignácio Silveira da Mota e genro do ex-deputado Manoel de Oliveira Franco, o bri-

gadeiro Franco, ambos, presentes nas primeiras legislaturas do Paraná; o deputado Pedro Ferreira Maciel, aliado político do Dr. Jesuino Marcondes, em Palmeira, membro também de tradicionais famílias desbravadoras da região do Paraná, pertencente ao *título Rodrigues Seixas* (NEGRÃO, 1927, p. 554); o deputado João de Menezes Dória, médico em Ponta Grossa, sua família era de Paranaguá, sendo sua mãe Adelaide de Menezes, importante pianista, assim como seu tio o maestro Bento de Menezes, que eram parentes do músico João Manoel da Cunha, que tinha sido deputado provincial (porém, Francisco Negrão não cita sua família na *genealogia paranaense*).

Dois deputados experientes e com idade avançada se reelegem. O deputado Domingos Antonio da Cunha, com 61 anos, herdeiro da família Guimarães dos Campos gerais, incorporou-se ao *título Cardoso de Lima* (NEGRÃO, 1946, p. 149) ao casar-se com Balbina Guimarães, sobrinha do senador pelo Paraná, Barão de Antonina, e sua filha Débora da Cunha casou-se com o tenente coronel João Ferreira Maciel, sobrinho do deputado Pedro Ferreira Maciel (NEGRÃO, 1927, p.554); bem como o deputado padre José Antonio de Camargo e Araujo, o padre Camargo, *título Carrascos dos Reis* (NEGRÃO, 1926, p. 350), com 70 anos. Outro experiente político reeleito foi o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, natural de Salvador, Bahia, filho dos barões de Itaparica, irmão do jurista Dr. Augusto Teixeira de Freitas. Casado com sua sobrinha, Helena Augusta Teixeira de Lima, em 30/06/1860, fato ocorrido após sua formatura em Direito, turma de 1859, da qual fazia parte o conselheiro Manoel Alves de Araujo. Apesar de que o Dr. Tertuliano sempre foi do partido conservador, nesta legislatura ele participou ativamente das atividades legislativas junto com os liberais, como membro das comissões, enquanto que os demais conservadores se recusaram formalmente em participar. O Dr. Tertuliano, neste sentido, não faria parte, por parentesco, das

tradicionais e antigas famílias do Paraná. A família do deputado Dr. Tristão Cardoso de Menezes, em seu início no Paraná, esteve ligada ao *título Pereira Braga*, da região da Lapa, sendo que seus ascendentes trabalharam com o capitão João Pereira Braga, iniciador deste *título* no Paraná no século XVII (NEGRÃO, 1929, p. 398).

Quanto ao deputado Dr. Vicente Machado, *título Carrascos dos Reis* (NEGRÃO, 1926, p. 267-276), será interessante neste momento comentá-lo junto com o deputado comendador Ildefonso Pereira Correia, *título Rodrigues de França* (NEGRÃO, 1928, p. 300-303), colegas parlamentares. O jovem Dr. Vicente Machado, com 28 anos, do partido liberal, em seu segundo mandato, já se destacava na sociedade paranaense pela sua oralidade, através de seus pronunciamentos em atos públicos, tanto festivos quanto em velórios, e também nas sessões da assembleia legislativa; seus discursos são sempre elogiados e admirados pela eloquência, pela lógica e convicção com que encadeia suas ideias. Seus artigos em jornais também são interessantes, enquanto um defensor dos ideais liberais, sendo um publicista de destaque. Da mesma forma era admirado pela sociedade paranaense o grande comerciante, industrial e político, o comendador Ildefonso Pereira Correia, filho do ex-deputado Manoel Francisco Correia Junior e irmão do senador Manoel Francisco Correia. O comendador Ildefonso Correia, que era residente no litoral paranaense, transfere suas atividades para a capital, na qual como capitalista inova na produção da erva-mate, junto com outro grande ervateiro, o comendador Francisco Fasce Fontana, além de outras atividades como a extração da madeira. Como político, o comendador Ildefonso destacou-se como presidente da câmara de Curitiba, propondo inúmeras melhorias para esta cidade. Ao usar da palavra em atos públicos, porém, diferente do Dr. Vicente Machado, e mesmo nas sessões da assembleia legislativa, como deputado, ele mesmo

dizia que a fazia de forma moderada. O comendador Ildefonso Pereira Correia era já um homem experiente em 1888, com 43 anos. Neste ano, inclusive, no dia 8 de agosto, irá receber o título de barão de Serro Azul, algo bastante festejado por seus familiares, amigos e correligionários (VARGAS, 2006). Eram, entretanto, duas personalidades políticas de destaque, de partidos políticos opostos, mas que no início da República se aproximariam na tentativa de formação de um partido político único. O Dr. Vicente Machado buscou, já como republicano, atrair os membros do partido conservador²⁶.

E por fim, uma nova eleição ocorreu no dia 15/09/1888 para substituir o falecido líder liberal comendador Antonio Alves de Araujo, *título Rodrigues de França* (NEGRÃO, 1928, p. 68 e 305), eleição que ocorreu pós término do primeiro ano legislativo de 1888. Foi eleito em seu lugar o ex-deputado provincial, Dr. Justiniano de Melo e Silva, com 427 votos, com apoio dos conservadores, na qual disputou contra o candidato republicano, engenheiro Dr. Eduardo Mendes Gonçalves, que obteve apenas 46 votos (*Gazeta Paranaense*, 18/09/1888). Os liberais não lançaram candidato, provavelmente em “respeito” à memória do comendador Araujo. O Dr. Justiniano de Melo e Silva era o segundo deputado desta legislatura que não tinha parentescos, neste momento, com os seus pares deputados.

No início deste ano, em 04/02/1888, vem a falecer o chefe do partido conservador, Dr. Manoel Eufrásio Correia, com 49 anos,

²⁶ Porém, a história destes dois homens, membros das tradicionais famílias paranaenses, terá um importante desfecho no ano de 1894, cinco anos depois desta aliança, por opções e ações políticas distintas frente a Revolução Federalista, quando, o primeiro, enquanto vice-presidente do Paraná, frente a iminência da tomada de Curitiba pelos maragatos, “abandona a cidade” por motivo de falta de segurança; e o barão de Serro Azul, junto com outros líderes locais, realizam uma “aliança” com os maragatos de Gumercindo Saraiva para não saquearem Curitiba. Por esta “aliança” foram considerados traidores, pós volta da legalidade, sendo que o barão e mais cinco companheiros foram fuzilados em 20/05/1894, no km 65 da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, sem julgamento (VARGAS, 2006).

quando estava exercendo o cargo de presidente da província de Pernambuco. Fato que abalou ainda mais o partido conservador no Paraná. Uma nova eleição para deputado geral pelo 1º distrito do Paraná foi realizada no dia 21/04/1888, com a finalidade de substituir o Dr. Eufrásio Correia, e na qual foi eleito seu sogro, visconde de Nácar, já idoso, com 75 anos, apresentado como candidato pelo partido conservador, obtendo 661 votos (apesar da sua idade, isto demonstrou o grande prestígio que o visconde de Nácar possuía dentro de seu partido, que estava bastante fragilizado), em oposição ao Dr. Generoso Marques dos Santos, apresentado pelo partido liberal, que obteve 464 votos, e Dr. Álvaro Chaves, do partido republicano, com 16 votos (*Dezenove de Dezembro*, 29/04/1888)²⁷. O Visconde de Nácar elegeu seu genro na primeira eleição para deputado geral no Paraná em 1854, o Dr. Antonio Candido Ferreira de Abreu, e agora foi eleito para o mesmo cargo em lugar de seu outro genro.

A outra perda bastante sentida e comentada pelos jornais locais foi a do comendador Antonio Alves de Araujo, líder liberal, em 22/04/1888.

As mortes destes dois líderes políticos e familiares, “chefes ostensivos”, mereceram homenagens nas primeiras capas dos jornais conservador e liberal e teve ampla divulgação com discursos publicados enaltecendo ambos os políticos. Interessante observar que a maneira como estes fatos eram divulgados e comentados foi muito

²⁷ Três dias antes da eleição o jornal liberal comenta o pleito que irá acontecer dia 21/04/1888 e faz duras críticas ao visconde de Nácar, dizendo que ele não era capaz de assumir tão importante cargo, caso fosse eleito, afinal, “carece, entretanto, até da mais rudimentar instrução, da mais trivial capacidade para se haver em qualquer assunto que demande uma operação intelectual”. E conclui criticando uma possível vitória conservadora, “o 1º distrito do Paraná não tem representante: os interesses de uma família, favoreada pelo poder, lh’o roubaram!” (*Dezenove de Dezembro*, 18/04/1888). De nada adiantou apresentar as possíveis características negativas do visconde de Nácar que acabou vencendo a eleição, demonstrando a sua força política no Paraná e de sua ampla rede familiar.

mais amplo do que quando o Brasil deixou de ser monarquia e passou a ser república, em 15/11/1889. Até mesmo a aprovação da Lei Áurea, de 13/05/1888, como se verá a seguir, teve maior repercussão nos jornais do que o novo regime político.

Em 10/03/1888 caiu o Gabinete liderado pelo Barão de Cote-gipe, no Rio de Janeiro, depois de dois anos e meio de existência, um longo período de governo. Assume um novo Gabinete conservador sob a liderança do senador João Alfredo Correia de Oliveira, que tinha posições mais favoráveis ao fim definitivo da escravidão, e este era o grande desafio deste novo gabinete, o que, para o órgão liberal paranaense, seria impossível, por serem ainda os conservadores que administravam este país (*Dezenove de Dezembro*, 14/03/1888). No Paraná continuavam a serem fundadas associações contra a escravidão.

A câmara de Curitiba também estava bastante empenhada em ações em prol do fim da escravidão na cidade, nomeando uma comissão composta por Dr. Generoso Marques dos Santos e Eduardo Mendes Gonçalves, vigário José Joaquim do Prado, comendador Fontana, Ernesto Lima, Eduardo Chaves, Joaquim A. Coelho e Ildefonso Pereira Correia (presidente da câmara) “para promover a libertação dos escravos existentes no município desta capital dentro do menor prazo possível” (*Dezenove de Dezembro*, 14/03/1888). Percebe-se uma comissão mista de liberais, conservadores e republicanos.

A notícia da aprovação do projeto de lei que extinguiu a escravidão no Brasil e sua sanção pela princesa Isabel, dando origem a Lei n.º 3.353, de 13/05/1888²⁸, foi bastante festejada em Curitiba. Apenas chegado os telegramas desta aprovação, na tarde do dia 14/05/1888,

28 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM3353.htm. Acesso, 15/11/2013.

iniciaram-se festejos por toda a cidade e das janelas dos clubes e órgãos públicos muitos discursos foram proferidos. Do Clube Militar falou o Sr. Gabriel Pereira, do palácio do governo, falou o presidente Dr. José Cesário, do Clube Republicano, o Dr. Eduardo Mendes Gonçalves e o Dr. Vicente Machado (provavelmente já existia a aproximação do Dr. Vicente Machado com os ideários republicanos), da câmara municipal da capital o sr. Antonio Ricardo do Nascimento e diversos outros oradores, da redação do órgão do partido liberal *Dezenove de Dezembro*, Dr. Menezes Dória e Dr. Vicente Machado (novamente), da redação do órgão do partido conservador *Gazeta Paranaense*, Dr. Leôncio Correia, do *Diário Popular*, sr. Rocha Pombo, e de todas as outras associações falaram diversos oradores em prol deste ato, e por parte da igreja, houve o “*Te-Deum Laudamus*”, com a presença de autoridades civis e militares (*Dezenove de Dezembro*, 14/05/1888). O fim da escravidão foi motivo de festas na capital do Paraná e em todas as cidades paranaenses.

Quanto à abertura da 1ª sessão da assembleia legislativa provincial esta estava prevista para 15/02/1888, sob a administração do novo presidente nomeado, Dr. José Cesário de Miranda Ribeiro, porém, foi adiada para 14/05/1888, alegando-se que o presidente não teve tempo suficiente de conhecer melhor a situação provincial. Ao chegar a referida data os deputados, sob a liderança do conselheiro Manoel Alves de Araujo e Dr. Generoso Marques dos Santos iniciaram os trabalhos preparatórios, pois, de acordo com o regimento interno da casa, o presidente interino dos trabalhos seria o presidente da legislatura anterior, caso fosse reeleito. O problema foi que apareceram 30 deputados, para 24 vagas e todos tinham sido “diplomados” pelas respectivas mesas de apuração dos votos, fato que não foi aceito pela mesa diretiva da assembleia, não reconhecendo o diploma principalmente dos deputados conservadores, o que provocou

a retirada de todos os correligionários deste partido (*Dezenove de Dezembro, 12/05/1888*)²⁹.

Frente a esta confusão, novamente o presidente da província, por ser conservador, adia os trabalhos legislativos para 18/06/1888, fato que provocou revolta nos deputados liberais. Este impasse teve de ser resolvido pelo parlamento no Rio de Janeiro. A abertura oficial da assembleia legislativa do Paraná aconteceu apenas dia 12/07/1888, com a presença do novo presidente da província, o conservador Dr. Balbino Candido da Cunha³⁰, e na qual, sob uma mesa liberal, foram reconhecidos e diplomados como deputados provinciais, 17 liberais e sete conservadores, agora com a aprovação do presidente da província. Mas, na abertura oficial, do dia 12, os deputados conservadores não compareceram à sessão, provavelmente como forma de protesto.

No ano de 1889, o início dos trabalhos legislativos, previstos para fevereiro, foi protelado pelo presidente da província, Dr. Balbino Candido da Cunha, para 15/07/1889.

Enquanto isso, os conservadores estavam bastante divididos, formando, inclusive, dois grupos distintos (Cf. NEGRÃO, 1949, p. 97). Um grupo era liderado pelo comendador José Ribeiro de Macedo, seguidos por Mathias Taborda Ribas, Ricardo Negrão, Rocha Pombo, Justiniano de Mello e Silva, citando aqueles que já tinham sido deputados provinciais; e outro grupo liderado pelo barão de Serro Azul, Dr. Santos Andrade e Vasconcellos Chaves, herdeiros

29 Como visto, este problema da diplomação dos deputados provinciais, pós eleição de 17/12/1887, aconteceu porque o, então Vice-Presidente da Província do Paraná, comendador Antonio Ricardo dos Santos, mandou alterar atas eleitorais diplomando deputados conservadores.

30 Fala com que o Exmo. Sr. Dr. Balbino Candido da Cunha, presidente da província do Paraná, abriu a 1ª sessão da 18ª legislatura da assembleia provincial, no dia 12/07/1888, Typ. da Gazeta Paranaense, 1888. Disponível em: http://www.arquivo-publico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1888_a_p.pdf. Acesso em 15/set/2013. Cf. também, PARANÁ, Leis e decretos da Província do Paraná, 1888.

dos velhos chefes ostensivos conservadores, e que apoiavam claramente a administração do presidente da província, Dr. Balbino Candido da Cunha. Tal divisão, provocou, inclusive, no dia 10/03/1889, por ocasião de uma reunião do partido conservador, agressões físicas entre os próprios correligionários. Enfim, em março de 1889 são formados dois diretórios conservadores em Curitiba, porém, seus principais líderes, visconde de Nácar e senador Correia irão aceitar apenas o diretório do barão de Serro Azul (*Dezenove de Dezembro*, 16/03/1889).

Diferentemente estava o partido liberal, liderado de forma bastante eficaz pelo Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, contando diretamente com o auxílio do Dr. Manoel Alves de Araujo e do Dr. Generoso Marques dos Santos, que praticamente assume a liderança no lugar do falecido comendador Araujo. Neste ano, os liberais realizaram um Congresso no Rio de Janeiro, no mês de maio, e apresentaram o seguinte programa de governo para o Brasil: alargamento do voto (desde que se tenha renda e saiba ler e escrever), descentralização administrativa para as províncias (por exemplo, com a eleição dos presidentes dentro das províncias, mas em lista tríplice, que será escolhido, então, pelo imperador), direito a reunião, casamento civil obrigatório, plena liberdade de cultos, senado temporário, reforma do conselho de Estado e liberdade e melhoramento de ensino (*Dezenove de Dezembro*, 01/06/1889). Ideais que vinham sendo discutidos desde o Ato Adicional de 1834. Representaram o Paraná neste encontro o Dr. Manoel Alves de Araujo e o Dr. Generoso Marques dos Santos.

Porém, com a mudança de Gabinete no Rio de Janeiro, de conservadores para liberais, no dia 07/06/1889, novos rumos foram dados ao Brasil. E, no Paraná, este seria mais um golpe nos conservadores que estavam divididos. No dia 18/06/1889 assumiu como presidente da província o Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá; e

nomeado para a presidência de Pernambuco, Dr. Manoel Alves de Araujo.

Enfim, com a mudança de gabinete novas eleições precisariam acontecer, principalmente para deputado geral, marcadas já para o dia 31/08/1889. No 1º Distrito venceu a eleição o Dr. Generoso Marques dos Santos (Liberal), que obteve 851 votos; seguido do Dr. Manoel Francisco Correia Junior (Conservador), com 390 votos e do Dr. Eduardo Mendes Gonçalves (Republicano, engenheiro, residente em São Paulo), com 18 votos. A candidatura do jovem Dr. Manoel Francisco Correia Junior, filho do senador Correia era sinal da força política desta família, porém, ele vem a falecer no dia 07/12/1889, em acidente na construção da ferrovia central do Brasil, em Ouro Preto, Minas Gerais, na qual era engenheiro supervisor, encerrando uma possível carreira política na República. Ele também se candidata no lugar do visconde de Nácar, seu tio avô, que era o deputado geral pelo partido Conservador. Pelo 2º Distrito vence o Dr. Manoel Alves de Araujo (Liberal), com 817 votos; seguido do coronel Antonio Ribeiro de Macedo (Conservador), 147 votos e Dr. Vicente Machado (Republicano), 33 votos (*Dezenove de Dezembro*, 02/09/1889). Aqui se destacava a força política do clã Oliveira e Sá e Alves de Araujo que venceram as eleições tranquilamente, e por estar novamente sob o domínio do gabinete liberal. E o destaque para a definitiva mudança do Dr. Vicente Machado para o partido republicano, porém, com uma votação totalmente inexpressiva. Mas, nenhum deles assumiu o cargo, devido ao fim do período monárquico. Também aconteceu a eleição para deputados provinciais, realizadas no dia 01/09/1889 (*Dezenove de Dezembro*, 21/09/1889). Porém, também estas eleições foram canceladas.

Novamente, no Paraná aconteceu a troca dos cargos públicos, devido à mudança de gabinete no Rio de Janeiro e a troca de presi-

dente da província, sendo exonerados e nomeados novos membros (cf. *Dezenove de Dezembro*, a partir de 19/06/1889). Como exemplo, foi nomeado como chefe de polícia do Paraná o Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota Junior, que tinha saído desta província por motivos políticos (*Dezenove de Dezembro*, 06/07/1889).

A abertura oficial da 2ª sessão da assembleia legislativa aconteceu dia 15/07/1889, com a presença do presidente da província, Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá³¹ em uma assembleia legislativa liberal. Porém, esta sessão foi dividida em dois momentos, o primeiro vai de 15 de julho a 29 de julho, e por ato do governo provincial, principalmente por causa das eleições para deputado geral e provincial, foi adiada para recomeçar em 16 de setembro, encerrando seus trabalhos no dia 31/10/1889, com empolgante discurso de seu presidente Dr. Generoso Marques dos Santos³². Ao que se percebe, não havia nenhuma desconfiança de que o regime político no Brasil iria mudar no próximo dia 15 de novembro.

Enfim, no dia 15/11/1889 um novo regime político foi instituído no país, e o Dr. Jesuino Marcondes, em reunião com as principais lideranças políticas do Paraná, adere à República, passando seu cargo ao novo governo provisório (*Dezenove de Dezembro*, 18/11/1889).

O decreto n.º 1 do novo governo provisório nomeado foi assinado pelo militar Francisco José Cardoso Junior, e os demais decretos assinados pelo governador, também nomeado do Estado do

31 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 15 de julho de 1889, pelo Presidente da Província Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, Curitiba, Typographia Dezenove de Dezembro, 1889. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1889_p.pdf. Acesso em 10/12/2013.

32 O jornal *Dezenove de Dezembro* destacou o caráter empolgante e emocionante do encerramento desta última sessão da assembleia legislativa, descrevendo-a como “um espetáculo novo entre nós, progressista e civilizador, a que assistimos palpitantes do entusiasmo mais santo, vendo unidos no seio da ilustre corporação os eleitos de todos os partidos, a receber os aplausos mais espontâneos e mais ferventes do povo paranaense” (*Dezenove de Dezembro*, 31/10/1889).

Paraná, o militar José Marques Guimarães. Destaca-se o decreto n.º 3, que por estarem dissolvidas as assembleias provinciais, bem como as câmaras municipais no Brasil, em Curitiba o governador nomeia uma comissão municipal para legislar composta pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, como presidente e dos cidadãos Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Dr. F. de Almeida Torres, Ernesto de Campos Lima, Cyro Persiano de Almeida Velloso, José Celestino de Oliveira Junior e Mauricio Sinke como membros e Bernardino de Freitas Saldanha, como secretário.

O Dr. Vicente Machado, como se vê, incorporou-se de imediato na nova administração do governo provisório, além de ocupar o cargo de chefe de polícia, dando-lhe condições de paulatinamente crescer politicamente, afinal tinha sido derrotado nas eleições como candidato republicano, e de enfrentar a liderança do Dr. Generoso Marques dos Santos, que assumiu praticamente o lugar do Dr. Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá e de seu cunhado Dr. Manoel Alves de Araujo, que se afastam da nova cena política propositalmente.

E quando esta primeira comissão foi destituída, a segunda comissão foi liderada pelo Dr. Generoso Marques dos Santos. Iniciava-se uma nova fase política no Paraná, liderada por dois ex-liberais, Generoso Marques, de um lado e Vicente Machado de outro (cf. GOULART, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889). A força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Tese doutorado Sociologia, UFPR, 2014.

BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná**. Vol.1. Curitiba: Grafipar, 1969.

BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora**. São Paulo: PUC SP, dissertação em Economia, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã. Um estudo das Elites do século XVII**. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A., 1991.

CARNEIRO, David. **História do Período Provincial do Paraná. Galeria de Presidentes da Província**. Curitiba: Banestado, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e Política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. Dissertação Sociologia, Curitiba, UFPR, 2006.

COSTA, Samuel Guimarães da. **História política da Assembleia Legislativa do Paraná**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 2 vol. 1994.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Vol.1 e 2. 10ªed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)**. Curitiba: Tese Doutorado Sociologia, UFPR, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **O Brasil monárquico**, vol.7: do Império à República. 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: DIFEL, 1962.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial**. 2ª Ed., São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Vol.1, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1926.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.2, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1927.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.3, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1928.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.4, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1929.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.5, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1946.

_____. **Genealogia Paranaense**. Vol.6, Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1950.

NICOLAS, Maria. **130 Anos de Vida Parlamentar Paranaense** - Assembleias Legislativas e Constituintes. 1854-1984. 2º ed. Curitiba: Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE, 1984.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. **Na teia do nepotismo**. Curitiba, PR: Insight, 2012.

PANG, Eul-soo; SECKINGER, Ron L. The mandarins of imperial Brazil, *in: Comparative Studies in Society and History*, NY: Cambridge Univ. Press, v.14, nº 2, 1972, p.215-244.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: (ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829 – 1889)**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano; FUKS, Mario; BRAGA, Sérgio (Orgs.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

Rede Ferroviária Federal S.A., RFFSA. **Ferrovias Paranaguá-Curitiba. Edição Comemorativa do Centenário da Estrada de Ferro do Paraná**, Curitiba: 1985.

RESENDE, Daiane Carnelos. **Elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva**. Curitiba: Dissertação em Sociologia, UFPR, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. 2ªed. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROCHA POMBO, José Francisco da. **O Paraná no Centenário (1500-1900)**. 2ªed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

RODERJAN, Roselys Vellozo. **Os Curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (séculos XVI a XIX)**. Curitiba: Works Informática, Editoração Eletrônica, 1992.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-cultural**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1965.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Jun 2011, vol.19, nº.39, p.115-137.

VARGAS, Túlio. **A última viagem do Barão de Serro Azul**. 2ªed., 3ªtiragem, Curitiba: Juruá, 2006.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Primeiro volume. Fundamentos sociais do Estado (Direito público e cultura). São Paulo: José Olympio, 1949.

ENTRE FAMÍLIAS E SECRETARIAS: ANÁLISE DO ARRANJO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO PARANÁ (1889-1930)

Mônica Helena Harrich Silva Goulart¹

RESUMO: A presente análise tem o objetivo pensar a relação família e política no Paraná, entre os anos 1889-1930, a partir da composição do Secretariado de governo. Assim, toma-se fundamental destacar que essa esfera administrativa fora composta por agentes que possuíram relações de parentesco com atores políticos importantes e, que, a ocupação do Secretariado se consolidou por meio das famílias tradicionais do estado, as quais se fizeram também presentes em outras instâncias de poder, como no Executivo e no Legislativo estadual. Como base da pesquisa, destaca-se a organização da estrutura do Secretariado, sua subdivisão administrativa e o nome dos ocupantes das respectivas pastas.

PALAVRAS-CHAVE: Secretariado. Paraná. República Velha. Política e Família.

INTRODUÇÃO

O presente estudo enfatiza o panorama geral do Secretariado do estado do Paraná entre os anos 1889 a 1930, a chamada República Velha, considerando os seguintes elementos: o levantamento dos agentes que ocuparam a estrutura do Secretariado ao longo do período, bem como o acompanhamento das mudanças ocorridas nas divisões administrativas e atribuições das pastas; o vínculo de parentesco configurado entre os Secretários de governo em relação aos atores políticos que fizeram parte do comando do Paraná.

Tendo em vista que a análise está centralizada na figura dos Secretários e na estrutura administrativa de governo, os atores po-

1 Doutora em Sociologia, Universidade Federal do Paraná ✉ Linhas Instituições e Poder. Professora Adjunta do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais – DAESO, UTFPR.

líticos de outras instâncias serão citados tão somente a partir dos vínculos familiares. Portanto, não será apresentado de forma pormenorizada toda composição de funcionários das Secretarias, mas tão somente vincular apenas os principais cargos como de Diretores e Inspetores, quando estes consolidavam a relação de parentesco com algum Secretário e/ou membro de família histórica tradicional. Entretanto, os documentos pesquisados revelam que nas demais funções também se faziam presentes indivíduos ligados às famílias apontadas ao longo do texto. Como recurso metodológico, optou-se em apresentar ao final da análise o Quadro Nominativo do Secretariado elencando os aspectos mencionados acima. Assim, pode-se destacar que o Paraná entre os anos 1889-1930 organizou-se administrativamente partir de 27 pastas em todo o Secretariado, sendo ocupadas concomitantemente por 24 Secretários, dos quais apenas 8 não exerceram cargos públicos eletivos em instâncias do Legislativo e/ou do Executivo. Destes, sabe-se que alguns de seus parentes estavam no comando político estadual, como no caso dos Secretários Alcides Munhoz, Lysimaco Ferreira da Costa, entre outros.

Nesse sentido, torna-se relevante apontar que tal disposição administrativa parte da concretização de um novo regime político, a República, em meio à necessidade de racionalização, burocratização e organização do aparelho de Estado regional. Contexto este que se constitui a partir de dupla dimensão: de um lado, uma pressão formal e racional marcada pela organização técnica e burocrática das Secretarias de governo e, de outro, a pressão fundada na continuidade e permanência das famílias tradicionais na ocupação dos principais cargos de mando no Paraná.

No que tange à relevância da presente questão, vale ressaltar que existem obras significativas que abordam aspectos políticos e relações de poder no Paraná no referido período (OLIVEIRA (b),

2001; GOULART, 2004, 2014; COSTA, 1994; NICOLAS, 198[?], 1979, 1984; CARNEIRO, VARGAS, 1994), mas as quais não aprofundam suas análises e tão menos direcionam suas pesquisas para visualização do Secretariado paranaense. Assim, este estudo fomenta mais um elemento para o quadro analítico de estudos que vêm se fortalecendo desde os anos 90, na Universidade Federal do Paraná, tendo o cenário paranaense como objeto de pesquisas na área de Sociologia Política.

Para levantamento dos referidos nomes buscou-se complementar as informações obtidas a partir de fontes diversificadas, uma vez que não se encontrou documento oficial que trouxesse lista² sistematizada sobre os referidos cargos que compunham as Secretarias, seus períodos, atribuições e, sobretudo, o nome de quem os ocupou. Sendo assim, foram pesquisadas obras e documentos distintos para deixar o número mínimo de lacunas haja vista que os dados apresentados não eram totalizados em suas informações, não apresentavam precisão em sua continuidade, como também em determinados aspectos as próprias datas se apresentavam contraditórias. Então, dentre as fontes documentais buscou-se: Relatórios específicos das diversas Secretarias entre os anos 1892 a 1930 disponíveis no *site* do Arquivo Público, a Revista Almanach Paranaense disponível no *site* da Biblioteca Nacional (que em determinados números apresentava a composição administrativa do governo paranaense), matérias dispersas em jornais da época e informações obtidas nas próprias biografias concernentes aos Secretários e funcionários centrais, assim como também na biografia de seus ilustres parentes.

2 O que se encontra são *sites* atuais de Secretarias com a galeria de fotos de seus Secretários, mas os quais não apresentam informações biográficas de seus representantes, tão menos as datas das nomeações com os períodos que ocuparam seus cargos.

AS SECRETARIAS DE GOVERNO NO PARANÁ DA REPÚBLICA VELHA: organização, mudanças estruturais e principais atribuições

No século XIX o Paraná tinha como principal fonte de sua economia o tropeirismo, onde algumas cidades dos chamados Campos Gerais existiam principalmente a partir dessa função a exemplo de Castro, Ponta Grossa, Lapa e Palmeira. Estes locais concentravam as principais fazendas de criação de gado e de passagem de tropas muares, além de monopolizarem parte significativa do capital paranaense. A riqueza centralizada dos fazendeiros não conseguiu se estender para o século XX uma vez que fatores como a queda de produção, a gradativa substituição do transporte muar por ferroviário e a ocupação de algumas áreas agrícolas foram responsáveis pela decadência da elite campeira. (GOULART, 2004; OLIVEIRA (b), 2001)

Com as dificuldades dos grandes proprietários rurais, a economia paranaense tomou novos rumos e imprimiu outras possibilidades de recursos econômicos para o mercado. A substituição da atividade campeira ocorreu por meio da erva-mate e da atividade madeireira, ainda que não colocassem o Paraná no patamar político e econômico de São Paulo, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul.

As atividades ervateiras, como produto de exportação, vão cumprir o papel de mantenedoras da classe dominante, além de gerar novos arranjos para o desenvolvimento da economia e, de certa forma, para mudanças internas que se estendem desde a necessidade de desenvolvimento do sistema ferroviário, a organização de portos, a preocupação com o analfabetismo, até mesmo o incentivo ao trabalho do imigrante. (GOULART, 2004) Somando-se a este conjunto de inovações, também passou a definir políticas públicas fundamentais para sua expansão: como a política tributária, a política de terras, a organização do poder judiciário, além da redefinição

dos orçamentos e a necessidade de novos quadros técnicos que visassem o aprimoramento de suas políticas e a modernização do estado. Afinal, conforme destaca Dennison de Oliveira (2001, p. 28), "...a indústria da erva-mate gerou expressivo crescimento das atividades ligadas ao seu suporte. A manutenção e funcionamento dos engenhos e a embalagem e transporte da erva requeriam considerável soma de empresas voltadas para áreas como metalurgia, madeireira e gráfica."

Por outro lado, em 1900, o estado do Paraná possuía uma população de 327.136 habitantes, que representava apenas 1,9% da população brasileira, sendo considerado centro agrícola porque sua economia estava diretamente ligada a erva-mate e ao setor madeireiro³, basicamente na extração do pinho, não sendo significativa para gerar divisas em termos de finanças nacionais. (GOULART, 2004) Assim, grande parte da população paranaense encontrava-se no meio rural, em situação de precariedade e de pobreza, daí o fato de ser considerado como estado de terceira grandeza.

Este cenário, ao longo da República Velha, comprometeu efetivamente a capacidade de mobilização política que proporcionasse mudanças no sentido de se compreender quais ações administrativas os funcionários públicos (em suas respectivas atribuições) teriam que cumprir em relação às demandas advindas da população, como também acomodou a incapacidade de se limitar os vários tipos de favorecimentos políticos que ocorriam através do arranjo político de distribuição e nomeação de cargos (via *sistema coronelista*⁴), partin-

3 As atividades da grande propriedade também eram ainda fundamentais para as finanças estaduais, mas a força dos proprietários rurais dos Campos Gerais já se tornara menor.

4 O *sistema coronelista* é entendido aqui conforme descrito por Vitor Nunes Leal, ou seja, "... um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras." (LEAL, 1986, p. 20)

do das Secretarias e chegando, até mesmo, às funções mais simples realizadas nas prefeituras mais distantes.

Em 1920, o Paraná contava com uma população de cerca de 700.000 habitantes, dos quais 40% estavam ainda concentrados em apenas 11 municípios. (GOULART, 2004) Apesar de não ser objetivo desta discussão traçar os rumos econômicos do estado no respectivo período, vale ressaltar que após 1930 a economia ervateira⁵ passa a ser substituída pelo setor madeireiro e, paulatinamente pela cafeicultura⁶, a qual apresentou condições mais propícias para absolver a mão de obra estrangeira, além de ser um produto que tomou importância nacional, fazendo com que várias transformações fossem efetivamente concretizadas no estado. Porém, a “...entrada em cena de novos personagens, como os imigrantes não conseguirá alterar o domínio do poder político na República Velha pelos tradicionais setores da classe dominante, o que nos leva a pensar em uma metamorfose burguesa de alguns quadros da velha classe dominante histórica do Paraná.” (OLIVEIRA Ricardo, 2001, p. 50)

Neste aspecto verifica-se que, ao mesmo tempo que se tem um novo regime político que possibilitou a abertura para novas formas de negócios a partir do modelo burguês, tal processo se estabeleceu baseado em formas de continuidade da classe dominante paranaense, que se firmara desde o período colonial. Por outro lado, encontrou, mesmo num momento de mudanças e diversas rupturas, condições adequadas para assegurar sua continuidade tanto no contexto eco-

5 Para compreensão mais detalhada sobre o impacto da economia ervateira no Paraná desde a época provincial, bem como a organização legislativa para a implementação dos mecanismos de fomento à produção, vale conferir a obra de Ana C. Vanali, **A erva-mate e a política paranaense**, 2014, a qual destaca tal produção como líder das diretrizes e dos produtos de exportações do estado.

6 Para análise da importância da cafeicultura no Paraná e sua relação com o arranjo político-institucional, vale conferir a dissertação da Carla Andréia Alves da Silva, **Relações de poder político e parentesco no município de Londrina- Paraná**, 2015.

nômico (porque é a partir dela que se fortalece a economia ervateira) quanto no contexto político (ocupando os cargos mais importantes no que diz respeito ao poder e a administração do estado). Então, nesse mecanismo de conciliação e existência, conforme indica Ricardo Oliveira (2001, p. 68), o que se “...denota atenção é o fato de que as antigas famílias históricas participam da mudança e da implantação do novo modelo burguês. Às vezes existem notáveis transformações e contrastes entre pais e filhos, mas dentro das mesmas famílias.”

REESTRUTURAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO SECRETARIADO PARANAENSE AO LONGO DA REPÚBLICA VELHA

Conforme observado (GOULART, 2014), ao longo dos 40 anos que representam a República Velha no Paraná, pode-se constatar mudanças e alterações nos arranjos da estrutura e divisões do Secretariado do governo do estado. Contudo, se observar os primeiros anos da República, mesmo em meio à elevada rotatividade dos Presidentes estaduais instituída pelo Governo Provisório⁷ e as rupturas políticas⁸ provocadas pela mudança de regime até a Constituição de 1892, manteve-se inicialmente os elementos da organização administrativa do Império, através da presença da Secretaria de Governo⁹, subdividida em Inspetoria do Tesouro¹⁰, Diretoria de Obras Públicas¹¹ e Diretoria de Instrução Pública.

7 O Governo Provisório constituiu-se dos seguintes nomes: Francisco José Cardoso Junior, José Marques Guimarães, Uladislau Herculano de Freitas, Américo Lobo Leite Pereira, Inocêncio Serzedelo Correia e José Cerqueira de Aguiar Lima. (VARGAS, CARNEIRO, 1994).

8 Deposição de Generoso Marques do governo do Paraná.

9 “Regulamento: 31 de dezembro de 1889. Extinção: Lei nº 1, de 27 de abril de 1892.” (HISTÓRIA, 2000, p. 28).

10 Tem como função “...arrecadar, administrar e fiscalizar as rendas do Estado e do pagamento de suas despesas.” (HISTÓRIA, 2000, p. 29).

11 Possui o objetivo de “...projetar, dirigir, executar e fiscalizar todas as obras públicas do Estado.” (HISTÓRIA, 2000, p. 29).

De acordo com a obra **História Administrativa do Paraná: criação, competências e alterações de unidades administrativas da Província e do Estado** (2000), identificou-se 27 pastas ao longo do período, mas isso não significa que o estado tenha apresentado grandes transformações em sua estrutura político administrativa. No que concerne à ocupação das referidas pastas, constata-se que durante as quatro décadas da República Velha sucedeu a ocupação de 24 nomes em sua estrutura, destes, como veremos adiante, todos ligados direta ou indiretamente à classe dominante tradicional, historicamente formada pelos grandes proprietários e pelo setor ervateiro. Entretanto, apesar da presente obra tornar-se elemento fundamental para análise, não denota em seu conteúdo as subdivisões estabelecidas internamente em cada pasta, menos ainda os nomes dos agentes públicos que ocuparam os referidos cargos, o que baliza esta pesquisa inicial ainda mais significativa.

Em se tratando do primeiro momento administrativo do Paraná republicano, Vicente Machado fora nomeado líder da Comissão¹² política (definida pelo governo federal) na qual se responsabilizaria em assumir as rédeas da nova ordem local. Porém, neste novo contexto o então republicano histórico¹³, que passou a acumular os cargos de Inspetor de Ensino e também de Chefe de Polícia, indicou seu amigo pessoal Maurício Sinke¹⁴ para Delegado de Polícia e

12 Comissão formada também por Francisco Torres, Joaquim Procópio Pinto Chichorro Junior, Ernesto Lima, Celestino Junior, Lufrido Costa e Maurício Sinke. (GOULART, 2014).

13 Vicente Machado tornou-se líder político e orador político importante ainda no Império, também pertencente à classe dominante tradicional ligada ao setor da grande propriedade. Deputado estadual em sete legislaturas, advogado e promotor público, além de senador e governador entre 1904-1907. (GOULART, 2014; OLIVEIRA (b), 2001).

14 Foi deputado estadual na legislatura de 1896-1897, consta que sua atividade girava em torno do setor industrial, além de membro do Partido Republicano Federal.

Emiliano Pernetta¹⁵ para Secretário Oficial de Gabinete. Diante de tal situação, o primeiro arranjo político administrativo pautou-se por escândalos públicos nos jornais oposicionistas devido ao fato de Vicente Machado ter sido acusado de desviar recursos públicos e promover a instalação do Banco de São Paulo para a gerência das finanças do estado (Jornal **XV de Novembro** de 1890), de contratar vários delegados de ensino que eram seus amigos e aliados políticos (Jornal **Diário do Paraná**, 31 de julho de 1890). Assim como também de passar para a empresa particular de Maurício Sinke (SINKE & CIA) a cobrança da dívida dos colonos, que usou o aparato policial (destinado em concordância com o Chefe de Polícia) para cobrar juros de 30%, enquanto que para os cofres do estado seriam repassados apenas valores entre 5% e 6% do cobrado (Jornal **XV de Novembro**, janeiro e fevereiro de 1890).

Partindo da nova configuração desenhada pela Constituição Estadual de 1892, a estrutura administrativa de governo passou a ser composta por 3 Secretarias¹⁶ específicas, as quais foram responsáveis pela administração pública estadual num período de tempo maior, abarcando um contexto importante de organização do próprio estado do Paraná entre os anos 1892 até 1912. Destarte, apresentou a seguinte divisão: Secretaria do Interior, Instrução Pública e Justiça¹⁷;

15 Destacou-se na literatura paranaense, sendo denominado de “Príncipe dos Poetas”. Formado em Direito, torna-se professor e participou do movimento abolicionista e republicano no estado. Irmão de João Pernetta, deputado estadual entre os anos 1902-1915, liderando a bancada governista até a morte de Vicente Machado, além de deputado federal e camarista em Curitiba. (BEGA, 2013; GOULART, 2014).

16 “Lei nº 1 de 27 de abril de 1892.” (HISTÓRIA, 2000, p. 29)

17 Então, “...a esta Secretaria ficam pertencendo os serviços atualmente confiados à Diretoria de da Instrução Pública e à Secretaria do Governo em negócios que disserem respeito ao ensino primário, secundário, superior e profissional, à administração da justiça e, mais, sobre eleições para cargos de nomeação popular; socorros públicos; hospitais, hospícios e casas de caridade; cemitérios públicos, higiene e polícia sanitária; questões de limites, estatística e recenseamento da população.” (HISTÓRIA, 2000, p. 29).

Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias¹⁸; Secretarias de Obras Públicas e Colonização¹⁹.

Para a ocupação das referidas pastas, observou-se, respectivamente, a disposição dos seguintes nomes²⁰: Nestor Pereira de Castro (1893), Caetano Alberto Munhoz (1894-1895), Antonio Augusto de Carvalho Chaves (1896-1899), Octávio Ferreira do Amaral e Silva (1900-1903), Bento José Lamenha Lins (1904-1907), Luis Antonio Xavier (1908-1911), para a Secretaria do Interior, Instrução Pública e Justiça; Bento José Lamenha Lins (1892-1893), Luis Antonio Xavier (1894-1899), Antonio Augusto de Carvalho Chaves (1900-1904), Javert Madureira (1904), Joaquim Procópio Pinto Chichorro Junior (1905-1911), na ocupação da Secretaria de Finanças, Comércio e Indústria; Cândido Ferreira de Abreu (1892, 1896-1899), Laurindo Correia de Mello (1893), João Baptista Costa Carvalho Filho (1894-1895), Arthur Pereira de Cerqueira (1900-1903), Joaquim Procópio Pinto Chichorro Junior (1904), Francisco Gutierrez Beltrão (1905-1909), Claudino Rogoberto dos Santos (1908-1911) e José Niepce da Silva (1911) para a Pasta de Obras Públicas e Colonização.

Como se pode notar, a organização administrativa do período

18 Cumpre "...realizar os serviços confiados atualmente ao Tesouro do Estado e à Secretaria do Governo, em negócios que disserem respeito: a estabelecimentos agrícolas e industriais, mantidos e auxiliados pelos cofres do Estado; às providências convenientes aos diversos ramos de indústrias; ao exame das invenções e dos melhoramentos industriais que se requer privilégio." (HISTÓRIA, 2000, p. 30).

19 Define-se que "...à esta Secretaria ficam pertencendo os serviços até agora confiados à Diretoria de Obras Públicas e que disserem respeito às obras públicas do Estado; medição e demarcação das terras públicas; registros de terras possuídas; legitimação e revalidação das posses e sesmarias; concessão, descrição, distribuição, aforamento e venda das terras pertencentes ao Estado; imigração e colonização; viação férrea estadual; mineração; navegação subvencionada ou auxiliada pelo Estado; questões de limites; catequese e civilização dos índios." (HISTÓRIA, 2000, p. 30, 31)

20 Conferir o Quadro Nominativo do Secretariado completo ao final do texto, contendo as seguintes informações de cada Secretário: pasta/período, governador em exercício, diretor(es) da pasta, local e data de nascimento e morte, cargos públicos eletivos, parentesco-relações familiares, partido político e atividades profissionais.

designa uma maior rotatividade na ocupação das pastas haja vista que refere-se a um contexto de concretização da República no Paraná, o qual também foi marcado por disputas partidárias mais significativas entre o grupo de Vicente Machado, chefe do Partido Republicano Federal, notadamente governista e afinado com a política nacional, e os membros do Partido Republicano, liderados pelo oposicionista Generoso Marques dos Santos. Também no decorrer deste quadro, se estabelece a reorganização da política estadual através da Coligação Partidária realizada em 1908 entre as forças políticas (até então opostamente formadas por maragatos e pica-paus), originando o Partido Republicano Paranaense, que consolidou-se no comando do Paraná até 1930. Período ainda igualmente marcado pela da transição geracional²¹ de governadores, a qual se estabeleceu durante a década de 10, mais precisamente durante o governo de Carlos Cavalcanti, que teve início em 1912. (GOULART, 2014).

Essa situação de mudança de geração na ocupação do Executivo estadual não significou que ocorreu alteração no grupo dominante, mas readequação política para os mais novos (pertencentes às famílias históricas direta ou indiretamente), que passaram a assumir o poder e o controle político estadual (GOULART, 2014; OLIVEIRA (b), 2001). Nesse sentido, pode-se argumentar que a base de organização do *sistema coronelista* promoveu a continuidade política destes grupos familiares ao longo do período, uma vez que se firmavam em manter o eleitorado (grande parte rural) mobilizado para garantir as eleições a

21 Segundo Goulart (2014) pode-se dizer que o governo Executivo do Paraná entre os anos de 1889-1930 apresentou duas gerações distintas de governadores. Sendo a primeira formada por Generoso Marques dos Santos (1891), Francisco Xavier da Silva (1892-1896, 1900-1904, 1908-1912), José Pereira dos Santos Andrade (1896-1900), Vicente Machado da Silva Lima (1904-1907), João Cândido Ferreira (1907) e Carlos Cavalcanti (1912-1916), enquanto que a segunda geração foi representada por Afonso Alves de Camargo (1916-1920, 1928-1930) e Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928).

partir da troca de favores e possíveis benefícios para seus redutos eleitorais. Até porque o mediador de tal relação, chamado de coronel, já se encontrava no primeiro período republicano com seu prestígio político e recursos financeiros cada vez mais dependentes e limitados, daí a necessidade de participar desta situação, ainda que de forma submissa em relação ao governo estadual. (LEAL, 1986; GOULART, 2004)

Outro elemento importante na rotatividade de Secretarias foi a ocupação das forças federalistas no governo do estado em 1893/1894. No momentâneo governo revolucionário de Menezes Dória²² (21.01.1894-24.03.1894) foram aposentados quadros importantes da administração estadual para serem preenchidos por pessoas de sua confiança, a exemplo do Secretário Nestor Pereira de Castro, mas sobre o qual não consta registro de suas ações em na pasta. Contudo, se levar em conta cargos administrativos de menor expressão política, as substituições e demissões promovidas na época da Revolução Federalista ocorreram em massa. Neste contexto, destaca-se desde a nomeação de prefeitos, de escrivães, de juízes distritais, de contínuos, de camaristas municipais, de oficiais da Secretaria do Interior, de substituições de delegados, e até mesmo a aposentadoria de desembargadores. Todavia, importante sinalizar que durante o período de restabelecimento da ordem florianista, o vice governador em exercício, Vicente Machado, reorganizou novamente a administração estadual, agora em suas mãos, fazendo com que esta fosse reocupada novamente por indivíduos políticos ligados ao seu grupo, fato que resultou em mais alterações em todo quadro administrativo. (GOULART, 2014; Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, 1894).

22 João Menezes Dória foi médico, federalista, ocupou o governo do estado durante à época da Revolução Federalista. Exilou-se em Buenos Aires, continuou combativo à política situacionista, mas não retornou para nenhum cargo político eletivo. (CARNEIRO, VARGAS, 1994; GOULART, 2014)

A configuração do Secretariado de governo, subdividida em 3 pastas, mencionada anteriormente, durou até o ano de 1912, quando o então governador Carlos Cavalcanti²³ (1912-1916) determinou modificações na disposição do Secretariado²⁴ tendo como principal objetivo ampliar o quadro administrativo para reestruturação das contas do estado. A nova composição administrativa resultou em quatro Secretarias, sendo elas: Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria dos Negócios da Fazenda; Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação²⁵; Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio²⁶. Assim, seus respectivos Secretários foram: Marins A. de Camargo (1912) e Claudino Rogoberto²⁷ dos Santos (1913-1915); Arthur Marins Franco (1912-1915); Niepce José da Silva (1912) e

23 Cunhado do governador Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928). Carlos Cavalcanti, engenheiro militar, foi deputado estadual em cinco legislaturas, deputado federal e senador; primeiramente pertenceu ao Partido Republicano Federal e, depois de 1908, ao Partido Republicano Paranaense. (GOULART, 2014).

24 “Criação: Lei nº 1.093, de 11 de março de 1912. Autoriza o governo a desdobrar a Secretaria de Finanças, Comércio e Indústria em duas outras repartições da mesma categoria, a primeira com a denominação de Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e a segunda com a de Secretaria da Fazenda. Fica instituído na Secretaria da Fazenda o Tribunal do Tesouro para funcionar como Tribunal Administrativo e como órgão consultivo e[m] matéria de contratos, subvenções, garantias de juros etc.” (HISTÓRIA, 2000, p. 39).

25 Dessa forma, “...cabe a essa Secretaria o que diz respeito ao serviço de terras; o registro de entrada e destino dos autos de medição de terras; extrair os títulos provisórios ou definitivos de terras e lotes coloniais registrando-os nos respectivos livros; fazer a fiscalização dos serviços dos lotes nas Colônias emancipadas; prestar informações e providências para o ponto encaminhado dos documentos recebidos dos comissários de terras ou a eles dirigidos; extrair certidões que forem requisitadas e despachadas pelo Secretário, relativas a papéis na seção; prestar informações e proceder as buscas determinadas pelos despachos exarados nos papéis que lhe forem presentes; auxiliar o trabalho de outras divisões da Secretaria, quando necessário.” (HISTÓRIA, 2000, p. 33,34).

26 “Cabem a esta Secretaria os serviços relacionados com o desenvolvimento das indústrias agropecuárias e de outras que existiam ou possam existir no Estado, como o desenvolvimento do comércio, com o povoamento do solo, localização de trabalhadores nacionais e proteção aos índios.” (HISTÓRIA, 2000, p. 33).

27 Em alguns documentos consta como Dagoberto, porém, a maioria consultada apresenta o segundo nome como Rogoberto.

Marins Camargo (1913-1915); e, Ernesto Luiz de Oliveira (1912-1915), respectivamente.

Entre os anos de 1912 e 1913 os jornais oposicionistas apresentaram várias críticas ao governo estadual devido à obtenção de empréstimos sem ter, com eles, resolvido as contas públicas. Em 1912, Carlos Cavalcanti convidou Cândido Ferreira de Abreu²⁸ para dirigir a capital e melhorar a sua aparência a partir de um empréstimo de 6.000.000\$000 que o estado dispensou aos municípios. (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO, 1991) Mesmo assim, no ano de 1913 o governador auferiu empréstimos externos, sendo que metade também seria transferido para as Câmaras Municipais. (GOULART, 2014)

Dessa forma, não foi por acaso que em 1914 o líder do Executivo também sofreu uma série de críticas à sua administração no que diz respeito da readequação e escolha de seu Secretariado, assim como também várias denúncias de escândalos e esbanjamento dos recursos dos cofres públicos, ocasionando um sério endividamento do estado.

Nesse caso, vale apresentar que o ex Secretário de Obras, José Niepce da Silva²⁹, apresentou críticas à falta de abastecimento de água na Capital e apontou problemas na área de esgoto em Relatório apresentado com data de 31 de dezembro de 1912, ressaltando que já teria avisado o governador Carlos Cavalcanti sobre esses distúrbios, mas que não foram tomados como assuntos importantes para resultarem em resolução política de imediato. Nessa monta, consta no Jornal **A Tribuna**, de 17 de janeiro de 1914, a seguinte questão:

28 Que já havia ocupado a Secretaria de Obras Públicas e Colonização nos anos 1890. Cf. Quadro Nominativo do Secretariado.

29 Secretário de Obras Públicas e Colonização (1911) durante o governo de Francisco Xavier da Silva e ex Secretário de Viação, Terras e Obras Públicas somente no primeiro ano (1912) de governo de Carlos Cavalcanti. Cf. QUADRO.

Em plena confirmação ao que, anos atrás, como diretor de Obras Públicas e Viação, informara eu ao governo, a propósito do volume de água fornecido à população desta capital, os fatos têm vindo demonstrar que aquele volume não pode satisfazer às necessidades de consumo diário, mesmo com o número restrito de 2371 instalações domiciliares que tantas são as atualmente existentes.

(...) A população de Curitiba cresce extraordinariamente, os seus hábitos se modificam, todos os dias, de sorte que não somente o serviço privado tende a exigir aumentos progressivos da descarga líquida, como também o serviço público, pelo abastecimento de chafarizes, bebedouros e repuxos, bem como a irrigação das ruas, extinção de incêndios, etc... sem falar no serviço industrial cujo expandimento [sic] obedece à igual proporção. (...) A rede de esgotos também necessita de passar por alguns melhoramentos, cujos estudos serão efetuados depois de concluídos os referentes ao volume d'água [sic] do abastecimento e que reputo de caráter mais urgente.

Ainda no que se refere à estrutura do Secretariado paranaense durante a República Velha, no primeiro mandato do governo de Afonso Alves de Camargo³⁰ (1916-1920) ocorreram mudanças no sentido de se restringir³¹ o número de Secretarias pela metade em relação ao período de governo anterior, resultando na Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública e na Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. Assim, Enéas Marques dos Santos³² (1916-1918, e no ano de 1919, Manoel de Oliveira Franco) ocupou a

30 Afonso Camargo ocupou cadeira na ALEP por cinco legislaturas, formado em Direito, pode-se dizer que é mais um representante da classe dominante tradicional. Iniciou sua carreira política pelas mãos do oposicionista Generoso Marques. Mas com a morte de Vicente Machado, assumiu a liderança do novo Partido Republicano Paranaense conseguindo concentrar poder político até 1930.

31 “Criação: Lei nº 1.555 de 4 de março de 1916. Extingue a atual Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria e Obras Públicas, ficando os seus negócios afetos à Secretaria da Fazenda, que passa a denominar-se secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.” (HISTÓRIA, 2000, p. 35)

32 Filho de Generoso Marques dos Santos, de quem Afonso Camargo recebeu grande parte de seus ensinamentos e *capital político* quando ainda eram oposição, até o ano de 1908.

primeira pasta e, unicamente, Caetano Munhoz da Rocha dirigiu a segunda (1916-1919).

Mesmo apesar de se impor politicamente ao seu antigo grupo (de caráter oposicionista), como também de liderar os antigos adeptos do vicentismo, por meio do comando do Partido Republicano Paranaense, Afonso Camargo terminou seu primeiro mandato de governador com dificuldades nas finanças e com um *capital político*³³ firmado mais pela imposição autoritária do que por estratégias políticas e administrativas marcadas pelo trabalho técnico e eficaz de seus Secretários. Dentre os principais fatos que geraram dificuldades à sua administração, bem como de seu grupo, tem-se os resultados financeiros do acirramento do conflito na região do Contestado, finalizado somente em 1916.

Contudo, a maior restrição em número de pastas, mas não menos em número de funcionários³⁴ de primeiro e segundo escalão, foi a mudança ocorrida no governo de Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928) em seus dois mandatos³⁵ sequenciais, que aglutinou as pastas anteriores, como também suas funções em apenas uma única Secretaria, a Secretaria Geral³⁶. Nesse caso, Marins Camargo³⁷ (1920-

33 Entendemos o conceito de *capital político* a partir do conceito de P. Bourdieu que o entende como “...o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.” (BOURDIEU, 2002, p. 164)

34 Em dados momentos os Relatórios apresentam em torno de cinco Diretorias e cinco Inspetorias onde cada uma apresentava vários funcionários de seção (formados por cerca de oito funcionários para cada setor).

35 Vale ressaltar que Munhoz da Rocha conseguiu sua reeleição mediante apoio e obediência da maioria dos parlamentares da ALEP. (GOULART, 2014)

36 “Criação: Lei nº 1927, de 12 de março de 1920. Ficam a cargo da Secretaria Geral os serviços públicos afetos à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública e à Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.” (HISTÓRIA, 2000, p. 36).

37 Irmão do governador Afonso Camargo.

1922) e Alcides Munhoz³⁸ (1923-1927) ocuparam, na devida ordem, a Secretaria Geral.

Como principal justificativa para a reforma do Secretariado, Munhoz da Rocha apresentou como uma de suas maiores preocupações o (novamente) necessário ajuste financeiro do estado, conquanto, conseguiu poucas vezes fechar o orçamento anual de forma que não ficasse deficitário. Em Mensagem Governamental, argumentou que:

...pelo regime republicano cabe ao Presidente a responsabilidade de todos os atos da administração; junto e necessário se torna, portanto, que toda a ação administrativa se desenvolva mais perto, sob sua influência pessoal, especialmente quanto à realização da despesa. (...) porquanto, centralizar-se-á a autoridade do Secretário, ficando a superintendência dos primeiros serviços confiada a funcionários de comprovada capacidade e competência, tanto mais que, como já tive a oportunidade de declarar, a ação do meu governo se exercerá principalmente em torno do problema econômico-financeiro. (MENSAGEM GOVERNADOR DO PARANÁ, 1921)

Pode-se dizer que Munhoz da Rocha construiu sua plataforma de governo a partir de uma postura política que tornaria as contas públicas mais aceitáveis e condizentes com a capacidade do estado, segundo ele. Contudo, mesmo diminuindo o quadro administrativo e designando técnicos para funções estratégicas, não foi capaz de solucionar as finanças paranaenses, registrando *défcits* orçamentários que chegavam a suplantar mais de 30% em relação ao valor arrecadado. Durante seu primeiro mandato, Munhoz da Rocha contratou diversos técnicos, inclusive profissionais da educação que vieram de outros estados e foram nomeados na tentativa de diminuição do analfabetismo. (GOULART, 2014).

Para fechar o período da República Velha no Paraná, no segundo mandato de Afonso Alves de Camargo (1928-1930) ocorreu

38 Primo do então governador, Caetano Munhoz da Rocha.

nova redistribuição³⁹ administrativa em termos de divisão de pastas do Secretariado de Governo. Nesse sentido, o governador estabeleceu o retorno da seguinte divisão, aproximando-se da configuração do Secretariado que marcou os anos 1892 a 1912. Assim, o Secretariado do Paraná passou a compor-se novamente da seguinte maneira: Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio; Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública; Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Para ocupar as respectivas pastas foram nomeados os seguintes agentes: Lysimaco Ferreira da Costa (1928-1930), José Pinto Rebello Junior (1928-1930) e Francisco Gutierrez Beltrão (1928-1930).

Em observação aos trabalhos realizados pelos deputados estaduais na ALEP (Assembleia Legislativa do Paraná), as Secretarias de Governo também encaminhavam pedidos de subsídios, realizados pelo Executivo, haja vista que os respectivos projetos também não eram debatidos por seus membros a ponto de sempre serem aprovados⁴⁰ de forma tranquila. Mesmo extrapolando o período desta última configuração administrativa, vale ressaltar aspectos da dinâmica que envolveu o Secretariado, seus membros e demais esferas de poder como a ALEP e o Executivo estadual.

Conquanto, é também no seguimento de Estradas e Transportes que se estabeleceram vários tipos de ligações e favorecimentos entre o setor público, representados tanto pelos membros da ALEP quanto pelo governador do estado ou por meio do Secretariado, e o setor privado. Os projetos direcionados à construção de estradas

39 “Criação: Lei nº 2.502, de 25 de fevereiro de 1928.” (HISTÓRIA, 2000, p. 36).

40 Para que os Projetos fossem votados e aprovados na ALEP, seria necessário a presença de no mínimo 16 deputados (num total de 30 membros na época). Nesse caso, vale lembrar que o número de cadeiras ocupadas pela oposição (minoridade) não poderia extrapolar o número de 10, ou seja, não ocorreram empecilhos para aprovação de projetos decorrentes do Secretariado do governo, pois a maioria sempre foi efetivamente governista. (GOULART, 2014)

foram responsáveis por diversos tipos de benefícios instituídos na ALEP à particulares, ocorrendo privilégios que chegavam a ser firmados por 90 anos, como é o caso do projeto que concedia à José Niepce da Silva⁴¹ isenção para construção de estrada de Curitiba até Rio Negro⁴², em 1908. (GOULART, 2014)

Este beneficiário dos parlamentares da ALEP foi Secretário de Obras Públicas e Colonização durante o terceiro mandato do governador Xavier da Silva, em 1911. Também foi Secretário no mandato de Carlos Cavalcanti. Liderando a mesma Secretaria foi acusado de roubo do erário público por Afonso Camargo, que instaurou um inquérito quando o referido Secretário estava em viagem, não podendo se defender. Já no comando político do estado, Afonso Camargo providenciou a demissão de Niepce e a substituição deste por seu irmão, Marins Camargo. O fato interessante é que José Niepce, por sua vez, conhecedor das questões que envolviam vendas e legitimação de terras, passou a acusar Afonso Camargo e sua família de forma impetuosa. (Jornal **Gazeta do Povo**, em 1919). Contudo, em 1927, José Niepce da Silva volta à cena política aliando-se à Afonso Camargo, saindo como candidato⁴³ à deputado estadual pelo PRPr. (Jornal **Gazeta do Povo**, 1927).

Assim, ressaltamos que mesmo com o objetivo de analisar a estrutura de uma esfera de poder, como no caso do Secretariado do Governo paranaense, não se pode deixar de correlacionar as práticas efetivas que promoveram a configuração política regional. No referido contexto, a presença do *sistema coronelista* tornou-se funda-

41 Durante este período não ocupava nenhum cargo público, tão menos alguma Secretaria de governo, portanto, o referido pedido enquadra-se em benefícios de ordem privada e não benfeitorias direcionadas para a população, em nome da esfera pública.

42 Informações obtidas nos **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Paraná**, em 1908.

43 Embora tenha sido propagada sua candidatura, seu nome não se encontra na lista dos deputados eleitos da ALEP. (GOULART, 2014)

mental porque se firmou enquanto prática extralegal, promovendo a relação estabelecida entre poder público e poder privado.

Nesta perspectiva de análise geral do Secretariado e algumas de suas ações, apesar de não se considerar inicialmente significativas rupturas, percebe-se uma situação que apresentou elementos de mudança em comparação à configuração estabelecida no contexto do Império, pois “...os concursos para ingresso na burocracia permanente e com níveis hierárquicos de promoção de posições e outros traços do estado burguês, começam a se organizar, ainda que mais no plano formal que no real. A formação do burocratismo burguês é um lento processo, mas os novos componentes já representavam elementos de modernização burocrática”. (OLIVEIRA (b), 2001, p. 231)

A DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO NA COMPOSIÇÃO DO SECRETARIADO PARANAENSE

Ainda como forma de compreensão das relações geracionais estabelecidas entre os governadores durante a República Velha, a composição e a visualização da estrutura das Secretarias de governo demonstram também os vínculos estabelecidos entre os membros da classe dominante. Nesse sentido, ao longo do período assistiu-se um processo contínuo de burocratização e racionalização, buscando cada vez mais técnicos e especialistas para o preenchimento dos cargos. Por outro lado, as nomeações para os principais cargos indicam que as relações de parentesco também estavam presentes até mesmo nos últimos anos do segundo mandato de Affonso Alves de Camargo (1928-1930).

A presença direta das relações de parentesco torna-se um instrumento eficaz para manutenção do poder político que é fundamentado, por muitas vezes, através de redes de poder e de proteção. Segundo Ricardo C. de Oliveira, as famílias “...podem acumular capitais e entrar na classe dominante e também podem paulatinamen-

te ser afastados por um processo de decadência social e econômica. Transformações ocorrem o tempo todo.” (OLIVEIRA (b), 2001, p. 5) Além de diversas relações de parentesco entre chefes políticos locais, tem-se exemplos no quadro do aparelho regional de Estado que perpassam diretamente relações de enlace familiar entre parentes dos governadores, como no caso de Carlos Cavalcanti e Munhoz da Rocha que eram cunhados, entre Vicente Machado que teve sua filha casada com o filho de Carlos Cavalcanti, assim como também João Cândido Ferreira que foi sogro de uma das filhas de Caetano Munhoz da Rocha.

De acordo com Alexandre Niess (2012), mesmo pautando sua análise para o caso da França, existe uma contradição efetiva na relação hereditariedade e República uma vez que estes campos parecem, num primeiro momento, estar separados. Contudo, o autor chama atenção para o fato de que as relações de parentesco vinculadas à política, à República e ao nepotismo devem elucidar o fato de que o conceito de família, à luz de Lévi-Strauss, é pensado “...a partir de um átomo inicial.” (NIESS, 2012, p. 74) Ou seja, o elemento do casamento passa a ser um aspecto fundamental para a ampliação das relações de parentesco e, ao mesmo tempo, para o caso do fortalecimento familiar como no presente campo de análise, qual seja, o contexto político e, de forma específica, o Secretariado Paranaense nos anos 1889-1930. Nesse sentido, ressalta-se que as relações de parentesco são significativas porque pressupõem laços mais amplos do que apenas àqueles estabelecidos dentro de um núcleo familiar fechado. Ainda conforme Niess, a filiação política pode ser estabelecida a partir de duas dimensões principais, isto é, as filiações diretas e as filiações indiretas.

No caso das filiações diretas, entende-se que a hereditariedade política se estabelece pelas relações entre pais e filhos, ou seja,

quando o filho recebe dos pais toda uma herança política exercida anteriormente, fator identificado por pesquisas genealógicas. Nesse caso, o peso da tradição familiar é a base para a continuidade do mesmo sobrenome nos espaços de poder político, independentemente de suas alterações em esferas diferentes. O que vale, então, é o fato do pai, de certa forma, “preparar” o terreno político para receber seu filho.

Quanto as filiações indiretas, tão importantes quanto a primeira forma para compreensão do presente objeto, diz respeito à capacidade de hereditariedade política ocorrer entre genros e sogros. Nesse sentido, o casamento torna-se um fator fundamental para o “pertencimento político” a determinado grupo familiar. Assim, deve-se considerar o exemplo de políticos que, quando viúvos, casam-se com suas cunhadas e isto ocorre, fundamentalmente, para que o poder político transmitido pelo sogro continue sendo o mesmo e não ocorra a interrupção do laço de parentesco pelo afastamento familiar, como no caso do então governador e oposicionista Generoso Marques dos Santos⁴⁴, que casou-se com duas filhas do cel. Benedito Enéas de Paula. (GOULART, 2014)

Nessa perspectiva de análise, Letícia B. Canêdo (1994) destaca que não se pode desprezar a presença de relações de parentesco como direcionamento e base para redes políticas como forma de ingresso aos cargos eletivos e, principalmente, aos cargos públicos efetivados por nomeação - como definido pela própria legislação do

44 Sua primeira esposa, Ana Joaquina de Paula, faleceu em 1893 e, no ano de 1896, casou-se com Rosalina de Paula dos Santos, sua cunhada. Foi o primeiro governador eleito (pelo Congresso Legislativo Estadual) após a Proclamação da República. No que concerne a posicionamentos políticos, pode-se dizer que foi a maior liderança oposicionista da época. Permaneceu na ALEP por oito mandatos, por vezes combatendo diretamente o poder de Vicente Machado na liderança situacionista. Formado em Direito, também representou o Paraná no senado nos anos 1890-1893 e 1909-1917. (DICIONÁRIO, 1991).

Paraná quanto à escolha dos membros para a estrutura das Secretarias. Em outros termos, a possibilidade de investigar a organização política e administrativa do aparelho regional de Estado, por meio de suas configurações familiares e redes de parentesco, permite-nos repensar as condições de relação entre as esferas familiares e políticas uma vez que estas não se apresentam separadas em sua *práxis*.

Então, mediante o Quadro Nominativo do Secretariado⁴⁵ apensado ao texto, vale ressaltar que do conjunto de nomes apresentados para o apoderamento das Secretarias e de suas respectivas Diretorias, grande parte deles se encontram aglutinados aos mesmos ramos familiares. Assim, cumprindo um olhar voltado ao primeiro escalão do governo, vale ressaltar as redes e laços familiares aos quais os Secretários estavam ligados.

O único governador durante a República Velha que fez parte do Secretariado foi Caetano Munhoz da Rocha, o qual possuía laços de parentesco com o Secretário Caetano Alberto Munhoz, sendo seu sobrinho. Nessa mesma rede, verifica-se que o Secretário Alcides Munhoz (que também ocupou a Secretaria de Finanças como oficial ou chefe de seção nos anos 1900-1903, 1905-1906, 1908-1911, Secretaria da Fazenda em 1912-1916) pertencia à mesma família, sendo primo do então governador. Ou seja, num mesmo período de exercício político, três Secretários tiveram laços diretos de parentesco num cargo verdadeiramente importante para direcionamento do estado. Contudo, ainda no mesmo grupo familiar, vale ressaltar que

⁴⁵ Mesmo com a busca de fontes diversificadas para preenchimento do referido Quadro Nominativo do Secretariado, algumas informações sobre Secretários de governo e seus Diretores não foram apresentadas devido ausência de informações mesmo nos documentos oficiais, como nos Relatórios de governo. Ainda que muito relevantes, parte de documentos oficiais, jornais, Atas da ALEP, entre outras bases de informações, encontram-se dispersas por não apresentarem totalidade de seus números ou partes. Todavia, o esforço para tal levantamento pode ser considerado como ponto de partida para estudos mais aprofundados sobre o Secretariado do Paraná da República Velha.

João Alberto Munhoz fora Diretor de Secretaria em vários momentos (1892-1895, 1896-1899, 1900-1903, 1904-1907).

Em outro caso de redes familiares na ocupação do Executivo e do Secretariado, tem-se o exemplo de Bento José Lamenha Lins (29.11.1891-25.02.1892), que apesar de ocupar o governo estadual por um período irrisório e de transição, através da Junta Governativa, seu pai foi Presidente da Província e, com laço firmado por meio de casamento em 1912, uniu-se à família Loyola através do enlace com a viúva de Vicente Machado, Helena de Loyola. Então, não só pela força política do governador Vicente Machado, mas também pelo vínculo de Bento José, pode-se identificar um conjunto de indivíduos que participou da administração estadual ligados a este grupo: seu sogro Joaquim Antonio de Loyola ocupou a chefia da coletoria estadual (1904-1907, 1908-1911), João Pedro de Loyola consta como 2º oficial da Secretaria de Obras (1908-1911, 1912-1915, e como 1º oficial 1912-1915), Arthur Ferreira de Loyola foi Diretor do Instituto Comercial de Curitiba (1908-1911, 1912-1915), Henrique Loyola foi Chefe de Seção (1920-1928), José Guilherme de Loyola ocupou-se da Diretoria de Serviço Sanitário (1908-1911, 1928-1930) e Servando de Loyola Silva foi responsável pelo Regimento de Segurança (1908-1911).

Ainda no sentido de se pensar na ocupação do Secretariado, interessante apontar que foi Luis Antono Xavier⁴⁶ que ocupou o cargo por mais tempo, ou seja, permaneceu como Secretário por 10 anos (1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1908, 1909, 1910, 1911). Nesse sentido, vale ressaltar que seu irmão João Antonio Xavier foi deputado estadual por vários mandatos e liderança importante do

46 Por quatro vezes ocupou cadeira na ALEP, além de prefeito de Curitiba e deputado federal. Sempre esteve correlacionado ao situacionismo político, primeiramente no Partido Republicano Federal, depois pelo Partido Republicano Paranaense. (GOU-LART, 2014; NICOLAS, 1984)

PRF (Partido Republicano Federal) de Vicente Machado e também durante o período de aglutinação partidária, além de ambos irmãos ocuparem a Prefeitura da Capital, cargo também obtido por nomeação. Em termos de permanência na ocupação das Secretarias, segue-se Antonio Augusto de Carvalho Chaves e Marins Camargo com oito anos de cargo, Claudino Rogoberto dos Santos com sete anos, e Joaquim Procópio Pinto Chichorro Junior e Francisco Gutierrez Beltrão, cada um com seis anos de Secretariado.

Tomando como padrão recorrente dos vínculos de parentesco, a família Alves de Camargo⁴⁷ se configurou como uma das mais importantes durante a República Velha através do governador Afonso Alves de Camargo, que iniciou sua trajetória política por meio do oposicionista Generoso Marques e, que, ao longo do período foi capaz de consolidar *capital político* para chegar ao comando do estado ocupando o Executivo estadual, ao mesmo tempo que comandava disciplinarmente o Partido Republicano Paranaense, como também de forma indireta à Assembleia Legislativa do Paraná. Nesse caso, Marins Alves de Camargo (irmão de Afonso Camargo) fora escolhido para ocupar em momentos específicos três Secretarias (do Interior, em 1912; de Obras entre 1913-1915; Sec. Geral nos anos de 1920-1922), sendo o único a se apoderar de três pastas.

Com o objetivo de restabelecer a hipótese inicial, vale indicar que apesar dos vínculos familiares serem a base sólida para alcance e permanência nas Secretarias, é importante chamar a atenção para o fato de que seus ocupantes foram indivíduos em sua maioria com formação acadêmica, preparados nas melhores instituições do

⁴⁷ O livro **Na Teia do Nepotismo**, Ricardo Costa de Oliveira chama a tenção para o fato de que existe uma relação efetiva e concreta entre família e política no Paraná e que as estruturas de parentesco se correlacionam às estruturas políticas. Nesse caso, ainda hoje familiares e descendentes dos Alves de Camargo fazem parte do contexto político e de cargos importantes no aparelho de Estado regional. (OLIVEIRA, 2012)

país, assim como também fizeram parte de outras esferas de poder no Paraná. Dessa forma, dos 24 Secretários pesquisados, em apenas sete nomes não são encontradas indicações de formação superior. Nos demais destacam-se as seguintes áreas de formação: nove Secretários formados em Direito, cinco graduados em Engenharia e apenas três se formaram em Medicina.

Mesmo dada a complexidade de sistematização de informações, torna-se fundamental apresentar os sobrenomes que se fizeram presentes ao longo da composição do Secretariado, uma vez que estes se encontram todos alicerçados em famílias históricas do Paraná, ainda que ocupassem cargos de menor expressão como de Chefe de Seção, além de 1º e 2º oficial: Correia, Guimarães, Motta, Azevedo Macedo, Bittencourt, Mello, Virmond, Pedrosa, Braga, Torres, Franco, Ferreira Leite, Espíndola, Andrade, Miró, Ribeiro de Macedo, Freitas, Negrão, Azevedo Macedo, Pernetta, Chaves, Almeida Faria, Amaral e Silva, Leão, Machado Lima, Barcellos, Ferreira de Abreu, Cavalcanti, Marques, Sotto-Maior, Pereira de Macedo, Sebrão, Chichorro, Silva Muricy, Andrade, Soares Gomes, França, Camargo, Ballão, Rocha, Gurgel do Amaral, Moura Britto, Araújo, Maranhão, dentre os mais recorrentes e presentes em vários períodos governamentais.

Então, como se pode perceber pela lista de sobrenomes, todo o conjunto de pastas do Secretariado foi ocupado pelas famílias mais importantes do estado, destacando que mediante uma maior complexidade estrutural, alguns permaneceram continuamente, enquanto outros apareciam tão somente em momentos esparsos. Portanto, não se impõe como significativa questão a forma de como estes indivíduos foram recrutados, mas que de uma forma ou de outra, se fizeram presentes na estrutura de poder, compondo o vínculo com a estrutura familiar, cujo cenário político se deu no Secretariado do Paraná. O fato de estruturas familiares estarem alicerçadas no comando

administrativo do estado não implica, efetivamente, em atraso e sim na capacidade de realinhamento político do grupo dominante. Conquanto, a ocupação dos cargos por técnicos (mesmo sendo parentes) que apresentam maior preparo profissional para desempenharem suas funções indica que a classe dominante tradicional foi capaz de adaptar-se à nova conjuntura republicana, ao mesmo tempo em que suas práticas de sustentação política foram mantidas. Em alguns casos, esta capacidade adaptativa está presente no contexto atual, como bem indica Ricardo Costa de Oliveira em sua análise sobre as redes de parentesco no campo político do Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou apresentar uma das mais antigas configurações estabelecidas nas sociedades, ou seja, tanto as antigas quanto as sociedades modernas estão profundamente alicerçadas pela ligação estabelecida entre Família e Política. Neste caso, especificamente, tratou-se da dinâmica firmada entre a política administrativa do Paraná da República Velha a partir da análise dos vínculos estabelecidos entre os agentes que ocuparam os principais cargos administrativos, ou seja, as Secretarias de governo do Paraná, bem como seus principais assessores em cargos de Diretores e Inspetores. Para tanto, buscou-se levantar através de documentos como os Relatórios das Secretarias, de jornais e revistas da época as informações que pudessem compor o quadro político administrativo do período e, fundamentalmente, a relação dos referidos nomes e sobrenomes dos principais atores políticos do contexto paranaense.

Assim, tomando por base a ligação estabelecida entre sobrenomes, famílias e cargos públicos que constituíram o Secretariado do Paraná, tem-se os elementos centrais para compreensão da estrutura da política estadual, bem como das relações estabelecidas entre a

classe dominante e a estrutura de poder através de pessoas do mesmo círculo familiar. Nessa perspectiva, vale ressaltar que as mudanças dos nomes e indicações acompanharam efetivamente as mudanças políticas que se estabeleceram no Executivo e no Legislativo. Assim, tanto a transição geracional que ocorreu no governo do estado na metade da década de 1910, como também a Coligação Partidária de 1908, que procurou unir as maiores rivalidades políticas do início da República através da composição do Partido Republicano Paranaense, tornaram-se elementos constitutivos para análise da distribuição e ocupação dos cargos, uma vez que se apresentam correlacionados.

Diferentemente de análises que proporcionam a relação de parentesco com a continuidade de poder político a partir da perspectiva de longa duração, o respectivo posicionamento se colocou em destacar que no Paraná da República Velha a política administrativa (através das Secretarias) foi marcada pela ocupação de cargos públicos ramificados nas mãos de um conjunto de famílias, as quais se distribuíam ao mesmo tempo (e também entre o recorte dos anos 1889-1930) entre o Legislativo e o Executivo, conforme apontado no Quadro Nominativo do Secretariado, apensado ao final do texto.

Com o objetivo de delimitação analítica, averiguou-se os principais ramos familiares que estiveram presentes na administração das Secretarias de governo do Paraná. Fato que nos leva a indicar que a maioria dos ocupantes das Secretarias tiveram laços de parentesco (filiações indiretas) com agentes políticos que ocuparam outros cargos importantes no estado como de governadores, de deputados estaduais e federais, nas figuras de sogros, genros, primos, irmãos, sobrinhos, cunhados, entre outros. Assim, independente ou não do processo de burocratização e modernização do aparelho de Estado regional, bem como da mudança de regime, a família se constitui como foco relevante para se pensar a distribuição e consolidação de poder político no Paraná da República Velha.

REFERÊNCIAS

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Letras e política no Paraná**: simbolistas e anticlericais na República Velha. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Caminhos da memória: parentesco e poder. **Textos de História**, UnB, v.2, n. 3, 1994, p. 85-122.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História Biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.

COSTA, Samuel Guimarães da. **História Política da Assembleia Legislativa do Paraná**. 2.V. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 1994.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ. Paraná: Chain-Banestado, 1991.

GOULART, Mônica H. H. S. **A Dança das Cadeiras**: Análise do Jogo Político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2014.

_____. **O poder local e o coronelismo no Estado do Paraná 1880-1930**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. 2004.

HISTÓRIA administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba, PR: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LEITE, Renato Lopes, OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Orgs.). **Reflexões UFPR 100 Anos (1912-2012)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

NÍCOLAS, Maria. **130 Anos de vida parlamentar (1854-1984)**. Paraná: Arquivo da Assembléia Legislativa do Paraná, 1984.

_____. **O Paraná na Câmara dos Deputados (1853-1977)**. Curitiba: Formigueiro, 1979.

_____. **O Paraná no Senado**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, [198?].

NISS, Alexandre. Carreiras políticas e nepotismo na Terceira República francesa (1871-1940). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, Brasília, maio/ago. 2012, p. 71-100.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (a)

OLIVEIRA, Ricardo costa de. **Na Teia do Nepotismo: Sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba, PR: Insight, 2012.

_____. **O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná**. Curitiba, PR: Moinho do Verbo, 2001. (b)

SILVA, Carla Andréia Alves da. **Relações de poder político e parentesco no município de Londrina – Paraná**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2015.

VANALI, Ana C. **A erva-mate e a política paranaense: análise da legislação provincial para a economia ervateira (1854-1889)**. Curitiba: Instituto Memória, 2013.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS E SITES PESQUISADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO QUADRO NOMINATIVO DO SECRETARIADO

http://caetanojosemunhoz.blogspot.com.br/2012/08/6_5899.html

www.arquivopublico.pr.gov.br

www.cpdoc.fgv.br

www.memoria.bn.br

www.museumaconicoparanaense.com.br

www.museuparanaense

www.seeg.pr.gov.br

www.uepg.br

-ANAIIS DO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ, em 1908.

-MENSAGEM GOVERNADOR DO PARANÁ, Caetano Munhoz da Rocha, em 1921.

-Revista Almanach do Paraná: 1896, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1908, 1909, 1912, 1913, 1929.

-Secretaria da agricultura, Viação e Obras Públicas: 1928.

-Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Indústria: 1912, 1913, 1914.

-Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública: 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1921, 1922, 1927, 1928, 1929, 1930.

-Secretaria do Interior, Negócios e Instrução Pública: 1901-1903, 1909-1910, 1917.

-Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização: 1892, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1910, 1911, 1912, 1913.

-Secretaria dos Negócios das Finanças, Comércio e Indústria: 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1900, 1901, 1911.

-Secretaria dos Negócios da Fazenda: 1911-1912, 1912-1913, 1913-1914, 1913-1915, 1914-1915.

-Secretaria dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas: 1915-1916, 1916-1917, 1917-1918.

-Secretaria de Estado do Interior e Justiça: 1918.

-Secretaria Geral de Estado: 1922-1923, 1923-1924, 1924, 1924-1925, 1925-1926.

JORNAIS

Jornal **A Tribuna** de 17 de janeiro de 1914.

Jornal **Diário do Paraná**, 31 de julho de 1890.

Jornal **Gazeta do Povo**, em 1919.

Jornal **Gazeta do Povo**, 1927.

Jornal **XV de Novembro**, janeiro e fevereiro de 1890.

<u>SECRETÁRIO</u>	<u>PASTA/ PERÍODO</u>	<u>GOVER- -NADOR</u>	<u>RESPECTIVO DI- RETOR DA SECRE- -TARIA</u>	<u>NASCI- -MENTO MORTE- -LOCAL</u>	<u>OUTRO(S) CARGO(S) PÚBLICOS (eletivos)</u>	<u>FORMAÇÃO ACA- -DÊMICA -INSTITUIÇÃO</u>	<u>PARENTES- -CO- -RELAÇÕES FAMILIARES</u>	<u>PARTIDO POLÍTICO</u>	<u>ATIVIDADES PROFISSIO- -NAIS</u>
Emiliano Pernetta	Secretaria do Governo – Oficial do Gabinete (1890, 1891)	- período de transição e readequação para a República – indicação de Vicente Machado	-Diretor de Instrução Pública: Vicente Machado; -Diretor de Obras Públicas: Tesouraria: Ignácio de Sá Sotto-Maior; -Superintendente de Terras e Colonização: Manoel Correia de Freitas;	Pinhais (na época, área rural de Curitiba) 03.01.186 Curitiba 19.01.1921		-Direito Faculdade de Direito de São Paulo;	- irmão do Deputado estadual governista João Pernetta, casado com Laura Beltrão;	Partido Republicano (Federal)	-maçom; -Jornalista; -Poeta, escritor simbolista; -membro fundador do Centro de Letras do Paraná;
Nestor Pereira de Castro	Secretaria do Negócios do Interior, Justiça e Instrução (1893)	Menezes Dória (período de ocupação Federalista)	Diretor Geral: João Alberto Munhoz;	Antonina 18.05.1867 Curitiba 14.08.1906				-Partido Liberal; -Partido União Republicana;	-Comerciante (pouco tempo) -Jornalista; -Poeta simbolista;

<p>Caetano Alberto Munhoz</p>	<p>Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução (1894, 1895)</p>	<p>-Francisco X. da Silva e Vicente Machado como Vice governador</p>	<p>Diretor Geral: João Alberto Munhoz; Inspetor Geral de Higiene: Trajano Joaquim dos Reis Superintendente de Ensino: Victor Ferreira do Amaral;</p>	<p>19.10.1947 02.05.1907</p>			<p>- filho do Ten. Cel. Caetano José Munhoz (ervateiro e Deputado Provincial por 2 vezes e membro da primeira forma de instituição bancária do Paraná); -pai de Alcides Munhoz (tb. Secretário de Estado); - avô do Dep. Estadual Laertez Munhoz; - casou-se em 2ª núpcias com Maria da Conceição Lustoza (filha de Ricardo Lustoza de Andrade);</p>	<p>Partido Republicano (Federal)</p>	<p>-2º. Escriturário da Fazenda do Pará; -Inspetor da Fazenda do Mato Grosso; -Inspetor de Alfândega de Santos (1887), de Paranaguá, de Uruguaiana (1888); - Cel. Guarda Nacional; -secretário do Pres. Província do PR (Agostinho E. de Leão);</p>
--------------------------------------	--	--	--	---------------------------------------	--	--	--	--------------------------------------	---

<p>Bento José Lamenha Lins</p>	<p>-Secretaria de Finanças, Comércio de Indústrias (1892,1893);</p> <p>=====</p> <p>- Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução (1904, 1905, 1906, 1907);</p>	<p>-Francisco X. da Silva; -Governo Federalista: Menezes Dória;</p> <p>=====</p> <p>- Vicente Machado e João Cândido Ferreira (vice);</p>	<p>Diretor Geral: Alfredo Bitencourt;</p> <p>‘</p> <p>=====</p> <p>Diretor Geral: João Alberto Munhoz;</p> <p>Diretor Serviço Sanitário: Randolpho Pereira Serzedello;</p> <p>Diretor de Instrução Pública: Reinaldo Machado (1904-1905), Arthur Pedreira de Cerqueira (1906-1907);</p> <p>Coletor Estadual: Joaquim Loyola;</p>	<p>Recife 29.08.1866</p> <p>Rio de Janeiro 21.11.1922</p>	<p>-Membro da Junta Governativa (1891-1892); - Deputado Federal (1895-1896, 1897-1899, 1900-1902, 1903-1905, 1909-1911, 1912, 1914) -Deputado Estadual (1896-1897)</p>	<p>Direito -Faculdade de Recife (1887)</p>	<p>-filho do Presidente da Prov. Do Paraná Adolpho Lamenha Lins; - casou-se em 1912 com a viúva do Gov. Vicente Machado;</p>	<p>-Partido Republicano Federal; - Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>- Promotor Público Adjunto em Recife; -Promotor Público em Ponta Grossa; -Juiz Municipal de Antonina; -Chefe de Polícia do Paraná; - Inspetor dos Consulados Brasileiros;</p>
---------------------------------------	--	---	--	---	--	--	--	--	--

<p>Luiz Antonio Xavier</p>	<p>-Secretaria de Finanças, Comércio e Indústria; (1894, 1895),</p> <p>=====</p> <p>Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução (1896, 1897, 1898, 1899)</p>	<p>-Francisco Xavier da Silva;</p> <p>=====</p> <p>-José Pereira dos Santos Andrade;</p>	<p>Diretor Geral: Alfredo Bitencourt;</p> <p>=====</p> <p>Diretor Geral: João Ferreira Leite;</p> <p>Diretor de Estatística: Caio Gracho Machado;</p> <p>Diretor de Instrução Pública: Arthur Pedreira de Cerqueira, Jaime Reis (1909);</p> <p>Coletor: Joaquim Antonio de Loyola;</p> <p>Diretor do Serviço Sanitário: José Guilherme de Loyola;</p> <p>Inspetor Agrícola: João Cândido da Silva Muricy;</p> <p>Contador Tes. Federal: Olympio de Abreu Sá Sotto-Maior;</p>	<p>Curitiba 23.12.1856 19.12.1933</p>	<p>- Prefeito de Curitiba (1900-1907) primeiro reeleito);</p> <p>- Deputado Estadual (1891-1892, 1904-1905, 1906-1907, 1914-1915)</p> <p>-Dep. Federal (1912-1914, 1915-1917, 1918-1920)</p>		<p>-irmão de João Antonio Xavier, também Prefeito interino de Curitiba (1912-1913) e Deputado Estadual em 6 legislaturas;</p>	<p>-Partido Republicano (Federal);</p> <p>-Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>- Tabelião de Notas;</p> <p>-Promotor Público em Ponta Grossa;</p> <p>-Inspetor Geral do Tesouro do Estado;</p> <p>-Coronel;</p>
-----------------------------------	---	--	--	--	--	--	---	--	---

<p>Cândido Ferreira de Abreu</p>	<p>-Secretaria de Obras Públicas e Colonização (1892)</p> <p>===== (1896, 1897, 1898, 1899)</p>	<p>-Francisco Xavier da Silva;</p> <p>===== -José Pereira dos Santos Andrade;</p>	<p>Diretor Geral (até 1994): Militão José da Costa; Diretor Geral (1995): José Correia de Freitas;</p> <p>=====</p>	<p>Paranaguá 02.08.185</p> <p>Curitiba 22.02.1918</p>	<p>-Prefeito de Curitiba (1892-1894) (1915-1918); -Deputado Estadual (1901-1903); -Deputado Federal (1903-1905); -Senador (1906-1914);</p>	<p>Engenheiro Civil; Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 1882;</p>	<p>-neto materno do erveiro Visconde de Nacar, (Manoel Antonio Guimarães); -irmão de Alberto Ferreira de Abreu, Deputado Federal (1915-1917); - sua filha casou-se com Jorge Machado Lima, filho de Vicente Machado; -seu sobrinho Alberto casou-se com Maria José, filha do Senador Manoel de Alencar Guimarães;</p>	<p>- Partido Republicano Federal; Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>-Engenheiro da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (AM-1882-1885); - Oficial da Ordem da Rosa; -Diretor de Obras Públicas e Coloniais (1886-1887); -Secretário Geral de Obras no Império (1887-1889); -Inspetor de Terras e Colonização; -Inspetor de Obras Públicas em Curitiba (1887-1889); -Engenheiro de Obras em Belo Horizonte; -Cel. da Guarda Nacional; -Tenente Coronel do Exército, lutou contra as tropas federalistas em 1893;</p>
---	---	---	---	---	--	--	---	---	---

Laurindo Correia de Mello	-Secretaria de Obras Públicas e Colonização (1893)	Menezes Dória (período da ocupação federalista)	Diretor Geral (até 1994): Militão José da Costa;						= os arquivos da Respectiva Secretaria não apresenta nenhuma informação e/ou dados sobre a administração de Laurindo C. de Mello;
João Baptista Costa Carvalho Filho	-Secretaria de Obras Públicas e Colonização (1894-1895)	Francisco Xavier e Vicente Machado como Vice		Sergipe 14.05.1869 29.12.1927	-filho do importante jurista de Sergipe, João Baptista Costa Carvalho;	-Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais;	-Deputado Estadual em Sergipe (1891)		- Advogado; - Oficial do Gabinete do Ministro da Justiça; - Juiz de Direito em Paranaguá, 1896-1900; - Chefe de Polícia (1900-1904); - nomeado Juiz de Direito em Castro, 1904; - Procurador da Justiça do estado, 1907; - nomeado Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Paraná; - autor do Código de Processo Criminal do Paraná;

<p>Antonio Augusto de Carvalho Chaves</p>	<p>-Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução (1896, 1897, 1898, 1899);</p> <p>=====</p> <p>- Secretaria de Finanças, Comércio e Indústria (1900, 1901, 1902, 1903)</p>	<p>- José Pereira dos Santos Andrade;</p> <p>=====</p> <p>-Francisco Xavier da Silva;</p>	<p>Diretor Geral: João Alberto Munhoz;</p> <p>Diretor de Higiene: Trajano J. dos Reis;</p> <p>Diretor Geral de Ensino: Joaquim Dias da Rocha;</p> <p>Inspetor Sanitário: Arthur d'Almeida Sebrão;</p> <p>=====</p> <p>Diretor Geral: Alfredo Bittencourt;</p> <p>Tesoureiro: Agostinho Ribeiro de Macedo;</p> <p>Procurador Fiscal: Joaquim Miró;</p>	<p>Macaíba, RN 26.03.1875</p> <p>Curitiba 03. 03.1949</p>	<p>- Fez parte do Governo Provisório/ Interventor (1947);</p> <p>- Deputado Estadual (1906, 1910-1911, 1912-1913);</p> <p>-Deputado Federal (1904- 1905, 1906-1907, 1909-1911, 1912-1914);</p>	<p>- Direito;</p> <p>-Faculdade de Direito de São Paulo (1895);</p>	<p>-casou-se com Rosa de Carvalho Chaves;</p> <p>-sua filha Walkiria, casou-se com David Silveira da Motta;</p>	<p>-Partido Republicano Federal;</p>	<p>- Jornalista;</p> <p>- promotor Público em Ribeirão Preto;</p> <p>- Presidente do Conselho Administrativo do Paraná no governo Manoel Ribas;</p> <p>- Interventor Federal do Paraná;</p> <p>-Diretor da OAB –Seção PR;</p> <p>- Diretor do IHGEPR;</p> <p>-Presidente regional do PSD no Paraná;</p>
--	--	---	---	---	--	---	---	--------------------------------------	---

<p>Octávio Ferreira do Amaral e Silva</p>	<p>-Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução (1900, 1901, 1902, 1903)</p>	<p>Francisco Xavier da Silva</p>	<p>Diretor Geral: João Alberto Munhoz; Diretor de Instrução Pública: Victor Ferreira do Amaral e Silva; Diretor de Higiene: Randolpho Pereira Serzedello; Diretor Museu Paranaense: Romário Martins;</p>	<p>Lapa 11.12.186 Curitiba 27.04.1942</p>	<p>-Deputado Estadual (1892);</p>	<p>-Direito Faculdade de Direito de São Paulo, 1889;</p>	<p>-casou-se com Elisa Almeida Ferreira do Amaral; -irmão de Victor Ferreira do Amaral e Silva; -sua irmã Ana Ferreira era cunhada do desemb. Emidgio Westphalen; -sua irmã Josefa era casada com João Cândido Ferreira, que ocupou o Governo do estado; -sua irmã Maria da Glória casou-se com Ottoni Maciel, vice de João C. Ferreira, político importante de Palmeira; -seu irmão Joaquim foi Prefeito de Rio Negro, dentre outros cargos políticos; -seu irmão José, ervateiro e pecuarista, Deputado Estadual (1902-1903, 1904-1905, 1908-1909);</p>	<p>-Partido Republicano (Federal); -Partido republicano Paranaense; -Aliança Liberal (1930);</p>	<p>-Promotor Público de Curitiba (1890); -Promotor Público em SP; -1º. Tenente da Guarda Nacional; -Procurador Geral do Estado; -Juiz de Direito em Curitiba, 1904; -Advogado; -Jornalista; -Presidente da Sociedade Industrial de Agricultura; -proprietário da "Quinta de Amureros"; -Desembargador do Supremo Tribunal, 1931; -Professor da Faculdade de Direito do Paraná;</p>
--	--	----------------------------------	---	--	-----------------------------------	--	---	--	--

Arthur Pedreira de Cerqueira	Secretaria de Obras Públicas e Colonização (1900, 1901, 1902, 1903)	Francisco Xavier da Silva	Diretor Geral: Luiz Ferreira França;		-Deputado Estadual (1907);			-Partido Republicano Federal;	-Diretor Geral da Instrução Pública em 1905; -
Dr. Javert Madureira	Secretaria de Finanças, Comércio e Indústria (1905)	Vicente Machado		Castro São Paulo 1924		Médico	-casado com Evangelina Prates da Silva Baptista, neta do Barão de Monte Carmelo e herdeira da Fazenda Monte Alegre;		

<p>Joaquim Procópio Pinto Chichorro Junior</p>	<p>-Secretaria de Obras Públicas e Colonização (1904)</p> <p>- Secretaria de Finanças, Comércio e Indústria (1905, 1906, 1907)</p> <p>=====</p> <p>(1908, 1909, 1910, 1911)</p>	<p>- Vicente Machado e João C. Ferreira como vice;</p> <p>=====</p> <p>-Francisco Xavier da Silva;</p>	<p>Diretor Geral: Alfredo Bittencourt;</p> <p>Procurador Fiscal: Joaquim Miró;</p> <p>Delegado Fiscal: Caetano Alberto Munhoz (1904-1905),Dídimo Agapito (1906-1907);</p> <p>Diretor Tesoureiro: Agostinho Ribeiro de Macedo;</p> <p>=====</p> <p>Diretor Geral: Alfredo Bittencourt;</p> <p>Procurador Fiscal do Contencioso: Joaquim Miró;</p> <p>Diretor do Tesouro: Agostinho Ribeiro de Macedo;</p> <p>Fiscal Geral da Fazenda do Estado: Theóphilo Soares Gomes;</p> <p>Diretor de Penitenciária: Ascânio F. de Abreu;</p>	<p>Antonina 20.12.1864</p> <p>Curitiba 31.08.1926</p>	<p>-Deputado Estadual (1891-1892)</p>	<p>-Direito (não concluído)</p> <p>-Faculdade de Direito de São Paulo;</p>	<p>-pai do acadêmico e jornalista Alceu Chichorro;</p>	<p>-Partido Republicano 1889 (Federal);</p> <p>-Partido Republicano 1890 de Generoso Marques -durante a Ver. Federalista;</p> <p>-Partido Republicano Federal 1903;</p>	<p>-maçom;</p> <p>-Advogado;</p> <p>-Jornalista e Poeta;</p> <p>-Procurador da Fazenda do Estado;</p> <p>-Administrador dos Correios do Ceará e do Paraná;</p> <p>-Professor do Ginásio Paranaense;</p> <p>-Presidente do Banco de Curitiba;</p> <p>-Administrador dos Correios;</p> <p>-Sócio-fundador do Centro de Letras do Paraná;</p> <p>-colaborou no jornal <i>Federação</i> e dirigiu a redação do jornal <i>A República</i>;</p> <p>- Presid. do IHGPR (1906-1911)</p>
---	---	--	--	---	---------------------------------------	--	--	---	---

<p>Francisco Gutierrez Beltrão</p>	<p>-Secretaria de Obras Públicas e Colonização (1905, 1906, 1907)</p> <p>=====</p> <p>-Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas (1928, 1929, 1930)</p>	<p>- Vicente Machado e João C. Ferreira como vice;</p> <p>=====</p> <p>-Afonso Alves de Camargo;</p>	<p>Diretor Geral: Luiz Ferreira França;</p> <p>Engenheiro Diretor: José Niepce da Silva</p>	<p>Paranaguá 06.11.1875</p> <p>Ponta Grossa 29.05.1939</p>	<p>-Deputado Estadual (1904-1905, 1907);</p>	<p>Engenheiro Escola Politécnica do Rio de Janeiro;</p>	<p>-filho do Deputado Estadual Francisco da Cunha Machado Beltrão (1900-1901, 1902-1903 - faleceu enquanto discursava na tribuna legislativa); -casou-se com Lavínia Trevisani Beltrão de Palmeira, filha do médico Francisco Lucas Trevisani (italiano);</p>	<p>-Partido Republicano Federal;</p> <p>-Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>-maçom; -Engenheiro em serviços de estrada de ferro em MG; -Engenheiro Auxiliar da Diretoria da Carta Cadastral do RJ; -Comissário de terras no PR; -Chefe da comissão de fundação dos núcleos coloniais Xavier da Silva e Gonçalves Junior; -Professor da Universidade do Paraná; -Engenheiro Fiscal da estrada de ferro Ciba- -Castro (1912); -Comissário de Terras (1916); -membro da Comissão organizadora de demarcação de terras PR-SC; -1930-1935 fez trabalho relativo a terras e colonização; - membro do IHGPR; -membro do Cons. Regional Engenharia PR; -Comendador da Ordem da Coroa da Itália;</p>
---	--	--	---	--	--	---	---	--	--

<p>Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos</p>	<p>-Secretaria de Obras Públicas e Colonização (1908, 1909, 1910, 1911)</p> <p>=====</p> <p>-Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução (1913, 1914, 1915)</p>	<p>-Francisco Xavier da Silva</p> <p>=====</p> <p>-Carlos Cavalcanti;</p>	<p>Diretor Geral: Luiz Ferreira França;</p> <p>Diretor de Obras e Viação: José Niepce da Silva;</p> <p>Inspetor de Colonização: Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva;</p> <p>Auxiliar da Inspetoria de Colonização: Julio Pernetá;</p> <p>=====</p> <p>Diretor Geral: Arthur Euclides Moura;</p> <p>Diretor Serviço Sanitário: Antônio Cândido de Leão;</p> <p>Diretor de Instrução Pública: Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo;</p>	<p>Recife, PE 04.01.1862</p> <p>Curitiba 07.02.1917</p>	<p>-Prefeito de Curitiba;</p> <p>-Deputado Estadual (1906-1907)</p>	<p>-Direito Faculdade de Direito de Recife;</p>	<p>-casado com Elvira Alves Branco;</p> <p>-teve 2 filhas (Emília e Cecília) casadas com Alceu do Amaral Ferreira, um dos filhos do gov. João Cândido Ferreira;</p>	<p>-Partido Republicano;</p> <p>-Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>-maçom;</p> <p>-Jornalista, redator do jornal A Federação;</p> <p>-Escritor;</p> <p>-Fundador do Colégio Paranaense;</p> <p>-Diretor da Instrução Pública;</p> <p>-Promotor;</p> <p>-Juiz Municipal de Federal de Morretes;</p> <p>-colaborou no jornal <i>Federação</i>;</p>
--	--	---	---	---	---	---	---	--	--

<p>José Niepce da Silva</p>	<p>-Secretaria de Obras Públicas e Colonização (1911)</p> <p>-Secretaria de Viação, Terras Obras Públicas (1912)</p>	<p>-Francisco Xavier da Silva</p> <p>-Carlos Cavalcanti</p>		<p>Curitiba 21.10.1876</p> <p>Rio de Janeiro 26.09.1935</p>	<p>-apenas ocorreu anúncio que seria candidato à Deputado Estadual pelo PRPr – final da década de 20;</p>	<p>Engenheiro Civil; Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 1899;</p>	<p>-filho do republicano histórico Albino José da Silva;</p> <p>-em 1903 casou-se com Francisca Pinheiro Guimarães da Silva, filha do comerciante Manoel Ricardo Guimarães;</p> <p>-seu filho José Niepce da Silva Filho teve seus Direitos Políticos cassados pelo Ato Institucional de 13.04.1964.</p>	<p>-Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>-maçom; -tipógrafo entre os 10 e 13 anos no jornal Pátria Livre, em Paranaguá;</p> <p>-Oficial da Secretaria de Finanças, Comércio e Indústria, concurso em 1892;</p> <p>-Eng. Estrada de Ferro SP-Rio Grande, 1899;</p> <p>-Eng. Estrada de Ferro Leopoldina Railway, 1901;</p> <p>-Coronel do Exército, lutou nas tropas florianistas,</p> <p>-Comissário de Terras no Paraná e chefe da seção técnica da CMC, 1903;</p> <p>-Diretor de Obras e Viação no Paraná;</p> <p>-Eng. Fiscal da Rocinha e do Serviço de água e luz de Paranaguá 1903-1912;</p>
------------------------------------	--	---	--	---	---	--	--	---	--

										<p>-chefe da Comissão fundadora do Núcleo de Apucarana; -Eng. Fiscal da inspetoria federal das estradas, 1915; -chefe da Comissão de estudos da estrada de Ferro Caxias (RS) ao Rio Negro (PR), 1918; -Diretor da Estrada de Ferro São Luiz-Teresina, 1920-22; -Chefe de fiscalização da inspetoria federal das estradas do Paraná, 1922; -Jornalista; -sócio correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; -membro do IHG de SP; Membro do centro de Letras do Paraná, 1927; -sócio efetivo do Clube de Engenharia;</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

<p>Arthur Martins Franco</p>	<p>Secretaria dos Negócios da Fazenda (1912, 1913, 1914, 1915)</p>	<p>-Carlos Cavalcanti</p>	<p>Diretor Geral: Alcides Munhoz;</p> <p>Diretor Geral das Rendas do Estado: Theóphilo Soares Gomes;</p> <p>Tesoureiro: Agostinho Ribeiro de Macedo;</p> <p>Procurador Fiscal: Joaquim Miró;</p> <p>Diretor Geral das Rendas do Estado;</p>	<p>Campo Largo 10.04.1876</p>	<p>- Deputado Estadual (1920-1921, 1922-1923); -Deputado Federal (1923-1930);</p>	<p>-Engenheiro Geógrafo (1900); - Engenheiro Civil (1902); - Escola Politécnica de São Paulo;</p>	<p>- genro do Cel. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva (vice Presidente do Paraná, industrial e Diretor de Banco em Ctba;</p> <p>-a sobrinha de sua esposa casou-se com o Deputado Estadual Sérgio de Castro;</p>	<p>-Jornalista; -Comissário de Terras; -Engenheiro Chefe da CMC (1905-1907); -Engenheiro Fiscal; -Professor Catedrático de Engenharia na UFPR; -Presidente do IHGPR (1951-1957, 1965); -Diretor da Seção de História do Museu Paranaense (1952-1953); -Presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes;</p>
-------------------------------------	--	---------------------------	---	-----------------------------------	---	---	--	---

<p>Marins Alves de Camargo</p>	<p>-Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1912</p> <p>=====</p> <p>-Secretaria dos Negócios de Viação, Terras e Obras Públicas (1913, 1914,1915)</p> <p>=====</p> <p>-Secretaria Geral do Estado (1920,1921, 1922)</p>	<p>-Carlos Cavalcanti;</p> <p>Caetano Munhoz da Rocha</p>	<p>=====</p> <p>Diretor Geral: Luiz Ferreira França;</p> <p>Diretor de Obras e Viação: João Moreira Garcez;</p> <p>=====</p> <p>-Diretoria do Interior e Justiça: João Ferreira Leite;</p> <p>-Diretoria de Obras Públicas e Viação: Joaquim Vicente de Castro (1923);</p> <p>-Diretoria de Arq. Público e Estat.: Theodorico de Oliveira Franco;</p> <p>Inspetoria Geral do Ensino: César Prieto Martinez;</p> <p>-Inspetoria de Terras e Colonização: Eugênio Virmond</p> <p>- Inspetoria de Rendas: Francisco Januário de Santiago;</p> <p>_Procuradoria da Fazenda: Joaquim Miró;</p>	<p>Guarapua- -va 22.02.1882</p> <p>Curitiba 12.04.1962</p>	<p>- Deputado Estadual (1910-1911, 1918-1919, 1920-1921);</p> <p>- Senador (1928-1930)</p> <p>-Vice Presidente do Estado no gov. de Caetano Munhoz da Rocha (1924-1928)</p>	<p>-Direito (1903)</p> <p>- Faculdade de Direito de São Paulo;</p>	<p>- irmão do Governador Afonso Alves de Camargo;</p> <p>-tio avô do senador Afonso Alves de Camargo Neto;</p>	<p>-Partido Republicano;</p> <p>-Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>-maçom;</p> <p>-Advogado no escritório de seu irmão A.A. de Camargo;</p> <p>-Promotor Público em Curitiba (1904-1905);</p> <p>-Fundou o Ginásio Curitibano (1907);</p> <p>- Fundador e Professor da Universidade do Paraná;</p> <p>-Presidente do IHGPR (1916-1919);</p> <p>-Membro do Conselho Administrativo do Paraná;</p> <p>-Presidente do Diretório Central do PRPr;</p>
---------------------------------------	---	--	---	---	---	--	---	--	---

Ernesto Luiz de Oliveira	-Secretaria da Agricultura, Comércio e Indústria (1912, 1913, 1914, 1915)	-Carlos Cavalcanti;	Diretor Geral: Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva; Inspetor da Indústria Vegetal: David de Souza Camargo;	Lapa 1873 1938				Partido Republicano Paranaense	-um dos fundadores da Universidade do Paraná; -primeiro professor (de matemática) por concurso da Universidade; -um dos fundadores da Igreja Presbiteriana Independente no Brasil; -se posicionava contra a maçonaria; -ordenado Pastor em 1901;
---------------------------------	---	---------------------	--	-----------------------	--	--	--	--------------------------------	--

<p>Caetano Munhoz da Rocha</p>	<p>-Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas (1916, 1917, 1918, 1919)</p>	<p>-Afonso Alves de Camargo;</p>	<p>Diretor Geral: João Moreira Garcez; Inspetor Geral de Rendas do Estado: Theóphilo Soares Gomes; Procurador Fiscal: Joaquim Miró;</p>	<p>Antonina 14.05.1879 Curitiba 23.04.1944</p>	<p>-Prefeito de Paranaguá (1908-1915); - Deputado Estadual (1904-1905, 1906-1907, 1908-1909, 1910-1911, 1912-1913, 1914-1915, 1916-1917, 1935-1936); - Senador (1928-1930); -vice Presidente do PR (1916-1920); - Governador (1920-1928);</p>	<p>-Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro;</p>	<p>- pai de Bento Munhoz da Rocha Neto, Governador do Paraná (1951-1955); -seus 3 casamentos (Olga de Souza, Domitila de Almeida e Sílvia Braga) ocorreram com mulheres vinculadas à famílias históricas tradicionais do Paraná: -cunhado do governador Carlos Cavalcanti;</p>	<p>-Partido Republicano Federal; -Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>- médico; -ervateiro;</p>
---------------------------------------	--	----------------------------------	---	---	---	--	--	--	----------------------------------

<p>Enéas Marques dos Santos</p>	<p>-Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública (1916, 1917, 1918, 1919)</p>	<p>-Afonso Alves de Camargo</p>	<p>Diretor Geral: Arthur Euclides de Moura; substituto: Júlio Pernetta (1918);</p> <p>Diretor de Assistência Pública: João De Moura Brito;</p> <p>Diretor de Penitenciária: Ascânio Ferreira de Abreu;</p> <p>Diretor de Instrução Pública: Francisco Ribeiro de Macedo;</p> <p>Diretor Serviço Sanitário: Trajano Joaquim dos Reis;</p> <p>Inspetor Serv. Sanitário: Manoel Antonio de Lustosa Carrão;</p> <p>Procurador Geral da Justiça: Clotário de Macedo Portugal;</p>	<p>Curitiba 12.01.1883</p>	<p>-Deputado Estadual (1930-1931);</p>	<p>-Direito Faculdade de Direito de São Paulo, 1906;</p>	<p>- filho do ex-governador Generoso Marques, representante da oposição política até 1908;</p> <p>-neto do Cel. Benedito Enéas de Paula, Deputado Provincial e chefe do Partido Liberal;</p> <p>-casou-se com Juanita Bittencourt;</p> <p>-cunhado de Otávio de Sá Sotto-Maior;</p> <p>-</p>	<p>- Partido Republicano;</p> <p>- Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>-advogado da área militar;</p> <p>-Promotor Público em Curitiba e no interior;</p> <p>-Presidente do Conselho Consultivo do Estado;</p> <p>-Sócio da Academia Paranaense de Letras, do Centro de Letras do PR e do IHGPR;</p> <p>-Membro da OAB, seção PR;</p> <p>- Jornalista;</p> <p>-Professor e membro do Conselho da Universidade do Paraná;</p>
--	--	---------------------------------	--	----------------------------	--	--	--	--	--

<p>Alcides Munhoz</p>	<p>- Secretaria Geral do Estado (1923, 1924, 1925, 1926, 1927)</p>	<p>- Caetano Munhoz da Rocha</p>	<p>-Diretoria do Interior e Justiça: Theodorico de Oliveira Franco;</p> <p>-Diretoria da Fazenda, Indústria e Comércio: Pedro Pacheco da Silva Netto;</p> <p>-Diretoria de Obras Públicas: Ademaro Munhoz/Carlos Ross;</p> <p>Diretoria de Viação, terras e Colonização: Eugenio Virmond;</p> <p>-Inspetor de Viação: João Sampaio Neto;</p> <p>Inspetor de Terras e Colonização: Manoel Antonio Cordeiro;</p> <p>Diretoria de Águas e Esgoto: Jorge Lothário Meissner;</p> <p>Diretoria do Contencioso: Joaquim Miró;</p> <p>Diretoria de Arq. Público e Estat.: Theodorico de Oliveira Franco;</p>				<p>-pai do ex-Deputado Estadual Laertes Munhoz; -filho de Caetano Alberto Munhoz; -primo do governador Caetano Munhoz da Rocha;</p>	<p>Partido Republicano Paranaense;</p>	<p>- Jornalista, escritor;</p> <p>- Conferencista;</p> <p>- Membro da Academia de Letras do Paraná;</p> <p>-Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná;</p>
------------------------------	--	----------------------------------	--	--	--	--	---	--	---

			<p>Inspetoria de Terras e Colonização: Manoel Antonio Cordeiro;</p> <p>Inspetoria da Agricultura: Oscar Von Meien;</p> <p>Inspetoria Geral de Serviço Sanitário: Victor do Amaral (1926);</p> <p>-Inspetoria Geral do Ensino: Lysimaco Ferreira da Costa;</p> <p>-Diretoria de Contabilidade: Cândido Guedes Chagas;</p> <p>-Diretoria do Contencioso: Joaquim Miró;</p>						
José Pinto Rebello Junior	- Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública (1928, 1929, 1930)	-Afonso Alves de Camargo	<p>-Diretor Geral da saúde Pública: José Guilherme de Loyola;</p> <p>-Diretor Geral de Instrução Pública: Hostílio César de Souza Araújo;</p> <p>Procurador Geral da Justiça: Arthur da Silva Leme;</p> <p>Comandante da Força Militar: Cândido da Silva Muricy;</p>	Curitiba 19.05.1888 09.04.1931	-Deputado Estadual (1922-1923, 1924-1925, 1926-1927);	-Curso Superior realizado no Rio de Janeiro; -indica-se pelos dados que seja Medicina;	-bisneto do sargento mor Antonio Ricardo dos Santos;	Partido Republicano Paranaense;	- Jornalista, colaborou no jornal <i>A República</i> ;

Lysimaco Ferreira da Costa	- Secretaria da Fazenda, Indústria e Comércio (1928, 1929, 1930)	-Afonso Alves de Camargo		Curitiba 01.12.1883 24.07.1941		-Militar Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, RS; Engenharia Universidade do Paraná;	-pai do Engenheiro Plínio Franco Ferreira da Costa, Deputado Federal (1963-1967)- e Secretário de Estado da Fazenda (1958-1960); - pai de Alberto Franco Ferreira da Costa, também Deputado Federal (1967-1971, 1971-1975); -pai do Desembarg. Antonio Ferreira da Costa;	-Partido Republicano Paranaense	-maçom; -Participou da Revolta da Vacina, 1904; - Professor de Engenharia na Universidade do Paraná; -Fundador e Diretor da Escola Agrônômica do Paraná; -Diretor da Escola Normal e Ginásio Paranaense, 1920; -Inspetor Geral de Instrução Pública, 1923;
-----------------------------------	--	--------------------------	--	--	--	---	---	---------------------------------	---

Fontes: ALMANACH PARANAENSE; COSTA, 1994; GOULART, 2004, 2014; JORNAIS DIVERSOS; LEITE, OLIVEIRA, 2012; NICOLAS, 1984, 1979, 198[?]; OLIVEIRA, (b) 2001; RELATÓRIOS DAS SECRETARIAS DE GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.

SÓ FALAR NÃO BASTA! BENTO MUNHOZ – GOVERNANTE E PENSADOR

Ana Crhistina Vanali¹

RESUMO: Neste ensaio será traçado uma breve trajetória da vida política e pessoal de Bento Munhoz da Rocha Netto considerado uma das personalidades mais importantes do Paraná. Em 2015 fará 42 anos de seu falecimento e consideramos ser um momento oportuno para refletirmos sobre sua atuação na vida política paranaense.

PALAVRAS-CHAVE: Bento Munhoz da Rocha Netto. Trajetória política. Intelectual paranaense.



★ Paranaguá 17/dezembro/1905 – † Curitiba 12/novembro/1973. Foto acervo do Museu Paranaense

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Bolsista CAPES/PDSE na Universidade Nova de Lisboa.

”Bento Munhoz da Rocha Neto produziu ideias. (...) Homens como ele não passam, são eternos. Pena que sejam raros.”
(Norton Macedo, *Perfis Parlamentares*)

Bento Munhoz da Rocha Neto morreu às 3 horas da manhã do dia 12 de novembro de 1973, uma segunda-feira, ao lado de sua esposa Flora e dos filhos Caetano e Suzana. Enfisema pulmonar e insuficiência cardíaca, agravados por diabetes, foram as causas da morte. Foi enterrado no mesmo dia, às 18 horas, no Cemitério Municipal de Curitiba, com honras de chefe de Estado.

Bento nasceu Paranaguá, em 17 de dezembro de 1905. Com sua morte desapareceu um dos raros exemplos da tradição política brasileira, cujo modelo simbolizava duas épocas. Nele se inseriam as influências de comportamentos moldados à vocação conservadora do antigo Partido Republicano, que herdara da educação paterna², e as fulgurações de um espírito sensível às transformações econômicas e sociais do seu tempo. Possuía ideias e conceitos modernizantes, pois como sociólogo era um observador da vida, e transitava entre o pensamento e a ação. Fez da vida pública o campo ideal para expressar sua paranaensidade³ e desenvolver projetos concentrados nas áreas de educação e cultura.

É considerado uma figura da intelectualidade paranaense. Após os estudos básicos e a passagem pelo Ginásio Paranaense, formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Paraná. Ingressou logo no magistério superior, lecionando várias disciplinas nas Universidades do Paraná e Católica. Também foi Engenheiro chefe da Caixa Econômica Federal.

2 Era filho de Caetano Munhoz da Rocha (1879 — 1944) – ver anexo 1.

3 PARANAENSIDADE = termo utilizado para compreender a gênese do processo civilizador do Paraná, à medida em que busca nas raízes do passado a seiva da paranaensidade. Nessa matriz é que encontra-se os traços pioneiros da identidade coletiva do paranaense. Importa não apenas redescobrir, mas exaltar aqueles precursores que, empolgados por um ideal comum, engajaram-se desde a primeira hora nos movimentos pela conquista da autonomia política paranaense. Ver anexo 2.

Após a queda da ditadura Vargas (1937-1945) e com a re-democratização, elegeu-se deputado para a Constituinte de 1946, tornando-se figura principal na reintegração do Território Federal do Iguaçu, criado pelo Estado Novo. Reelegeu-se em 1949 quando exerceu a primeira Secretaria da Câmara, cargo jamais ocupado por um paranaense. Em 1951, apoiado por uma coligação de cinco partidos: PR, UND, PSP, PTB E PRP, chega ao governo do Estado. Foi o Governador do Centenário do Paraná, deixando como legado:

- criação de vários grupos escolares;
- postos de puericultura;
- criação da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural;
- criação da Secretaria do Trabalho e Assistência Social;
- iniciou a construção da usina Termelétrica de Figueira;
- realizou o asfaltamento de grandes rodovias, como os trechos Londrina-Apucarana, e parte da Rodovia do Café (Ponta Grossa-Paranavaí);
- conclusão do Porto de Paranaguá;
- fundação da COPEL.

Nesse conjunto de obras de impacto social, político e cultural, destacam-se:

- o prédio atual do Teatro Guaíra;
- o Centro Cívico;
- a Biblioteca Pública do Paraná;
- a restauração da Universidade Federal do Paraná desmembrada em 1915.

Transpondo barreiras, a projeção de Bento expande-se na esfera federal, convidado para o Ministério da Agricultura no governo de Café Filho, que o julgava como credenciado para exercer o cargo de presidente da república. Em 1958 elegeu-se novamente deputado federal incentivando à integração racial de estrangeiros e paranaenses e das correntes migratórias internas do país.



Posse de Bento Munhoz no governo do Estado do Paraná, em 31 de janeiro de 1951. O registro fotográfico mostra o governador eleito chegando no Palácio Rio Branco, sede da Assembleia Legislativa, para prestar o juramento solene. (Foto acervo Museu Paranaense).

Em 1967 Bento ingressa na Academia Paranaense de Letras e em seu ingresso é saudado como *“um homem do Paraná e das Américas”* pelo acadêmico Manoel de Oliveira Franco Sobrinho. Em seu discurso de posse Bento afirma que:

“o nosso pioneirismo é uma glória nacional”, e conclui que “pela importância crescendo do estado, estamos vencendo a nossa clássica amarga tendência ao isolacionismo. Já começamos a julgar que os outros não são necessariamente melhores.”⁸

Bento é considerado como uma das três personalidades mais importantes na formação do estado. Elas foram eleitas a partir de uma enquete, realizada em 2008, que teve a participação de 100 pessoas de grande representatividade no Paraná. Políticos, educadores, empresários, profissionais liberais e artistas elegeram os paranaen-

ses de maior expressão de todos os tempos. O primeiro colocado foi Bento Munhoz da Rocha Netto, que recebeu 15 votos, seguido de Ney Braga com 11 e Victor Ferreira do Amaral com 9 indicações. São pessoas que exerceram funções públicas e se destacaram na atividade política. Um foi intelectual; o outro, militar; e o terceiro, médico. Jaime Lerner foi citado 6 vezes; e, com 5 votos cada, empataram na quinta posição duas mulheres: Zilda Arns e Helena Kolody.

Todos os jurados tiveram a oportunidade de fazer uma breve justificativa do voto. A votação não teve prévia indicação de nomes. Os eleitores responderam à pergunta: quem foi a figura mais importante do Paraná em todos os tempos? A única exigência era de que o voto deveria ser dado a alguém que teve ou tem importância para o estado, independentemente de ter nascido ou não no Paraná.

Dentre todas as pessoas que tiveram um papel relevante na formação do Paraná, o governador Bento Munhoz da Rocha Netto foi escolhido pelo maior número de votos como o mais importante. Por quê? As respostas dos eleitores variam, mas costumam citar algumas das características que o tornaram famoso: intelectual, erudito, com grande vocação para a retórica, Bento se destacava facilmente entre seus pares.

Professor por vocação entrou para a política e se tornou referência de ética. Desde que assumiu o governo do estado, em 1951, ele soube remar contra a maré e se antecipar à opinião pública. Acabou com a velha tese sociológica dos três Paranás: unificou o estado a partir do Centro Cívico, uma obra grandiosa para uma época em que o território paranaense deveria ter pouco mais de 100 quilômetros de estradas asfaltadas. Os estudiosos diziam que o estado era dividido em três partes:

1. **o tradicional**, formado pela região de Curitiba, Paranaguá, Morretes, Antonina, Ponta Grossa, Castro e Lapa;

2. **o Norte**, construído em razão da explosão do café;
3. **o Oeste e Sudoeste**, região habitada por colonizadores catarinenses e gaúchos.

O distanciamento físico e psicológico era grande nas três regiões, mas quando Curitiba ganhou o Centro Cívico, com o Palácio Iguaçu e o Tribunal de Justiça, Bento conseguiu consolidar a capital como sendo a cidade de todos os paranaenses. Estava encerrada uma tese que até então desestruturava a formação do próprio estado.

Como parlamentar, Bento já tinha tido importância capital para a unidade do estado: propôs a emenda que extinguiu o então criado Território do Iguaçu. A ditadura do Estado Novo, de Getúlio Vargas, havia criado o novo território a partir da junção de áreas do Oeste do Paraná e de Santa Catarina. A alegação era de motivos estratégicos e políticos, em virtude da proximidade com a fronteira. Com a emenda, o território foi extinto e o Oeste voltou a ser paranaense.

A comemoração do Centenário de Emancipação Política do Paraná, em 1953, foi mais uma oportunidade para que Bento cuidasse da unidade política e territorial do estado. Promoveu, durante vários meses, seminários e debates sobre o Paraná. Construiu também um marco simbólico na Praça 19 de Dezembro, em Curitiba: a estátua de um homem em tamanho gigante colocada no centro da praça, de autoria de Erbo Stenzel, representa o Paraná caminhando rumo ao Oeste.



A **Praça 19 de Dezembro**, também conhecida como **Praça do Homem Nu** foi inaugurada em 19 de dezembro de 1953, na esteira do programa de obras públicas comemorativas do centenário da emancipação política do estado do Paraná, ocorrida em 19 de dezembro de 1853. A praça conta com um obelisco de pedra, contendo dizeres comemorativos ao centenário da emancipação acima referida e uma grande estátua em granito de um homem nu (daí o apelido popular do logradouro ser *Praça do Homem Nu*), de autoria dos escultores radicados no Brasil Erbo Stenzel e Humberto Cozzo. Pretendiam os escultores retratar o homem paranaense olhando em direção ao futuro (acervo da autora).

Bento deu início às obras do Teatro Guáira, que não teve tempo nem recursos para acabar, em decorrência da crise do café. A cultura havia sido abalada pelas duas violentas geadas que aconteceram em 1953 e 1954. “A arrecadação do estado caiu e o teatro ficou inacabado. Só foi concluído 20 anos depois”, explica o biógrafo de Bento Munhoz da Rocha Netto, o jornalista Vanderlei Rebelo (REBELO:2005, 53).

O próprio mandato de Bento à frente do governo ficou inconcluso. Em agosto de 1954, o presidente Getúlio Vargas se suicida e o vice-presidente, Café Filho, que assume o lugar de Vargas, começa a encorajar Bento a se candidatar a presidente. Ele deixa o governo do estado para assumir o Ministério da Agricultura e investir na carreira nacional.

Segundo Rebelo (2005), a candidatura de Bento fracassou por falta de viabilidade política. Primeiro porque o Paraná ainda não havia conquistado projeção política e econômica no Brasil; segundo, porque o próprio partido de Bento, o PR (Partido Republicano), era pequeno demais para conseguir levar o candidato adiante. “Esse foi o grande erro político dele. Não se tornou candidato e, com Café Filho na Presidência, Bento assumiu o Ministério da Agricultura. Ele se afunda nesse desafio, esquecendo completamente a sucessão estadual” (REBELO:2005, 108).

Em 1958, Bento Munhoz tenta uma nova eleição a deputado federal pelo Paraná. Com o cunhado Ney Braga, que em 1954 ele havia apoiado para ser prefeito de Curitiba, Bento tenta fazer a dobradinha: ele sairia como deputado federal e Ney como estadual. O destino não quis assim. Ney já pensava na candidatura federal para dar um salto na política, o que causou a ruptura entre os dois.

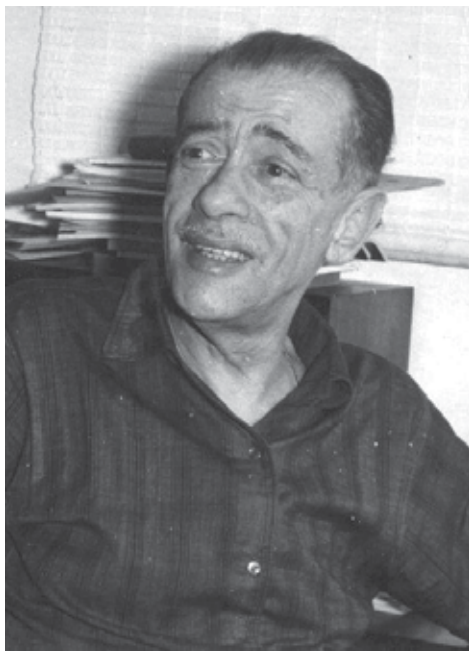
Com uma carreira sólida no Paraná, que havia conquistado durante a prefeitura, Ney recebeu 57 mil votos e foi o segundo candidato mais votado do Paraná. Bento Munhoz também saiu deputado, mas foi eleito com apenas 17 mil votos, em uma eleição decepcionante. “Foi a gota d’água. Tenho a impressão, pelos próprios textos escritos por Bento, que ele nunca conseguiu absorver esse resultado” (REBELO:2005, 113).

Mas a política não era tudo na vida de Bento – longe disso. A atividade intelectual, de professor e de escritor, era talvez mais im-

portante do que a de político para ele. Entre seus ensaios está um que causou furor na época da publicação: *Uma interpretação das Américas*, que defendia a tese de que tínhamos, como brasileiros, uma ligação íntima com a Europa.

A atuação de Bento como estudioso de sociologia foi importante até mesmo para a colonização do estado. Foi no governo dele que se iniciou uma nova fase de migração para o Paraná, como no caso dos holandeses em Castro, dos alemães em Entre Rios, dos rusos em Witmarsum e dos menonitas no Boqueirão.

Ao fim da vida, Bento havia influenciado o Paraná como seu governante e como pensador. Havia sido parlamentar, governador e ministro. E havia, acima de tudo, dado um exemplo de coerência entre o que pensava e o que fazia.



Há quase 42 anos, o Paraná perdia Bento Munhoz da Rocha Neto.

Bento esteve em Campo Mourão, em 28 de janeiro de 1973, na inauguração do prédio da Fundescam – Fundação de Ensino Superior, proferindo a palestra inaugural. Possivelmente a última vez que foi ao interior do Paraná. Em 11 de junho de 1973, sofreu uma crise aguda de edema pulmonar. Era fumante há mais de 40 anos. Em setembro do ano de 1973 fez sua última conferência, falando sobre Jaques Maritain, na Universidade Federal do Paraná, em homenagem ao filósofo tomista, falecido no mesmo ano. A sua última aparição pública foi em 5 de setembro de 1973, visitando o governador Emílio Gomes no Palácio Iguazu para mostrar o plano diretor do Centro Cívico, que previa a ampliação das instalações da Assembleia Legislativa e obras de jardinagens. Com a saúde agravada, voltou ao Hospital Santa Cruz no dia 24 de setembro, de onde não sairia mais. Bento Munhoz da Rocha Netto faleceu em 12 de novembro de 1973, aos 67 anos. Foi velado na Reitoria da Universidade Federal do Paraná e enterrado no Cemitério Municipal de Curitiba, em cerimônia com honras oficiais do Estado. O Paraná fez luto oficial por três dias, aulas foram suspensas nas Universidades e nas escolas públicas, e não houve expediente nas repartições. Muitas foram as homenagens prestadas a Bento Munhoz da Rocha Netto após a sua morte.

Bento, enquanto intelectual deixou muitos escritos sobre o Paraná e os destinos do Brasil. Saiu em defesa da identidade e do território paranaense e tendo em conta sua trajetória política, trabalhou com temas referentes ao regionalismo e à diversidade regional e reiterou o contraponto entre a tradição ervateira e o pioneirismo no Paraná, atentando para diferenciais na formação social e cultural do Brasil.

Segue a relação da produção intelectual de Bento:

- Discurso de orador da turma de Engenheiros Civis de 1926. Curitiba: Irmãos Guimarães & Cia, 1927.
- A significação do Paraná. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 1930.
- No Conselho Regional de Engenharia. Curitiba: Boletim do Instituto de Engenharia do Paraná, 1935.

- Variações sobre o Kipling. Paranaguá: Club Literário, 1943.
- O Território do Iguaçu na Constituinte. RJ: Imprensa Nacional, 1946.
- Uma interpretação das Américas. RJ: José Olímpio, 1960.
- Presença do Brasil. RJ: José Olímpio, 1960.
- Perfis. Curitiba: Edição de Ernani Reichmann, 1960.
- Radiografia de Novembro. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1961.
- Itinerário. Curitiba: Edição de Ernani Reichmann, 1961.
- Imprensa. Curitiba: Distribuidora Nacional do Livro, 1962.
- Mensagem da América. Curitiba: Imprensa da Universidade do Paraná, 1962.
- Tinguís. Curitiba: edição do autor, 1968.
- Ensaios. Curitiba: Edição de Ernani Reichmann, 1969. Reeditado em 1995 pela Prefeitura de Curitiba como parte da Coleção Farol do Saber.
- Perfis Parlamentares/32 – Munhoz da Rocha. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.
- O Território do Iguaçu na Constituinte. RJ: Imprensa Nacional, 1946.
- Discursos e conferências (1951-1955). Curitiba: Edição de Eduardo Rocha Virmond, s.d.
- Discursos Parlamentares. Curitiba: Editora do Chain, 2006.
- Bento fala sobre o Paraná. Curitiba: Museu da Imagem e do Som, 1989.
- Discurso de paraninfo dos graduandos no Instituto Santa Maria. Curitiba, 01/12/1940.
- Discurso de solenidade de entronização de Cristo Crucificado no Plenário/Câmara dos Deputados/Palácio Tiradentes. RJ: Imprensa Nacional, 1948.
- Prefácio do livro “Pinheiro Machado e seu tempo: tentativa de interpretação” de autoria de Costa Porto, José. RJ: José Olímpio, 1951.
- Discurso Secretariado do Primeiro Congresso Eucarístico Provincial do Paraná “Eucaristia: solução dos grandes problemas familiares”, Curitiba, 1953.

- Prefácio do livro “Quase política” de autoria de Freyre, Gilberto. RJ: José Olímpio, 1964.
- Prefácio do livro “Do sindicato ao Catete” de autoria de Café Filho, João Fernandes Campos. José. RJ: José Olímpio, 1966.
- Prefácio do livro “História do Paraná” de autoria de Brasil Pinheiro Machado, Altiva Balhana e Cecília Westphalen. Curitiba: Grafipar, 1969.
- Prefácio do livro “Campos Gerais: estruturas agrárias”, de autoria de Altiva Balhana e Cecília Westphalen. Curitiba: Grafipar, 1969.
- Artigo publicado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes: “Sobre o tomismo”, setembro de 1936.
- Artigo publicado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes: “A função do historiador”, setembro 1936.
- Artigo publicado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes: “Divagação sobre a democracia”, setembro de 1939.
- Artigo publicado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes: “Dom Fernando Taddei”, julho de 1941.
- Artigo publicado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes: “Um professor de energia: estudo sobre Lisimaco Ferreira da Costa”, julho de 1941.
- Artigo publicado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes: “Alguns traços da personalidade de (Caetano) Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida”, outubro de 1944.
- Artigo publicado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes: “Homenagem póstuma a José Mansur Guérios”, setembro de 1949.
- Artigo publicado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes: “Francisco Negrão”, 1938.
- Artigo publicado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes: “Discurso pronunciado pelo transcurso do jubileu de prata do Círculo de Estudos Bandeirantes”, 1954.
- Artigo publicado na Revista O Ordem/RJ: “O Christianismo diante da encruzilhada”, 1936.

- Artigo publicado na Revista O Luzeiro/RJ: “Mitos Liberaes”, 1937.
- Artigo publicado na Revista O Luzeiro/RJ: “Doutrina e acção”, 1937.
- Artigo publicado na Revista O Luzeiro/RJ: “Erros do Brasil”, 1937.
- Artigo publicado na Revista O Luzeiro/RJ: “Nossa época”, 1937.
- Artigo publicado na Revista O Luzeiro/RJ: “Mitos Liberaes”, 1937.
- Artigo publicado na Revista O Luzeiro/RJ: “Doutorismo”, 1938.
- Artigo publicado na Revista O Luzeiro/RJ: “Visões Tacanha”, 1938.
- Artigo publicado na Revista Diretrizes/RJ: “O Paraná terá que mudar de nome?”, 1946.
- Artigo publicado na revista do Rotary Club do Rio de Janeiro: “O surpreendente progresso do Estado do Paraná”, 1953.

Analisando a produção de Bento, marcada pelo discurso de formação social e histórica paranaense, ele foi um intelectual católico, de forte apego à filosofia tomista, com base em princípios democráticos, cristãos, com vista ao progresso, mas sem deixar de reverenciar o passado. Buscou a unicidade e a integração paranaense, pensando no significado e na gente do Paraná, que possuía características específicas.

Dois livros analisam a vida de Bento, a do escritor Paulo Amador “*Bento Munhoz, história de uma inteligência*”, uma biografia intelectual referente a análise do pensamento filosófico tomista, iluminado por Jacque Marriten, e do jornalista Vanderlei Rebello “*Bento Munhoz da Rocha, um intelectual na correnteza política*”, uma biografia política.

O livro de Paulo Amador está concentrado no início dos anos 50, quando o Paraná surgia como força econômica, Bento, então governador, pôs em prática seu projeto de definir a identidade paranaense perante o restante do Brasil. Estadista e humanista, Bento é um dos intelectuais do país no século XX, destacando-se pela originalidade e consistência de suas contribuições à sociologia nacional.

Bento é considerado o “unificador do estado” e o “maior paranaense da História”. Tanto fez para preservar a memória do Paraná, buscando amparo teórico nos clássicos de seu tempo. Amava as palavras, mas sabia que só falar não basta. É preciso saber para quem se fala e onde se quer chegar, que mudanças promover. Bento falava para o Paraná, por isso 40 anos depois de seu falecimento uma releitura de Bento pode ajudar a compreensão dos impasses do presente, pois além de político foi intelectual e consideramos seu pensamento atual, principalmente para os estudiosos que tem o Paraná no centro de sua reflexão. É impossível pensar o Paraná hoje sem se referir a ele, pois mais do que um intérprete do processo civilizatório paranaense, ele procurou a reconstrução do Paraná numa idealização, constatando os desvios e as fragilidades do povo paranaense. Bento era aberto à modernidade sem romper com as raízes do passado que identificam o Paraná. Bento vive nas suas obras, na sua herança e nas suas ideias, por isso é nome que não morre.



Praça Bento Munhoz em Curitiba (Foto acervo da autora)



Palácio Iguazu – Centro Cívico/Curitiba (Foto acervo da autora)

BIBLIOGRAFIA

AMADOR, Paulo. **Bento Munhoz: história de uma inteligência**. RJ: Editora Francisco Alves, 2005.

BRAGA, Sérgio Soares. Padrões de organização das elites partidárias regionais no imediato pós-II guerra mundial no Brasil (1945-1950) e as singularidades da região Sul. IN: www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a10.pdf. Acesso 27 de fevereiro de 2014.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguis, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. Curitiba: Tese de Doutorado em Sociologia da UFPR, 2009.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Edição comemorativa do centenário do Paraná. N.224, Ano XLIV, Dezembro de 1953.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. A “MÍSTICA DO PIONEIRISMO”, ANTÍDOTO CONTRA O SOCIALISMO: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o norte do Paraná dos anos 50 e 60. IN: <http://>

www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2028/1511. Acesso 27 de fevereiro de 2014.

KUNHAVALIK, José Pedro. *“Bento Munhoz da Rocha Netto: trajetória política e gestão no governo do Paraná.”* IN: OLIVEIRA, R. (org). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004, p.141-225

REBELO, Vanderlei. **Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correntezza política**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

ROCHA, Flora Camargo Munhoz da. **Bento Munhoz da Rocha Netto e a imagem que ficou**. Curitiba: Banestado/Fundação Cultural de Curitiba, 1985.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **“Alguns traços da personalidade de Caetano Munhoz da Rocha e um capítulo de sua vida”**. IN: Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, N.3, V.2, outubro de 1944, pp.307-344.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **Uma interpretação das Américas**. RJ: José Olímpio, 1948.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. *“Da necessidade de divulgação da História Paranaense”*. IN: WESTPHALEN, C. **História do Paraná, volume 1**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969, p. 11-23

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. **O Paraná, ensaios**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

SOARES, Luiz Roberto (org). **Munhoz da Rocha: discurso parlamentares**. Curitiba: Editora do Chain, 2006.

INTERNET

Evocação breve (e comovida) de Bento Munhoz da Rocha Netto. IN: www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/154623. Artigo de 18/12/2005. Acesso em 27 de fevereiro de 2014.

O maior paranaense da História: Bento Munhoz da Rocha, o unificador do estado. <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=841996>. Publicado em 28/12/2008. Acesso em 27 de fevereiro de 2014.

ANEXO 1 - Caetano Munhoz da Rocha (1879 — 1944) médico, homem de empresa, político e administrador, foi uma das maiores figuras do Paraná durante a primeira República e um dos grandes vultos da história paranaense. Eleito deputado estadual em sete legislaturas sucessivas, ocupou também a prefeitura de Paranaguá por dois períodos. Exerceu a presidência do Estado (Governo Estadual). Foi Secretário de Estado de várias pastas, Vice- Presidente do Estado e seu Presidente, reeleito para o mandato seguinte governando o Paraná durante oito anos ininterruptos e, afinal, Senador da República. Após 1930, foi pela última vez deputado estadual. Durante o Estado Novo, exerceu a presidência do Conselho Administrativo do Estado, órgão de consulta da Interventoria Federal do Paraná.

Caetano Munhoz da Rocha nasceu na cidade de Antonina, no dia 14 de maio de 1879. Era filho de Bento Munhoz da Rocha e D. Maria Leocádia. Iniciou seus estudos em Curitiba, nos colégios “Parthenon Paranaense” e “Artur Loyola”, matriculando-se depois no “Colégio São Luiz, em Itu, São Paulo onde fez curso de Humanidades, prestando exames preparatórios no curso anexo a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se diplomou em 1902, com a idade de 23 anos. Fixando residência na cidade de Paranaguá, casou-se com D. Olga, filha de Manoel Francisco de Souza e D. Francisca Carneiro de Souza. Desse matrimônio nasceram dez filhos, o segundo dos quais, em homenagem ao avô, seria Bento Munhoz da Rocha Neto, seu ilustre herdeiro político. Até o ano de 1905, Caetano Munhoz da Rocha clinicou em Paranaguá, onde serviu como médico da Santa Casa de Misericórdia e, interinamente, como Inspetor de Saúde dos Portos de Paranaguá e Antonina. Nesse ano, fundou com seu irmão, Ildefonso, a firma comercial Munhoz da Rocha & Irmãos. Caetano Munhoz da Rocha ingressou na política com a idade de 25 anos, quando eleito pela primeira vez deputado ao Legislativo Estadual para o biênio 1904-1905, onde participou da Comissão de Instrução Pública, juntamente com Romário Martins e Vieira de Alencar.

Nesse ano, Vicente Machado estava assumindo o Governo do Estado, para o

qual fora eleito (1904-1908), como grande líder político de um período tempestuoso da vida paranaense. Ele, que antes já fora companheiro de chapa de Xavier da Silva, e assumira o governo durante a Revolução Federalista, que convulsionou o Estado, ia ter pela frente a sentença do Supremo Tribunal Federal, desfechada contra o Paraná, na questão de limites com Santa Catarina. Nesse momento de opinião para impedir a amputação de seu território. Reeleito sucessivamente para as legislaturas seguintes dos biênios de 1906-1907, 1908-1909, 1910-1911, 1912-1913, 1914-1915, 1916-1917, Caetano Munhoz da Rocha começava a se impor entre os políticos de seu tempo. Além de participar da Comissão de Higiene, onde deixou importantes pareceres, foi 1º vice-presidente do Legislativo, em 1909, e seu presidente, em 1917, eleito pela unanimidade de seus pares. No ano de 1907 uma violenta crise política domina o Paraná, em consequência do falecimento de Vicente Machado, ocorrido antes do término do mandato governamental. Diante de divergências entre o poder legislativo e o seu substituto legal, este foi levado a deixar o cargo. A crise só foi superada em 1908, com a formação da Coligação, que acalmou os ânimos e elegeu Xavier da Silva – sempre equidistante das facções em luta para o Governo do Estado, por ele exercido pela 3ª vez. Nesse ano, Caetano Munhoz da Rocha já era o homem de maior prestígio de Paranaguá, a segunda cidade do Estado, quando foi eleito seu prefeito para o quadriênio 1908-1912, e reeleito para o período seguinte, de 1912-1916. Renunciou, porém, em 1915, para integrar a chapa Afonso Alves de Camargo-Munhoz da Rocha à sucessão estadual, quando se transferiu para Curitiba. Nos sete anos em que foi Prefeito de Paranaguá, a cidade, no dizer de Romário Martins, “lhe deve todo seu progresso urbanístico”. Nessa ocasião, revelou-se o grande administrador que os estado inteiro iria conhecer depois. Deu nova organização a contabilidade municipal, liquidando a dívida flutuante que encontrou ao assumir a Prefeitura, e mantendo em dia todos os pagamentos. Fez drenar e aterrar grande parte da zona baixa da cidade; executou o serviço de abastecimento de água encanada, captada na Serra do Mar e construiu a rede de esgotos, abriu novas ruas, alargando outras, e ajardinando praças;

pavimentou a paralelepípedos os logradouros centrais e a avenida que vai ter ao Porto, traçada ao tempo de sua administração; modernizou os dois mercados, o de peixe e o geral, saneando a praça fronteira com instalações. Além disso, fez aquisição do Paço Municipal, um dos melhores prédios de sua época no Paraná, e promoveu a instalação de telefones na cidade. Como Provedor da Santa Casa de Misericórdia, introduziu nela grandes melhoramentos, assim como no prédio do Colégio São Jose.

Eleito Vice-Presidente do Estado, em 1916, foi um colaborador inestimável no Governo de Afonso Alves de Camargo, ocupando as pastas da Fazenda e a de Agricultura e Obras Públicas. A exemplo do que fizera em Paranaguá, foi introdutor da reforma da contabilidade do Tesouro, segundo plano de sua própria autoria, a respeito do qual publicou obra em dois volumes, considerada de grande mérito pelos especialistas da época. Eleito com grande maioria de votos, não obstante isso o Governo de Afonso Camargo foi injustamente combatido logo no início por assinar o acordo que pôs fim a questão de limites com Santa Catarina, causa da luta armada no Contestado, que afinal terminou em outubro de 1916, com a intervenção do Presidente Wenceslau Braz, e a perda definitiva do Paraná desse território. A verdade é que, com três acordos contrários do Supremo Tribunal, a perda do Paraná teria sido maior. Caetano Munhoz da Rocha sucedeu a Afonso Camargo no Governo do Estado, assumindo o quadriênio seguinte de 1924-1928. Seu primeiro período foi de reorganização administrativa. O segundo, de realizações. Com menos de um ano de Governo, sofreu a perda da esposa, assim como antes de três filhos maiores desse matrimônio. Buscou conforto, num segundo casamento com D. Domitília, filha do casal Alfredo Xavier de Almeida e D. Maria Luiza de Almeida. Enviuvando novamente, casou pela terceira vez com D. Sylvia, filha de Manoel Antonio da Cunha Braga e de D. Vitória Lacerda Braga, com a qual teve numerosa prole. Se a situação era propícia ao assumir o Governo, pelo apoio da opinião quase unânime do Estado, era também administrativamente difícil, pelos pesados encargos do erário, como reflexo dos efeitos negativos da II Guerra Mundial.

Mas Munhoz da Rocha soube enfrentá-la, mediante rigoroso saneamento das finanças públicas. Ao fim do primeiro ano e gestão, logrou resgatar o empréstimo do Banco do Estado e fechar o exercício financeiro com vultoso saldo positivo. Concentrou suas atenções prioritariamente sobre dois setores: a instrução pública e o saneamento e higiene urbana. Pediu a São Paulo um técnico para reforma do ensino. O professor César Prieto Martinez, que traçou um programa ousado, executado com amplo sucesso. Os edifícios dos Institutos de Educação de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa são de sua época. O projeto de remodelação e ampliação da rede de água e esgotos da Capital confiado a um dos maiores especialistas brasileiros, o engenheiro Saturnino Brito. Segundo Romário Martins, o Paraná foi um dos primeiros Estados, senão o primeiro, no Governo de Munhoz da Rocha, a enfrentar o problema da infância e da velhice desamparadas. Criou o Juizado de Menores, construiu o Asilo de Velhos, o Orfanato, o Sanatório da Lapa para tuberculosos e o Leprosário São Roque, em Piraquara. Organizou a Caixa de Seguros dos Funcionários Públicos e da Polícia Militar. Voltou-se para o aparelhamento do Porto de Paranaguá, que, em 1924, meados de seus oito anos de mandato, inauguraria o fluxo normal dos embarques de café do Norte Pioneiro. Nesse mesmo ano de 1924, Lord Lovat, integrante de uma missão inglesa no Brasil, e que havia promovido colonização agrícola na Austrália e África, visita o Norte do Paraná. Em 1927, o Governo do Estado firmou com ele o contrato de concessão de 515 mil alqueires para um vasto projeto de colonização. É fundada a Paraná Plantations que, em consórcio com a Companhia de Terras Norte do Paraná e a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, dá início a colonização do setentrião em moldes modernos. Caetano Munhoz da Rocha foi um bravo defensor da cafeicultura paranaense, que mal se iniciava. Em 1927, foi firmado o segundo convenio cafeeiro, entre os governos de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo, sob o patrocínio do Governo Federal, visando uma velada limitação do plantio. Instado a subscreve-lo, sem dele ter participado, ou não sendo sequer consultado, recusou sua assinatura, por entende-lo contrário aos interesses do Paraná. Por esse gesto.

O então presidente da Associação Comercial, Coronel Carneiro, que liderava a oposição política no Estado, não hesitou em expressar-lhe publicamente sua solidariedade, ao mostrar-se “digno da posição que ocupa e merecedor de um apoio que, neste momento, todos os paranaenses subscreverão”. Homem leal, estadualmente integrado na estrutura política dominante, que encarnava com ardor o princípio federativo da autonomia dos Estados, Caetano Munhoz da Rocha nem por isso era menos penetrado de espírito nacional, entendendo o Brasil com uma sociedade integrada. Sonhava com um Brasil que “somente unido e forte realizará esses destinos”, segundo suas próprias palavras na oração que, em 1922, pronunciou no Teatro Guairá, em comemoração ao Centenário da Independência. Nessa ocasião dirigiu mensagem ao Legislativo Estadual, propondo a extinção dos símbolos e dos hinos estaduais, como exemplo de civismo as demais unidades da federação, “para só predominar o sagrado símbolo da Pátria, uma só bandeira, um só escudo e um único hino”. Ao deixar o Governo, em 1928, foi eleito Senador da República. Desde 1926, o Paraná conquistara e vinha mantendo o 6º lugar nas exportações brasileiras.

Caetano Munhoz da Rocha foi um dos poucos a sobreviver politicamente à Revolução de 1930, quando o presidente Getúlio Vargas combateu as antigas elites políticas estaduais. Na legislatura de 1935-36, foi eleito deputado estadual, o que se dava pela 8ª vez, fazendo parte no legislativo da comissão permanente de finanças e orçamento. Em 1939, durante a Interventoria de Manoel Ribas, presidiu o Conselho Administrativo do Estado, órgão de consulta do Governo. Faleceu a 23 de abril de 1944, aos 65 anos.

ANEXO 2 PARANAENSIDADE (NOEL NASCIMENTO)

Brasilidade sulina,
sentimento caboclo,
caboclo ensimesmado na colina.

Encontro de bravura guarani
e bandeirante,
suor e sangue
de negros escravos
e camponeses servos.

Da terra cobiçada
pelo ouro
e tesouros da flora e fauna,
dos braços dos rios que a envolvem
em correntezas de prata.

Águas em procissão lenta pelo Guaíra,
entoando cânticos gregorianos
com o coral de pássaros
até a queda nas cataratas
que estremece a Terra.

Nos pousos,
e então povoados florescendo
à beira do carreiro;
nos pousos
à sombra dos pinheirais;
na Rua das Tropas
que se encruzilha cintilante

na Vila Estrela
dos Campos Gerais;
nos pousos hospedando o mundo inteiro,
-nasceu o Paraná -seu espírito-
brasilidade sulina,
sentimento caboclo,
caboclo ensimesmado na colina.
Tropeiro levando as manadas,
derramando mate,
trazendo mercadorias,
sal, pólvora e chumbo;
tropeiro transportando
abraços, notícias, saudades,
esperanças dos imigrantes,
a bondade das raças,
muito sentimento nas bruacas;
tropeiro construindo a Pátria
nos pousos.

Tropeiro
que passou no céu e na terra
como se montara a mula-sem-cabeça e laçasse o boitatá.



Bento Munhoz, campanha para governador no interior do Estado, 1950.
Acervo: Museu Paranaense



Teto de uma casa no interior do Paraná, estampado com o nome do candidato a governador Munhoz da Rocha, 1950.
Acervo: Museu Paranaense



Bento Munhoz recebe de Moysés Lupion o cargo de governador do Estado, em solenidade no Palácio São Francisco, em 31.01.1951.

Acervo: Museu Paranaense



Governador Bento Munhoz mostra ao presidente da República, Getúlio Vargas a maquete do Centro Cívico, obra do seu governo (1953).

Acervo: Museu Paranaense



6 de fevereiro de 1955 - O governador de Minas Gerais, Juscelino Kubistchek de Oliveira visita o Paraná. JK é recebido pelo governador Munhoz da Rocha no Palácio Iguazu.

Acervo: Museu Paranaense



Bento Munhoz discursando na inauguração do Palácio Iguazu, em 19 de dezembro de 1954.

Acervo: Museu Paranaense



1ª Audiência Pública no Palácio Iguazu, realizada em 24 de janeiro de 1955.
Popular mostra uma cobra para o governador Munhoz da Rocha.
Acervo: Museu Paranaense



No Palácio São Francisco, Bento empossa Ney Braga na Chefatura de Polícia,
no dia 30 de dezembro de 1952. Nascia o líder político de maior influência
política no Paraná e o principal adversário de Bento.
Acervo: Museu Paranaense



Bento com o presidente Getúlio Vargas e o vice-presidente João Café Filho, durante as comemorações do centenário do Paraná, em dezembro de 1953.

Acervo: Museu Paranaense



Bento Munhoz com o presidente João Café Filho na inauguração do prédio da Biblioteca Pública do Paraná, durante as comemorações do 101º aniversário do Paraná, em 19.12.1954.

Acervo: Museu Paranaense



A sólida erudição de Munhoz da Rocha na Câmara dos Deputados levou-o a ser conhecido como o “uirapuru”, o pássaro da Amazônia que quando canta deixa as outras aves estranhamente em silêncio. Foi o autor da proposta de entronização da imagem de Jesus Cristo na Câmara dos Deputados, participou efetivamente no processo de Federalização da Universidade do Paraná e foi signatário da Constituição de 1946.

Acervo: Museu Paranaense



Fora da correnteza política, Bento dedicou-se a leitura e a elaboração dos seus ensaios. Sem data.

Acervo: Museu Paranaense

POLÍTICA, DIREITO, JUDICIÁRIO E TRADIÇÃO FAMILIAR

Ricardo Costa de Oliveira¹

RESUMO: Pesquisamos as relações entre o Poder Judiciário e as estruturas de parentesco. O Poder Judiciário e o Ministério Público também podem representar instituições atravessadas por interesses e capitais sociais familiares. Em nosso livro “Na Teia do Nepotismo” investigamos as ações de grupos familiares nas instituições políticas, seus impactos na formação de redes de interesse e na formulação de algumas políticas públicas. Estudos recentes sobre o judiciário indicam que elites jurídicas provêm das mesmas trajetórias, famílias, universidades e classe social. Analisamos a presença e atuação de famílias nos principais cargos do judiciário e do sistema judicial no Paraná. O nosso foco de análise é o ano de 2013. Utilizamos o conceito de rede de nepotismo para explicar como algumas famílias se posicionam simultaneamente em vários poderes e instituições para maximizar a sua ação individual e familiar, com ações em grupo, pelos diferentes campos políticos e percursos institucionais no Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Notários e Registradores do Brasil e em alguns dos grandes institutos ou escritórios jurídicos

PALAVRAS-CHAVE: Judiciário. Elites. Nepotismo

INTRODUÇÃO

Pesquisamos² as relações entre o Poder Judiciário e as estruturas de parentesco. O Poder Judiciário e o Ministério Público também podem representar instituições atravessadas por interesses e capitais

1 Sociólogo, Professor Adjunto. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. rco2000@uol.com.br

2 Ricardo Costa de Oliveira. Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP). Professor Associado do Departamento de Ciência Política e Sociologia. Universidade Federal do Paraná. rco2000@uol.com.br

sociais familiares. Em nosso livro “Na Teia do Nepotismo” investigamos as ações de grupos familiares nas instituições políticas, seus impactos na formação de redes de interesse e na formulação de algumas políticas públicas. Estudos recentes sobre o judiciário indicam que elites jurídicas provêm das mesmas trajetórias, famílias, universidades e classe social. Um dos estudos é o de Frederico Normanha Ribeiro de Almeida em sua tese de doutorado (USP) - “A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil”. Henry Levy Kaminski também investiga as relações familiares na sua dissertação de mestrado (por nós orientada - UFPR): “Elites e parentesco no sistema judicial paranaense”.

OBJETIVOS:

Analisamos a presença e atuação de famílias nos principais cargos do judiciário e do sistema judicial no Paraná. O nosso foco de análise é o ano de 2013. O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Clayton Camargo, pertence a uma das mais antigas e tradicionais famílias políticas do Estado do Paraná. Clayton Camargo é filho do também falecido desembargador e Presidente do TJ-PR, Heliantho Camargo. O Presidente Clayton Camargo é pai da Juíza Vanessa Camargo e do Deputado Estadual Fábio Camargo. Uma das medidas mais polêmicas na política paranaense, durante o ano de 2013, foi a eleição pela Assembleia Legislativa do Paraná do Deputado Estadual Fábio Camargo para o Tribunal de Contas do Estado, com várias alegações de influências, pressões e relacionamentos informais entre os poderes judiciário, legislativo e executivo. Logo depois a Assembleia Legislativa aprovou a utilização de vultosos depósitos judiciais, no entanto o repasse do Poder Judiciário ao Executivo paranaense foi proibido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Verificamos a presença de relações familiares em cinco

novos desembargadores nomeados em 2013 e constatamos a presença de significativos capitais familiares no Poder Judiciário, como um importante fator existente em sua reprodução social e política. Importante conexão está relacionada com os desembargadores eleitos e provenientes do Quinto Constitucional nas vagas destinadas à seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ao Ministério Público. Em agosto de 2013, três meses depois da correição comandada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), 27 funcionários comissionados foram exonerados do Judiciário paranaense. O Conselho Nacional de Justiça também suspendeu um grande concurso de titulares para os cartórios e somente no fim do ano de 2013 determinou mudanças no processo seletivo e a substituição de pessoas da banca examinadora.

Metodologia qualitativa, operacionalização da técnica de pesquisa genealógica e análise das trajetórias familiares e carreiras profissionais. Utilizamos o conceito de rede de nepotismo para explicar como algumas famílias se posicionam simultaneamente em vários poderes e instituições para maximizar a sua ação individual e familiar, com ações em grupo, pelos diferentes campos políticos e percursos institucionais no Tribunal de Justiça, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Notários e Registradores do Brasil e em alguns dos grandes institutos ou escritórios jurídicos.

Resultados. Análise biográfica e prosopográfica dos cinco novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná empossados em 2013: Eduardo Casagrande Sarrão (filho do desembargador aposentado Jesus Sarrão), Clayton de Albuquerque Maranhão (clá jurídico Albuquerque Maranhão), Octávio Campos Fischer (filho do Ministro Felix Fischer, Presidente do Superior Tribunal de Justiça- STJ), Roberto Portugal Bacellar (neto do Desembargador Clotário Portugal, presidente do TJ-PR durante 14 anos), Rui Portugal

Bacellar Filho (sobrinho do anterior e também bisneto do Desembargador Clotário Portugal) e Fábio Haick Dalla Vecchia (genro do Desembargador aposentado, ex-Presidente do TJ-PR Celso Rotoli de Macedo). Problemas de saúde e as pressões da sociedade e do Conselho Nacional de Justiça contribuíram para o afastamento do Presidente do TJ-PR Clayton Camargo, em outubro de 2013 e posteriormente para o também afastamento do Conselheiro Fábio Camargo, do Tribunal de Contas. O irmão do desembargador Clayton Camargo, Cresus Camargo, teve a sua nomeação anulada para um dos Cartórios de Protesto de Curitiba. O papel da mídia durante todos os acontecimentos também foi relevante. Membros do Judiciário, do Ministério Público, dos cartórios, dos grandes escritórios de advocacia podem pertencer às famílias com atuação política nos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, no Tribunal de Contas, Ministério Público e atuarem em grandes redes de parentesco e de nepotismo. A atuação do CNJ teve bastante relevância no processo. Esta investigação está inserida nos programas de pesquisas desenvolvidos no Núcleo de Estudos paranaenses (NEP-UFPR) sobre o paradigma da teoria do nepotismo, como paradigma interpretativo da sociedade e da política brasileira.

A teoria do nepotismo afirma a importância da família para a análise dos enredos sociais e políticos brasileiros. Procure a família, investigue as relações entre as instituições e as famílias do poder para a compreensão dos roteiros, interesses e trajetórias nas relações entre estruturas de poder e de parentesco. Muitos dos capitais sociais e códigos comportamentais e sociais, explícitos ou implícitos, passam pelas lógicas de acumulação de poder familiares. A educação, as redes sociais, as alianças políticas, as culturas familiares e as histórias de vida dentro das instituições podem ser melhores compreendidas com as pesquisas das genealogias e prosopografias em questão.

A família representa uma das principais unidades da política no Brasil contemporâneo. A ação das famílias dentro das instituições e dos poderes estatais foi tema de nossa investigação e análise no livro “Na Teia do Nepotismo”. A elaboração de uma “teoria do nepotismo” abrange a ação de famílias no Poder Executivo, Poder Legislativo e no Poder Judiciário. Instituições como os Tribunais de Contas, o Ministério Público, os cartórios, a mídia e o empresariado vinculado aos créditos e às licitações públicas também são investigados em suas relações de parentesco. No sistema judicial há grande ênfase em muitas das dimensões familiares. Nos grandes escritórios jurídicos as relações familiares também são importantes. A classe dominante tradicional é formada, em boa parte, por uma formação social familiar de longa duração, como as investigações empíricas corroboram³. Uma das primeiras formas de levantamentos sociais no Brasil foram as genealogias, revelando as longas trajetórias sociais e políticas das famílias ao longo de muitas gerações. O conceito de família histórica da classe dominante tradicional é importante para a compreensão do poder judiciário. Rede de nepotismo é uma ação política de complacidades e mútuos benefícios entre diferentes poderes e instituições. Parentes, em cargos de poder, atuam para beneficiar aliados e familiares em outros poderes, ou instâncias, que deveriam mutuamente se fiscalizar e se controlar. O conceito foi analisado e desenvolvido no nosso livro “Na Teia do Nepotismo” (Oliveira: 2012).

Pierre Bourdieu apresenta o conceito de “espírito de família”, gênese e estrutura do campo burocrático no livro “Razões Práticas”. A Tese de Doutorado de Frederico Normanha Ribeiro de Almeida, *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil* (2010), investigou conexões das elites jurídicas, que possuem origens

3 O Silêncio dos Vencedores : genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Ricardo Costa de Oliveira. Moinho do Verbo Editora, 2001.

nas mesmas famílias, universidades e classe social. A dissertação de Mestrado de Henry Levi Kaminski, defendida no dia 20 de fevereiro de 2013 e orientada nos paradigmas da teoria do nepotismo, demonstra a existência e atuação de um conjunto expressivo de famílias e indivíduos dentro do sistema judicial paranaense. São famílias com longas histórias e genealogias, muitas vezes compartilhando antepassados importantes, redes familiares existentes desde o período colonial e ainda hoje atuando nas instituições judiciais brasileiras contemporâneas. As famílias Macedo, Azevedo Portugal, Albuquerque Maranhão e Cavalcanti de Albuquerque foram pesquisadas na sua gênese histórica e dinâmica regional paranaense. No presente trabalho, eu atualizo o quadro para o ano de 2013, com as novas nomeações para a presidência e alguns dos novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

No Poder Judiciário encontramos a presença de várias famílias políticas atuando há muito tempo na esfera política e judiciária. Verificamos no Supremo Tribunal Federal dois Ministros com explícitas relações políticas de parentesco: Marco Aurélio Mendes de Faria Mello e Gilmar Ferreira Mendes.

Ministro Marco Aurélio Mello⁴. Nasceu na cidade do Rio de

4 **Marco Aurélio Mendes de Faria Mello.** Fez os cursos primário e médio no Colégio Souza Marques e o curso científico no Colégio Pedro II, na cidade natal. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1973. Fez o Mestrado em Direito Privado na mesma Faculdade, obtendo o certificado de capacitação em 1982. Advogou no foro do Estado do Rio de Janeiro, chefiou o Departamento de Assistência Jurídica e Judiciária do Conselho Federal dos Representantes Comerciais e o Departamento de Assistência Jurídica e Judiciária do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro, sendo também advogado da Federação dos Agentes Autônomos do Comércio do Antigo Estado da Guanabara. Integrou o Ministério Público junto à Justiça do Trabalho da Primeira Região, no período de 1975 a 1978. Ingressando na

Janeiro, RJ, em 12 de julho de 1946, filho do advogado Plínio Affonso de Farias Mello e de D. Eunice Mendes de Farias Mello. A família Mello é uma das mais importantes famílias políticas de Alagoas. O pai do Ministro Marco Aurélio, Plínio Affonso, era irmão de Arnon Affonso de Mello, Governador de Alagoas e Senador da República, pai do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Marco Aurélio Mello foi indicado para o STF pelo seu primo Fernando Collor de Mello. É casado com Sandra De Santis Mendes de Farias Mello, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios⁵. A filha Leticia Mello foi nomeada para o cargo de Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que abrange o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. “No meio jurídico, é tida uma advogada promissora, mas que dificilmente chegaria tão cedo a uma lista tríplice se o pai não estivesse no STF”. “Foi indicada para o chamado quinto constitucional, reservadas a juízes indicados pela OAB. Em entrevista à Folha (de São Paulo) no ano passado, Marco Aurélio saiu em defesa da filha: “Se ser novo apresenta algum defeito, o tempo corrige”. Ele procurou desembargadores para tratar da indicação da filha, mas nega ter pedido qualquer coisa. “Jamais pedi voto, só telefonei depois que ela os visitou para agradecer a atenção a ela”⁶.

Magistratura, foi Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no período de 1978 a 1981, quando presidiu a Segunda Turma, no biênio 1979/1980. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 28 de maio de 1990, para a vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Madeira, tomou posse em 13 de junho de 1990. Foi eleito Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 14 de abril de 1999, para o biênio 1999/2001, tomando posse em 27 de maio de 1999. Escolhido por seus pares para a Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 18 de abril de 2001, assumiu o cargo em sessão solene realizada em 31 de maio seguinte. Ocupou o cargo de Presidente da República, no período de 15 a 21 de maio de 2002, durante a viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao exterior. Seu mandato como Presidente do Supremo Tribunal Federal findou-se em 5 de junho de 2003, quando assumiu o cargo, o Ministro Maurício Corrêa.

<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=30>

5 <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=30>

6 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1427835-filha-de-ministro-do-stf-e-nomeada-ao-trf-apos-derrotar-nomes-experientes.shtml>

Ministro Gilmar Mendes⁷. Gilmar é filho de Francisco Ferreira Mendes, prefeito de Diamantino pela Arena durante o perío-

- 7 **Gilmar Ferreira Mendes** nasceu na cidade de Diamantino, Mato Grosso, em 30 de dezembro de 1955. Formou-se em Direito na Universidade de Brasília - UnB, instituição na qual, em 1987, também obteve o título de Mestre em Direito e Estado, com a dissertação “Controle de constitucionalidade: Aspectos jurídicos e políticos”. A tese, aprovada com distinção, deu origem a livro homônimo. No campo profissional, ainda cursando Direito na UnB, foi aprovado em concurso para o cargo de Oficial de Chancelaria (1976). Pelo Itamaraty, atuou em Brasília (1976-1979) e em Bonn, Alemanha (1979-1982), onde teve seu primeiro contato direto com o direito germânico, na Universidade de Bonn, tendo cursado diversas disciplinas visando à aceitação para o doutoramento. Em 1989, concluiu o segundo Mestrado, dessa vez na Universidade de Münster, na Alemanha, após discorrer sobre o tema “Pressupostos de admissibilidade do controle abstrato de normas perante a Corte Constitucional” (*“Die Zulässigkeitsvoraussetzungen der abstrakten Normenkontrolle vor dem Bundesverfassungsgericht”*). Tornou-se Doutor em Direito, logo a seguir, com a tese “O controle abstrato de normas perante a Corte constitucional alemã e perante o Supremo Tribunal Federal” (*“Die abstrakte Normenkontrolle vor dem Bundesverfassungsgericht und vor dem brasilianischen Supremo Tribunal Federal”*), defendida também na Universidade de Münster e mais uma vez aprovada com distinção (*Magna cum laudae*). De volta ao Brasil, retomou a atividade acadêmica na UnB, onde até hoje leciona tanto na graduação quanto na pós-graduação, além de atuar como orientador nos cursos de Mestrado e Doutorado. É também professor no Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP e da Escola de Direito de Brasília, dos quais é sócio-fundador. Como servidor público, ocupou os cargos de Procurador da República (para o qual foi aprovado em 1º lugar em concurso público), Adjunto da Subsecretaria-Geral da Presidência da República, Consultor Jurídico da Secretaria-Geral da Presidência da República, Assessor Técnico na Relatoria da Revisão Constitucional na Câmara dos Deputados, Assessor técnico do Ministério da Justiça e Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Nomeado Advogado-geral da União em janeiro de 2000, Gilmar Mendes promoveu substanciais modificações nas carreiras que compõem a Advocacia Pública brasileira. Reestruturou todo o Órgão, modernizando-lhe o funcionamento, de modo a tornar mais eficiente a defesa dos direitos, interesses e patrimônio das autarquias e fundações federais. Em junho de 2002, tomou posse como Ministro do Supremo Tribunal Federal, Corte da qual foi Presidente no biênio 2008/2010. Antes disso, atuou como Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, que também presidiu. Como Chefe do Poder Judiciário, a Gilmar Mendes coube também assumir, simultaneamente, a Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, período em que comandou processo de efetiva e irreversível modernização da Justiça brasileira, a começar pela implantação do inédito Planejamento Estratégico Nacional, cujo destaque foi a fixação das metas de nívelamento, a exemplo da conhecida Meta 2, que resultou no julgamento de 2,72 milhões de processos antigos (protocolados antes de janeiro de 2006). A criação do Processo Judicial Eletrônico, do Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade, do Cadastro Nacional de Adoção e do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, das Varas Criminais e de Execução Penal Virtuais, está entre as muitas medidas destinadas a dar tornar mais ágil e eficiente a prestação jurisdicional no país.

do militar. Exerceu o importante cargo de advogado-geral da União (2000-2002) e fundou a Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino (Uned), Gilmar Mendes foi nomeado ministro do STF em 2002, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). “O sucesso da família na magistratura, além da herança política, certamente contribuiu para que o irmão caçula do presidente do STF, Francisco Ferreira Mendes Júnior, o Chico Mendes (PR), chegasse ao posto de prefeito de Diamantino, inclusive por dois mandatos⁸”

“A família Mendes, originária de Diamantino, protagoniza um curioso caso de sucesso no Judiciário brasileiro e que já extrapola em muito as barreiras de Mato Grosso. O patriarca, desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, conseguiu emplacar ao menos dez sucessores de prestígio na carreira jurídica. O principal deles é o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), polêmico ministro Gilmar Mendes. A família “comanda” não apenas a mais alta corte do país, como tem representantes em várias esferas de Poder, seja por meio da magistratura ou na política. Por quase 10 anos, o patriarca e desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes ocupou a presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (1908-1913, 1916-1917 e 1918-1920). Foi o único a presidi-lo por mais de duas vezes. O neto Milton Ferreira Mendes seguiu os passos do avô e exerceu o cargo de juiz e após foi promovido a desembargador em Mato Grosso por 8 anos.”

Familiares no sistema judicial⁹:

Desembargador Milton Ferreira Mendes (TJ de Mato Grosso) – tio

Desembargador Mario Ferreira Mendes (TJ de Mato Grosso) – tio

Juiz Élcio Sabo Mendes (aposentado – TJ Acre) – tio

8 Família Mendes se perpetua nos Poderes há vários anos

<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=35186>

9 <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-grande-familia-de-gilmar-mendes/>

Desembargador Ítalo Ferreira Mendes (Tribunal Regional Federal) – primo

Desembargador Joazil Maria Gardés (TJ do Distrito Federal) – primo

Juiz Êlcio Sabo Mendes Junior (TJ do Acre) – primo

Juiz Yale Sabo Mendes (juiz da comarca de Cuiabá e membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso) – primo

Juiz Francisco Alexandre Ferreira Mendes (juiz da comarca de Cuiabá) – primo

Djalma Sabo Mendes Junior (defensor público-geral de Mato Grosso) – primo

Djalma Sabo Mendes (procurador do Estado de MT aposentado) – primo

A mulher de Gilmar Mendes, Guiomar Feitosa Mendes, trabalha no escritório do advogado Sergio Bermudes.

Comentários na imprensa especializada na área jurídica: “Pois bem, a jornalista Monica Bergamo (Folha de São Paulo) anuncia que depois de 32 anos de serviço público, Guiomar Feitosa Mendes, mulher de Gilmar Mendes, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), está se aposentando, depois de ter trabalhado mais de 23 anos no STF. Ela será agora gestora da área jurídica do escritório do advogado Sergio Bermudes, do Rio. A mulher do Ministro Gilmar vai trabalhar com o advogado de Daniel Dantas!!!. Ou seja, a mulher do juiz que deu, em 48hs, dois Habeas Corpus a Daniel Dantas vai trabalhar com o advogado do cara!!!!”¹⁰”

Gilmar Mendes é casado com Guiomar Feitosa¹¹. A família

10 O Globo. Marcos Cavalcanti - 16.11.2009

<http://oglobo.globo.com/blogs/inteligenciaempresarial/posts/2009/11/16/mulher-de-gilmar-mendes-vai-trabalhar-com-advogado-de-daniel-dantas-240837.asp>

11 GUIOMAR FEITOSA DE ALBUQUERQUE LIMA MENDES bacharelou-se na Universidade de Brasília – UnB em julho de 1978. Após sua graduação, permaneceu na instituição, de agosto/1978 a junho/1979, como professora colaboradora nas disciplinas Teoria Geral do Direito (em parceria com o prof. João Batista Villela da UFMG) e

Feitosa é uma importante família política do Ceará. Gilmar e Guiomar foram padrinhos em um casamento de destaque ocorrido em julho de 2013, no Copacabana Palace, Rio de Janeiro. “Beatriz Barata, neta do maior empresário de ônibus do Rio de Janeiro, Jacob Barata, e Francisco Feitosa Filho, cujo pai é o dono da maior empresa do ramo no Ceará”¹² “Dos ônibus às fazendas: marido da neta de Jacob Barata é de família de políticos ruralistas no CE”¹³. A família Feitosa é grande empresária de transportes urbanos, grandes propriedades rurais e tem ocupado vários cargos parlamentares no Ceará.

O Escritório Sérgio Bermudes apresenta vários vínculos com as famílias dos Ministros do STF. O Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes reúne um grupo selecionado nos seus membros: Elena Landau, Gabriel de Orleans e Bragança, Guiomar Feitosa de Albuquerque Lima Mendes, Marianna Fux. Nomes com prestígio social, experiência empresarial e experiência na administração pública. A advogada Marianna Fux, filha do Ministro Fux do STF, também participa do escritório de Advocacia de Sérgio Bermudes¹⁴. Marianna Fux foi cotada para uma vaga de desembargadora no Tribunal de

Instituições do Direito Público e Privado. No Ministério da Justiça, assessorou os Ministros Petrônio Portela (junho/1979 a janeiro/1980), Ibrahim Abi-Ackel (março/1980 a março/1985) e Fernando Lyra (março a junho/1985). Foi assessora jurídica no Tribunal Superior do Trabalho, durante 10 anos, e, nessa Corte, ocupou o cargo de Secretária Geral na presidência do Ministro Guimarães Falcão. Foi assessora jurídica do Ministro Marco Aurélio de maio de 1995 até maio de 2008 e, nesse período, assumiu os cargos de Diretora Geral do Tribunal Superior Eleitoral e de Secretária Geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal. Também ocupou o cargo de Secretária Geral do Tribunal Superior Eleitoral na presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. http://www.sbadv.com.br/sergio_bermudes/pt/membros/curriculo.asp?id=112

12 Hildegard Angel. Casamento de Beatriz Barata: Nosso 14 de Julho. Nossa Bastilha Carioca. <http://www.hildegardangel.com.br/?p=25127>

13 <http://alceucastilho.blogspot.com.br/2013/07/dos-onibus-as-fazendas-genro-de-jacob.html>

14 MARIANNA FUX bacharelou-se em Direito pela Universidade Candido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro. É Pós-Graduada em Teoria das Obrigações e Prática Contratual pelo programa de educação continuada da Fundação Getúlio Vargas (FGV). http://www.sbadv.com.br/sergio_bermudes/pt/membros/curriculo.asp?id=65

Justiça do Rio de Janeiro¹⁵. As conexões entre a família Fux e Sergio Bermudes são bastante conhecidas: “Advogado carioca Sergio Bermudes, que oferecerá festa para centenas de convidados no aniversário de 60 anos de Luiz Fux, e também emprega em seu escritório sua filha Mariana, rechaça a insinuação de que tenha alguma relação privilegiada com o ministro do Supremo Tribunal Federal; sobre a afirmação de Joaquim Barbosa sobre “conluio” entre advogados e juízes, ele foi enfático: “é mais uma das leviandades do ministro Barbosa”; ele afirma que, apesar da festa, Fux terá “total isenção” para votar em causas do seu escritório no STF¹⁶. A festa foi cancelada¹⁷.

PRESIDÊNCIA E NOVOS DESEMBRAGADORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ EM 2013

Verificamos as mesmas características sociais e políticas familiares na presidência do Poder Judiciário paranaense no ano de 2013. O Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Clayton Camargo¹⁸ também pertence a uma família de magistrados e políticos

15 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1310810-filhas-de-ministros-do-stf-disputam-altos-cargos-no-judiciario-mesmo-sem-experiencia.shtml>
<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,candidatura-da-filha-de-fux-ao-tj-rj-constrange-oab,1022220>

16 <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/98807/Fux-cancela-festa-de-arromba-paga-por-advogado.htm>

17 <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,fux-cancela-festa-de-aniversario-com-150-convidados-que-seria-paga-por-advogado,1021240>

18 **Clayton Coutinho de Camargo**, “filho do desembargador Heliantho Guimarães Camargo e Maria José Coutinho Camargo, nasceu no dia 5 de março de 1946, em Curitiba (PR). Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, turma 1973. Em 1974, após concurso, ingressou no Ministério Público como promotor substituto na comarca de Foz do Iguaçu. Exerceu, também, suas funções nas comarcas de Campo Largo, Palmeira e Paranaguá. Efetivado na carreira em 1976, atuou nas comarcas de Mandaguari, Bocaiúva do Sul, Colombo, Assis Chateaubriand, Ponta Grossa e Curitiba. Em 20 de abril de 1995, através da vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público, foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada, onde exerceu a presidência (2002/03). No dia 12 de setembro de 2003, foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Candidato a Deputado Estadual pelo PDS em 1982”.

desde o período colonial e Imperial. Clayton é filho do Desembargador Heliantho Camargo, também Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. A família Camargo é uma das principais famílias políticas do Paraná¹⁹. Clayton assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná no dia 1º de fevereiro de 2013, para o biênio 2013/2014 e renunciou ao cargo no dia 24 de setembro de 2013, por motivo de saúde.

Clayton Camargo era irmão de Cresus de Coutinho Camargo, serventuário da Justiça, titular do quarto cartório de protesto de Curitiba²⁰. Clayton Camargo é pai da magistrada Vanessa Camargo²¹

http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/content/id/1571858

19 Gertrudes e o Padre Camargo. Luiz Romaguera Netto. 1992. Repró-Set.

20 Celso Nascimento escrevia sobre a situação dos cartórios após a saída de Clayton Camargo da presidência do TJ. Gazeta do Povo 31/10/2013. “Sem cartórios 1. Pelo menos três dos mais rentáveis cartórios de Curitiba estão vagos – teoricamente, pelo menos. São eles os 2º, o 3º e o 4º Cartórios de Protesto, cujos titulares – Rodrigo Barrozo, Oswaldo Hoffmann e Cresus Camargo – tiveram suas nomeações anuladas. Os decretos e atos administrativos, assinados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, saíram na edição de terça-feira do Diário da Justiça. Sem cartórios 2. O afastamento já havia sido determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2009, mas só agora está sendo cumprido. Os três assumiram os cartórios mediante remoções de cartórios menores, consideradas ilegais pelo CNJ. Um dos atingidos, Cresus Camargo, é irmão do recentemente afastado presidente do TJ, Clayton Camargo. Caros advogados tentam reverter a situação”.

<http://www.gazetadopovo.com.br/colunistas/conteudo.phtml?id=1421360&tit=Foi-bom-para-voce>

21 “O CNJ abriu um procedimento contra o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Clayton Camargo, devido a um suposto tráfico de influência do magistrado na tentativa de emplacar seu filho, deputado estadual Fábio Camargo, numa das vagas do Tribunal de Contas do Estado. Quem também se enrolou no Conselho foi a filha de Clayton, a juíza Vanessa Camargo. O procedimento contra a magistrada foi aberto para apurar atos ilícitos de quando ela era titular da Vara de Falências e nomeava seu irmão Fábio para gerir massas falidas sob sua tutela. Quem acompanha de perto os casos da família Camargo não tem dúvida de que os dois procedimentos são apenas o início de uma série que deve ser aberta pelo corregedor Francisco Falcão”.

Por Lauro Jardim. Veja. 28 de junho de 2013.

<http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/judiciario/presidente-do-tjpr-e-familia-enrolado-no-cnj/>

e quando assumiu presidência do TJ-PR, o filho Fabio Camargo²² era Deputado Estadual. Durante a presidência do Desembargador Clayton Camargo o Deputado Estadual Fábio Camargo foi eleito, em 15 de julho de 2013, pela Assembleia Legislativa, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Afastado do cargo em novembro de 2013, Fábio Camargo foi reconduzido ao cargo com uma liminar do Ministro Gilmar Mendes, em abril de 2014 e novamente afastado em junho de 2014. O caso segue em andamento.

Uma “troca de gentilezas” entre o poder executivo e o poder judiciário do Paraná referente a liberação de depósitos judiciais transpassou o episódio da escolha e votação do Deputado Fábio Camargo, o filho do Presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Clayton Camargo, pela Assembleia Legislativa. “A proposta elaborada pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) em conjunto com o governo tramitou em tempo recorde na Alep e foi aprovada em definitivo na noite de quinta-feira (25), em sessão extraordinária. Pela proposta, o governo poderia obter até 30% dos depósitos judiciais não tributários, ou seja, os que não são provenientes de impostos. A estimativa é de que R\$ 1,8 bilhão fosse repassado ao Sistema de Gestão Integrada de Recursos Financeiros (Sigerfi), a conta única dos recursos do governo estadual. A proposta foi aprovada por 36 votos contra seis”²³ ²⁴.

22 Fabio de Souza Camargo “nasceu em Curitiba em 17 de abril de 1973. Trocou de partido três vezes. 2000 – Elege-se vereador de Curitiba pelo PSC com 8 mil votos. É eleito vice-presidente da Câmara de Curitiba. 2002 – Concorre a deputado estadual pela primeira vez. Obtém 34 mil votos, mas não consegue a vaga na Assembleia Legislativa uma vez que a legenda obteve apenas uma cadeira e Fabio ficou como primeiro suplente. 2004 – Com 18 mil votos, Fabio novamente é eleito vereador em Curitiba – agora pelo PFL. Torna-se primeiro-secretário da Câmara. 2006 – Elege-se deputado estadual pelo PFL. É convidado pelo vice-presidente nacional do PTB, Flavio Martinez, a ingressar no partido, para concorrer à prefeitura de Curitiba em 2008”.
<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=797109>

23 <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/07/cnj-barra-repasse-de-depositos-judiciais-para-o-governo-do-parana.html>

24 CNJ barra lei que permitiria ao governo do PR usar depósitos judiciais em investimentos

No dia 10 de julho de 2013 tomaram posse três novos Desembargadores no Tribunal de Justiça do Paraná. Os três apresentavam bons currículos e conexões familiares jurídicas.

Pelo quinto constitucional da advocacia foi eleito Octavio Campos Fischer²⁵, filho do Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Félix Fischer.

Na vaga destinada ao MP/PR, pelo Quinto Constitucional, foi

“Troca de gentilezas”. Apesar de tal previsão legal, porém, o TJ-PR negou pedido do governo Richa, em abril passado, para que transferisse 70% dos depósitos judiciais para a conta única, informou o presidente da OAB-PR. Questionado a respeito, o Palácio Iguacu confirmou a “consulta” ao TJ-PR, e que dela derivou uma “posição negativa”. “O Poder Judiciário entendeu que não seria possível”, disse a assessoria do governo. A mudança de posição do TJ-PR se deu em meio à disputa por uma vaga de conselheiro no TCE (Tribunal de Contas do Estado), cargo vitalício com salário mensal de cerca de R\$ 25.000. Coube à Assembleia eleger o novo conselheiro, no último dia 15. No início do ano, o deputado Plauto Miró Guimarães (DEM) era considerado favorito. Mas acabou eleito Fábio Camargo (PTB), que tomou posse na última segunda-feira (22). Ambos fazem parte da base governista – que tem ampla maioria na casa. Camargo é filho do presidente do TJ-PR, o desembargador Clayton Camargo. “A pessoa, se tiver um pouquinho de bom senso, acaba ligando uma coisa à outra. Uma troca de gentilezas está sendo feita. Cada poder cumpriu com seu papel”, disse Guimarães, ao UOL, nesta quinta à tarde -

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/25/em-crise-governo-do-pr-ganha-direito-a-usar-depositos-judiciais-em-investimentos.htm>

25 **Octávio Campos Fischer** “nasceu no dia 13 de julho de 1971. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1993. É doutor em Direito Constitucional Tributário e Mestre em Direito Tributário, ambos pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Atuou como advogado nas áreas de Direito Tributário, Cível e Empresarial em Curitiba. Foi Conselheiro Estadual da OAB/PR - de 2007 a 2009 (suplente) e de 2010 a 2012 (titular). Como professor atuou com as disciplinas de Direito Tributário no Programa de Mestrado em Direito e Graduação em Direito nas Faculdades Integradas do Brasil-Unibrasil e no Programa de Mestrado em Direito do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP/DF); também como professor da Escola da Magistratura do Paraná e da Escola Superior de Advocacia do Brasil, Seccional do Paraná. Tem os seguintes livros publicados: “A Contribuição ao PIS”, “Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no Direito Tributário”, “Tributos e Direitos Fundamentais”, “PIS- Cofins: Questões Polêmicas e Atuais”(coordenador em conjunto), “Reforma do Judiciário: Primeiras Reflexões sobre a Emenda Constitucional nº. 45/2004 (em conjunto), “Anais do XV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional do IDP (em conjunto), além de mais de 40 artigos publicados. Em 25 de junho de 2013 foi nomeado ao cargo de desembargador, em vaga destinada à OAB/PR, pelo Quinto Constitucional”.

http://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/id/2744339

eleito Clayton de Albuquerque Maranhão, membro de uma das mais ativas famílias nos meios jurídicos do Paraná²⁶.

Por merecimento, o juiz de carreira Eduardo Casagrande Sarrão, filho do Desembargador Jesus Sarrão.²⁷

No dia 15 de março de 2013 foram empossados cinco novos desembargadores, incluindo Rui Portugal Bacellar Filho²⁸.

26 **Clayton de Albuquerque Maranhão** – “nasceu em Curitiba em 1965 e é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Milão, Itália. Mestre em Direito Processual Civil pela UFPR e Doutor em Direito Processual Civil também pela UFPR. Ingressou no Ministério Público do Estado do Paraná em 1990. Atuou como Promotor Substituto na Seção Judiciária de Paranaguá, como Promotor de Justiça de entrância inicial nas Comarcas de Uraí e Bocaiúva do Sul e na entrância intermediária da Comarca de Cruzeiro do Oeste. Na entrância final, atuou no Foro Central da Comarca de Curitiba junto às Varas Cíveis, Varas de Família e Varas da Fazenda Pública e de Falências, e, ainda, nas Promotorias de Justiça do Consumidor, do Patrimônio Público e da Educação. Promovido a Procurador de Justiça em 2011, vinha atuando junto à 5ª Procuradoria de Justiça Criminal. Em 25 de junho de 2013 foi nomeado ao cargo de desembargador, em vaga destinada ao MP/PR, pelo Quinto Constitucional”.
http://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/id/2744339

27 **Eduardo Casagrande Sarrão** – “nasceu em 1972 na cidade de Curitiba e é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ingressou na magistratura paranaense em 11 de novembro de 1996, atuando como Juiz Substituto em Santo Antônio do Sudoeste e Paranaguá. Atuou na entrância inicial como Juiz de Direito da Comarca de Manguieirinha, sendo posteriormente promovido por merecimento em 1997 para a Comarca de entrância intermediária de Medianeira. Em seguida, no ano de 1998, foi promovido, também por merecimento, à Juiz de Direito da Comarca de entrância final de Foz do Iguaçu, onde permaneceu até ser removido para a substituição em segundo grau. Em 24 de junho de 2013 foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador”.
http://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/id/2744339

28 **Rui Portugal Bacellar Filho** nasceu em 15 de abril de 1967. “Graduado pela Faculdade de Direito de Umuarama em 1988. É Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC-PR (2004). Professor no curso de direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Sucessões, Teoria Geral do Processo, Processo do Conhecimento, Cautelares, Execução Civil e Direito Eleitoral no período de 08/10/1996 a 07/07/2005) e de pós-graduação na Escola da Magistratura do Estado do Paraná (Prática Processual Civil em 2006, 2007 e 2008 e Prática Processual Penal em 2011). Ingressou na magistratura em 1989, atuando nas comarcas de Guairá, Lapa, Quedas do Iguaçu, Paranavaí e Curitiba. Também foi juiz formador (2004/2005), juiz eleitoral – nas Zonas Eleitorais de Quedas do Iguaçu (1990), Paranavaí (1995) e Curitiba (2002-2003) e no Tribunal Regional Eleitoral (2005)”.
http://www.tjpr.jus.br/desembargadores-tjpr-museu/-/asset_publisher/V8xr/con-

Roberto Portugal Bacellar²⁹, tio de Rui Portugal Bacellar Filho, tomou posse como desembargador no dia 5 de setembro de 2013. “O desembargador finalizou (o discurso de posse) com as palavras do seu avô, Desembargador Clotário Portugal, que foi por 14 anos presidente deste Tribunal e no dia de sua posse, em 1924, assim teria se dirigido aos seus amigos: “Deve-se ouvir com benevolência os que clamam Justiça! Não será favor. Estão no direito de pedir, embora nem sempre com o direito de obter. Diante do juiz, como diante da lei, não há pobres nem ricos, nem pequenos, nem grandes, nem plebeus, nem nobres: Só é forte quem tem por si o Direito”³⁰.

A família Portugal Bacellar originou-se do casamento entre Romeu Felipe Bacellar, casado com Myrian de Macedo Portugal Ba-

tent/id/2702187

29 **Roberto Portugal Bacellar.** “Filho de Romeu Felipe Bacellar (in memoriam) e de Myrian Portugal Bacellar, nasceu em Curitiba, em 5 de setembro de 1962. É formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR (1988), e Mestre em Direito Econômico Social pela PUC-PR (2001). Tem especialização em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Paranaense – UNIPAR (1997) e especialização em MBA em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2004). Ingressou na magistratura paranaense em 15 de agosto 1989, atuando como juiz substituto nas Comarcas de Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul e Cerro Azul. Atuou como Juiz de Direito nas Comarcas de Catanduvas e Ibituva. Promovido em 1993 para a Comarca de entrância intermediária de Umuarama, e em 1995 para a Comarca de entrância final de Londrina. Posteriormente removido para Curitiba, onde permaneceu até ser removido para a substituição em segundo grau em 2010. Foi Juiz Auxiliar por três vezes junto à Vice-Presidência deste Tribunal como Coordenador do Sistema dos Juizados Especiais. É o atual Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), e acumula a experiência na presidência da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), durante o biênio 2002/2003, e na direção da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP) no período 2008/2009, período em que a Escola recebeu o Prêmio ENFAM de qualidade como melhor escola do Brasil. É especialista em Métodos Alternativos de Solução de Conflitos e divulgador da cultura da conciliação em todo país; também é colaborador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; é Coordenador do Programa Justiça se Aprende na Escola – AMB, destinado a ensinar cidadania e Justiça para as crianças do ensino fundamental do Brasil que já atendeu mais de 13 milhões de crianças do Brasil; foi membro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos – Paraná?”

http://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/id/3013222

30 http://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/id/3013222

cellar, filha do desembargador Clotário de Macedo Portugal, patrono do Poder Judiciário paranaense, com quem teve seis filhos: Rui, Romeu Filho, Rogério, Rubens, Ronaldo e Roberto³¹.

Outra instituição em que a família Portugal Bacellar atua com destaque é na Associação dos Notários e Registradores do Brasil - ANOREG³², presidida por Rogério Portugal Bacellar³³.

O Tribunal Pleno do TJPR elegeu o juiz Fábio Haick Dalla Vecchia como o novo desembargador do Tribunal, em sessão realizada no dia 21 de outubro de 2013. O magistrado, promovido por

31 <http://www.institutobacellar.com.br/patrono.htm>

32 “Fundada no dia 04 do mês de maio de 1984, com sede na cidade de Brasília-DF, então ainda sob a denominação de ATEB - Associação dos Titulares das Serventias Extrajudiciais do Brasil, com intuito não econômico, passou a denominar-se ANOREG-BR - Associação dos Notários e Registradores do Brasil em 22 de novembro do ano de 1994, após a promulgação da Lei nº 8935 de 18 de novembro de 1994, que regulamentou o artigo 236 da Constituição Federal. É regida pelo Código Civil brasileiro, pelas demais disposições legais aplicáveis e pelo Estatuto”. A ANOREG-BR é a única entidade da classe com legitimidade, reconhecida pelos poderes constituídos, para representar os titulares de serviços notariais e de registro do Brasil em qualquer instância ou Tribunal, operando em harmonia e cooperação direta com outras associações congêneres, principalmente com os Institutos membros e Sindicatos, representativos das especialidades. A ANOREG-BR mantém-se com as contribuições dos Institutos Membros e das ANOREG’s Estaduais. Esta página foi inaugurada em 2000. Sabemos que a informação e a comunicação são fatores da máxima importância tanto para o notário e o registrador como também para o cidadão, ainda desconhecedor da gama de serviços prestados pelo nosso segmento. Assim, procuraremos divulgar legislações, matérias doutrinárias específicas e noticiar eventos que aprimorem o estamento no exercício de suas funções”.

http://anoreg.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18103&Itemid=103

33 “Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (Turma 1974), Rogério Portugal Bacellar ingressou na atividade notarial e registral na década de 1970, por meio de admissão em concurso público. Além de ser presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), o tabelião também é presidente da Federação Brasileira dos Notários e Registradores do Brasil (Febranor). Ao longo de seus mais de 40 anos de atividade na área notarial e registral, Bacellar possui mais de 200 certificados, entre palestras, cursos, especializações e congressos que frequentou e de que participou em todo o Brasil e no exterior. Em Direito, o tabelião fez diversos cursos, tais como Direito do Trabalho, Direito Tributário, Direito Civil, Direito Penal, Processo Civil, Direito Internacional, Direito Agrário, dentre outras. Todos os cursos foram certificados por renomadas instituições de ensino superior”.

http://anoreg.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=22231

merecimento, irá ocupar a vaga deixada pelo desembargador Augusto Lopes Côrtes, falecido no mês passado³⁴. Fábio Haick Dalla Vecchia é casado com Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia, cartorária do Registro de Imóveis do Foro Regional de Rio Branco do Sul, Paraná. Fábio Dalla Vecchia é genro de Celso Rotoli de Macedo, presidente do Tribunal de Justiça em 2010 e cunhado dos magistrados Naor Ribeiro de Macedo Neto e de Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, ambos irmãos de Mônica Maria Guimarães de Macedo Dalla Vecchia (Kaminski: 2013, 146). A família Macedo é uma tradicional família atuante no sistema judicial paranaense há muito tempo.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

O fenômeno do nepotismo na contratação de funcionários comissionados continuava a existir, até agosto de 2013, no Tribunal de Justiça e somente a ação do Conselho Nacional de Justiça provocou a exoneração de 27 nepotes:

“Três meses depois da correição comandada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), 27

34 **Fábio Haick Dalla Vecchia**. “Natural de Guarapuava, ingressou na magistratura do Paraná, como Juiz de Direito Substituto, em dezembro de 1992 na Seção Judiciária de Bela Vista do Paraíso. Ainda como juiz substituto, atuou nas comarcas de Clevelandia e de Marechal Cândido Rondon. Em setembro de 1994, foi promovido a juiz de direito da comarca de entrância inicial de Barracão, posteriormente, removido à comarca de Engenheiro Beltrão. Promovido por merecimento para entrância intermediária, em dezembro de 1995, atuou na comarca de Paranavaí. Na entrância final, após promoção por merecimento, assumiu o cargo na comarca de Londrina, em dezembro de 1996, sendo removido à comarca de Curitiba, em novembro de 1999. Exerceu as funções de juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, no biênio de 2001/2002. Em abril de 2004, foi removido por merecimento ao cargo de juiz substituto em segundo grau. É especialista em direito público pela EMAP. Dentre outros cursos e congressos, participou do Curso de Tendências Criminológicas Contemporâneas, na Universidade de Hamburgo (Alemanha), em 2011, e do Curso de Direito Civil Constitucional, na Universidade de Camerino (Itália), em 2012”.
http://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/id/3217339

funcionários comissionados foram exonerados do Judiciário paranaense na última quinta-feira. A medida atende a um pedido de providências do CNJ a respeito de casos de nepotismo no TJ. Esse é o primeiro resultado oficial da inspeção feita em abril pelo conselho, que identificou uma série de problemas na Justiça do estado. Tanto que, na última quarta-feira, o presidente do TJ, desembargador Clayton Camargo, determinou ao Departamento Administrativo e ao Núcleo de Controle Interno do órgão que elaborassem uma relação dos comissionados que tivessem grau de parentesco com magistrados ou servidores. A determinação visava corrigir “as contratações que infringem a regra administrativa” imposta pelo CNJ. Logo no dia seguinte, para atender às exigências do conselho, Camargo exonerou 27 ocupantes de cargos comissionados, por meio do decreto 1.496/13. Os exonerados trabalhavam em gabinetes de desembargadores e de juízes, na capital e no interior. Procurado, o TJ não retornou aos questionamentos a respeito de quem são os parentes dos ex-funcionários dentro do tribunal nem informou se ainda podem ocorrer novas exonerações. Já o CNJ informou apenas que o pedido de providências foi motivado pela correção de abril e que o objetivo é esclarecer se existem ou não casos de nepotismo na Justiça do Paraná”³⁵.

Denúncias de irregularidades em concursos:

“O CNJ determinou a realização de um concurso público para escolher titulares de cartórios de notas e títulos no Paraná em julho de 2010. Isso porque, desde 1988, a Constituição Federal exige a realização de concurso para que uma pessoa seja nomeada para um cartório. Mas, em 2010, o CNJ revelou que 350 (31,8%) das 1,1 mil serventias do Paraná estariam sendo ocupadas por não concursa-

35 Gazeta do Povo. Publicado em 03/08/2013 | Euclides Lucas Garcia www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1396307

dos. Esses 350 cartórios foram declarados vagos, mas o número pode mudar, já que há processos na Justiça envolvendo a legitimidade de titulares. O CNJ não divulgou um número atualizado dos cartórios com problemas. Apesar da determinação, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) marcou a prova apenas para o dia 8 de dezembro de 2012. Mas no dia em que as provas seriam realizadas, uma liminar do CNJ suspendeu o processo seletivo, com base no pedido de um dos candidatos. Entre outras coisas, o autor do pedido de suspensão do concurso argumentou que havia possível relação entre integrantes da banca examinadora e candidatos, além de problemas técnicos na hora de realizar a prova”³⁶.

“Ministério Público investiga, entre outras irregularidades, a inscrição de uma filha do ex-presidente da comissão do concurso para técnico judiciário, realizado no último domingo. O Ministério Público do Paraná investiga desde segunda-feira (19) suspeitas de irregularidades no concurso público para preencher 160 vagas de técnico judiciário no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). As denúncias envolvem a inscrição no concurso de uma filha do ex-presidente da comissão do certame, além de possíveis irregularidades cometidas durante a aplicação das provas, no domingo (18). Se comprovadas, as denúncias podem levar à suspensão e até à anulação do concurso. Entre os pontos questionados está a inscrição da filha do desembargador Francisco Pinto Rabello Filho – nomeado presidente da comissão do concurso na última sexta-feira (16) – no certame. O magistrado alega que não tinha conhecimento da participação da filha no concurso e que, logo que soube do fato, na segunda-feira (19), deixou a função. Ele não soube dizer se ela realmente fez as provas.

³⁶ Gazeta do Povo. Conselho determinou algumas mudanças no processo seletivo, que vai escolher titulares para os cartórios e estava interrompido em razão de uma liminar do próprio CNJ. Antonio Senkovski. www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1419259

O núcleo de concursos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), responsável pelo concurso, alega que a informação é sigilosa³⁷.

Outra ocorrência divulgada pela imprensa no Paraná é a morosidade no julgamento de casos de nepotismo relacionados com os nepotismos do poder executivo: “TJ adia pela oitava vez decisão sobre Ezequias. Secretário estadual é réu em ação sobre o caso da “sogra fantasma”, no qual a sogra dele recebia da Assembleia Legislativa sem trabalhar³⁸”

Mais uma conexão de favores entre o poder legislativo e o poder judiciário foi a votação do “auxílio-moradia” para os juízes³⁹. “A aprovação pela Assembleia Legislativa do projeto de lei que cria o auxílio-moradia para juízes e desembargadores paranaenses, na terça-feira passada, reabriu a discussão sobre os benefícios concedidos aos membros do Poder Judiciário do estado. Ainda não há uma definição sobre o valor que será pago aos magistrados que receberão o benefício. Isso será definido por um decreto do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Guilherme Luiz Gomes. Mas se especula que o valor ficará entre R\$ 3 mil e R\$ 3,5 mil. Caso isso ocorra, os “penduricalhos” que se somam aos salários dos magistrados do Paraná podem chegar a R\$ 5,2 mil mensais – o equivalente a 21% dos vencimentos dos desembargadores e dos juízes (R\$ 25 mil e R\$ 24 mil, respectivamente)”.

CONCLUSÃO

Há conexões familiares de longa duração entre os diferentes poderes e instituições estatais. Não apenas existe uma certa repro-

37 Gazeta do Povo. 23/05/2014. *Katna Baran e Luan Galani* www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1470992

38 Gazeta do Povo. 07/05/2014. *Rogério Waldrigues Galindo* <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1466942>

39 Gazeta do Povo. 02/03/2014. *Guilherme Voitch*

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1451189>

dução social na composição dos quadros jurídicos, com indivíduos originários da mesma classe social, das mesmas famílias, escolas, faculdades de direito, universidades, escritórios advocatícios, cartórios e grupos sociais inseridos em controles e na reprodução de mecanismos do sistema judicial, mas também há certo ethos, ideologia, socializações, sociabilidades, experiências sociais em comum e uma cultura específica perpassando as genealogias, gerações e as diferentes instâncias da reprodução social e política no campo jurídico.

Podemos avaliar a presença de famílias políticas com importante atuação no Poder Judiciário a partir dos exemplos selecionados no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal de Justiça do Paraná. O *habitus* e *ethos* de classe no sistema judicial podem ser verificados a partir de inúmeros exemplos. O subprocurador-geral da República Brasilino Santos defendeu a categoria dos procuradores de voarem em classe executiva com a frase: “Ou é procurador da República ou é descamisado. Tem que separar as coisas”⁴⁰. A medida visa a proteger a “dignidade” da função. Foi uma das primeiras medidas tomadas pelo novo procurador-geral da República, em setembro de 2013, Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Lucas Antonio Monteiro de Barros, o Visconde de Congonhas, foi presidente do Supremo Tribunal de Justiça durante o Império⁴¹.

A investigação das redes familiares dentro do Poder Judiciário é uma tarefa empírica trabalhosa e necessária para todos os pesquisadores interessados em compreender e entender boa parte das lógicas sociais explícitas ou ocultas dentro das instituições do sistema judicial. Como é feito o recrutamento, como os discursos, as práticas sociais e políticas dentro das carreiras e instituições acontecem, para

40 <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,janot-garante-a-procuradores-viagem-em-classe-executiva,1077995>

41 <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=241>

além das aparências e do que é visível. Como os poderes executivo, legislativo, judiciário, os tribunais de contas, o ministério público, os cartórios, as mídias e alguns setores empresariais formam grandes teias de interesse e de nepotismo organizados dentro do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da Justiça no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo. 2010.

BOURDIEU, Pierra. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. Papirus. 1996.

KAMINSKI, Henry Levy. *Elites e parentesco no sistema judicial paranaense*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná. 2013.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *Na Teia do Nepotismo. Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil*. Insight. 2012.

_____. *O Silêncio dos Vencedores genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Moinho do Verbo Editora. 2001.

ROMAGUERA NETTO, Luiz. *Gertrudes e o Padre Camargo*. Repro-Set. 1992.

FAMÍLIAS NO PODER E NO ESPAÇO: QUEM, ONDE E COMO O NEPOTISMO SE MANTÉM NA POLÍTICA PARANAENSE

Tiago Valenciano¹

Rafael Egidio Leal e Silva²

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar as relações de poder e as famílias que atuam ostensivamente na política paranaense. O problema proposto visa responder a pergunta: a perpetuação de famílias no poder é algo regionalizado ou generalizado no Paraná, ou seja, há algum espaço determinado para que a relação familismo e política se mantenha na política estadual? Pretendemos apresentar e contextualizar os dados referentes às famílias paranaenses que integram cargos públicos de projeção estadual (Secretarias, ALEP e Congresso Nacional) a partir de 2015, a fim de esmiuçar o “quem é quem” na política paranaense. Em seguida, distribuiremos espacialmente cada grupo político no mapa do Paraná, demonstrando os regionalismos e bases eleitorais existentes. O trabalho tende a apontar quais são as famílias de cada região/município, quem são os integrantes destas no poder e as disputas regionais/locais, expondo a prática política do familismo relacionado a poder.

Palavras-Chave: Nepotismo. Relações de parentesco. Paraná.

A sociologia política do nepotismo

Para além de ser uma estrutura básica da sociedade, reprodutiva, simplória, emotiva, e outros tantos adjetivos e prejulgamen-

1 Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. tiagovalenciano@gmail.com.

2 Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), é Graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. É professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Umuarama. rafael.silva@ifpr.edu.br.

tos que encontramos comumente até mesmo nas Ciências Sociais, a família é um fenômeno sócio-histórico que deve ser compreendido com a devida complexidade. Tentar “encaixar” a família em esquemas racionais sobre o gênero ou instituição nos faz perder a dimensão não apenas do aspecto da formação humana, mas também de como as famílias atuam nas demais objetivações sociais, como a economia, a política, e até mesmo a religião e a ciência. Se no mundo da cultura a lógica do “filho de peixe, peixinho é” não vigora, como explicar que algumas famílias buscam a perpetuação no poder?

Consideramos a família em seu aspecto social e histórico, e nosso problema reside em compreender a dimensão espacial da relação famílias e poder no Estado do Paraná, questionando ainda se a busca da perpetuação de determinadas famílias no poder é algo regionalizado ou generalizado no caso deste Estado. O objetivo deste texto é investigar as relações de poder e as famílias que atuam ostensivamente nos meios políticos paranaenses. Para tanto, necessitamos compreender a família como realidade que atua ostensivamente na sociedade, não apenas como estrutura parental reprodutiva ou como sustentáculo biológico para a cultura.

A família atua objetivamente na sociedade, e, no caso da política, sua atuação é visível e comprovada através do nepotismo dos cargos públicos. Através de dados referentes às famílias paranaenses que integram cargos públicos de projeção estadual, como Secretarias de Governo, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional, com a finalidade de compreender as personagens da política paranaense e suas ligações familiares. Em seguida, distribuiremos espacialmente cada grupo político no mapa do Paraná, no intuito de demonstrar os regionalismos e bases eleitorais existentes. O trabalho tem por finalidade a apontar quais são as famílias de região ou município, os seus integrantes no poder e as disputas regionais ou locais, no sentido de

expor a prática política do familismo relacionado à prática do poder. Faremos também a análise dos dados, dialogando com a literatura que trata deste tema. Este trabalho justifica-se não apenas pela necessidade científica de desvelarmos as estruturas de poder, estabelecendo um minucioso estudo das relações de parentesco no cenário político do Paraná seja efetuado, mas também pela sua importância social, para que as relações nepotistas e familiares sejam reveladas e conhecidas do público, para que os processos democráticos possam também levar em consideração as relações ocultas dos grupos que disputam o poder no Estado.

Desta forma, devemos iniciar nossa discussão através do conceito de família. Conforme o dicionário Houaiss, a família possui diversos significados:

1 grupo de pessoas, formado esp. por pai, mãe e filho(s), que vivem sob o mesmo teto 2 grupo de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou qualquer parentesco 3 *fig.* grupo de pessoas unidas por crenças, interesses ou origem comum (*uma f. espiritual, mineira*) 4 *fig.* grupo ou seres ou coisas com características comuns 5 na classificação dos seres vivos, categoria que agrupo um ou mais gêneros ou tribos, relacionados segundo a história da evolução e distintos dos outros por características marcantes [ETIM: lat. *familia*, *ae* servidores, escravos, séquito, casa, família']
COL clã

Podemos então entender que a família possui um sentido de união, uma forma de agregar as pessoas. Interessante notarmos a etimologia da palavra, que nos remete à escravidão e servidão, o que já nos mostra que a palavra família já contém uma série de significados históricos e fundamentais para a formação da sociedade. Em um sentido mais sociológico, podemos observar as definições de Giddens (2012):

Uma família é um grupo de pessoas ligadas diretamente por conexões de parentesco, cujos membros adultos assumem

responsabilidade por cuidar das crianças. Os laços de parentesco são conexões entre indivíduos, estabelecidas seja pelo casamento ou pelas linhas de descendência que conectam parentes de sangue (mães, pais, irmãos, filhos, etc.). O casamento pode ser definido como uma união sexual socialmente reconhecida e aprovada entre dois indivíduos adultos. Quando duas pessoas casam, elas se tornam parentes; o vínculo do casamento, porém, também conecta uma ampla variedade de parentes. Pais, irmãos, e outros parentes de sangue se tornam parentes do cônjuge por meio do casamento. (p. 242).

Assim sendo, a família permite uma rede de relações sociais. A união do casal não apenas permite a geração de filhos (e com eles, novas relações), mas enseja uma rede social com o parentesco. Entretanto, talvez o problema resida em considerar que a família seja uma estrutura tão simples que seria ela a estrutura inicial da sociedade. Não se trata disso. A sociedade não se inicia pela família e nem esta é a inauguradora da sociabilidade humana. Também não é a família a geradora ou o repositório de sentimentos sociais.

As intenções de definir família são também tentativas de gerar um entendimento universal sobre esta. No entanto, de que sociedade estamos falando? A família tem estreitas conexões com a totalidade social ao qual é afeta. Podemos concordar que a família tem a função reprodutora (independente da reprodução biológica humana) e cuidadora, principalmente das crianças. Mas não podemos deixar que ela está atravessada pela política, pela economia, pela arte, pela cultura, pela arte, pela educação. A família não é a criadora de nenhum destes aspectos, mas está inserida indelevelmente nos jogos de força que movem a sociedade. Não é o motor, mas gera as molas propulso-
ras, e é gerada pelas engrenagens sociais.

Segundo Gerstel, não podemos esquecer a economia ao pensarmos a família:

Não há dúvida que, tanto para mulheres quanto para homens e filhos, a família continua a ser uma instituição baseada na dependência econômica. Apesar da entrada mundial e sem precedentes de esposas na força de trabalho, a maioria das mulheres continua a depender financeiramente dos maridos. A despeito da aparente independência financeira dos maridos, a maioria depende das esposas não apenas para o trabalho “invisível” e sem pagamento no lar, mas também pela renda proporcionada pelo contracheque da esposa. Apesar da crescente afirmação de independência dos filhos, a maior parte deles ainda depende dos pais para a atual e a futura posição de classe, uma vez que cada vez mais conseguem empregos em dois setores da economia que se encontram em expansão, o de serviços e o informal, e dividem sua renda em casa. No entanto, embora a divisão de trabalho ligue marido a mulher, e filhos a pais, as ideologias transformam e mistificam a relevância econômica desses intercâmbios, moldando-os em termos de amor e companheirismo. Nessa ideologia, a cooperação econômica tornou-se voluntária e a divisão de trabalho, trivializada. (GERSTEL, 1996, p. 297).

Se formos refletir, na esteira do autor, em termos marxianos da estrutura e superestrutura, a economia, ou a forma de intercâmbio com a natureza que produz os meios necessários para a geração e manutenção da vida (e vemos, então, que a família não faz parte da economia) e que “O modo de produção da vida material condiciona em geral de vida social, político e espiritual” (MARX, 1982, p. 25). Ou seja, a economia condiciona em geral, ou ainda, põe determinações em última instância às formas ideológicas da superestrutura, ou formas do espírito. A família, que nos ensina e molda em termos de companheirismo e amor, como dito acima, encontra-se na superestrutura, formando os espíritos, ou melhor, permitindo que outras objetificações sociais formem e preencham as consciências que produzem o ser social. É o que permite, assim à famílias que lidam com o poder possam preparar os seus rebentos para o poder, em suas mais variadas formas sociais e históricas (jurídico, político, científico e até mesmo econômico).

No campo político a relação familiar ganhou um terreno próprio nas relações parentais: o nepotismo. Sendo o nepote o sobrinho do Papa, protegido ou predileto por este, o nepotismo consiste no favorecimento dos parentes ou amigos próximos nos cargos públicos que envolvem, em alguma instância, o poder político. Segundo Oliveira, “nepotismo é a relação entre estruturas de poder político e estruturas de parentesco. O nepotismo é uma relação política de favoritismo e de patronagem, sob as mais diversas formas sociais e políticas.” (2009, p. 01). O problema no nepotismo se torna sociologicamente interessante por ser uma estratégia de conservação e transmissão da riqueza familiar além do casamento e da formação da família mononuclear. Ainda conforme Oliveira (2009):

Os ricos apresentam formas de riqueza social e de patrimônios ocultas aos olhares investigativos. A sociedade e o Estado protegem a privacidade das classes altas. A exposição de riquezas não é visível porque gera receios em relação a criminosos e seqüestradores, concorrentes no mercado ou na política e mesmo apreensões em relação à tributação oficial. As formas sociais da riqueza, em termos econômicos, podem ser de várias formas, tais como propriedades urbanas e rurais, empresas, ativos financeiros variados, contas bancárias, objetos de arte, objetos na forma de jóias, outros objetos de valor e mesmo metais preciosos em espécie. (p. 02)

O nepotismo pode ser entendido, portanto, na utilização dos meios públicos da política e da justiça em estratégias de proteção das riquezas. Se o capitalismo encontra na produção de valor (na indústria ou no capital financeiro) sua forma de manutenção social, as famílias ricas e poderosas encontram estratégias paralelas ao capital para se manterem ricas e poderosas. A incorporação dos filhos, sobrinhos, e outros aparentados nas esferas do poder consiste em uma estratégia eficaz, e, até então, discreta das classes altas manterem não apenas seu capital, mas a mística em torno de seus nomes e brasões.

Desta forma, a sociedade burguesa não se constitui apenas da geração do valor, mas na conservação destes:

A produção e reprodução de desigualdades sociais têm um contraponto na outra face do processo de construção das riquezas. Para cada esfera de desigualdades podemos encontrar processos de reprodução de interesses dominantes na forma da construção de redes sociais de riqueza e redes políticas de poder. A desigualdade também se forma como o resultado histórico da ação de grupos de ricos e poderosos. A grande concentração de riquezas e de poderes, com formas extremas de desigualdade e pobreza, resulta em um processo único, dialeticamente imbricado. O custo social e econômico desse fenômeno só pode ser identificado em relação à atores sociais e políticos, com perfis claramente definidos, em várias modalidades de ação social e política. O estudo aprofundado e detalhado dos ricos e poderosos também é principalmente um estudo de biografias individuais, biografias coletivas e genealogias. (OLIVEIRA, 2009, p. 02-03).

Assim sendo, o estudo sobre o nepotismo e as redes familiares de poder revelam o caminho das desigualdades sociais, para além do capital. Na sequência do nosso texto estabeleceremos os jogos familiares de poder no Paraná, de acordo com os dados de 2014.

Cartografia do poder: quem e onde estão as famílias da política no Paraná

A intenção é demonstrar (especialmente no mapa do Paraná), quais são as famílias que atualmente comandam a política do Estado. Ressaltamos que esta preocupação não surge como simples constatação da presença pura do familismo político nas diversas regiões: é parte de um estudo sobre o fenômeno do nepotismo na política brasileira e, neste caso, no Paraná. Mais do que efetuar esta distribuição geopolítica no mapa paranaense, nossa preocupação é demonstrar como e porque a presença de famílias se instaurou na política estadual e, sobretudo, os motivos pelos quais levaram estas famílias a

se perpetuarem no poder, considerando os resultados das eleições de outubro de 2014 para Deputado Estadual, Federal, Governador e Senador³, além da composição do secretariado a partir de janeiro de 2015.

Do mesmo modo, ressaltamos que a presença do familismo na política estadual reflete diretamente nas práticas políticas nacionais, uma vez que o Estado é um ente federado e não deve ser descartado ou analisado separadamente quando o assunto diz respeito à política. Neste sentido, vale destacar que o caso do nepotismo demonstra como é a estrutura política no Paraná, refletindo uma prática política enraizada em todo o Brasil.

O nepotismo é um sistema político praticado desde o Brasil Colonial até os dias de hoje, como veremos adiante. Analisar a relação entre a atividade política e a atuação das famílias no poder pode parecer algo ultrapassado, um viés analítico que pouco influencia na compreensão das decisões políticas tomadas atualmente. Entretanto, o sistema ainda domina as práticas políticas no Estado do Paraná, confirmando o argumento de Oliveira (2012):

A minha tese é simples. Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. (p. 13)

O estudo sobre a presença das famílias no poder e, sobretudo, destas famílias no Paraná foi realizado por Oliveira em *“O Silêncio*

3 Não consideraremos políticos que passaram a exercer o mandato na condição de suplentes, ou seja, para efeitos analíticos, a análise ocorrerá apenas com os vencedores das urnas em 2014. A ressalva metodológica vale para o Senado da República, uma vez que houve a renovação de 1/3 da bancada em 2014. Portanto, serão estudados também os Senadores eleitos em 2010.

dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná” (2001), demonstrando que “a cartografia do poder é uma complexa rede de famílias e poder, em patrimônios, cargos e insígnias simbólicas” (OLIVEIRA, 2012: p. 25). Assim, o intuito de analisar a composição da geopolítica do poder no Paraná é um esforço que se faz necessário, tanto para o entendimento da política local, quanto acerca da projeção das famílias que, outrora atuavam localmente e, após a consolidação de carreiras políticas, passaram a agir no plano estadual.

Desta forma, analisaremos a seguir o Poder Legislativo (Senadores e Deputados Federais eleitos pelo Paraná e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná) e o Poder Executivo (Governo do Estado e o respectivo Secretariado). O primeiro grupo a ser analisada quanto à presença de familiares na política é o do Congresso Nacional. Relativamente ao Senado da República, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 1 Senadores do Paraná, relações de parentesco e regionalidades

Senador	Parentesco	Atuação regional
Álvaro Dias (PSDB)	Osmar Dias, irmão (Senador, Vice-Presidente de Agronegócios e Pequenas Empresas do Banco do Brasil)	Londrina / Maringá
Gleisi Hoffmann (PT)	Paulo Bernardo Silva, marido (Deputado Federal, Ministro das Comunicações e Diretor da Itaipu Binacional)	Foz do Iguaçu / Curitiba
Roberto Requião (PMDB)	Maurício Requião, irmão (Deputado Federal e Secretário de Educação); Eduardo Requião, irmão (Superintendente do Porto de Paranaguá); João Arruda, sobrinho (Deputado Federal)	Curitiba

Fonte: Oliveira (2012) / O autor

Nota-se, desta maneira, que todos os atuais Senadores do Paraná possuem algum tipo de relacionamento familiar na máquina

pública. Ainda assim, a atuação política é marcada em três extremidades do Estado: a capital, com a ação de Roberto Requião (na qual o pai Wallace foi prefeito de Curitiba em 1951 e o próprio Roberto presidiu a chefia do Poder Executivo entre 1986 e 1988); A fronteira, com a atuação de Paulo Bernardo frente à Itaipu Binacional, além das tentativas de Gleisi Hoffmann na disputa da prefeitura da capital; e o norte do Paraná, contando com a atuação de Álvaro Dias, eleito Vereador em 1968 em Londrina, mas com a família fixada em Maringá, sendo que o irmão Osmar Dias possui domicílio eleitoral naquele município.

Quanto à Câmara dos Deputados, os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 2 Deputados Federais do Paraná, relações de parentesco e regionalidades

Deputado Federal	Parentesco	Atuação regional
Dilceu Sperafico (PP)	Dilso Sperafico, irmão (Deputado Federal pelo Mato Grosso)	Toledo
Enio Verri (PT)	Mário Verri, irmão (Vereador)	Maringá
Fernando Francischini (SD)	Felipe Francischini, filho (Deputado Estadual)	Curitiba
Hermes Parcianello (PMDB)	Walter Parcianello, irmão (Candidato a Vice-prefeito de Cascavel e a Deputado Estadual)	Cascavel
João Arruda (PMDB)	Roberto Requião, tio (Senador da República e Governador)	Curitiba
Luiz Carlos Haully (PSDB)	Luiz Haully, filho (Candidato a Deputado Estadual e atualmente Diretor da COHAPAR)	Cambé / Londrina
Luiz Nishimori (PR)	Akemi Nishimori, esposa (Presidente do PR em Maringá e candidata a Vice-Prefeita de Maringá)	Maringá
Marcelo Belinati (PP)	Antonio Casemiro Belinati, tio (Prefeito de Londrina, Deputado Estadual), Antonio Carlos Belinati, primo (Deputado Estadual e Diretor da Sanepar), Emilia Belinati, tia (Vice-Governadora) Marcos Belinati, primo (Vereador)	Londrina

Ricardo Barros (PP)	Silvio Barros, pai (Prefeito de Maringá), Silvio Barros II, irmão (Prefeito de Maringá e Secretário de Planejamento), Cida Borghetti, esposa (Vice-Governadora, Deputada Federal e Estadual), Maria Victoria, filha (Deputada Estadual)	Maringá
Rubens Bueno (PPS)	Renata Bueno, filha (Vereadora em Curitiba e Deputada pelo Parlamento Italiano)	Campo Mourão / Curitiba
Sandro Alex (PPS)	Marcelo Rangel, irmão (Prefeito de Ponta Grossa, Deputado Estadual)	Ponta Grossa
Toninho Wandscheer (PT)	Alisson Wandscheer, filho (Suplente de Deputado Estadual)	Fazenda Rio Grande
Valdir Rossoni (PSDB)	Rodrigo Rossoni, filho (Prefeito)	Bituruna
Zeca Dirceu (PT)	José Dirceu, pai (Deputado Federal por São Paulo e Ministro da Casa Civil)	Cruzeiro do Oeste

Fonte: Oliveira (2012) / O autor

Das trinta cadeiras disponíveis para o Paraná na Câmara dos Deputados, praticamente a metade delas (quatorze, correspondente a 46,6%) registrou algum tipo de relacionamento familiar na política do Estado, conforme relatado brevemente na tabela acima. Quanto à distribuição geográfica dos Deputados Federais, indicamos a concentração no norte / noroeste paranaense, sobretudo entre o eixo Londrina-Maringá, além de políticos de Curitiba e do oeste do Estado, como evidenciaremos adiante.

Ainda tratando do Poder Legislativo, ao nos depararmos com a relação entre a família e o poder político, a Assembleia Legislativa do Paraná é a que possui a maior quantidade de integrantes – não somente por se tratar do início da carreira política em projeção estadual, escopo deste trabalho, mas também pela a quantidade de cadeiras disponíveis nas eleições quando comparada à Câmara dos Deputados (são 54 vagas para a Assembleia Legislativa contra 30 existentes para o cargo de Deputado Federal). Assim, os resultados biográficos levantados sobre os Deputados Estaduais são os seguintes:

Tabela 3 Deputados Estaduais do Paraná, relações de parentesco e regionalidades

Deputado Estadual	Parentesco	Atuação regional
Alexandre Curi (PMDB)	Aníbal Khury, avô (Deputado Estadual)	União da Vitória
Alexandre Guimarães (PSC)	Affonso Guimarães, pai (Prefeito)	Campo Largo
André Bueno (PDT)	Edgar Bueno, pai (Prefeito)	Cascavel
Anibelli Neto (PMDB)	Antonio Anibelli Filho, pai (Deputado Estadual), Antonio Anibelli, avô (Governador)	Curitiba
Artagão Junior (PMDB)	Artagão Mattos Leão, pai (Deputado Estadual e Conselheiro do Tribunal de Contas)	Guarapuava
Bernardo Ribas Carli (PSDB)	Luiz Fernando Ribas Carli, pai (Prefeito), Luiz Fernando Ribas Carli Filho, irmão (Deputado Estadual)	Guarapuava
Claudia Pereira (PSC)	Reni Pereira, marido (Prefeito e Deputado Estadual)	Foz do Iguaçu
Evandro Junior (PSDB)	Hermas Brandão, avô (Deputado Estadual e Conselheiro do Tribunal de Contas), Hermas Brandão Junior, tio (Deputado Estadual)	Maringá
Felipe Francischini (SD)	Fernando Francischini, pai (Deputado Federal, Secretário de Segurança)	Curitiba
Francisco Buhner (PSDB)	Benjamin Claudino Ferreira, bisavô (Prefeito de São José dos Pinhais), Francisco Ari Claudino, Tio (Prefeito de Mandirituba)	São José dos Pinhais
Jonas Guimarães (PMDB)	Edno Guimarães, irmão (Prefeito)	Cianorte
Maria Victoria (PP)	Silvio Barros, avô (Prefeito de Maringá), Silvio Barros II, tio (Prefeito de Maringá e Secretário de Planejamento), Cida Borghetti, mãe (Vice-Governadora, Deputada Federal e Estadual), Ricardo Barros, pai (Deputada Federal)	Maringá / Curitiba
Nelson Justus (DEM)	Evani Justus, cunhada (Prefeita de Guaratuba)	Curitiba

Ney Leprevost (PSD)	Ney Leprevost, avô (Prefeito)	Curitiba
Paulo Litro (PSDB)	Luiz Fernando Litro, pai (Deputado Estadual), Rose Litro, mãe (Deputada Estadual)	Pato Branco / Dois Vizinhos
Pedro Lupion (DEM)	Abelardo Lupion, pai (Deputado Federal e diretor da COHAPAR), Moyses Lupion, avô (Governador)	Santo Antônio da Platina
Péricles de Melo (PT)	Ana Maria Mello, irmã (Vereadora)	Ponta Grossa
Plauto Miró Guimarães (DEM)	Plauto Miró Guimarães, pai (Prefeito e Deputado Estadual)	Ponta Grossa
Ratinho Junior (PSC)	Ratinho, pai (Vereador e Deputado Federal)	Curitiba
Requião Filho (PMDB)	Roberto Requião, pai (Senador e Governador)	Curitiba
Schiavinato (PP)	Sebastião Aurélio da Silva, cunhado (Prefeito de Iguaraçu)	Toledo
Tiago Amaral (PSB)	Durval Amaral, pai (Deputado Estadual e Conselheiro do Tribunal de Contas)	Cambé

Fonte: Oliveira (2012) / O autor

Ao todo são vinte e um Deputados Estaduais que integram a bancada daqueles que possuem algum integrante da família na política, correspondendo a 38,8% do total de parlamentares. As regiões centro-sul, oeste e norte/noroeste se destacam mais uma vez na quantidade de políticos com relações de parentesco, além da capital do Estado. Interessante notar é que o número de herdeiros políticos se amplia a cada eleição na Assembleia Legislativa, como apontou Valenciano (2014) e, além disso, tais integrantes compõem um rol de famílias tradicionais no cenário político do Paraná.

Encerrado o levantamento dos integrantes do Poder Legislativo, visualizaremos a seguir o mapa do Estado do Paraná e a disposição espacial destas famílias do poder. Iniciativa preliminar foi elaborada por Oliveira e Miranda (2010), contendo informações sobre

os Deputados Estaduais na época, que auxiliaram na ilustração da denominada “teia do nepotismo” quanto à produção legislativa do parlamento estadual.

Assim, adotamos os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 15.825/2008, que trata sobre as divisões das regiões geográficas do Paraná, dividindo-o nos seguintes espaços: Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Oeste, Centro-Occidental, Centro-Sul, Centro Oriental, Sudoeste, Sudeste e Metropolitana. Ao distribuímos espacialmente os parlamentares no Estado, deparamo-nos com a respectiva “cartografia do poder”, dispostos a partir das citações dos municípios de base eleitoral:

Tabela 4 Distribuição espacial dos parlamentares do Paraná segundo região geográfica

Região	Municípios citados	Total
Metropolitana	Curitiba (12), Fazenda Rio Grande (1), Campo Largo (1), São José dos Pinhais (1)	15
Norte Central	Maringá (6), Londrina (3), Cambé (2)	11
Oeste	Foz do Iguaçu (2), Toledo (2), Cascavel (2)	6
Centro-Oriental	Ponta Grossa (3)	3
Noroeste	Cianorte (1) Cruzeiro do Oeste (1)	2
Sudoeste	Pato Branco (1) Dois Vizinhos (1)	2
Centro-Sul	Guarapuava (2)	2
Sudeste	Bituruna (1), União da Vitória (1)	2
Norte Pioneiro	Santo Antonio da Platina (1)	1
Centro-Occidental	Campo Mourão (1)	1

Fonte: Oliveira (2010) / O autor

Verificamos uma concentração de parlamentares relacionados ao nepotismo em duas regiões: a Metropolitana de Curitiba, com 15 citações, sendo destas a maioria (12) somente da capital; e do Norte Central do Paraná, com 11 citações, pertencendo à Maringá (6), Londrina (3) e Cambé (2). Por fim, a região Oeste concentra mais 6 parlamentares, distribuídos uniformemente entre Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, cada município com dois membros. O mapa

nos auxilia a compreender como tal disposição ocorre no Estado do Paraná, ilustrando geograficamente a presença das famílias na política regional:

Mapa 1. Distribuição espacial dos parlamentares do Paraná segundo região geográfica



Fonte: O autor.

Quanto ao Poder Executivo, a presença do familismo no poder surge já na governadoria do Estado. Beto Richa (PSDB) é filho de José Richa, que exerceu o mandato como Governador do Paraná entre 1983 e 1986, além de ser Prefeito de Londrina e Senador da República. Herdeiro político de José, a família Richa amplia o poder com mais dois integrantes: Fernanda Richa, esposa de Beto, na Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social; e José Richa Filho, irmão de Beto, como Secretário de Infraestrutura e Logística. Na Vice-Governadoria está Cida Borghetti (PROS), esposa de Ricardo Barros, Deputado Federal pelo PP e Prefeito de Maringá, de 1988 a 1992. Além de Ricardo, Cida conta com Maria Victoria (PP) na Assembleia Legislativa, eleita para o primeiro mandato em 2014. A união entre as famílias Richa e Borghetti Barros expressa o que foi

apontado no mapa acima: as duas regiões que contam com mais integrantes no sistema político do nepotismo são as que comandam o Poder Executivo no Estado do Paraná.

Afastado das funções legislativas, Fernando Francischini (Secretário de Segurança Pública) e Ratinho Junior (Secretário de Desenvolvimento Urbano) reforçam a presença do familismo político no Poder Executivo, frutos do próprio Poder Legislativo, a maior porta de entrada para novas famílias integrantes do poder no Paraná. O Secretário Francischini tem seu filho, Felipe, como Deputado Estadual; já o Secretário Ratinho Junior conta o pai, Carlos Roberto Massa, o Ratinho, que já foi Vereador e Deputado Federal no início da década de 1990.

Outros dois integrantes que completam a relação entre nepotismo e política no Estado são Silvio Magalhães Barros II, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Prefeito de Maringá de 2005 a 2012, irmão de Ricardo Barros, cunhado de Cida Borghetti e tio de Maria Victoria; e Abelardo Lupion, Diretor da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), ex-Deputado Federal e pai de Pedro Lupion, atualmente exercendo o mandato como Deputado Estadual.

Esta foi a “cartografia do poder” dos Poderes Legislativo e Executivo no Paraná a partir de 2015, considerando os resultados das eleições de 2014 e as nomeações de Secretarias/Diretorias de empresas estatais pelo Governador Beto Richa. Como exposto, o nepotismo permanece como estrutura social importante para compreensão da dinâmica política estadual, fato reinventado e reforçado a cada novo pleito.

Considerações finais

Estudar o nepotismo é, portanto, é estudar um sistema político, uma rede social de interesses (OLIVEIRA, 2012: p. 14). E é justa-

mente isso que captamos neste estudo: famílias com prestígio social e empresarial de seus genitores, que fez da política uma profissão bem sucedida e perpetuada no poder. Nesta “cartografia do poder”, observamos que as famílias invariavelmente se alastram por todo o Estado, descaracterizando que o nepotismo seja uma peculiaridade local, por exemplo.

A geopolítica do poder nos demonstra que, ainda que existam regiões com maior concentração de políticos com familiares na política, este é um fato presente em todo o Paraná, reforçado localmente através do Poder Legislativo, porta de entrada e principal canal de perpetuação das famílias no poder. Tanto o norte central quanto a região metropolitana de Curitiba nos fazem refletir quanto a seguinte questão: é possível acreditar em uma renovação política de fato com os grupos presentes se formando e reformando dentro da própria estrutura do poder? E mais: até que ponto estas famílias que ocupam o poder político influenciam nas decisões sobre o futuro do Estado?

Ressaltamos que conforme Bourdieu (1986), compreender a trajetória das famílias desenrolada no campo político nos auxilia para entender como o nepotismo ainda se perpetua. Isto é, aliado ao método prosopográfico, o itinerário familiar do campo político é algo inerente ao nepotismo. Dentre os estudiosos do assunto, destacamos Stone (2011), definindo-a como a “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011: p. 115). No caso do Paraná, este argumento se confirma, uma vez que família e poder são inseparáveis que vem se consolidando desde então.

Conforme dito, a família organiza a vida social e, no caso do envolvimento dela com a política, esta estrutura fica mais visível, dada a publicidade típica do cotidiano político e, sobretudo, da perpetuação no poder destes grupos dominantes. Em nossa análise, po-

demos afirmar que a manutenção do familismo na política se inicia no Poder Legislativo, intercambiando cargos com o Poder Executivo, conforme a necessidade deste em relação àquele.

Por fim, evidenciamos que a prática política da relação entre família e poder está longe de terminar e, sobretudo, de ser um fenômeno localizado, mas sim presente, da menor a maior escala, em todo o território paranaense. Assim, refletimos: é possível, ainda, pensar no Estado do Paraná sem a presença destas famílias no cenário político estadual ou se tornará possível desarticular este sistema?

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão bibliográfica**. In: M. A. Ferreira & J. Amado, Usos e abusos da história oral - Rio de Janeiro: FGV, 1986.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GERSTEL, N. **Família**. In: OUTHWAITE & BOTTOMORE. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

HOUAISS, A. (org.). **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2012.

MARX, K. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Col. Os Economistas.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. **Redes de nepotismo como processo de produção e reprodução de desigualdades**. Anais do 33 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=279&Itemid=412> Acesso em: 25 abr 2015.

_____. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. MIRANDA, Eduardo Soncini. **Produção Legislativa e Reeleição. Estudo de caso dos Deputados Estaduais e Federais do Paraná.** VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Recife: 4 a 7 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fetraconspar.org.br/destaques/2010/diretoria_12_08/prof_ricardo/poducao_legislativa_e_reeleicao.pdf> Acesso em: 21 abr 2015.

STONE, Lawrence. **Prosopografia.** Revista de Sociologia e Política. Curitiba: v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VALENCIANO, Tiago. **A nova geração do nepotismo na política paranaense.** V Seminário Nacional de Sociologia e Política. Curitiba, 14 a 16 de maio de 2014.

NEPOTISMO ESTRUTURAL DO PARANÁ EM 2015

Ricardo Costa de Oliveira¹

O Estado do Paraná segue sendo governado por uma forma política denominada de nepotismo estrutural. Poderosas redes de nepotismo atravessam praticamente todas as instituições políticas do Paraná. As principais redes políticas de nepotismo, entendido sociologicamente como a relação entre famílias e política, seguem implantadas na Governadoria e na Vice-Governadoria. Muitas Secretarias de Estado estão capturadas por estas redes de poder e de parentesco. Formas de privatização, escândalos de corrupção com poucas punições e poucas coberturas da mídia, associadas parcialmente às formas de velhos poderes familiares, também são práticas políticas e fenômenos conhecidos.

A violência organizada e planejada pelas autoridades do Estado do Paraná contra educadores e movimentos sociais. No dia 29 de abril de 2015 foi votado na Assembleia Legislativa do Paraná o projeto de lei 252/2015, que procurava retirar direitos e alterar o Fundo Previdenciário. Tropas da Polícia Militar reprimiram duramente os educadores e manifestantes. O número de feridos passou de mais de duzentos. Tiros de borracha na cara, bombas, explosões, helicópteros, gás lacrimogênio, gás de pimenta, cães ferozes, um saldo de um “massacre” contra o movimento social raramente visto na democracia. A Universidade Federal do Paraná pelo Setor de Ciências Jurídicas organizou um julgamento histórico no Teatro da Reitoria,

¹ Sociólogo, Professor Adjunto. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. rco2000@uol.com.br

com eminentes juristas e cientistas sociais. O resultado: “a comissão considerou que houve graves violações aos direitos humanos, notadamente o direito de manifestação, a liberdade de expressão, a integridade física e moral e o direito de greve – “direito fundamental de luta da classe trabalhadora”. Também por unanimidade declararam como responsáveis o Estado do Paraná, o governador Beto Richa, o secretário estadual de Segurança, Fernando Francischini, o comandante-geral da Polícia Militar, Cesar Vinicius Kogut, e demais autoridades envolvidas nos atos de violência. Entre as medidas jurídicas indicadas para o caso, estão o “impedimento do governador do Paraná por cometimento de crime de responsabilidade, sem prejuízo de implicações civis e criminais; a denúncia do Estado do Paraná perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com flexibilização do requisito de prévio esgotamento dos recursos internos; e a denúncia do Estado do Paraná perante o Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho por prática antissindical”².

Ameaças de morte contra jornalistas profissionais de alta qualidade investigativa. Jornalistas que investigavam os escândalos foram ameaçados. “*SindijorPR e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná se reuniram com promotor de Londrina: “caso é prioridade”*”. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Paraná está investigando a tentativa de assassinato do jornalista James Alberti, produtor da RPCTV que investigava casos de pedofilia e fraudes na Receita Estadual de Londrina”³.

Graves problemas políticos e fiscais representam a conjuntura política em 2015. O nepotismo estrutural apresenta a sua face política no Paraná.

2 <http://www.ufpr.br/portalfpr/blog/noticias/setor-de-ciencias-juridicas-promove-julgamento-historico-no-teatro-da-reitoria/>

3 <http://www.sindijorpr.org.br/noticias/2/noticias/5982/gaeco-avanca-nas-investigacoes-da-ameaca-de-morte-a-james-alberti>

PODER EXECUTIVO

Na Governadoria: Governador Beto Richa. Esposa, Fernanda Vieira Richa, Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social. Irmão, José Richa Filho, Secretária de Infraestrutura e Logística. Primo, Marcos Elias Traad da Silva, diretor-geral do Detran. O primo Luiz Abi Antoun foi preso em março de 2015, acusado de corrupção em oficinas de consertos de carros. A Operação “Voldemort” (“aquele cujo nome não deve ser *dito*”, da série Harry Potter), do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (*Gaeco*). “Juiz da 3ª Vara Criminal recebe denúncia do Gaeco; Abi e mais seis passam a ser réus”⁴. Fernanda Richa, primeira-dama paranaense, e a esposa de Luiz Abi, Eloiza Antoun, foram sócias em uma faculdade privada⁵. Eloiza Fernandes Pinheiro Abi Antoun é Diretora de Participações na Sercomtel. Também houve denúncias e mais de cinquenta prisões em um escândalo de corrupção na Receita Estadual. “Justiça aceita denúncia contra 62 acusados de fraude na Receita do Paraná. Foram denunciados ex-inspetor, delegados e auditores da Receita Estadual”⁶. “Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Alumpar Alumínios, sediada em Londrina, doou R\$ 100 mil a Richa no pleito de 2014. A empresa, conforme registro na Junta Comercial do Paraná, pertence à GV Alumínios e à KLM Brasil. Esta última, com sede em Cambé, tem como sócios os dois filhos de Luiz Abi: Kouthar e Nemer Abi Antoun. De acordo com a certidão da KLM, Nemer é representado na sociedade pela mãe, Eloiza Fernandes Pinheiro Abi Antoun. Luiz Abi também ajudou Gustavo Richa (PHS),

4 <http://www.jornaldelondrina.com.br/blogs/baixoclero/operacao-voldemort-juiz-da-3a-vara-criminal-recebe-denuncia-do-gaeco-abi-e-mais-seis-passam-a-ser-reus/>

5 <http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1536026&tit=Esposas-de-Richa-e-Abi-foram-socias-em-faculdade-de-Londrina>

6 <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/04/justica-acata-denuncia-contra-62-acusados-de-fraude-na-receita-do-pr.html>

primo do governador, a se eleger vereador em Londrina. Na campanha de 2012, a KLM Brasil e a GV Alumínios – proprietárias da Alumpar – doaram R\$ 5 mil cada uma para Gustavo, que foi o sexto candidato mais votado entre os 19 vereadores eleitos.”⁷. O Vice-prefeito de Cascavel Maurício Querino Theodoro também é concunhado de Luiz Abia Antoun, “o concunhado de Abi era vice de Edgar Bueno. Maurício Querino Theodoro é casado com Maria Fernandes Pinheiro, a irmã de Eloisa Fernandes Pinheiro Abi Antoun, que por sua vez é esposa de Luiz Abi. Theodoro já vinha tendo postos de destaque no governo. Esteve na Sercomtel, na Ferroeste e, segundo seu currículo no site da prefeitura de Cascavel, foi coordenador das duas campanhas de Richa para o governo na região de Cascavel”⁸. “Os ‘tentáculos’ de Abi também influenciaram a nomeação de Inês Fernandes Pinheiro (na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano). Ela também é irmã de Elisa e da esposa de Theodoro. Tudo ficou em família. A nomeação de Inês está publicada em Diário Oficial do dia 14 de março de 2011. Na época ela ocupou o cargo DAS-5. Atualmente, quem ocupa esse cargo recebe um salário de R\$ 5.318,69”⁹.

Na Vice-Governadoria: Vice-Governadora, Cida Borghetti Barros, casada com o Deputado Federal Ricardo Barros e mãe da Deputada Estadual Maria Victória Borghetti Barros, cunhada do Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Sílvio Barros II, irmão de Ricardo Barros.

No Secretariado encontramos Ratinho Junior, Carlos Roberto Massa Junior, na Secretaria do Desenvolvimento Urbano. Fernan-

7 <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/empresa-ligada-a-primo-presos-doou-r-100-mil-para-a-campanha-de-richa-4jldjek9vkt5gnz1blme8j2bg>

8 <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/richa-sacrificou-psdb-para-apoiar-parente-de-abi-na-eleicao-de-2012/>

9 <http://cgn.uol.com.br/noticia/129428/cunhados-de-luiz-abi-foram-nomeados-no-governo-um-deles-em-cascavel>

do Francischini na Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária, até sair depois do “massacre” contra os educadores do dia 29/04/2015. Fernando Francischini é pai do Deputado Estadual Felipe Francischini e marido de Flavia Francischini, consultora na Sanepar. Flávio José Arns na Secretaria para Assuntos Estratégicos. Ezequias Moreira Rodrigues na Secretaria do Cerimonial e Relações Internacionais. Ezequias é conhecido pelo conhecido caso da “sogra fantasma” na Assembleia Legislativa do Paraná. Na Presidência da Companhia de Habitação do Paraná está o Ex-Deputado Federal Abelardo Lupion, pai do Deputado Estadual Pedro Lupion. Nelson Cordeiro Justus, filho do Deputado Justus na Diretoria de Regularização Fundiária e Relações Comunitárias da Cohapar. Reinhold Stephanes é o Diretor Presidente da Copel Participações S.A. Reinhold Stephanes Junior é o Diretor Presidente da ELEJOR. Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. Luiz Renato Haully, filho do Deputado Federal Haully, foi indicado para a diretoria jurídica da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). Luiz Renato não possui registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “Portanto, pelo Estatuto da Advocacia, ele não estaria apto a exercer o cargo de diretor jurídico”¹⁰. Antonio Carlos Belinati. Antonio Carlos Salles Belinati - Diretor comercial da Sanepar.

PODER LEGISLATIVO

Deputados Estaduais

Começamos com a renovação parlamentar dos novos eleitos em 2014 para a Assembleia Legislativa do Paraná. Dos 54 Deputados Estaduais do Paraná eleitos em 2014, sete (7) apresentam vín-

¹⁰ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/governo-do-pr-nomeia-filho-de-haully-para-cargo-que-nao-existe-ejrd08c5cz1bwsqw45vjkkxa6>

culos de parentesco com famílias políticas estabelecidas no Estado: Thiago Amaral, Paulo Litro, Requião Filho, Maria Victoria, Felipe Francischini, Claudia Pereira e Alexandre Guimarães. Os sete novos parlamentares significam quase 13% do total, mostrando que a renovação parlamentar é uma “renovação” dentro da reprodução familiar estabelecida. Acrescente-se também a suplente de Deputado Estadual, que assumiu no início da legislatura, Cristina Silvestri, das tradicionais famílias políticas de Guarapuava. Confirma-se a nossa tese apresentada no livro, “Na Teia do Nepotismo”, sobre a importância das famílias nas atividades eleitorais e legislativas.

Tiago Amaral. José Tiago Camargo do Amaral. Nascido em Londrina em 18/07/1986. Advogado. Eleito pelo PSB - Partido Socialista Brasileiro. Filho do ex-deputado estadual e atual Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Durval Amaral. Tiago Amaral foi o terceiro mais votado das últimas eleições, com 86.390 votos. Na gestão anterior Tiago Amaral foi Auditor Interno e Controlador Geral¹¹ do Paraná Cidade.

Paulo Litro. Paulo Henrique Coletti Fernandes nasceu em Pato Branco em 30/10/1991. Advogado. Eleito pelo PSDB. Filho do ex-deputado estadual Luiz Fernandes Litro, barrado pela Lei da Ficha Limpa. “Paulo vem de uma família que já teve muitos representantes na Assembleia Legislativa do Paraná. O tio Nereu Massignan foi deputado estadual entre 1986/89. O pai de Paulo, Luiz Fernandes Litro, ficou no cargo entre 1998-2010, e a mãe estava no cargo entre 2010-14. Isso sem contar a história do avô, Ervelino Coletti, que foi prefeito de Dois Vizinhos entre 1973 e 1976, e os parentes que já foram vereadores no município. “A política tá no sangue. Impossível

¹¹ <http://revelia.com.br/posts/detalhe/10548>
<http://abqm.homeip.net/intranet/studbook/sbonline/poranimal/animal.asp?Animal=426116>

não gostar”, resumiu Paulo¹². Paulo Litro já trabalhou na Casa Civil do Paraná e na Secretaria para Assuntos Estratégicos do Paraná¹³.

Requião Filho. Maurício Thadeu de Mello e Silva. Nasceu em Curitiba em 24/10/1979. Filho do Senador e Ex-Governador Roberto Requião de Mello e Silva. Advogado. Eleito pelo PMDB. Foi chefe de gabinete do deputado federal João Arruda (PMDB), seu primo.

Maria Victoria Borghetti Barros. Nasceu em Maringá em 01 de fevereiro de 1992. Filha do Deputado Federal Ricardo Barros e da Vice-Governadora Cida Borghetti Barros. Eleita pelo PP - Partido Progressista.

Felipe Francischini. Nascido em Curitiba em 02/10/1991. Advogado. Eleito pelo Solidariedade. Filho do Deputado Federal licenciado e Secretário de Segurança Fernando Francischini, conhecido pelo massacre dos educadores e professores de Curitiba no dia 29 de abril de 2015. A mãe Flavia Francischini ocupa cargo de indicação de Consultora Estratégica na Sanepar¹⁴.

Claudia Pereira. Claudia Vanessa de Souza Fontoura Pereira. Nasceu em Ilha Solteira (SP) em 18/02/1976. Esposa de Reni Pereira, ex-deputado estadual, Prefeito de Foz do Iguaçu desde 2013. Já foi Assessora parlamentar, defensora pública de 2000 a 2003, secretária municipal de Assistência Social de 2013 a 2014 em Foz do Iguaçu¹⁵. Formada em direito. Eleita pelo PSC. Evangélica.

Alexandre Guimarães. Alexandre Marcel Kuster Guimarães¹⁶. Nascido em Campo Largo em 05/02/1974. Dentista. Filho de Affon-

12 <http://www.jornaldebeltrao.com.br/noticia/190255/paulo-litro-e-eleito-deputado-estadual>

13 Bem Paraná. <http://www.revelia.com.br/posts/detalhe/15359>

14 <http://cicerocattani.com.br/consultora-estrategica-da-sanepar/>

15 <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/candibook//candidato/claudia-vanessa-de-souza-fontoura-pereira-claudia-pereira-psc-2011/>

16 <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/candibook//candidato/alexandre-marcel-kuster-guimaraes-alexandre-guimaraes-psc-2012/>

so Guimarães, Prefeito de Campo Largo. Foi Coordenador odontológico da prefeitura Campo Largo (2001-2004), secretário de governo em Campo Largo (2013-2014). Eleito pelo PSC.

Cristina Silvestre. Isabel Cristina Rauen Silvestre¹⁷. Suplente que assumiu a cadeira. Nascida em Guarapuava em 16/03/1957. Formada em História. Foi Secretária de Assistência Social de 2013 a 2014 em Guarapuava. Filha do ex-vereador e Presidente da Câmara de Guarapuava Eurípio Rauen. Tia do vereador Eurípio Rauen Neto. Esposa de Cezar Silvestri, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-secretário chefe da Casa Civil do Paraná (marido). Cezar Silvestri, em 2015, é o Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar). Cristina é a mãe de Cezar Silvestri Filho, ex-deputado estadual, prefeito de Guarapuava desde 2013. Eleita pelo PPS.

Foram reeleitos os seguintes Deputados Estaduais com vínculos nas famílias políticas do Paraná: Ratinho Junior, Alexandre Curi, Artagão Junior, Ney Leprevost, Evandro Junior, Plauto Miró Guimarães, Pedro Lupion, Bernardo Ribas Carli, Anibelli Neto, Nelson Justus, Péricles Holleben de Mello, Jonas Guimarães, André Bueno. Treze parlamentares, ou 24% do total de todos os Deputados Estaduais foram reeleitos com laços de parentesco na política. As atuações como parlamentares hereditários, pertencer às famílias políticas ou o fato de se ter parentes na atividade política, foram fatores que demonstraram ser ativos eleitorais e políticos muito importantes.

Dois candidatos obtiveram elevadas votações, com o pai atuando como Conselheiro do Tribunal de Contas. É o caso do novato Tiago Amaral, o terceiro mais votado e Artagão de Mattos Leão Junior, o quarto mais votado. O Conselheiro Artagão de Mattos Leão

¹⁷ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/candibook//candidato/isabel-cristina-rauen-silvestri-cristina-silvestri-pps-23121/>

foi investigado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ¹⁸, acusado pela participação “de um suposto esquema de pagamento de propina para beneficiar uma construtora em licitação para fazer um prédio anexo ao Tribunal. O caso foi denunciado pelo Ministério Público (MP)”. Em outro caso, também a esposa do Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, Fernando Guimarães, foi convocada a prestar depoimentos na operação “Fidúcia” (confiança), “a operação tem por alvo principal o Instituto Confiancce, entidade sediada em Curitiba que firmou dezenas de convênios com municípios do interior do estado nos últimos anos. A PF informou que a esposa de Guimarães estava entre as pessoas convocadas a prestar depoimento, mas não foi encontrada. Ela era funcionária do instituto, do qual se desligou há dois anos e meio”¹⁹.

As redes de nepotismo e de influência política nos cargos comissionados aumentam com o apoio ao situacionismo e com o apoio ao governo. “Um dos deputados que votaram a favor do governo e contra os interesses dos trabalhadores paranaenses foi Márcio Nunes (PSC). O parlamentar, que tem base eleitoral em Campo Mourão e região não ouviu o clamor pela não aprovação do projeto de lei 252 e muito menos o que acontecia do lado de fora da Assembleia Legislativa, onde os professores eram massacrados. Fato interessante é que nesta semana de votação a esposa de Márcio Nunes, Fátima Nunes, foi nomeada pelo governador Beto Richa (PSDB) em um cargo na Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, pasta comandada pela esposa de Richa, Fernanda Richa. O cargo tem simbologia DAS-3 e um salário de R\$ 6,7 mil. A nova ocupante de cargo

18 <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/03/stj-investiga-se-conselheiro-do-tce-participou-de-fraude-em-licitacao.html>

19 <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/pf-desartricula-grupo-suspeito-de-desviar-r-70-milhoes-da-saude-do-pr-4yjxh2r6szofa2i5rd5oyhiam>

público irá trabalhar em Curitiba”²⁰. A filha do Deputado Estadual Jonas Guimarães, Lucélia Guimarães, é chefe do Núcleo Regional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Regional em Cianorte²¹.

O *modus operandi* do clientelismo e formas de patronagem podem ser verificados em múltiplas situações. “Na hora da pressão surgem revelações que não apareceriam em situações normais. Pois foi o caso do deputado Cobra Repórter (PSC), que confessou em áudio que se votar contra o governo, não consegue mais levar benfeitorias para sua região. Ou seja, vende seu voto em troca de “favores”, que na realidade são obrigações do governo do Estado”. “Se eu me posicionar na oposição, esse cara (Beto Richa) não me dá nada, nem um papel de bala”²².

Deputados Federais

Dos 30 Deputados Federais eleitos do Paraná, houve seis novos ingressantes na legislatura de 2015. Apresentam famílias na política os seguintes deputados com ligações matrimoniais, ou parentescos na política e que não eram Deputados Federais durante as eleições de 2014: Valdir Rossoni, Luciano Ducci, Marcelo Belinati, Ricardo Barros, Enio Verri, Toninho Wandscheer, seis deputados em trinta, o que significa 20% do total.

Foram reeleitos os seguintes parlamentares com parentescos na política, já investigados no livro “Na Teia do Nepotismo”: João Arruda, Fernando Francischini, Zeca Dirceu, Dilceu Sperafico, Hermes *Frangão* Parcianello, Sandro Alex, Rubens Bueno e Luiz Haully. Também incluímos Alex Canziani e Luiz Nishimori. Um total de dez

20 <http://blogdoraoni.com.br/deputado-que-votou-contraservidores-teve-esposano-meada-em-cargopor-beto-richa/>

21 <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=549>

22 <http://www.esmaelmorais.com.br/2015/04/deputado-cobra-confessa-que-vende-voto-por-favores-do-governador-beto-richa/>

parlamentares, o que representa 30% do total. Alex Canziani, outro Deputado Federal reeleito, pertence a uma família com cartório, outra conexão política importante. O Deputado Federal Luiz Nishimori tem a sua mulher Akemi Nishimori como chefe do Núcleo Regional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Regional em Maringá²³.

Seguindo a média nacional, metade dos Deputados Federais do Paraná apresentam relações com famílias políticas.

Senado

Os três Senadores do Paraná, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião de Mello e Silva e Álvaro Dias apresentam conexões familiares na política, como demonstrado no Livro “Na Teia do Nepotismo”.

CONCLUSÃO

Somente podemos entender a sociedade e a política paranaense contemporâneas com a Teoria do Nepotismo. Analisemos e observemos as conexões ente as estruturas de parentesco e as estruturas de poder. Como algumas famílias atuam e atravessam as instituições. O jogo social e político das novas gerações na reprodução dos antigos poderes. Retomamos a temática e os objetivos do nosso livro “Na Teia do Nepotismo” para o novo ano e o “novo-velho” governo em 2015. As famílias do poder controlam e monopolizam importantes espaços de poder político, importantes determinações orçamentárias e importantes cargos comissionados para os próprios interesses e de seus aliados.

A classe dominante é dominante porque além de ser uma elite política também é um grupo social operando de dentro das institui-

23 <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=560>

ções e poderes, na forma legal e extralegal, utilizando a influência do poder econômico, o dinheiro nas eleições, muito dinheiro e também várias formas de manipulação, corrupção e práticas ilegais, ao lado da dinâmica política da cooptação e agregação de interesses dominantes. Direção e Dominação estão intrinsecamente ligadas.